



UNIVERSIDADE DA MADEIRA

MESTRADO EM HISTÓRIA E CULTURA DAS REGIÕES

**Sociedades e estratégias empresariais
nos sectores agro-industriais do vinho e
cana sacarina na Madeira (1870-1930)**

Dinis Gouveia Pacheco

Universidade da Madeira

Mestrado em História e Cultura das Regiões

Dinis Gouveia Pacheco *Sociedades e estratégias empresariais nos sectores agro-industriais do vinho e cana sacarina na Madeira (1870-1930)*

Dissertação apresentada à Universidade da Madeira para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História e Cultura das Regiões, realizada sob orientação científica da Prof.^a Doutora Benedita Câmara, Docente do Departamento de Gestão e Economia.

O júri

Presidente

Índice

Capítulo I – Exposição e definição do problema	8
1.1- Objectivo geral	9
1.2- Motivação deste projecto	14
1.3- Justificação das fontes e da metodologia	15
Capítulo II – Caracterização dos sectores agro-industriais do vinho e da cana sacarina na Madeira (1870-1930)	17
2.1- O vinho	18
2.2- O açúcar e a aguardente	31
Capítulo III – O marco institucional	41
3.1- A regulamentação do sector vitivinícola	42
3.2- A regulamentação do sector sacarino	51
3.2.1- O açúcar e o álcool	52
3.2.2- A aguardente e o mel	62
Capítulo IV – As sociedades comerciais	70
4.1- Abordagem teórica	71
4.1.1- O sector vinícola	78
4.1.1.1- A firma Cossart, Gordon & C ^a	86
4.1.2- O sector sacarino	90
4.1.2.1- A Companhia Fabril de Açúcar Madeirense	98
4.1.2.2- A fábrica de S. Filipe	108

Capítulo V – O factor empresarial	112
5.1- Exposição geral	113
5.1.1- Os empresários vinícolas.....	117
5.1.2- Os empresários sacarinos	122
Capítulo VI – As estratégias empresariais	127
6.1- O sector vinícola.....	128
6.1.1- A firma The Madeira Wine	131
6.2- O sector sacarino	138
6.2.1- A firma William Hinton & Sons.....	143
6.2.2- A Companhia da Aguardente da Madeira	160
Capítulo VII – Considerações finais.....	164
Fontes e Bibliografia	170
Apêndice	187

Índice de quadros, gráficos e figuras

Quadros

Quadro 1 - Número de fábricas que produziam aguardente e mel (por concelhos)	32
Quadro 2 - Alvarás para estabelecer/conservar fábricas de açúcar e destilação de aguardente.....	33
Quadro 3 - Fabrico de açúcar na Madeira	33
Quadro 4 - Importação de caixas e volumes de garrafas e exportação de vinho	50
Quadro 5 - Importação de açúcar.....	56
Quadro 6 - Capital das sociedades que tinham o vinho como objecto de comércio (em escudos).....	81
Quadro 7 - Principais firmas exportadoras de vinho da Madeira.....	87
Quadro 8 - Destinos da exportação do vinho da Madeira (em hectolitros).....	90
Quadro 9 - Capital das sociedades que tinham o açúcar e o álcool como objectos de comércio (em escudos).....	92
Quadro 10 - Capital das sociedades que tinham a aguardente como objecto de comércio (em escudos)	95
Quadro 11 - Distribuição sócio-profissional dos investidores	115
Quadro 12 - Volume de vinho exportado (em hectolitros)	120
Quadro 13 - Fontes de energia usadas nas fábricas de açúcar e destilação de aguardente	144
Quadro 14 - Laboração da fábrica do Torreão (valores médios)	147

Gráficos

Gráfico 1 - Imposto de estufa (1\$92 por pipa/ano).....	21
Gráfico 2 - Exportadores inscritos na Alfândega do Funchal.....	45
Gráfico 3 - Exportação de vinho da firma Cossart, Gordon & C ^a	89
Gráfico 4 - Fabrico de aguardente na Madeira	188

Figuras

Figura 1 - Fábrica de S. Filipe - Colecção Perestrellos - Museu Photographia Vicentes (s.d.).....	1
Figura 2 - Preços do barril de mosto (1927)	20
Figura 3 - Apanha da cana-de-açúcar (1.º quartel do século XX).....	36
Figura 4 - Embarque de pipas de vinho da firma H. M. Borges Suc. Lda. (entre 1926-34).....	42
Figura 5 - Pátio interior da Madeira Wine Association Lda. (Rua de S. Francisco, em 1932)	136
Figura 6 - Interior da fábrica do Torreão.....	146

Capítulo I – Exposição e definição do problema

1.1- Objectivo geral

A presente dissertação de mestrado tem como objectivo analisar as empresas que, no período compreendido entre 1870 e 1930, lidaram directamente com a exploração de duas áreas fulcrais da economia da Madeira. Nessas seis décadas, identificadas por Geoffrey Jones como as da primeira economia global, as culturas da vinha e da cana sacarina enfrentaram diversas dificuldades relacionadas com a produção e a comercialização. Naturalmente que estes constrangimentos se reflectiram nas estratégias empresariais adoptadas, com o propósito de superar as contrariedades da aposta em géneros pouco dinâmicos e de difícil colocação nos mercados, quer a nível nacional, no caso do açúcar, quer internacional, com o vinho da Madeira.

O sector empresarial madeirense era constituído essencialmente por empresas familiares. No que respeitou ao vinho da Madeira, existiu uma influente comunidade britânica, que controlou os circuitos de comercialização através de empresas centenares, algumas das quais fundadas no século XVIII. As epidemias do oídio, em meados do século XIX, e da filoxera, no terceiro quartel desse século, afastaram algumas dessas empresas. A recuperação do sector foi dificultada com a concorrência de outros vinhos generosos, ao mesmo tempo que se agravou a tendência internacional de descida dos preços. Esta conjuntura difícil possibilitou o surgimento de novos agentes económicos, designados de partidistas.

A regulamentação do sector vitivinícola procurou corresponder aos principais desafios que se colocaram aos vinhos licorosos nacionais. O Estado apostou na fiscalização dos circuitos de produção, de tratamento e de comercialização. Mas a competitividade passou igualmente pela descida dos custos de produção, a aposta na qualidade do produto e em novas formas de organização empresarial. Apesar dos transtornos ao nível dos transportes marítimos e dos mercados consumidores, o *boom* das exportações no pós-guerra perspectivou boas oportunidades de negócio, mas depressa se constatou a aparente prosperidade. Neste cenário, as empresas optaram pela concentração como meio de enfrentarem as contingências da produção e comercialização do vinho da Madeira. Esta solução foi apontada como meio de congregar interesses, conseguir um produto mais homogéneo e disponibilizar maiores *stocks*.

Os principais incentivos à cultura da cana-de-açúcar surgiram na sequência das epidemias que afectaram a viticultura. As perspectivas iniciais eram bastante apelativas para os proprietários e industriais, pois o retorno dos investimentos na reconversão agrícola ocorreria ao fim de poucos anos. Os mercados para o açúcar, o álcool, a aguardente e o mel revelavam-se lucrativos, ainda que limitados à dimensão dos mercados insulares e do continente português.

No início da década de 1880, um fungo destruiu os canaviais madeirenses. A recuperação desta cultura passou pela introdução de variedades mais resistentes, mas de menor riqueza sacarina. Os industriais aproveitaram para obter vantagens na importação de melaço, destinado ao fabrico de álcool para tratamento do vinho da Madeira, e de ramas de açúcar, para refinar. Porém, o preço do álcool constituiu um pomo de discórdia relativamente aos vitivinicultores.

As empresas que apostaram neste sector procuraram dominar o mercado e, deste modo, conseguirem maior poder negocial junto ao poder político. Porém, as dificuldades avolumaram-se com a concorrência do açúcar de outras regiões produtoras, com orografias mais favoráveis à mecanização. O apoio dos Estados à produção de açúcar de beterraba e os desenvolvimentos tecnológicos ameaçaram a sobrevivência da indústria de cana sacarina, nomeadamente com a quebra de preço nos mercados internacionais. Podemos ainda referir a aposta no fabrico de açúcar de cana em algumas colónias portuguesas de África, mas isso não representou uma ameaça à comercialização do açúcar madeirense.

A institucionalização do regime sacarino na Madeira assegurou o escoamento da produção e permitiu a expansão dos canaviais. Porém, o aumento da produção e do consumo de aguardente em inúmeros engenhos fundados por toda a Ilha suscitou a intervenção do Estado. O processo negocial decorreu ao longo da terceira década do século XX, culminando com o encerramento de treze engenhos localizados na costa Sul da ilha da Madeira. A outra iniciativa relacionou-se com a formação de uma empresa monopolista para comercializar a aguardente na Madeira. Deste modo, as fábricas de açúcar e álcool tiveram maiores possibilidades de se abastecerem de matéria-prima.

A presente dissertação organiza-se em torno de dois eixos principais. O primeiro alusivo às empresas que negociaram o vinho da Madeira e o segundo sobre as empresas que exploraram as

indústrias do açúcar, do álcool e da aguardente. Além deste capítulo, referente à exposição e definição do problema, do segundo capítulo, com a caracterização dos sectores agro-industriais do vinho e da cana sacarina, e do último, relativo às considerações finais, a estrutura adoptada assentou em outros quatro capítulos. Assim, no terceiro, abordamos o marco institucional, no quarto, as sociedades comerciais, no quinto, os empresários e, no sexto, as estratégias empresariais. Esta ordem não pretendeu constituir uma hierarquia em relação à importância dos mesmos. No entanto, estamos certos que representavam os principais sectores económicos da Madeira, no período considerado.

Assim, no segundo capítulo, abordamos as condições ligadas à preparação e exportação do vinho da Madeira, tendo como referências a situação económica do Arquipélago, a evolução da economia nacional e as alterações no comércio internacional de vinhos licorosos. No terceiro capítulo, traçamos um quadro geral das *rules of the game* ou, para ser mais preciso, do marco institucional definido pela legislação. Nesse sentido, tentamos verificar se as leis procuraram harmonizar os vários interesses, tendo em conta a diversidade de agentes económicos nacionais e estrangeiros, sem descurar a adequação das normas às condições de produção e aos requisitos dos mercados internacionais de vinhos licorosos.

À semelhança do que ocorreu com o vinho do Porto e outros vinhos de origem controlada, a lei de 11 de Março de 1909 procurou definir as condições de produção e de tratamento do vinho da Madeira, sendo rectificada poucos anos depois pela lei de 13 de Novembro de 1913. A Alfândega do Funchal ficou incumbida de registar os produtores, os partidistas, os exportadores e fiscalizar as contas correntes relativas às entradas e saídas de vinho e álcool das estufas e armazéns dos exportadores. Não obstante a burocratização do processo produtivo, as firmas e o próprio Estado encetaram esforços na defesa da marca *vinho Madeira*. As estratégias adoptadas passaram quer pelo recurso aos meios judiciais, através da instauração de processos de contrafacção, quer pela via diplomática, mediante a assinatura de convénios internacionais e a obtenção do tratamento de nação mais favorecida.

No quarto capítulo, analisamos as sociedades comerciais relacionadas com o tratamento e exportação do vinho da Madeira. Num primeiro momento, fazemos uma abordagem teórica sobre os últimos desenvolvimentos no domínio da história empresarial. Em seguida, pretendemos acompanhar a

formação de sociedades comerciais ao longo do tempo, tendo como ponto de referência os períodos anterior e posterior ao reconhecimento da região produtora de vinho da Madeira. Neste âmbito, tentaremos retirar algumas ilações em relação ao capital social envolvido na fundação das empresas relacionadas com esta actividade económica e ainda sobre a duração estipulada no contrato social. Tendo por base alguns valores reunidos sobre a empresa *Cossart Gordon & C^a*, que negociou os maiores volumes de vinho da Madeira, tentamos estabelecer algumas conclusões em relação à evolução das exportações de vinho licoroso, no período de 1870-1930.

O quinto capítulo incidiu sobre os empresários que negociaram o vinho da Madeira. Partindo das referências encontradas nas escrituras de constituição das firmas, procuramos traçar um quadro explicativo sobre as categorias socioprofissionais dos investidores. Neste âmbito, procuramos discernir o grau de intervenção dos partidistas na preparação e comercialização do vinho licoroso, nomeadamente no que respeitou à exportação.

No sexto capítulo, abordamos as estratégias empresariais adoptadas para responder às solicitações dos mercados. Nesse sentido, procuramos acompanhar a concentração das empresas, tendo como ponto de partida a constituição da *Madeira Wine Company*, bem como de algumas tentativas anteriores de formar sociedades congéneres e, inclusive, uma cooperativa. Entroncando neste assunto, abordamos as diferentes estratégias de gestão dos negócios, designadamente através da diversificação da oferta ou dos investimentos.

No que concerne ao segundo eixo da dissertação, abordamos as sociedades comerciais relacionadas com as indústrias do açúcar e álcool ou da aguardente e mel. Tal como referimos anteriormente, o assunto será tratado em quatro capítulos: o marco institucional, as sociedades comerciais, os industriais e as estratégias empresariais. Deste modo, no terceiro capítulo, analisamos a legislação promulgada sobre este importante sector da economia local. Tentaremos discernir a evolução que conduziu ao estabelecimento do regime de protecção à indústria da cana sacarina, no período de 1895 a 1919, procurando identificar os diferentes protagonistas e interesses em jogo, sobretudo no que se

referiu ao álcool, utilizado na preparação dos vinhos da Madeira. Chamamos a atenção para as razões que deram origem às crescentes restrições ao fabrico de aguardente, na terceira década do século XX.

O quarto capítulo incidiu sobre as sociedades comerciais que transformavam a cana-de-açúcar. Neste âmbito, tentamos traçar uma panorâmica da tipologia das empresas que apostavam nestas actividades, a fim de justificar os frequentes investimentos em novas tecnologias destinadas a aumentar o rendimento industrial. Para o efeito, procuramos estabelecer os montantes investidos na construção dos edifícios, maquinaria, salários e matérias-primas, bem como os valores declarados nos respectivos contratos sociais. A título de exemplo, apresentamos algumas cifras em relação à *Companhia Fabril de Açúcar Madeirense*, que podemos considerar como a primeira unidade de produção local de dimensão significativa. Posteriormente, tentaremos enquadrar a fundação da fábrica de S. Filipe no período de liberalização do mercado, com o objectivo de justificar o insucesso desta iniciativa do capitalista madeirense Henrique Figueira da Silva.

O quinto capítulo tratou os industriais do açúcar e da aguardente. Neste âmbito, procuramos traçar o perfil sócio-profissional dos accionistas que apostaram no sector transformador da cana-de-açúcar produzida localmente e, durante a vigência do regime sacarino, na importação de melaço para o fabrico de álcool e de açúcar para refinar ou auxiliar a laboração.

No sexto capítulo, abordamos as estratégias empresariais. Assim, discurremos sobre a distribuição de dividendos e a sua relação com os aumentos do capital social, nomeadamente com a entrada de novos sócios ou a possibilidade de *insider lending*, e a diversificação de objectos de comércio presentes na constituição das sociedades. No que concerne à direcção das empresas, procuramos distinguir as sociedades de controlo familiar relativamente às gerenciais, a formação e contratação de mão-de-obra e as opções tomadas pelos associados perante o aumento das dificuldades no exercício das suas indústrias. Para finalizar, abordamos o fenómeno de concentração industrial neste sector, através da referência às firmas *William Hinton & Sons* e *José Júlio de Lemos*, no sector do açúcar e do álcool, e à constituição da *Companhia da Aguardente da Madeira*, para comercializar esse género.

1.2- Motivação deste projecto

A história empresarial assumiu nas últimas décadas uma importância crescente como uma das vertentes mais promissoras da história económica. O entendimento da interacção entre as empresas e as comunidades locais contribui decisivamente para a valorização da identidade regional e local. Por isso, é de todo o interesse acautelar este *património, memória e identidade*, muitas vezes descurado pelos mais variados motivos. Entre estes, podemos referir a falta de espaço, as condições de conservação, as obras de remodelação nas sedes das empresas, a mudança de instalações e a própria legislação, que definiu um limite para a conservação da documentação comercial. Mesmo nos nossos dias, algumas empresas ainda descuram o potencial dos suportes multimédia como alternativa ao papel.¹

A presente dissertação justifica-se porque existem diversos estudos na área da história económica, mas quase nada se conhece sobre o contributo das empresas no desempenho da economia portuguesa. Nesse sentido, pretendemos investigar a dinâmica da formação, organização, funcionamento e transformação das empresas ligadas à exportação do vinho da Madeira ou que fabricavam o açúcar, o álcool e a aguardente, no período de tempo definido.

A produção literária sobre a economia da Madeira é relativamente extensa. Os vários interesses vislumbravam-se em artigos de jornal, sendo nalguns casos coligidos e publicados sob o formato de livro. Parte da legislação destinada a regulamentar os sectores agro-industriais do vinho e da cana-de-açúcar foi objecto de publicação e de análise na imprensa local. No período em estudo, diversos autores também se pronunciaram sobre a situação económica da Ilha.

A maior parte das investigações realizadas sobre o vinho e a cana sacarina incidiram sobre os séculos XV a XVII, ainda que em alguns casos a pesquisa se tenha prolongado até ao início do século XIX. A abordagem tradicional prendeu-se com o estabelecimento de ciclos económicos na fase inicial do povoamento da Madeira, ou o destaque atribuído às comunidades estrangeiras, particularmente a inglesa, no tocante à exportação do vinho da Madeira. O episódio conhecido como «*a questão Hinton*», ou seja, o

¹ José Amado Mendes, «Arquivos empresariais: história, memória e cultura de empresa» *In Revista Portuguesa de História. Homenagem a Sérgio Soares*, t. XXXV (2001-2002), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de História Económica e Social, pp. 383-386.

estabelecimento do monopólio no fabrico de açúcar e álcool, também mereceu a atenção dos investigadores. Uma outra teoria tentou estabelecer uma relação em termos de custos/benefícios das relações económicas entre a Madeira e o continente português. O estudo mais recente procurou avaliar o desempenho da economia insular entre 1850 e 1914, em função das suas condicionantes e limitações.

1.3- Justificação das fontes e da metodologia

A presente dissertação alicerçou-se numa complexa e exaustiva investigação. A documentação existente em arquivos empresariais e/ou familiares era muito escassa e nem sempre se encontrou disponível para consulta. Por este facto, orientamos a investigação para outros núcleos documentais, que poderiam fornecer pistas sobre as empresas que lidaram nos sectores agro-industriais do vinho e da cana-de-açúcar. Estes contratempos, por si sós, podiam colocar em causa parte das nossas ilações.²

A pesquisa do núcleo documental da Alfândega pareceu ser uma boa alternativa à quase inexistência de arquivos empresariais. O controlo do tráfico comercial estava relativamente facilitado, porque se processava por intermédio do porto do Funchal. Porém, como este fundo documental ainda se encontrava em fase de catalogação, servimo-nos de um inventário provisório, gentilmente cedido pelo Dr. Luís Miguel Jardim. Sentimos novos constrangimentos em abordar o universo empresarial madeirense porque não conseguimos elaborar séries sobre as empresas ligadas à importação e à exportação.

Optamos por perscrutar o núcleo notarial do Arquivo Regional para efectuar um levantamento da constituição de sociedades, no período considerado. Esta alternativa apresentou desde logo o inconveniente de lidarmos com algumas empresas fundadas em datas não compreendidas naquele período temporal. Assim, corríamos o risco de omitir algumas das empresas mais antigas, caso estas não alterassem os respectivos contratos sociais. Porém, este risco estava parcialmente coberto porque tratámos as empresas no decurso de três gerações.

² Queremos deixar uma palavra de agradecimento às empresas seguintes, que nos facilitaram a consulta dos seus arquivos: Madeira Wine Company, H. M. Borges & C^ª, Sociedade de Engenhos da Calheta e Engenho do Ribeiro Seco.

A pesquisa dos registos notariais apresentou diversas limitações. Ponderamos sempre a hipótese de nem todas as sociedades se encontrarem formalmente constituídas. Além disso, esta fonte não permitiu avaliar o desenvolvimento dos negócios. Só em casos excepcionais é que oficializavam as transacções, visto este ser um recurso moroso e dispendioso. Porém, mais preocupante foi encontrarmos sérias lacunas na década de 1920. Só a amabilidade dos serviços do Arquivo Regional, ao permitirem a consulta directa, permitiu-nos descortinar uma importante série de escrituras em livros por inventariar.

A dissertação assentou em cerca de quinhentos e cinquenta casos, que reunimos a partir do fundo notarial. Através das escrituras, podemos identificar, entre outras coisas, a data de criação, os nomes dos investidores, a denominação das firmas, as sedes das sociedades, os montantes de capital investidos, as estratégias de diversificação dos investimentos ou ainda as formas adoptadas para a gerência e a prestação de contas. Todas estas informações foram organizadas numa base de dados.³

A consulta da legislação relacionada com o vinho da Madeira e a cana-de-açúcar apresentou algumas dificuldades, designadamente o facto de o *Diário da República* passar a incorporar três séries, mas apenas a primeira integrou a colecção do Arquivo Regional da Madeira. Por isso, tivemos de complementar esta lacuna com a pesquisa na colecção de legislação do Arquivo da Câmara Municipal do Funchal. Servimo-nos ainda de algumas compilações de legislação reunidas por interessados na economia da Ilha. Aproveitamos igualmente a publicação de legislação na imprensa insular, sobretudo no decurso da década de 1920. O vasto conjunto reunido permitiu-nos estabelecer o quadro legal em que se processou o desenvolvimento das empresas relacionadas com os sectores agro-industriais madeirenses.

Por último, o núcleo documental do Governo Civil, igualmente incorporado no Arquivo Regional, teve grande interesse para a investigação, sobretudo no que respeitou aos requerimentos e à concessão de alvarás para o funcionamento dos engenhos. A correspondência desta autoridade com diversas entidades regionais e nacionais contribuiu para esclarecer alguns aspectos relativos ao sistema produtivo insular. Os manifestos do vinho, que infelizmente só existiam para os anos de 1870 a 1887, foram instrumentos de enorme importância para identificar os negociantes, a quantidade e a qualidade do vinho que entrou em beneficiação nas estufas de calor artificial.

³ A construção da base de dados só foi possível com o contributo dedicado de minha irmã Dulce Pacheco, a quem, obviamente, agradeço.

Capítulo II – Caracterização dos sectores agro-industriais do vinho e da cana sacarina na Madeira (1870-1930)

2.1- O vinho

A produção vitivinícola representou um sector muito importante da economia da Madeira, no período de 1870 a 1930. Nos parágrafos seguintes, procuramos sintetizar os principais problemas e desafios que se depararam às diversas sociedades que apostaram nesta actividade agro-industrial. Assim, começamos por analisar a viabilidade dos métodos e das técnicas de produção. Depois, abordamos as epidemias e a substituição das castas tradicionais. Em seguida, tratamos as dificuldades relacionadas com a orografia e a inexistência de uma rede de transportes. Para finalizar, discorremos sobre o volume de vinho exportado e as possibilidades de competir com os vinhos de outras regiões produtoras.

A maior parte do vinho da Madeira resultou da pisa simultânea de diferentes castas, cultivadas indistintamente. O vinho era fabricado em lagares pelo sistema de bica aberta, sendo depois compensado e adubado pelos exportadores ou por intermediários, denominados partidistas. Todavia, as crescentes exigências dos mercados contribuíram para alterar paulatinamente esta prática secular. Os vinicultores passaram a adquirir as uvas antes da maturação, incumbindo o seu agente ou um especialista de dirigir os trabalhos de colheita, de pisa e de transporte do mosto para os armazéns localizados no Funchal.⁴

Os preços do mosto ou do vinho eram directamente influenciados por condicionalismos climatéricos e patológicos. Os maus anos agrícolas correspondiam a quebras na produção e subida dos preços, mas podiam entrar em funcionamento mecanismos de compensação. A sobreprodução acarretou crises de armazenamento, baixa dos preços e dificuldades no escoamento, quer para os produtores, quer para os exportadores. Assim, as boas colheitas podiam provocar a invasão dos mercados internacionais por vinhos usualmente mais baratos, enquanto que uma sequência de bons anos podia resultar na saturação dos mercados. A estabilização dos consumos dificultou o escoamento, fazendo com que a crise

4 Benedita Câmara, «O Vinho da Madeira (1850-1914)», *In Os Vinhos Licorosos e a História: Seminário Internacional*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998, p. 121. Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, vol. I, 4ª Edição, Funchal, 1989, p. 583. Henry Vizetelly, *Facts about Port and Madeira and Madeira, with notices of the wines vintaged around Lisbon, and the Wines of Tenerife*, London, Ward, Lock, and C°, 1880, pp. 182-183. O circuito comercial do vinho do Porto era muito similar ao da Madeira. V. António L. Pinto Costa, «O destino do Alto Douro (1900-1930)» *In História*, n.º 35, Outubro de 1997, p. 33. *Idem*, *Alto Douro, Terra de Vinho e de Gente. A vida quotidiana alto-duriense no primeiro terço do século XX*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, p. 255. Carlos Melo Brito, *Estrutura e Dinâmica do Sector do Vinho do Porto*, Instituto do Vinho do Porto, 2/Cadernos da Revista Douro – Estudos & Documentos, 1997, p. 39.

alastrasse a todo o sector vitivinícola. Nestas circunstâncias, parte dos exportadores recusou-se a efectuar compras de mosto, à excepção dos seus fornecedores tradicionais.⁵

Os preços de aquisição eram livremente estipulados pelos compradores, designadamente pelas casas exportadoras mais importantes. Os valores praticados tinham em consideração as expectativas de produção e de exportação e os custos de transporte. Porém, as empresas adoptaram estratégias relativamente concertadas na definição dos mesmos. Esta situação contribuiu para deteriorar o rendimento dos produtores, particularmente numa conjuntura internacional de desvalorização dos vinhos de elevado teor alcoólico. O problema foi especialmente visível na transição do século XIX para o XX. A descida do preço dos vinhos licorosos e as dificuldades do Estado português em estabelecer tratados de comércio coincidiram com a subida dos custos de produção. Nestas circunstâncias, os rendimentos vitivinícolas impossibilitavam a modernização dos métodos e das técnicas de produção.⁶

A conjuntura internacional reflectiu-se no fluxo das exportações de vinhos licorosos de preço elevado. O custo da pipa de vinho do Porto, em 1914, rondou os 70\$00, enquanto o congénere da Madeira se ficou por 20\$00 a 30\$00. No decurso da 1ª Guerra Mundial, o Governador Civil fixou o barril de mosto em 5\$00, incluindo os custos de transporte até ao Funchal. Em 1917, o preço da pipa foi de 40\$00 a 50\$00, devido à quebra de produção resultante da infestação do míldio. Com o armistício, o preço da pipa de mosto ascendeu a 90\$00, sendo acompanhado pelo aumento dos preços de exportação, na ordem dos 300%. Porém, os ganhos diluíram-se com a inflação. A taxa de câmbio do escudo desvalorizou-se aproximadamente 13 vezes entre 1919 e 1923, enquanto os preços internos aumentaram pouco mais de 5 vezes.⁷

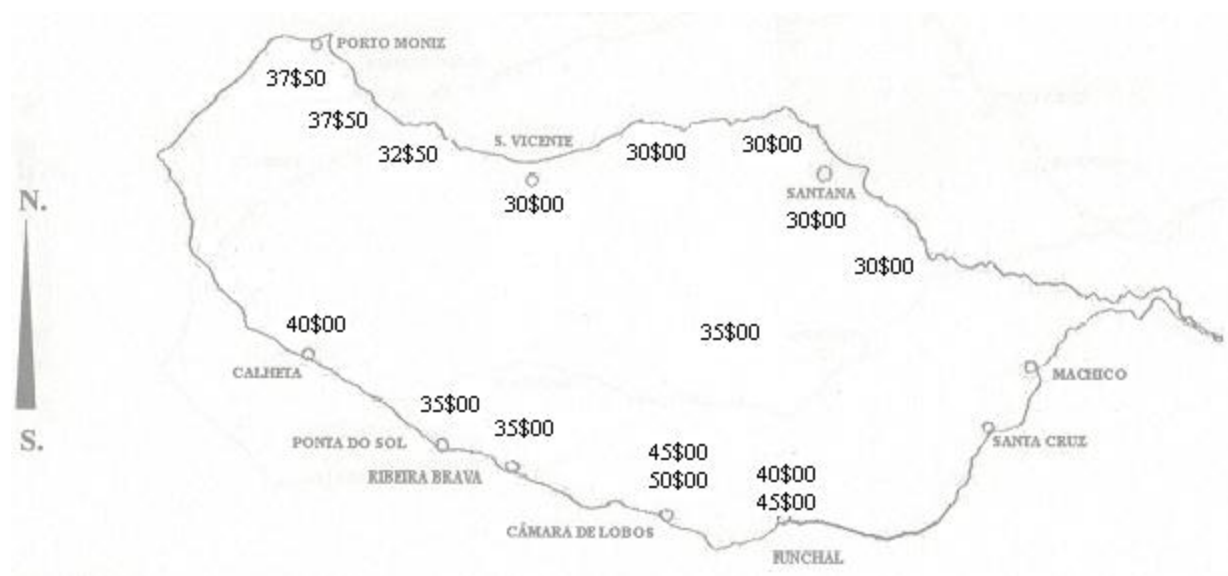
5 Conceição Andrade Martins, *Memória do Vinho do Porto*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, 1990, p. 31.

6 ARM, *O Diário do Commercio*, n.º 2336, 20 de Setembro de 1904. *Idem*, n.º 2889, 11 de Agosto de 1906. *Idem*, *Diário do Comércio*, n.º 3607, 9 de Outubro de 1909.

7 ARM, *Diário da Madeira*, n.º 2249, 12 de Setembro de 1918. *Idem*, n.º 4621, 21 de Novembro de 1926. Conceição Andrade Martins, *Memória do Vinho...*, pp. 31-32. Eduardo Antonino Pestana, *Ilha da Madeira*, Vol. II Estudos Madeirenses, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1970, pp. 233-235. Abel M. Mateus, *Economia Portuguesa: Crescimento no Contexto Internacional (1910-1998)*, 2ª Edição, Lisboa-São Paulo, Editorial Verbo, 2001, p. 34. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (orgs.), *História Económica de Portugal (1700-2000)*, vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 228, o período de 1914 a 1924 correspondeu a um dos mais intensos processos inflacionistas de Portugal, resultando na multiplicação por oito do custo de vida. António José Telo, «A obra financeira de Salazar: a “ditadura financeira” como caminho para a unidade política, 1928-1932» *In Análise Social*, vol. XXIX, n.º 128, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1994, p. 781.

O propósito de diferenciar o pagamento do mosto ou do vinho em função das castas ou do grau pareceu iniciar-se em 1922. Um lustro depois, as casas exportadoras reuniram para fixarem os preços do vinho em mosto, tendo em conta as áreas de cultivo, as capacidades dos barris (de 44,5 a 56 litros), as castas e as modalidades de pagamento (usualmente em duas prestações). A distinção fazia-se entre o *Jacquez* e as restantes castas, especialmente em Câmara de Lobos e nos arredores do Funchal. Nos restantes concelhos, o vinho foi pago por igual (*Vide* Figura n.º 1). Em termos gerais, a qualidade era determinada pela localização das vinhas e a qualidade do *vintage*.⁸

Figura 1 - Preços do barril de mosto (1927)



Depois de descarregado nos armazéns dos exportadores, o mosto ficava em repouso até ao início da fermentação, sendo-lhe adicionado cerca de 3% de aguardente. Esta prática tradicional foi paulatinamente abandonada por princípios economicistas. A explicação prendeu-se com o facto de parte do álcool evaporar com o calor das estufas. Porém, alguns especialistas advogaram as vantagens do aquecimento em simultâneo do álcool e do vinho.

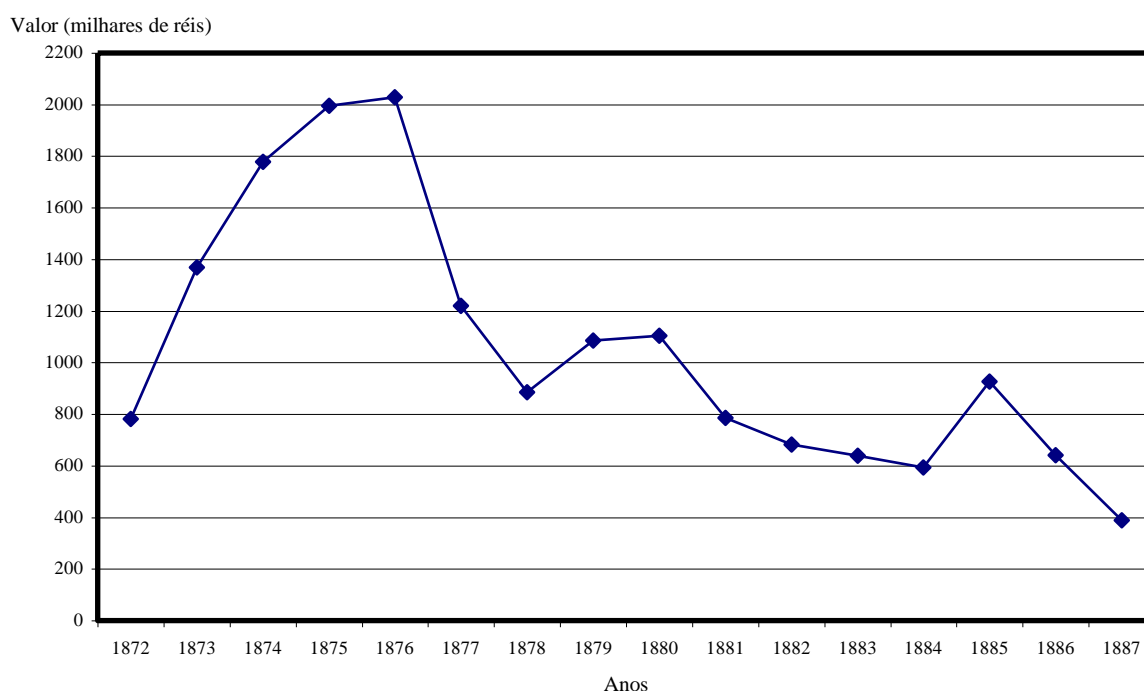
Os vinicultores envelheciam o vinho em armazéns aquecidos artificialmente, à temperatura de 130º-170º Fahrenheit, através de fornalhas a carvão de pedra ou lenha. No entanto, ainda usavam o tradicional envelhecimento em canteiro, em estufas de sol e, esporadicamente, o vinho da roda ou torna-

⁸ ARM, *Diário da Madeira*, n.º 4836, 26 de Agosto de 1927, o vinho do Porto Santo era comprado a 50\$00 ao barril. *Idem*, *O Comércio da Madeira*, n.º 475, 4 de Outubro de 1921. José Tavares, *Subsídios para o Estudo da Vinha e do Vinho na Região da Madeira*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1953, pp. 32-33. James Simpson, «Too little regulation? The British market for Sherry, 1840-90» *In Business History*, vol. 47, n.º 3, 2005, p. 376.

viagem. As estufas de sol eram geralmente bem aceites em áreas urbanas, visto não apresentarem inconvenientes de incêndios, cheiros, fumos ou pó de carvão. Nas freguesias rurais, os cascos eram dispostos em locais de maior insolação.⁹

O aquecimento artificial contribuiu para diminuir os custos de produção. O sistema permitiu reduzir o tempo de envelhecimento do vinho para 3 a 6 meses, consoante a qualidade e as preferências do exportador. Além disso, reflectiu-se na valorização dos vinhos de qualidade inferior. Porém, a epidemia de filoxera provocou uma quebra no volume de vinho estufado (*Vide Gráfico n.º 1*). O sistema tradicional de envelhecimento em canteiro demorava, em média, 6 a 15 anos. Ou seja, implicava imobilizar capital durante um período de tempo prolongado, com o risco permanente do vinho se deteriorar.

Gráfico 1 - Imposto de estufa (1\$92 por pipa/ano)



Nota: Os vinicultores deixaram de pagar o imposto de estufa em 1887, por o considerarem ilegal.

Fonte: ARM, *Governo Civil*, L.ºs 604 e 605.

Os principais inconvenientes do tratamento do vinho em estufas diziam respeito à desarticulação das vasilhas ou o perigo de transmitir o sabor a torrado, decorrente da evaporação do álcool e dos aromas naturais do vinho por uma abertura existente na parte superior dos recipientes. Por este facto, os armazéns

⁹ ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 680, 14 de Novembro de 1870, cerca de 22 hectolitros de vinho, com a marca de fogo Blandy, passaram o Equador para melhorarem a qualidade. *Idem*, *A Voz do Povo*, n.º 770, 14 de Abril de 1877. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, pp. 121-123.

dos exportadores albergavam usualmente tanoarias, ainda que os materiais combustíveis representassem o perigo constante de incêndios. Parte destes riscos foram minimizados com a construção de tanques em alvenaria e cimento ou em metal.¹⁰

A viticultura nacional encontrava-se em recuperação durante a segunda metade do século XIX, até atingir a plena produção na transição para o século XX. A produção de vinho comum progrediu bastante, em resultado da reconversão vitícola e do fungo que destruiu os canaviais. No entanto, o aumento do volume de exportação revelou-se difícil, em resultado das alterações do mercado consumidor, da inconstância do abastecimento e do preço elevado. Nestas circunstâncias, a imprensa insular noticiou que um viticultor de S. Vicente destilou o vinho *Jacquez*, obtendo por barril 2 galões e 4 quartilhos de aguardente, a 28° Cartier, com o valor de 1\$40 ao galão. Esta experiência evidenciou as vantagens de destilar o vinho de menor qualidade, face ao mosto, negociado a 2\$50 ao barril. O próprio Governador Civil intercedeu para o fabrico excepcional de álcool em 1895, a fim de impedir a adição do mosto de peros ao mosto de uvas, e aconselhou o fabrico de vinagre ou a destilação em aguardente.¹¹

A definição dos tipos de vinhos licorosos destinados à exportação e a manutenção das suas características requereram alguns tratamentos por parte dos vinicultores, consistindo na adição de álcool e na correcção da coloração, do aroma e do sabor, aumentando os encargos com a produção. A alcoolização do vinho da Madeira tinha a particularidade de poder ocorrer em diversas fases, sendo usual a adição de álcool para paralisar a fermentação ou então após o aquecimento. Porém, esta particularidade

10 *Inquérito sobre a situação económica da Ilha da Madeira e medidas convenientes para a melhorar ordenado por Decreto de 31 de Dezembro de 1887*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, pp. 123-125, distinção entre a pasteurização e a estufagem. ARM, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 659, fl. 168v.º, a firma Leacock & Cº pretendeu aumentar a tanoaria. *Idem*, L.º 674, fl. 182v.º, a mesma firma pretendeu construir um armazém na Quinta da Bichinha, para servir de tanoaria. *Idem*, *Diário do Commercio*, n.º 1148, 29 de Agosto de 1895, o Conde de Canavial afirmou que os custos de produção dos vinhos não estufados eram inferiores aos dos vinhos estufados. *Idem*, *Diário do Comércio*, n.º 3535, 17 de Julho de 1909, um fogo nos armazéns de F. F. Ferraz consumiu dois tonéis e madeira. *Idem*, *O Comércio da Madeira*, n.º 667, 16 de Dezembro de 1898, deflagrou um incêndio de origem desconhecida na estufa do Conde de Canavial, pelas 3 horas da madrugada, provocando danos materiais e a destruição de 100 pipas de vinho. *Idem*, n.º 313, 6 de Março de 1921, novos armazéns da firma Castro, Santos & Companhia. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, pp. 122-124.

11 ARM, *Governo Civil*, L.º 632, fls. 86v.º-88 e 193v.º. *Idem*, L.º 613, fls. 246v.º-247. *Idem*, *Diário do Comércio*, n.º 947, 3 de Dezembro de 1899. *Idem*, *O Diário do Commercio*, n.º 1281, 8 de Fevereiro de 1901. *Idem*, *Correio da Madeira*, n.º 56, 31 de Maio de 1922. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 4818, 4 de Agosto de 1927. Noël Cossart, *Madeira, the island vineyard*, London, Christie's Wine Publications, 1984, pp. 90-91. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 105-107 e 139, a distinção entre as vertentes Norte e Sul da Madeira também se reflectiu no sistema de cultivo, respectivamente, em balseira e em latada. Alain Huetz de Lemp, *Le Vin de Madere*, Editions Glénat, 1989, p. 63. Conceição Andrade Martins, «A filoxera na viticultura nacional» *In Análise Social*, vol. XXV, n.º 112-113, 1991, p. 659. Alex Liddell, *Madeira...*, p. 57.

estava relacionada com a menor qualidade das colheitas e a necessidade de fabricar vinhos a custos reduzidos, o que facilitava as falsificações, tal como sucedeu com o *Sherry* espanhol.¹²

Os exportadores e os partidistas utilizavam o vinho surdo, o álcool vínico, o álcool industrial e o álcool de cana-de-açúcar madeirense, inicialmente *restilho*, a 30° Cartier, e posteriormente rectificado, a 40° Cartier, para adubarem os vinhos da Madeira, até os 17°-19°C. Independentemente da matéria-prima, a opinião corrente na época defendeu o uso de álcool a 95°C, ou 40° Cartier. Porém, alguns viticultores preferiam o emprego de aguardente vínica, a 30° Cartier, como meio de queimar os vinhos de qualidade inferior.¹³

Após a alcoolização, seguia-se a clarificação com carvão vegetal, usualmente de urze, as trasfegas e as colagens com clara de ovo, leite, barro, sangue de boi ou goma de peixe, conforme as preferências dos tratadores. Depois de 12 a 18 meses em repouso, o vinho era passado e armazenado em barris, para ser lotado ou considerado colheita especial. A maior parte do vinho era lotado, mas as vindimas de qualidade excepcional eram usualmente engarrafadas.¹⁴

Os vinicultores desenvolveram tipos de vinhos licorosos através do sistema de *blending* de vinhos de diferentes localidades, de forma a conseguirem produtos homogéneos e adequados aos gostos dos consumidores. A *solera* diferenciou-se da lotação porque resultou da mistura de vinhos de diferentes idades, mas de uma única casta, embora com nivelamento da qualidade por baixo. Esta prática comum contribuiu para recuperar os *stocks* de melhores vinhos, num período em que a produção era por vezes inferior à exportação, suscitando dúvidas sobre os produtos vinificados.¹⁵

As condições locais de fabrico e de tratamento e a necessidade de diminuir os custos levaram alguns comerciantes a utilizarem vinhos de qualidade inferior na lotação dos vinhos licorosos da Madeira.

12 James Simpson, «Too little regulation?», p. 374.

13 ARM, *Diário da Madeira*, n.º 4482, 6 de Junho de 1926. Benedita Câmara, «O vinho Marsala e o vinho da Madeira (1870-1914)» In *Douro – Estudos e Documentos*, vol. V (10), 2000, p. 104. *Idem*, «O Vinho da Madeira (1850-1914)», pp. 124-125. Ramon Rodrigues, *Subsídios para a Solução do Problema Agrícola da Madeira*, Lisboa, 1934, p. 55. J. Reis Gomes, *Casos de Tecnologia (divulgação científica). Á margem dos programas escolares*, Lisboa, Sociedade Editorial e Livreira, Lda. – Livraria Rodrigues, s.d., pp. 65-66 e 73-75.

14 ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 681, 20 de Agosto de 1873, desembarque de cinco sacos com barro para clarificar vinho. *V Centenário do Descobrimento da Madeira*, coord. P. Fernando A. Silva, Comissão de Propaganda e Publicidade do Centenário, 1922, p. 42. Ramon Rodrigues, *Subsídios para a Solução...*, p. 80. J. Reis Gomes, *O Vinho da Madeira. Como se prepara um néctar*, Funchal, Delegação de Turismo, 1937, p. 14. J. Reis Gomes, *Casos de Tecnologia...*, pp. 64-65. Benedita Câmara, «O Vinho da Madeira...», p. 130.

15 ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 767, 22 de Fevereiro de 1900, nos anos de 1895-98, a produção foi de 105.090 hectolitros e a exportação de 95.972 hectolitros. V. James Simpson, «Too little regulation?», p. 376.

Como referimos, a maioria dos vinhos podia ser melhorado nas estufas, mas também se verificou o aumento da importação de vinho comum nacional.¹⁶

Apenas uma parte da área agrícola tinha apetência para a cultura da vinha e nem todas as castas se adequavam ao fabrico de vinhos licorosos de qualidade, sendo mais prestigiadas a *Sercial*, a *Boal*, a *Malvasia* e a *Verdelho*. Apesar da Convenção de Berna proibir a circulação de videiras ou outras plantas infectadas, aquelas castas foram devastadas pela filoxera. A reconstituição processou-se por intermédio de variedades americanas, como a *Jacquez*, a *Herbemont* ou a *Cunningham*, que permitiam colheitas abundantes, mas de fraca qualidade. Porém, também foram úteis como *cavalos* para a enxertia de castas tradicionais. Esta reconversão reflectiu-se nos circuitos comerciais, em resultado de alterações na composição do vinho e do aumento dos custos.¹⁷

As condições climáticas favoreceram o desenvolvimento das videiras, especialmente nas encostas do Sul da Ilha, mais expostas ao Sol. A área de cultivo oscilou ao longo do tempo, em função da expansão ou da contracção dos mercados. Os proprietários procuravam explorar as culturas que proporcionavam maiores rendimentos, mas a vinha nem sempre correspondeu a esse desiderato. Esta ideia esteve subjacente após as epidemias do oídio e da filoxera. Além disso, a área agrícola adequada à viticultura não permitia qualquer expansão.¹⁸

As possibilidades de exploração do solo também eram condicionadas pela necessidade de preencher os porões dos navios que abasteciam a Ilha. As cargas de retorno eram fundamentais para a redução dos fretes e para a própria viabilidade das escalas comerciais. Assim, constatámos alguma correlação entre os países que abasteciam o Arquipélago e os mercados consumidores do vinho da

¹⁶ Eberhard Axel Wilhem, «O vinho da Madeira falsifica-se na própria Ilha»: o negociante dinamarquês Albert Thorup atacou a «honra madeirense» (1906)», *In Margem*, n.º 10, 1998, p. 8. Alex Liddell, *Madeira*, London-Boston, Faber and Faber, 1998, pp. 52-53 e 70.

¹⁷ ARM, *Documentos avulsos*, caixa 6, n.º 820. *Idem*, *Governo Civil*, L.º 374, fl. 56. *Idem*, L.º 381, fl. 23v.º. Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes, *Elucidário Madeirense*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico [versão em CD-ROM], entrada «Vinhas». Sobre as diversas castas cultivadas, Vide Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo...*, pp. 556-572. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, pp. 103-104, a autora destacou a tendência para a uniformização do cultivo de castas mais produtivas.

¹⁸ Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, pp. 90-93.

Madeira. Os exportadores sentiram dificuldades em assegurarem os transportes durante o conflito, desenvolvendo-se algumas companhias que garantiam as cargas contra os «*riscos de guerra*».¹⁹

A posição geoestratégica do Arquipélago permitiu a fácil inserção nas rotas do comércio internacional, até meados do século XIX. Porém, a abertura do Canal do Suez e a extinção da Companhia das Índias de Este desviou as escalas inglesas, deixando de se abastecerem de vinho na Madeira. A evolução técnica da navegação contribuiu para o menor relevo da Ilha na rota de abastecimento dos vapores, desta feita com a perda de protagonismo mercê das facilidades concedidas no vizinho arquipélago das Canárias. Esta situação foi objecto de diversas reclamações dos negociantes e das autoridades locais, levando o governo a decretar a isenção dos direitos de carga no porto do Funchal.²⁰

Uma das razões do elevado custo de produção do vinho da Madeira relacionou-se com as dificuldades no transporte do mosto, produzido pelos viticultores do Sul, e do vinho claro, dos viticultores do Norte, para os armazéns dos partidistas ou dos exportadores. As vias terrestres eram muito penosas por causa do relevo íngreme e da quase inexistência de rede viária, recaindo essa tarefa invariavelmente em grupos de borracheiros. A própria circulação nos limites do Funchal tornou-se difícil, em virtude do mau estado das ruas, prejudicando a circulação das corças usadas na condução de vinho entre os armazéns dos exportadores. Quanto à via marítima, o clima era geralmente mais favorável na encosta Sul, embora a dificuldade residisse na inexistência de cais acostáveis e demais infra-estruturas de apoio.²¹

O vasilhame constituiu uma preocupação permanente dos exportadores. A maior parte do vinho da Madeira era despachada a granel, usualmente em pipas de exportação, com a capacidade de 418 litros, meias pipas, de 210 litros, quartolas, de 105 litros e barris, de capacidade inferior. A percentagem de

19 O Decreto n.º 2937 manteve a lei n.º 501, de 4 de Abril de 1916. ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 272. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 1523, 7 de Abril de 1916. *Idem*, n.º 1609, 20 de Julho de 1916, embarque de 2.000 pipas, cujo frete ascendeu a 50 contos. *Idem*, n.º 1610, 21 de Julho de 1916. *Idem*, n.º 1628, 11 de Agosto de 1916, a firma W. Hinton & Sons efectuou seguros de carga. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 1868, 25 de Maio de 1917, o Governo português prometeu um vapor para carregar 4.000 pipas. ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 794, fl. 732, os exportadores solicitaram autorização ministerial para o fabrico de 700 hectolitros de álcool.

20 A isenção dos direitos de carga no porto do Funchal iniciou-se com a lei de 16 de Setembro de 1890, sendo prorrogada em 1895, 1900 e 1905.

21 *Considerações apresentadas á Comissão encarregada de estudar a situação economica da Madeira por alguns madeirenses*, Funchal, Typographia do Diário de Notícias, 1888, p. IX, dos cerca de 300 quilómetros de estradas reais previstas, em 1882 apenas estavam concluídos 11. ARM, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 659, fl. 204v.º. *Idem*, L.º 678, fls. 13v.º e 68v.º. *Idem*, L.º 682, fls. 30v.º, 76v.º e 110v.º. Cf. Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo...*, p. 583, Henry Vizetelly, *Facts about Port ...*, pp. 182-183. António L. Pinto Costa, «O destino do Alto Douro...», p. 33, o circuito comercial do vinho do Porto é muito similar ao da Madeira. *Idem*, *Alto Douro, Terra de Vinho...*, p. 255. Carlos Melo Brito, *Estrutura e Dinâmica...*, p. 39.

vinho engarrafado e acondicionado em caixas era diminuta. O engarrafamento competia aos agentes ou distribuidores, por vezes mais interessados em lucros imediatos do que na qualidade do produto.²²

O vinho era encascado em madeira de carvalho e faia da América, sendo comuns as tanoarias anexas aos armazéns das principais casas exportadoras. Os vinicultores utilizavam pipas, ponches e tonéis, com capacidades aproximadas de 550, 630 e 750-2500 litros, respectivamente. Os tanoeiros da Madeira trabalhavam à peça, elevando o custo de cada vasilha. As técnicas empregues eram muito idênticas às da região espanhola do Jerez, concorrente aos mesmos mercados com os seus vinhos licorosos. Este ofício ressentiu-se da evolução da produção e exportação do vinho da Madeira, ao ponto de preverem a redução da semana de trabalho por falta de encomendas.²³

A preparação das vasilhas novas incluiu a medição da capacidade, a marcação com ferro quente, a esterilização no vapor, a habituação com água e o estágio de cerca de 3 meses com vinho comum. Os exportadores podiam destilar esses vinhos e as borras de vinho estragadas nas fábricas matriculadas, livres de quaisquer impostos. No entanto, os industriais tinham de os submeter a tratamento prévio, a fim de não inquinarem o álcool.²⁴

O preço de exportação do vinho da Madeira registou um decréscimo de três vezes no período entre 1870 e 1914, enquanto as quantidades exportadas quintuplicaram. Porém, o peso deste género nas exportações do Arquipélago manteve-se sempre em percentagens bastante significativas, compreendidas entre 60 e 90%. Os preços subiram nos anos posteriores à Guerra, mas a tendência inverteu-se no final da década de 1920. Esta recuperação dos preços deveu-se à inflação e à consequente depreciação da moeda portuguesa, correspondendo a uma redução real das receitas da vitivinicultura. Porém, devemos ressaltar

22 Cf. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, p. 139. Carlos Melo Brito, *Estrutura e Dinâmica...*, p. 54, o autor utilizou a expressão inglesa BOB (buyers' own brand) para designar estes negociantes. James Simpson, «Too little regulation?», pp. 369-371. Rui de Ascensão Ferreira Cascão, *Figueira da Foz e Buarcos, 1861-1910. Permanência e Mudança em duas comunidades do Litoral*, Figueira da Foz, Minerva, 1998, pp. 265-266, o autor ponderou as vantagens e desvantagens desta forma de comercialização do vinho. Alfred D. Chandler Jr., «The United States: Evolution of enterprise» *In The Cambridge Economic History*, vol. VII, 2, Cambridge University Press, 1978, p. 97, ao contrário do verificado nos EUA, os circuitos de comercialização do vinho da Madeira seguiram o modelo tradicional.

23 Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, pp. 138-139. Rui de Ascensão Ferreira Cascão, *Figueira da Foz e Buarcos...*, p. 202.

24 ARM, *Governo Civil*, L.º 632, fl. 267v.º, indeferiu o pedido da firma Leacock & Cª para uma fábrica de aguardente não avençada. *Idem*, L.º 387, fls. 64, 66, 73, 83v.º e 91. *Idem*, *Heraldo da Madeira*, n.º 1993, 3 de Junho de 1911. *Idem*, n.º 2090, 3 de Outubro de 1911. *Idem*, *O Comércio da Madeira*, n.º 306, 26 de Fevereiro de 1921. *Anuário Commercial de Portugal, Ilhas e Ultramar da indústria, da magistratura, e da Administração ou Anuario do milhões de endereços* (Lisboa, concelhos do reino, ilhas e colónias), artigos referentes aos municípios do Funchal e de Câmara de Lobos. Alberto Vieira, *História do Vinho da Madeira: Documentos e Textos*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura - Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993, p. 389. *Idem*, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura - Centro de Estudos de História do Atlântico, 2003, p. 205. Peres Trancoso, *O Trabalho Português, I Madeira*, Paris-Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, sd., p. 24. *Boletim do trabalho Industrial*, n.º 7, p. 8.

que as cifras declaradas pelos exportadores às entidades fiscalizadoras podiam estar subavaliadas, mas por certo equivaliam ao decréscimo geral do valor dos vinhos licorosos.²⁵

A evolução na exportação de vinhos licorosos deveu-se ao incremento do nível de vida na Europa e na América, que suportou o crescimento do comércio mundial de bebidas alcoólicas. Mas, não podemos descurar as importantes quebras de produção em algumas das principais regiões produtoras e a actuação diplomática do Governo na obtenção de acordos bilaterais e tratados de comércio, ainda que a posição geográfica e a dimensão do mercado português não suscitasse muito interesse. Entretanto, as alterações dos hábitos de consumo e dos comportamentos levaram alguns Estados a combaterem o alcoolismo através da imposição de taxas alfandegárias correlativas ao teor alcoólico, contribuindo para a preferência dos mercados internacionais por vinhos de paladar suave e fraca graduação alcoólica. Foram os casos da Grã-Bretanha, acabando por perder o destaque como principal mercado do vinho da Madeira, da França e da Alemanha. Porém, a percentagem das taxas sobre o preço final do vinho era relativamente baixa, equivalendo, por exemplo, a 4% para o *Sherry* de Jerez de la Frontera.²⁶

A manutenção dos níveis de exportação de vinho da Madeira em período de quebra da produção levantou suspeitas sobre a genuinidade do produto. A protecção imediata consistiu em sujeitar a importação de vinho a impostos locais. Em 1872, as vereações acordaram os valores de 1,5 centavos por litro de aguardente, 8 centavos no champanhe e 5 centavos nos restantes vinhos estrangeiros. O aumento da importação de vinho comum do continente, que em 1895 era de 425 hectolitros e em 1898 ascendeu a 2.052 hectolitros, ou até de uvas, no montante superior a 140 toneladas no ano de 1897, alimentou as suspeições. Na reunião com os interesses económicos locais, mais precisamente os 40 maiores contribuintes, a Câmara Municipal do Funchal sujeitou o vinho nacional importado à taxa de 2 centavos ao litro e as uvas a 4 centavos ao quilograma.²⁷

25 Cf. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, pp. 100-102, vide o quadro n.º 15. Conceição Andrade Martins, *Memória do Vinho...*, pp. 107 e 187. Peres Trancoso, *O Trabalho Português, I...*, pp. 38-39, o autor indicou alguns valores relativos à balança comercial madeirense.

26 ARM, *Governo Civil*, L.º 632, fls. 63-63v.º. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, pp. 97-99. James Simpson, «Too little regulation?...», pp. 367-369, 375 e 379. R. G. Wilson e T. R. Gourvish (ed.), *The Dynamics of the International Brewing Industry since 1800*, Routledge – London and New York, 1998, pp. 1-2, 36 e 67, as alterações nos consumos de bebidas alcoólicas são explicadas por factores sociais e culturais, a par dos rendimentos e da produção. Pedro Lains, *A Economia Portuguesa no Século XIX: Crescimento Económico e Comércio Externo 1851-1913*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, s.d., pp. 111-113.

27 ARM, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 195, fls. 91-92, 95-95v.º, 150v.º e 227-227v.º. *Idem*, *A Voz do Povo*, n.º 615, 19 de Janeiro de 1871. *Idem*, *O Comércio da Madeira*, n.º 780, 13 de Maio de 1899. *Idem*, n.º 790, 26 de Maio de 1899. *Idem*, *Alfândega do Funchal*, L.º 689, 16 de Maio de 1899. *Idem*, *Governo Civil*, L.º

O primeiro conflito mundial não provocou grandes quebras ao comércio dos vinhos da Madeira, apesar de condicionar o abastecimento de alguns mercados europeus e encerrar o mercado alemão. Assim, no ano de 1916, o comércio com o Norte da Europa paralisou, em virtude de considerarem o vinho como contrabando de guerra. No ano seguinte, a Inglaterra restringiu as importações durante alguns meses, enquanto a Noruega e a Suécia proibiram a importação de vinhos com graduação superior a 15°C e a França proibiu quaisquer importações de vinhos.²⁸

A prosperidade do pós-guerra foi abalada pouco tempo depois com a diminuição das margens de lucro, devido às imitações baratas de vinho da Madeira. A qualidade encontrava-se ameaçada pela necessidade de reduzir os custos de produção. Alguns exportadores recorreram a vinho comum para lotar os vinhos da Ilha, ou importavam vinho licoroso para colocarem o rótulo Madeira. Os dados fornecidos pela Alfândega confirmaram que esta situação se manteve até 1925. Nas palavras do deputado Juvenal de Araújo, as autoridades fiscais eram iludidas com a importação de vinhos licorosos e de aguardente vínica em cascos idênticos aos do vinho comum.²⁹

A crescente importação de vinhos nacionais, nos montantes de 214 cascos em 1920, 246 em 1921, 288 em 1922, 4.536 em 1923 e 7.171 nos primeiros oito meses de 1924 motivaram nova intervenção municipal. A edilidade funchalense elevou o lançamento que incidiu sobre a importação de vinho tinto, mas depois reduziu o valor a 30 centavos ao litro. Relativamente a este assunto, a Alfândega apreendeu 10 cascos de vinho generoso, com 18°C. Segundo alguns madeirenses, este vinho podia ser transformado clandestinamente em aguardente, com lucros superiores a 100%, ou consumido em detrimento da produção local, cujo preço era de 4\$50 ao litro, enquanto o vinho importado ficou por

632, fls. 185-185v.º. *Inquérito sobre a situação económica...*, p. 16. Cf. Alain Huetz de Lemp, *Le Vin de Madere...*, 1989, pp. 65-66. Benedita Câmara, «O Vinho da Madeira...», pp. 126-127. Miriam Halpern Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 2ª Edição, p. 227, as suspeitas de falsificação também se levantaram em relação à manutenção do volume de exportação de vinhos do Porto, quando a área de cultivo regredia. Rui de Ascensão Ferreira Cascão, *Figueira da Foz e Buarcos...*, p. 276.

28 ARM, *Diário da Madeira*, n.º 1879, 9 de Junho de 1917. Conceição Andrade Martins, «Os ciclos do vinho do Porto: ensaio de periodização» *In Análise Social*, vol. XXIV, n.º 100, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1988, pp. 413-414.

29 Juvenal de Araújo, *Trabalhos Parlamentares*, Funchal, Tip. «*Diário da Madeira*», 1928, pp. 97-98.

1\$20. O assunto foi abordado no Senado por Vasco Marques, manifestando-se contra a negociação de grandes encomendas pouco antes da promulgação desta legislação.³⁰

A deflação internacional e a elevação dos direitos que incidiam sobre os vinhos licorosos incentivaram as falsificações do vinho da Madeira em alguns dos principais mercados, como o de França e o de Alemanha, ou em regiões produtoras concorrentes, como a de Espanha. A informação necessária à contrafacção encontrava-se em livros de grande circulação. A receita consistia em juntar partes iguais de mel e sumo de maçã, deixar fermentar durante duas semanas e engarrafar passados 3 a 4 meses. No entanto, as próprias condições locais de fabrico e de tratamento e a necessidade de diminuir os custos de produção levaram alguns comerciantes a utilizarem vinhos de menor qualidade. Por outro lado, a produção de vinhos licorosos era bastante limitada, quer em termos da área de cultivo, quer das colheitas anuais de algumas das castas.³¹

As imitações baratas, acondicionadas em vasilhame semelhante, faziam concorrência desleal e provocavam descrédito às marcas e designações de origem, podendo inclusive ser expedidas de portos nacionais quando se encontravam em trânsito ou baldeação. Deste modo, surgiram imitações das mais variadas proveniências, como por exemplo «*Madeira espanhol, Madeira grego, Façon Madeira, Substituto de Madeira, Parecido a Madeira, tipo Madeira, tipo vinho Madeira, estilo Madeira, Sherry Madeira, Vinho Madeirense*». As casas exportadoras, como primeiras interessadas, encetaram o combate às falsificações. Neste âmbito, a firma Blandy Brothers & C^a destacou-se ao levantar um processo nos tribunais franceses contra diversas casas comerciais que negociavam vinhos espanhóis com a designação de Madeira. A firma J. B. Gonzalez, de Jerez de la Frontera, foi obrigada a pagar uma grande indemnização por perdas e danos, as custas do processo e a publicar a sentença e o acórdão num dos

30 ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 4, fl. 10. *Idem*, L.º 794, fl. 714. *Idem*, L.º 783, fl. 295, António A. Ferreira pretendeu importar um casco de vinho do continente, declarando-o como vinagre. *Idem*, *Governo Civil*, L.º 366, fls. 41v.º, 54-54v.º e 55v.º, as reclamações contra a entrada de vinho do continente mantiveram-se até à década de 1930. *Idem*, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 679, fl. 230v.º; a firma Andrade, Caldeira & C^a devia 95.196\$60 de imposto sobre o vinho nacional. *Idem*, *Correio da Madeira*, n.º 382, 24 de Julho de 1923. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 3799, 20 de Janeiro de 1924, a Alfândega rejeitou 10 cascos de vinho de Câmara de Lobos, lotados com vinho tinto nacional. *Idem*, n.º 3822, 20 de Fevereiro de 1924, alerta da Associação Comercial do Funchal. *Idem*, n.º 3920, 29 de Junho de 1924, apesar da proibição de importar vinho em cascos, em 1923 esse valor foi superior a um terço da produção vinícola da Ilha. *Idem*, n.º 3926, 6 de Julho de 1924. *Idem*, n.º 3946, 30 de Julho de 1924. *Idem*, n.º 4109, 18 de Fevereiro de 1925. *Idem*, n.º 4621, 21 de Novembro de 1926. Visconde de Porto da Cruz, *Aspectos Agrícolas e Industriais da Madeira*, Funchal, Tip. «Diário da Madeira», 1930, pp. 53-54. *Diário do Governo*, n.º 296, 21 de Dezembro de 1923.

31 ARM, *O Diário do Comércio*, n.º 631, 3 de Novembro de 1898. *Idem*, *O Comércio da Madeira*, n.º 325, 22 de Março de 1921. Eberhard Axel Wilhem, «O vinho da Madeira...», p. 8. Alex Liddell, *Madeira...*, p. 70.

jornais de maior circulação de França. O estabelecimento de duas casas comerciais francesas na Madeira foi uma consequência directa desta acção judicial nos tribunais de Haia. No início da década de 1920, o vice-cônsul de Brest instaurou um processo por falsificação contra uma firma do Havre, tendo enviado amostras para serem analisadas por peritos no Funchal.³²

A partir do ano de 1924, a Associação Comercial do Funchal passou a financiar a *Liga Internacional dos Adversários das Proibições*. A verba de 5.000 francos foi rateada entre as firmas exportadoras de vinhos: Leacock & C^a (869), Cossart Gordon & C^a (633), F. F. Ferraz & C^a Lda. (628), Power Drury & C^a (528), Portugal dos Santos & C^a (479), Blandy Brothers & C^a (478), Madeira Wine Association (430), H. P. Miles & C^a (327), Companhia Vinícola da Madeira (270), Tarquínio T. da C. Lomelino Suc.(191), Freitas Martins, Caldeira & C^a (125) e António B. Câmara (42). Estas firmas financiavam ainda a *Comissão Permanente de Repressão à Falsificação de Produtos Portugueses*, fundada no início da década de 1920 pela Câmara Portuguesa de Comércio em Paris, com a importância mensal de 500 francos. Estas diligências resultaram na instauração de um processo por falsificação dos vinhos do Porto e da Madeira contra a firma *Villamil*, no ano de 1926, apesar de no ano imediato a Associação dos Exportadores de Vinho da Madeira abdicar deste tipo de iniciativas, por dificuldades financeiras. Porém, os processos judiciais continuaram a ser notícia no início da década de 1930.³³

Para terminar este tópico, a economia portuguesa especializou-se na exportação de produtos primários, mas o sector vitivinícola revelou-se dos menos expansivos e com rendimentos pouco flexíveis, sobretudo a partir das décadas de 1870-80. O peso dos vinhos no conjunto das exportações portuguesas decresceu de cerca de 50%, em meados do século, para 35%, em vésperas da 1^a Guerra Mundial. Acresce ainda que Portugal nem sempre canalizou as exportações para os mercados com ritmos de crescimento

32 ARM, *Diário do Comércio*, n.º 1393, 4 de Julho de 1896, a apreensão decorreu em diversas cidades francesas, estando em causa os Convénios assinados em 1883 e 1891. *Idem*, n.º 1379, 16 de Junho de 1896. *Idem*, *O Diário do Comércio*, n.º 468, 13 de Abril de 1898. *Idem*, n.º 1595, 7 de Março de 1902. *Idem*, *O Comércio da Madeira*, n.º 416, 20 de Julho de 1921, *Idem*, n.º 445, 27 de Agosto de 1921. Nuno Simões, *Os vinhos do Porto e a defesa internacional da sua marca (subsídio para o estudo da questão)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, pp. 60-63. Luís de Sousa Melo e Rui Carita, *Associação Comercial e Industrial do Funchal. Esboço Histórico (1836-1933)*, Edicarte, s.d., p. 140. A. Kickton e R. Murdfield, *Préparation, composition et appréciation du vin de Madère et des ses substituts*, Porto, Typ. a vapor da «Encyclopedia Portuguesa Illustrada», 1916, p. 45. Cf. António Homem de Gouveia, Cónego, *A situação da Madeira. Discurso proferido na Câmara dos Senhores Deputados, no dia 19 de Fevereiro de 1907*, Lisboa, Typographia do «Bem Publico», 1907, p. 16, o autor referiu que uma casa comercial de Paris que negociou anualmente 16.000 hectolitros de vinho da Andaluzia com a designação de Xerez Madeira.

33 Luís de Sousa Melo e Rui Carita, *Associação Comercial e Industrial do Funchal. Esboço Histórico (1836-1933)*, Edicarte, s.d., pp. 138-142. A contribuição para a «*Liga Internacional*» foi suspensa, a partir de 1926.

superiores à média mundial, mormente para a França. A estratégia comercial de popularizar «*um produto finíssimo*», segundo Ramon Rodrigues, não beneficiou a rentabilidade da vitivinicultura madeirense. Deste modo, o estímulo proveniente do comércio externo não catapultou este importante sector da economia nacional.³⁴

2.2- O açúcar e a aguardente

A reconversão da agricultura madeirense, após as epidemias que afectaram a vitivinicultura, privilegiou as plantações de cana-de-açúcar. A rápida expansão da área de cultivo transformou esta cultura num elemento fundamental de rendimento dos agricultores. Além disso, a matéria-prima possibilitou o estabelecimento de diversas unidades industriais para o fabrico de açúcar, álcool, aguardente e mel. Nos parágrafos seguintes, procuramos caracterizar este sector em termos de métodos e técnicas de produção, epidemias e substituição de castas, orografia e transportes e viabilidade dos investimentos.

O cálculo da área das propriedades cultivadas com cana-de-açúcar apresentou algumas variações. Os números apontaram no sentido da progressão da área cultivada: 375 hectares em 1865, 800 hectares em 1895, 1.000 hectares em 1905, 1.100 hectares em 1911 e 1.800 hectares em 1918. Segundo Peres Trancoso, cerca de 8.000 produtores colhiam anualmente 50.000 toneladas de cana, em cerca de 1.500 hectares. Na terceira década do século XX, a área de cultivo sofreu uma quebra, ficando-se pelos 1.400 hectares, em 1928.³⁵

34 ARM, *Correio da Madeira*, n.º 48, 20 de Maio de 1922. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 1695, 28 de Outubro de 1916. Ramon Rodrigues, *Subsídios para a Solução...*, pp. 41-42. Jaime Reis, «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)» *In Análise Social*, vol. XX, n.º 80, 1984, pp. 23-25. José Mattoso, *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 126, a estrutura do comércio externo português assentava numa complexa rede de interesses que actuava como elemento de resistência. Pedro Lains, «Exportações portuguesas, 1850-1913: a tese da dependência revisitada» *In Análise Social*, vol. XXII, n.º 91, 1986, pp. 393-408. *Idem*, *A Economia Portuguesa...*, pp. 102-110. José Mattoso, *História de Portugal*, vol. VI..., p. 231.

35 Cf. Marquez de Jacome Corrêa, *A Ilha da Madeira; Impressões e Notas Archeologicas, Ruraes, Artisticas e Sociais*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927, pp. 99 e 105, o autor calculou que as plantações de cana sacarina ocupavam cerca de 8% da terra cultivada. Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes, *Elucidário Madeirense...*, entrada «Cana sacarina». Alberto Vieira, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004, p. 155.

A média de produção por hectare evoluiu de 20 para aproximadamente 35 a 40 toneladas nas terras mais adequadas e adubadas, mas as despesas elevadas resultavam em lucros inferiores a 10%. Por exemplo, em 1897, as despesas com o transporte das canas existentes entre 20 e 40 km das fábricas absorveram cerca de 30% do respectivo preço legal. Ainda assim, esta cultura era considerada mais lucrativa que a viticultura, mas menos que a bananeira.³⁶

A laboração da melhor cana-de-açúcar produziu, em média, cerca de 12% de açúcar e 7-8% de álcool. A transformação industrial desta matéria-prima destinou-se, em grande parte, ao fabrico de cerca de 6.000 toneladas de açúcar e 7.000 hectolitros de álcool. A restante era transformada em aguardente e mel, os quais registavam grande consumo entre a população. No entanto, a dificuldade em obter cana para todos os usos industriais esteve na origem da importação de melaço e de açúcar para refinar.³⁷

Quadro 1 - Número de fábricas que produziam aguardente e mel (por concelhos)

	1881 ⁽¹⁾	1888	1892	1894	1912	1919	1920-27	1928 ⁽²⁾	1929 ⁽³⁾
Funchal	3	6	8	-	8	7	7	-	1 ⁽⁴⁾
Câmara de Lobos	2	2	2	2	3	3	3	-	2
Ribeira Brava ⁽⁵⁾	-	-	-	-	2	2	2	-	2
Ponta do Sol	1	6	7	7	8	7	7	-	3
Calheta	1	3	4	5	9	7	8	-	7
Santa Cruz	2	1	1	1	3	3	3	-	3
Machico	1	4	5	5	4	4	4	2	2+2
Porto do Moniz	-	-	2	2	1	1	1	1	1
S. Vicente	1	4	5	4	6	5	6	6	6
Santana	-	3	4	5	10	7	7	7	7
Totais	11	29	37	31	54	46	48	16	36

Notas: ⁽¹⁾ O Inquérito Industrial desse ano referiu 15 destilações em 1860 e 25 em 1881, tendo incluído as fábricas de açúcar nos 19 estabelecimentos com a categoria de indústrias alimentícias. ⁽²⁾ Rateio das fábricas de aguardente da Zona Norte. ⁽³⁾ Nesse ano, 23 industriais solicitaram licença para fabricar mel com um décimo do rateio. ⁽⁴⁾ A Fábrica do Ribeiro Seco especializou-se no fabrico de mel. ⁽⁵⁾ Este município foi criado em 1914.

Fontes: Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria – Repartição de Estatística, *Resumo do Inquerito Industrial de 1881*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883. ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 686, 687 e 767. *Idem*, L.º 788, fls. 266-268. *Idem*, *O Povo*, n.º 290, 7 de Abril de 1911. *Idem*, *Heraldo da Madeira*, n.º 1974, 11 de Maio de 1911. *Idem*, n.º 2001, 15 de Junho de 1911. *Idem*, n.º 2226, 21 de Março de 1912. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 2450, 17 de Maio de 1919. *Idem*, *O Comércio da Madeira*, n.º 43, 10 de Abril de 1920. *Idem*, *Correio da Madeira*, n.º 308, 19 de Abril de 1923. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 3882, 9 de Maio de 1924. *Idem*, n.º 4176, 15 de Maio de 1925. *Idem*, n.º 4437, 8 de Abril de 1926. *Idem*, n.º 4716, 24 de Março de 1927. *Idem*, n.º 5057, 30 de Maio de 1928. *Idem*, n.º 5253, 29 de Janeiro de 1929.

A expansão das plantações possibilitou a instalação de cerca de 20 estabelecimentos fabris, entre 1847 e 1861. Este dinamismo manteve-se nos anos seguintes, até se encontrarem em actividade mais de meia centena de engenhos, no início do século XX (*Vide* Quadro n.º 1). A maioria dos industriais preferiu o fabrico de aguardente, que era tecnológica e financeiramente menos exigente. Apesar do elevado

36 Benedita Câmara, «A Madeira e o proteccionismo...», p. 133. Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes, *Elucidário Madeirense...*, entrada «Cana sacarina». V. Alberto Vieira, «Canaviaes, açúcar e engenhos. Bibliografia fundamental» In *O Açúcar e o Quotidiano. Actas do III Seminário Internacional Sobre a História do Açúcar*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004, pp. 387-396.

37 ARM, *Governo Civil*, L.º 388, fls. 108v.º e 110v.º. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 4782, 21 de Junho de 1927, o consumo de açúcar na madeira rondou as 3.000 toneladas, equivalendo a um consumo médio *per capita* de 18 kg. Peres Trancoso, *O Trabalho Português, I...*, p. 16. *V Centenário do Descobrimento...*, pp. 34 e ss.. José Cunha da Silveira, *Mémoire sur la culture et technologie de la canne à sucre dans l'île de Madère (Portugal)*, Lisbonne, 1930, p. 8.

investimento inicial, podemos constatar que foram muito poucos os casos de remodelação das instalações (Vide Quadro n.º 2). Na terceira década desse século, o governo encerrou 13 estabelecimentos localizados na vertente Sul da Madeira, em benefício da indústria do açúcar e do álcool.

Quadro 2 - Alvarás para estabelecer/conservar fábricas de açúcar e destilação de aguardente

	1870-79	1880-89	1890-99	1900-09	1910-19	1920-29	Totais
Fundar	2	3	13	16	3	1	38
Conservar	-	-	10	14	-	-	24
Remodelar	-	-	-	3	-	-	3
Transferir	-	-	-	-	-	1	1
Arrendar	-	-	-	1	-	-	1
Outros	1	2	13	2	2	-	20
Soma	3	5	36	36	5	2	87

Fonte: ARM, *Governo Civil*, L.º 76 a 84.

Os primeiros ensaios no fabrico de açúcar datam de 1853, desenvolvendo-se nos estabelecimentos de William Hinton & Sons, Ferraz Irmãos e Ferreira Nogueira. Estas fábricas produziam cerca de 300 toneladas de açúcar, em 1860 (Vide Quadro n.º 3). Uma década depois, o fabrico quase triplicou e, no final do século, sete fábricas laboravam anualmente perto de 3.000 toneladas. A instituição do regime sacarino limitou o fabrico de açúcar e álcool às fábricas matriculadas do Torreão e da Companhia Nova. Com o fim do monopólio, surgiu outra fábrica de açúcar, mas faliu antes de completar uma década em actividade. Porém, o próprio sector produtivo insular não permitia a existência de mais do que uma grande unidade industrial no fabrico de açúcar e álcool, favorecendo um monopólio natural.³⁸

Quadro 3 - Fabrico de açúcar na Madeira

Anos	Toneladas	Valor	Preço/kg.
1854	0,2	48\$00	-
1858	7	1.336\$80	-
1862	137	35.681\$40	\$22
1866	302	63.126\$07	\$22
1870	253	48.951\$50	\$22
1872	568	125.284\$90	\$30

Fonte: *Almanach Insulano para Açores e Madeira, estatístico, histórico e literário para o ano de 1874* por A. Gil, Augusto Ribeiro e F. J. Moniz de Bettencourt, Angra do Heroísmo, Typ. da Terceira, 1873, p. 35. ARM, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 195, fl. 104.

38 Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria – Repartição de Estatística, *Resumo do Inquerito Industrial de 1881*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 26. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, pp. 155-157, em 1850 foi solicitado um empréstimo de 600 contos para a fundação de algumas fábricas, tendo-se orientado em 1857 para uma fábrica de açúcar. Porém, as condições aprovadas pelo governo no ano seguinte não motivaram os investidores e a pretensão do Conde do Canavial foi recusada pelo ministro António José de Ávila. Santiago de Luxán Meléndez, «El segundo ciclo del azúcar en Canarias, 1852-1936. Un balance historiográfico» In *O Açúcar e o Quotidiano. Actas do III Seminário Internacional Sobre a História do Açúcar*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004, pp. 397 e 430-431, o segundo ciclo do açúcar iniciou-se nas ilhas Canárias no mesmo período que na Madeira, entrando em declínio no início do século XX.

A descida dos preços de exportação dos vinhos da Madeira beneficiou a recuperação dos canaviais, mas a grande expansão deveu-se ao forte impulso resultante da criação do regime sacarino e demais legislação, que o promulgou até 1918. Apesar dos elevados preços de aquisição da matéria-prima, havia interesse dos industriais matriculados em fabricar álcool com o melaço importado e beneficiar do bônus de exportação do açúcar para o mercado nacional. Concomitantemente, a produção e o consumo de aguardente de cana-de-açúcar sofreram um grande incremento, devido à diminuição da produção de vinho, em consequência dos flagelos que afectaram os vinhedos, na segunda metade do século XIX. Este consumo manteve-se em níveis elevados durante as primeiras décadas do século seguinte, sendo avaliado pela Junta Agrícola em cerca de 2 contos por dia.³⁹

A fixação do preço da cana-de-açúcar suscitou critérios divergentes. Em 1892, a Associação Comercial do Funchal e os industriais sugeriram que o Governo tivesse em consideração a graduação de sacarose, enquanto outros defenderam a fixação do preço por zonas. A primeira forma beneficiou os industriais, visto a graduação da cana ser muito variável. O tabelamento dos preços por localidades poderia resultar em menores investimentos agrícolas e safras de menor riqueza sacarina. Os preços foram periodicamente actualizados em função da situação económica, reservando a melhor cana do Sul da Ilha para o fabrico de açúcar.⁴⁰

Os industriais foram acusados de nem sempre respeitarem as compras de cana estipuladas nos rateios ou ampliarem o prazo de aquisição, a fim de usufruírem de preços mais baixos fora do período de maturação. Contudo, este procedimento não lhes proporcionou vantagens nem maiores lucros. A laboração de cana nessas circunstâncias acarretou a diminuição da extracção de garapa e, simultaneamente, o aumento das despesas de laboração.

A organização do sistema produtivo motivou o progressivo agendamento do corte da cana por intermédio dos gerentes das fábricas, de forma a manterem canais regulares de abastecimento. Deste

39 M. G. Pestana Júnior, *O Problema Sacarino da Madeira. Subsídios para o estudo e resolução da chamada Questão Hinton*, Funchal, Typographia «Esperança», 1918, pp. 17-18. Henrique A. Vieira de Castro, *Bases para a solução da questão saccharina e meios de combater o alcoolismo na Madeira*, Funchal, Typ. do “Diário do Commercio”, 1911, p. 6, o autor referiu que alguns agricultores substituíram o pinheiro pela cana-de-açúcar. ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 767, 11 de Dezembro de 1898, o aferidor do Porto do Moniz informou que os dois alambiques localizados no Seixal não laboravam há 2 anos e que os proprietários voltaram a plantar vides. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 2094, 28 de Fevereiro de 1918.

40 Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, pp. 171-172.

modo, evitavam o incómodo de receberem quantidades superiores à capacidade de laboração ou de a interromperem quando aquela escasseava. Porém, a ocorrência de fenómenos atmosféricos adversos por vezes inviabilizou este planeamento cuidado.

Os industriais normalmente interrompiam a laboração por motivos de manutenção dos aparelhos. Todavia, esta situação também podia resultar das diferentes capacidades de laboração dos maquinismos. As fábricas investiam usualmente em grandes tanques de armazenamento para poderem processar toda a cana da Ilha. Depois de terminada a safra, o suco era transformado em aguardente, mel, álcool ou açúcar, consoante as respectivas licenças de laboração.

A expansão da cultura da cana-de-açúcar na Madeira foi condicionada pelo problema da irrigação, designadamente o elevado preço da água. Não obstante a construção de elaborados canais de rega, para abastecerem as vertentes mais soalheiras, os custos com a exploração desta cultura não podiam rivalizar com os de outras zonas continentais ou insulares nem, posteriormente, com a expansão da cultura de beterraba sacarina. Entretanto, o preço internacional do açúcar diminuiu devido ao apoio dos Estados ao fabrico de açúcar de beterraba, ainda que a situação se tenha alterado após a realização da Conferência Internacional de Bruxelas, em 1901-1902.⁴¹

O encarecimento da produção resultou igualmente do regime de propriedade em que se desenvolveu as plantações. A pequena dimensão dos terrenos, aliado à orografia bastante acidentada, impossibilitou a mecanização. A maioria das operações era executada com recurso a energia humana ou animal, tornando as tarefas morosas e onerosas. Os meios mecânicos praticamente que se limitaram ao transporte da matéria-prima. Assim se explicou a instalação de múltiplas unidades produtivas na Madeira, cuja produção era consumida nas suas áreas de implantação ou muito mais facilmente transportadas para outras localidades do que a matéria-prima.⁴²

41 ARM, *Governo Civil*, L.º 632, fl. 216v.º, os fabricantes matriculados recusaram comprar a aguardente manifestada em 1907. *Idem*, *Diário do Comércio*, n.º 3251, 26 de Julho de 1908. *Idem*, n.º 3412, 9 de Fevereiro de 1909, Egídio Torquato Rodrigues, Manuel da Rocha Gouveia e José da Rocha Gouveia arremataram um engenho localizado no Arco da Calheta, pelo montante de 13.240\$00. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, pp. 181-182. *Idem*, «A Madeira e o proteccionismo...», pp. 129-130. J. H. Galloway «A abolição e a seguir...», p. 30. Alberto Vieira, «Canaviaes, engenhos, açúcar e aguardente na história e quotidiano da Madeira. Uma tradição multiseclar» *In O Açúcar e o Quotidiano. Actas do III Seminário Internacional Sobre a História do Açúcar*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004, pp. 242-243, 249 e 254.

42 Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (orgs.), *História Económica...*, vol. III, p. 171, a pequena dimensão da propriedade estava frequentemente associada à má utilização de recursos, à tecnologia ultrapassada e à capacidade de gestão diminuta. R. G. Wilson e T. R. Gourvish (ed.), *The Dynamics of the...*, p. 38.

Figura 2 - Apanha da cana-de-açúcar (1.º quartel do século XX)



Colecção Perestrellos. Museu Photographia Vicentes.

A variedade de cana cultivada na Madeira foi atacada pelo fungo *canyothurium melasporum*, dizimando muitos canaviais, na década de 1880. As experiências com a transferência de socas entre diversas localidades da Ilha não surtiram efeito. Por isso, as autoridades estabeleceram uma estação experimental para o estudo das melhores variedades de cana, as adubações e a distribuição gratuita de espécimes. As medidas incluíram ainda a anulação da contribuição predial, após uma vistoria aos terrenos afectados, determinando-se as despesas e o valor das culturas para fixar o rendimento líquido da nova matriz. Esta decisão foi ao encontro de uma proposta da Câmara Municipal e de uma representação de 618 moradores de S. Martinho.⁴³

A diminuição da produção originou algumas dificuldades ao funcionamento dos engenhos. Os industriais de vários pontos da Ilha procuraram destilar frutos, como os pêros e os figos, e outras variedades de cana-de-açúcar, popularmente designadas de *cana milho*, *caninha*, sorgo ou milho comum. Os inúmeros alambiques sem rectificador produziam aguardente com 21-22° Cartier, destinada ao consumo local, ou superior a 30° Cartier, para tratamento do vinho da Madeira. Com o estabelecimento do regime sacarino, a graduação mínima do álcool ficou definida em 40° Cartier.

⁴³ A Lei de 5 de Abril de 1888 aplicou o disposto nos artigos 29º a 31º do Decreto de 9 de Dezembro de 1886. ARM, *Governo Civil*, L.º 613, fls. 97-97v.º e 100.

As plantações da variedade *Holcus Saccharatus*, refractária aos fungos e capaz de produzir em terrenos mais pobres, estiveram na origem de 49 declarações de licença de laboração. Contudo, os industriais também obtiveram licenças para destilarem vinho, borras de vinho e água-pé. As variedades mais resistentes apresentaram menor riqueza sacarina, como a *Yuba*, importada do Natal pela firma W. Hinton & Sons, em 1897. Foram experimentadas variedades de outras regiões, mas a da África do Sul revelou maior adaptação às condições de cultivo da Madeira.⁴⁴

Em 1900, os alambiques de destilação contínua com coluna foram equiparados a alambiques com rectificador, pois podiam fabricar aguardente ou álcool, a 31° Cartier. Deste modo, os engenhos foram enquadrados nas medidas fiscais promulgadas para a cana-de-açúcar, ou seja, ficaram sujeitos ao imposto de produção de 8 centavos ao litro. No ano de 1901, o governo equiparou o sorgo à cana sacarina e facilitou o fabrico de aguardente, mas ainda se colocou o problema dos alambiques. O Governador Civil intercedeu para a laboração de sorgo em alambiques com rectificador, ou seja, na quase totalidade dos engenhos. O valor das licenças de laboração oscilava entre 49\$50 e 87\$00, mas ainda assim alguns industriais foram processados pelo Comissário dos Álcoois.⁴⁵

A reconversão das plantações de cana-de-açúcar pesou no orçamento dos produtores, ainda mais com a diminuição dos proventos. Segundo Quirino de Jesus, a cana *Bourbon* continha 20,5% de açúcar, o sumo 11,5° Baumé e 92,5% de pureza, enquanto a cana introduzida apresentou, respectivamente, 14,5%, 9° e 80%. O custo de 100 quilos de canas aumentou de 1\$52 para 1\$60, o açúcar extraído passou de 10,7 para 8 quilos, o volume de melaço esgotado subiu de 1,5 para 4,18 quilos, enquanto a produção de álcool diminuiu de 3 galões para 1,05 litros. Os rendimentos industriais também reflectiram esta reconversão agrícola. O preço do açúcar no mercado local decresceu 1 centavo, enquanto o exportado para o continente ficou em 18 centavos. Deste modo, o autor defendeu as compensações aos industriais do

44 *Idem*, *Governo Civil*, L.º 374, fl. 26v.º, cana das ilhas Maurícias. *Idem*, L.º 375, fls. 33v.º-34. *Idem*, L.º 632, fls. 91-92 e 120v.º. *Idem*, *A Voz do Povo*, n.º 334, 6 de Agosto de 1887. *Idem*, *Diário do Comércio*, n.º 269, 8 de Agosto de 1897. *Idem*, n.º 1921, 22 de Abril de 1903. Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo...*, pp. 538-539. José Cunha da Silveira, *Mémoire sur la culture...*, pp. 5-8. Alberto Vieira, *Canaviais, Açúcar...*, pp. 153-154.

45 ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 767, 26 de Novembro de 1893, 16 de Março, 29 de Outubro, 4 e 29 de Novembro e 4 e 15 de Dezembro de 1898, 29 de Setembro de 1899, 26 de Novembro de 1900 e 19 de Setembro de 1901, Valério Rodrigues da Cova, na Tábua, produziu 540 litros de aguardente de sorgo e João Romão, na Ribeira Brava, 1880 litros, em 1898. *Idem*, 25 de Novembro de 1897, processou a fábrica de Constantino José Lobo, localizada no Porto Novo. *Idem*, 3 e 7 de Março, 4 de Abril, 12 de Maio e 14 de Junho de 1900. *Idem*, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 337, fls. 6-8, 11-15v.º, 17v.º e ss. *Idem*, L.º 336, fls. 44-44v.º, 47-49v.º e 68. *Idem*, *Governo Civil*, L.º 613, fls. 220v.º-221. Alberto Vieira, «Canaviais, engenhos, açúcar...», p. 243.

açúcar e do álcool, cujas despesas aumentavam com o incremento da quantidade de cana laborada. Os proprietários da fábrica do Torreão partilharam, naturalmente, desta opinião.⁴⁶

A doença dos canaviais madeirenses reflectiu-se na importação de melaço destinado ao fabrico de aguardente ou álcool para beneficiar os vinhos da Madeira. A abolição do imposto municipal também contribuiu para superar as dificuldades de laboração. Em resultado destas medidas, os industriais do sector aumentaram consideravelmente as importações, embora nem todos estivessem legalmente habilitados a laborar esta matéria-prima.⁴⁷

A quase inexistência de rede viária e as dificuldades em assegurar as ligações marítimas de cabotagem inviabilizaram, por exemplo, o aproveitamento de um terço da cana para o fabrico de açúcar, como constou no *Inquérito* de 1888. Os redactores deste documento estabeleceram a produção máxima de cerca de 3.500 toneladas. No entanto, este montante foi ultrapassado na década de 1910, tendo praticamente duplicado. Assim, a orografia contribuiu decisivamente para a proliferação de engenhos nas imediações das principais áreas de cultivo, de forma a beneficiar do rápido período de maturação. No entanto, a sua actividade industrial anual resumiu-se a cerca de um trimestre.⁴⁸

Os estabelecimentos industriais representaram um investimento de capital considerável, cujo risco era assumido muitas vezes em forma de sociedade, inclusive com a tentativa de participação de autarquias. Além disso, constituiu uma fonte de rendimento industrial, numa Ilha sem grande disponibilidade de matérias-primas e com elevados custos de exploração. O próprio engenho era um recurso considerável na obtenção de meios financeiros, sendo usualmente bem aceite como penhora. Foi assim que Manuel Francisco Pereira hipotecou um prédio rústico e urbano na freguesia de S. Martinho, com um engenho completo, avaliado em 4 contos, para contrair um empréstimo de metade desse valor. O secretário de finanças da Calheta, Jaime Rodrigues de Gouveia, também garantiu dois débitos a João

46 ARM, *O Diario do Commercio*, n.º 3409, 5 de Fevereiro de 1909. *Idem*, *Heraldo da Madeira*, n.º 1936, 22 de Março de 1911. *A questão saccharina da Madeira*, Lisboa, Typographia da “A Editora”, 1910, pp. 17-19. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, pp. 153-154.

47 ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 767, 10 de Março e 22 de Maio a 4 de Junho de 1894. A fábrica da Companhia Nova podia laborar cana-de-açúcar e borras de vinho, mas necessitou de licença adicional para laborar melaço. As fábricas de João de Andrade Ferreirinha, Valério Rodrigues da Cova, Conde da Calçada, Conde do Carvalhal, Manuel Inísio da Costa Lira, Conde da Calçada, Francisco António de Abreu Cardoso, Frederico Augusto de Freitas e João Gregório da Silva não tinham licença de laboração.

48 *Inquérito sobre a situação económica...*, pp. 14 e 77. Uma das propostas apresentadas visou a instalação de uma fábrica de capitais públicos em S. Vicente, para a extracção de açúcar a partir do desenvolvimento das plantações de beterraba. *V Centenário do Descobrimento...*, p. 36. ARM, *Diário da Madeira*, n.º 1278, 25 de Julho de 1915. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, pp. 147-151. Alberto Vieira, «Canaviais, engenhos, açúcar...», p. 244.

Carlos de Aguiar, nos montantes de 1.500\$00 e 3.700\$00, mediante a hipoteca de um prédio na freguesia de Machico.⁴⁹

Os elevados custos no fabrico de açúcar na Madeira só viabilizaram esta indústria mediante a adopção de pautas proteccionistas. Deste modo, procuraram assegurar a comercialização de toda a cana, independentemente dos custos sociais relacionados com o encarecimento dos géneros alimentícios. Na segunda metade do século XIX, os impostos indirectos representavam cerca de 30 a 40% das receitas públicas portuguesas, verificando-se situações análogas na generalidade dos países europeus. A intervenção do Estado podia reflectir-se no desenvolvimento das empresas mediante a expansão dos mercados, a promulgação de legislação comercial, os direitos de propriedade sobre as inovações, o controlo do mercado de capitais e a orientação do ensino.⁵⁰

O aumento do fabrico de açúcar e a fraca elasticidade das vendas provocaram a queda dos preços. O consumo *per capita* disparou nos países mais industrializados, despoletando o interesse pelo comércio deste género, designadamente nos Estados Unidos da América, no Reino Unido e na Alemanha. Porém, a definição do preço do açúcar nos diversos mercados regionais, a partir de diferentes matérias-primas e segundo diferentes tecnologias, era distorcida pela imposição de barreiras alfandegárias, pela negociação de acordos comerciais com os países produtores e pelo estabelecimento de relações privilegiadas com as áreas coloniais.⁵¹

49 ARM, *Governo Civil*, L.º 217, fl. 101, o orçamento da Câmara Municipal de S. Vicente de 1899 foi suspenso por conter uma verba de 350\$00, destinada à compra de acções de uma companhia que se propunha fundar um engenho. *Idem*, *Notários*, L.º 3081, fls. 77-78. João Adriano Ribeiro, «A cana-de-açúcar na Madeira (1855-1955)» *In Diário de Notícias*, 18 de Março de 1992.

50 José Mattoso, *História de Portugal*, vol. V..., p. 387-388. *Idem*, vol. VI, pp. 175-176. Eugénia Mata e Nuno Valério, *História Económica de Portugal: Uma Perspectiva Global*, Lisboa, Presença, 1994, p.165, as primeiras medidas proteccionistas visaram a produção de cereais. Jaime Reis, «A lei da fome: as origens do protecçãoismo cerealífero (1889-1914)» *In Análise Social*, vol. XV, n.º 60, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1979, pp. 745-747. José António Sánchez Román, «La industria azucarera...», pp. 366-367. Jesús M.ª Valdaliso e Santiago López García, *Historia Económica de la Empresa*, Barcelona, Crítica, 2000, p. 333. Alberto Vieira, *Canaviais, Açúcar...*, pp. 168-169. James Simpson, «Too little regulation?...», p. 367. Franco Amatori, «Italy: the tormented rise of organizational capabilities between government and families» *In Business and the Wealth of Nations*, (ed.) Chandler Jr., Alfred D., Amatori, Franco e Hikino, Takashi, New York, Cambridge University Press, 1997, p. 255, o Estado e a banca foram protagonistas nos países designados por «latecomers».

51 Benedita Câmara, «A Madeira e o protecçãoismo sacarina», *In Análise Social*, vol. XXXIII, n.º 145, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1998, p. 117, em nota de fim de página. Oscar Bregaza Perdomo e Santiago de Luxán Meléndez, «La participación de Canarias en los flujos internacionales del azúcar: 1875-1920» *In História do Açúcar – Rotas e Mercados*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2002, pp. 509-511. José António Sánchez Román, «La industria azucarera argentina y la conquista del mercado nacional, (1880-1914)» *In História do Açúcar – Rotas e Mercados*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2002, p. 365. J. H. Galloway «A abolição e a seguir: a crise na indústria sacarina no século XIX» *In Escravos Com e Sem Açúcar. Actas do Seminário Internacional*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, pp. 28-29.

O álcool produzido na Madeira revelou-se mais caro que o importado dos Açores, do estrangeiro ou a aguardente vínica da metrópole, levando os exportadores do vinho a reclamarem do aumento dos custos de produção, numa época em que os preços dos vinhos licorosos se encontravam em queda. Em 1900, os motivos apontados para o aumento da importação de álcool açoriano foram os preços baixos, as facilidades de pagamento e a mistura com aguardente de cana para venda a retalho. O conflito assumiu especial relevância após 1906, com os exportadores a tentarem importar álcool nacional. Passados dois anos, as dificuldades acentuaram-se com o aumento de 20 centavos no galão de álcool, justificado com a menor riqueza da cana e a obrigação de adquirir os saldos de aguardente. Assim, a equiparação do álcool nacional ao estrangeiro submeteu os vitivinicultores aos interesses dos industriais matriculados.

O melaço importado era laborado de forma isolada, excepto nas fábricas sujeitas ao regime de fiscalização permanente. A Administração Geral das Alfândegas e Contribuições Indirectas revogou esta medida, em 1898, tendo em consideração que aquele melaço não permitia a extracção de açúcar. O melaço produzido na região ficou isento dos impostos locais e de produção e o açúcar de cana madeirense dos direitos de exportação, a contar da publicação da regulamentação.⁵²

⁵² *Idem*, *Alfândega do Funchal*, L.º 767, 10 e 19 de Junho, 6 de Agosto e 23 de Setembro de 1896. A decisão de isentar o álcool do imposto de fabricação fez disparar a importação de melaço pelas firmas W. Hinton & Sons, José Júlio de Lemos, João Higinio Ferraz & Companhia, António da Silva Manique e Pedro da Cunha Pires. *Idem*, 30 de Junho de 1897 e 8 e 11 de Março de 1898.

Capítulo III – O marco institucional

3.1- A regulamentação do sector vitivinícola

A legislação sobre a produção, o tratamento e a exportação do vinho da Madeira datou de início do século XX. Antes disso, o Estado agiu pontualmente para definir os vários tipos de vinho, apoiou a reconstituição dos vinhedos afectados pela filoxera e concedeu alguns incentivos à exportação, mediante redução nas taxas alfandegárias. Porém, quando os preços internacionais dos vinhos licorosos baixaram e a crise se generalizou, as autoridades procuraram assegurar a qualidade através de rigoroso controlo, desde a colheita à exportação. Por outro lado, incentivaram a diversificação da oferta com a autorização do fabrico de outros tipos de vinhos, nomeadamente vinho de pasto e vinho espumoso, ao mesmo tempo que estabeleceram o retorno às castas tradicionais. Por último, referimos a preocupação com o aumento do consumo de vinho nacional e a redução no fabrico de aguardente.

Figura 3 - Embarque de pipas de vinho da firma H. M. Borges Suc. Lda. (entre 1926-34)



Colecção Perestrellos. Museu Photographia Vicentes.

A implementação dos vários diplomas passou pela intervenção de diversas entidades, com especial destaque para a Alfândega do Funchal e a delegação do Mercado Central de Produtos Agrícolas. Em 1919, com a extinção desta última, a Alfândega viu reforçada a sua acção fiscalizadora da exportação do vinho da Madeira. Além das mencionadas, havia ainda as Comissões de Vigilância, a Comissão Inspectora da Exportação de Vinhos da Madeira, a Delegação de Fiscalização dos Produtos Agrícolas, a

Comissão de Viticultura, a Delegação Agrícola do Funchal, a Câmara Regional de Viticultura, a Junta Agrícola da Madeira e a Estação Agrária da Ilha da Madeira. Os agentes da administração pública também foram chamados a intervir, designadamente as Secretarias de Finanças, a Junta Geral do Distrito e os Administradores dos Concelhos.

Nesta parte da dissertação, tratamos outras áreas de intervenção igualmente importantes na definição da região produtora e na qualidade dos vinhos da Madeira. Assim, abordamos a criação de barreiras alfandegárias sobre as importações, as dificuldades com o acondicionamento do vinho, os prémios de exportação, a criação e a defesa da denominação de origem, a garantia da genuinidade do vinho, a propaganda, a fiscalização do comércio local e os impostos de produção.

A definição da região produtora dos vinhos da Madeira remontou ao final do século XIX. A legislação reconheceu a existência de vinhos especiais, de denominação reconhecida pela tradição. As regiões produtoras de vinhos generosos de tipo regional eram as do Porto, da Madeira, de Carcavelos e do Moscatel de Setúbal. Assim, a região produtora do vinho da Madeira ficou geograficamente delimitada ao distrito do Funchal. Os restantes vinhos licorosos nacionais só passavam pela Alfândega quando engarrafados e destinados ao consumo local. Esta regulamentação foi precursora em Portugal, por comparação com a França, que estabeleceu denominações regionais em 1905.⁵³

A Alfândega do Funchal desempenhou um papel fulcral na fiscalização da comercialização do vinho da Madeira. O vinho era verificado antes de entrar nos armazéns dos exportadores. Porém, estes podiam assinar termos e sujeitarem-se a vigilância e verificação posteriores, responsabilizando-se pelo rigor na emissão de declarações diárias. Depois de beneficiado, o vinho era embarcado de imediato ou guardado em armazéns, só podendo sair para consumo local, exportação, envio para o continente português ou outro local de armazenamento.⁵⁴

53 Lei de 1 de Setembro de 1894. Carta de lei de 10 de Maio de 1907. Decreto-lei de 1 de Outubro de 1908. Regulamento de 11 de Março de 1909. Decreto-lei n.º 218, 13 de Novembro de 1913, o distrito do Funchal correspondeu à 25ª região agrícola. ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 785, fls. 160 e 191, a firma Blandy Brothers & Cº engarrafou um casco e um quarto de vinho do Porto despachado pela Alfândega do Funchal, sucedendo o mesmo com um quarto de vinho do Porto de W. Hinton & Sons. James Simpson, «Too little regulation? . . . », p. 377.

54 ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 785, fls. 225-226. Os oficiais demoravam cerca de dois meses a pesarem os mostos que entravam nos armazéns dos exportadores. *Idem*, *Alfândega do Funchal*, L.º 697, 4 de Novembro de 1914, o viticultor Pedro José Lomelino creditou 1116 hectolitros de vinho em Agosto, após a declaração de cedência ficou com 895 hectolitros em Setembro, apresentou à verificação 517 hectolitros de mosto em Outubro e apresentou a declaração de cedência

As barreiras alfandegárias sobre as diversas matérias-primas que podiam ser utilizadas na preparação de vinho da Madeira também constituíam uma garantia de genuinidade. As situações mais comuns eram a importação de vinho comum nacional, aguardente, álcool e garapa. Assim, garantiam o consumo do vinho insular de menor qualidade, evitavam a beneficiação de vinho comum nas estufas e possibilitavam a recuperação e a valorização da vitivinicultura do Arquipélago. Com o fim do regime sacarino, a preocupação em diminuir o consumo de aguardente reflectiu-se nas facilidades à importação de vinhos tintos do Continente, até ao montante de 250 hectolitros.⁵⁵

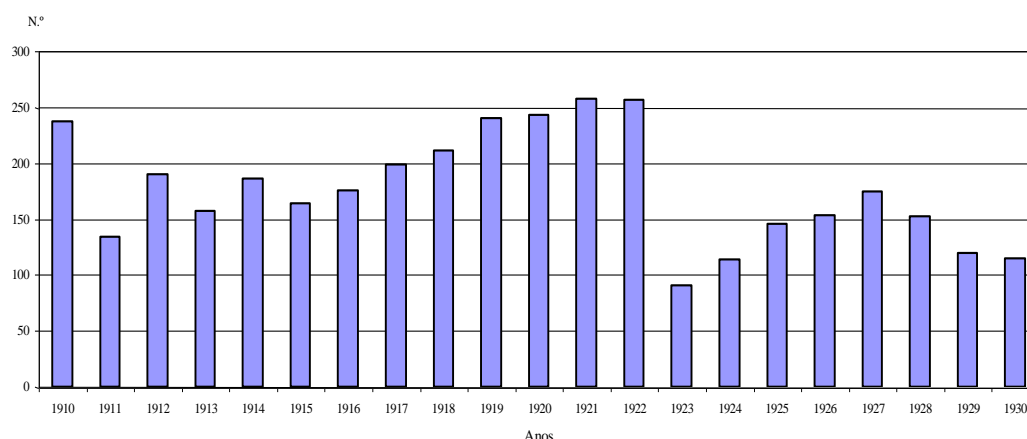
A fiscalização do sector passou pela criação de um organismo especializado, mais precisamente a Comissão Inspector da Exportação de Vinhos da Madeira (CIEVM). As suas principais incumbências eram organizar a lista anual dos exportadores, verificar a escrituração das contas correntes, aumentar o saldo anual com os vinhos adquiridos para beneficiação e conceder autorizações especiais para o vinho de graduação alcoólica não inferior a 15,5°C, para os mercados em que o clima não comprometia a conservação ou os países com pautas aduaneiras que penalizavam o vinho de graduação alcoólica superior (*Vide* Gráfico n.º 2). Os vinhos exportados para os mercados do Norte da Europa foram elevados até 21°C, tal como manifestaram o *Vinmonopolet* da Noruega, a Associação Comercial do Funchal e a generalidade dos exportadores. Para o efeito, a Alfândega verificou a graduação do vinho e creditou a diferença em relação à graduação mínima de 17°C. A graduação alcoólica era medida com um *ebuliómetro de Salleron*, admitindo-se a tolerância de 0,3º alcoólicos. A acção deste organismo permitiu descortinar diversas situações lesivas à vinicultura insular.⁵⁶

da totalidade do vinho em Outubro, deixando de constar no registo dos exportadores. *Idem*, *O Diario do Commercio*, n.º 3736, 18 de Março de 1910. Decreto-lei n.º 13990, de 23 de Julho de 1927, excepto para quantias inferiores a 25 litros.

55 Lei de 27 de Dezembro de 1870, direito de 2 centavos ao litro. Carta de lei de 13 de Julho de 1888. Carta de Lei de 13 de Julho de 1889. Decreto-lei n.º 12658, de 12 de Novembro de 1926. Decreto-lei n.º 12782, de 30 de Novembro de 1926. ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 4, fl. 10. *Idem*, L.º 793, fl. 159, após denúncia, o sub-inspector da alfândega apreendeu 24 pipas com um líquido produzido com garapa ou misturado com sumo de pêros à entrada para um armazém de exportação. *Idem*, L.º 701, 29 de Abril de 1918. Sarmento de Figueiredo, *Ordens de serviço da Direcção da Alfândega do Funchal*, Funchal, Typographia Esperança, 1918, p. 28.

56 Decreto-lei de 1 de Outubro de 1908. Regulamento de 11 de Março de 1909. O regulamento de 13 de Novembro de 1913 estipulou a divulgação da lista de exportadores aos representantes diplomáticos e consulares de Portugal, às câmaras de comércio estrangeiras e aos industriais do álcool. Decreto-lei n.º 11674, de 19 de Maio de 1926. ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 4, fls. 8v.º, 20v.º-21 e 34. O rateio da contribuição industrial pelo grémio de exportadores suscitou acesa polémica, visto não incluir os viticultores e os partidistas. *Idem*, L.º 785, fls. 150-151. *Idem*, L.º 794, fls. 657-660 e 676-680, explodiu uma bomba na residência de Luís Pedro de Sousa Pereira, oficial considerado zeloso e merecedor de apoio das maiores casas exportadoras e das vereações.

Gráfico 2 - Exportadores inscritos na Alfândega do Funchal



Fonte: *Diário do Governo*, vários anos.

A CIEVM compunha-se do director da Alfândega do Funchal, o delegado da Administração Geral das Alfândegas e o delegado do Conselho de Fomento Comercial dos Produtos Agrícolas. Os vogais substitutos eram o sub-inspector da Alfândega e o presidente do Mercado Central de Produtos Agrícolas. A composição foi alterada em 1913, com a entrada de um funcionário aduaneiro para desempenhar as funções de secretário, do Delegado Agrícola do Funchal e de dois vogais da Câmara Regional de Viticultura, órgão a criar para representar a agricultura e o comércio agrícola da região. Este órgão foi claramente dominado pelos oficiais alfandegários, que estavam representados em maior número, além da própria sede se localizar no edifício da Alfândega.⁵⁷

A Comissão discutiu o encerramento das estufas, alegando o vazio legal sobre o aquecimento e o tratamento dos vinhos pelo calor, que originava muitas falsificações. Na altura, constataram que os vogais concelhios da Comissão de Viticultura passavam guias de trânsito a vinhos estufados. Referiram ainda que a garapa, a água-pé, o vinagre, os sumos de diversos frutos e outras substâncias eram tratadas com álcool e açúcar e exportadas como vinhos licorosos. Perante este cenário, alguns membros advogaram o encerramento das estufas de cozimento ou de calor elevado, não incluindo as chamadas estufas de pasteurização. Porém, limitaram essa pretensão à rigorosa verificação do vinho em beneficiação.⁵⁸

⁵⁷ Regulamento de 13 de Novembro de 1913.

⁵⁸ ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 4, fls. 13-17v.º. *Idem*, fls. 22-22v.º. Os vogais dividiram-se entre os que permitiam ou proibiam a entrada de vinhos tratados. *Idem*, L.º 692, 3 de Junho de 1911, o Ministério do Fomento creditou 264 hectolitros de vinho da Madeira na conta de António G. de Menezes Pacheco. *Idem*, 13 de Junho de 1911, o mesmo ministério eliminou 430 hectolitros de vinho da conta de Manuel de Faria porque o armazém se situava na freguesia de S. Martinho. *Idem*, L.º 693, 4 de Janeiro de 1911, Luísa de Vasconcelos de Lomelino Barata possuía duas pipas de vinho surdo e cinco pipas de vinho generoso.

O agravamento da crise vitivinícola contribuiu para a criação de duas comissões de vigilância, na sequência da definição da região produtora dos vinhos da Madeira. Uma ficou estabelecida na Madeira e a outra no Porto Santo. Estas destinavam-se essencialmente a assegurar a qualidade do vinho licoroso produzido na Ilha. Este propósito foi reforçado cerca de uma década depois, com os Serviços de Fomento Comercial dos Produtos Agrícolas, em cuja dependência se encontrava o Mercado Central de Produtos Agrícolas. Nesse sentido, recebiam relatórios anuais com as estatísticas de produção e outras informações pertinentes, reunidas pelas Comissões de Viticultura.⁵⁹

A partir da regulamentação da produção e comércio do vinho da Madeira, a delegação de Fiscalização dos Produtos Agrícolas acompanhou a beneficiação dos vinhos e passou certificados de trânsito, imprescindíveis à entrada dos mesmos nos armazéns dos exportadores. Assim, em 1908, os viticultores, os comerciantes e os partidistas dispuseram de um mês para declararem os locais e as quantidades de vinho generoso que possuíam fora da cidade do Funchal. Os quantitativos apurados foram comunicados à comissão executiva da Comissão de Viticultura, a fim de esta emitir os certificados de produção. Doravante, os viticultores e os partidistas efectuavam o registo prévio para poderem beneficiar os vinhos noutras localidades. Nos primeiros 5 dias de cada mês, os fabricantes declaravam os nomes dos requisitantes e as quantidades de álcool fornecidas.⁶⁰

Em cada uma das regiões produtoras de vinhos generosos foi criada uma Comissão de Viticultura, com o propósito de fiscalizar o trânsito local de vinhos, registar as áreas produtoras, elaborar as estatísticas de produção e comércio por concelhos e passar certificados de origem. Este organismo compunha-se de dois representantes dos viticultores dos concelhos do Funchal, Santa Cruz, Câmara de Lobos, Calheta e Ponta do Sol e um representante do Porto do Moniz, S. Vicente, Santana, Machico e Porto Santo. Estes eram eleitos em mandatos bianuais pelos quarenta maiores viticultores, excluindo os comerciantes de vinhos e os seus comissários, agentes e empregados ou os corpos gerentes de companhias vinícolas e de adegas sociais.⁶¹

⁵⁹ Leis de 16 de Maio e de 13 de Julho de 1895. Lei de 22 de Julho de 1905. Regulamento de 11 de Março de 1909.

⁶⁰ Carta de lei de 3 de Novembro de 1906. Lei de 18 de Setembro de 1908. ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 690, 2 de Dezembro de 1905, a Câmara Municipal do Funchal comunicou que muitos comerciantes importavam álcool para tratar o vinho e depois desdobravam em aguardente, prejudicando as receitas municipais.

⁶¹ Lei de 1 de Outubro de 1908. Regulamento de 11 de Março de 1909. Regulamento de 13 de Novembro de 1913, os mandatos passaram a ser trienais.

Os vogais concelhios da Comissão de Viticultura aceitavam as declarações dos viticultores ou dos donos dos lagares, recebiam os manifestos de produção e passavam os certificados de origem e de trânsito. O rigor destes documentos representou a principal garantia de genuinidade dos vinhos da Madeira. As disposições sobre a preparação mantiveram-se durante 4 anos, havendo outro prazo igual em que a proporção das novas castas na composição do vinho da Madeira não devia ser inferior a metade.⁶²

No final da década de 1920, a Estação Agrária da Madeira ficou incumbida de reconstruir os vinhedos tradicionais e corrigir o processo de beneficiação em estufas. Para o efeito, estabeleceu o prazo de 6 anos para a enxertia das castas exóticas. As tradicionais estufas de sol continuaram a ser livres, mas as de calor artificial só podiam existir no Funchal e em Câmara de Lobos. Este organismo instruiu as novas modalidades de estufagem, de forma a não exceder 45° centígrados. Caso contrário, o vinho era apreendido e inutilizado ou distribuído à assistência pública.⁶³

A Delegação Agrícola do Funchal foi criada para fiscalizar os armazéns dos exportadores e o fabrico de vinhos surdos. No caso dos vinhos em tratamento, havia outra inspecção após a preparação definitiva ou a primeira alcoolização. Os resultados eram confrontados com os saldos das contas correntes dos exportadores, tendo em consideração as relações mensais da Alfândega. Competia-lhe ainda acompanhar a beneficiação dos mostos ou dos vinhos nas freguesias vinícolas, com auxílio de agentes de fiscalização dos depósitos do álcool ao serviço da Junta Agrícola da Madeira. Decorridos dois anos, foi necessário o visto prévio desta última nas guias de levantamento de álcool nas fábricas matriculadas.⁶⁴

A fiscalização da comercialização do vinho da Madeira também se serviu de agentes da administração pública local. As secretarias de finanças passavam guias aos viticultores para a requisição de álcool aos depósitos concelhios das fábricas matriculadas, sendo obrigatória a desnaturação com 30% de vinho do comprador. No sentido de melhorar a fiscalização, o Governo alterou os procedimentos relacionados com os manifestos de produção. As administrações concelhias registavam as declarações de

62 ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 4, fl. 7v.º. Regulamento de 11 de Março de 1909. Decreto-lei n.º 7269, de 17 de Janeiro de 1921, a verba destinada a fiscalizar os manifestos do vinho foi elevada para 3 contos.

63 Decreto-lei n.º 14167, de 25 de Agosto de 1927.

64 Regulamento de 13 de Novembro de 1913. Decreto-lei n.º 2110, de 2 de Dezembro de 1915. Decreto-lei n.º 11674, de 19 de Maio de 1926, a Estação Agrária da Ilha da Madeira passou a desempenhar as funções atribuídas à Junta Agrícola da Madeira. ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 699, 11 de Outubro de 1916, a firma Blandy Brothers & Cª fabricou 252 hectolitros de vinho surdo.

produção, admitindo a tolerância de 10%. Após a vindima, os produtores efectuavam nova declaração com os números exactos da colheita. Os proprietários de lagares declaravam as quantidades de mostos ou de vinhos produzidos, os respectivos locais de armazenamento e os nomes dos produtores ou das firmas exportadoras que os adquiriram.⁶⁵

A partir de meados da década de 1920, a Comissão Central de Viticultura ficou incumbida de todos os assuntos relativos à viticultura nacional. Havia representantes das regiões demarcadas dos vinhos generosos e de pasto do Douro e das restantes regiões demarcadas. Estes representantes tratavam os assuntos de magno interesse da viticultura nacional, mas podiam ser consultados a título individual, em relação às respectivas regiões demarcadas.⁶⁶

O vasilhame para acondicionar o vinho constituiu uma preocupação sempre presente nas reclamações dos exportadores. Os prazos de reembarque das vasilhas de madeira importadas vazias e de garrafas para acondicionarem o vinho permitiram minorar os efeitos da crise e, inclusive, colmatar as dificuldades na obtenção de matéria-prima para as tanoarias. Por vezes, estas facilidades estendiam-se ao vasilhame estrangeiro.⁶⁷

Uma das soluções encontradas para o problema da falsificação do vinho da Madeira consistiu na publicitação de todas as remessas de vinhos nacionais e exóticos. Nesse sentido, a Administração Geral das Alfândegas enviou notas semanais detalhadas à Inspecção-Geral dos Vinhos e Azeites, em relação aos vinhos nacionais exportados e aos restantes vinhos em trânsito ou reexportados do continente e ilhas adjacentes. As remessas eram discriminadas por destinos e as cópias enviadas para as autoridades administrativas das províncias e distritos ultramarinos e aos cônsules portugueses nos distritos consulares. Por fim, as informações eram publicadas em jornais e distribuídas às câmaras de comércio, associações

65 Decreto-lei n.º 13990, de 23 de Julho de 1927.

66 Decreto-lei n.º 12214, de 21 de Agosto de 1926. Decreto-lei n.º 13250, de 8 de Março de 1927. Conceição Andrade Martins, «Os ciclos do vinho do Porto...», p. 412. O Governo enquadró a legislação do sector vitivinícola no modelo de Estado corporativo.

67 Portaria de 31 de Março de 1886. Carta de lei de 25 de Outubro de 1893, a restituição dos direitos sobre a exportação de garrafas de vinho licoroso só se aplicou aos portos não europeus. Decreto de 28 de Julho de 1891. Lei de 1 de Maio de 1914. Decreto n.º 3792, de 26 de Janeiro de 1918. Decreto-lei n.º 7171, de 19 de Novembro de 1920. Decreto-lei n.º 7302, de 4 de Fevereiro de 1921. Sarmento de Figueiredo, *Ordens de serviço...*, p. 6. ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 794, fl. 469, a firma Leacock & Cª solicitou autorização para importar 72 cascos de 560 litros de capacidade. *Idem*, fl. 911, as firmas F. F. Ferraz e Leacock & Cª requereram a prorrogação do prazo devido à não aprovação do tratado comercial entre Portugal e a França.

comerciais e negociantes. Nesse sentido, organizaram mostruários dos produtos nacionais para distribuir nos principais mercados, através de caixeiros-viajantes.⁶⁸

O Estado criou um serviço especial de propaganda nas colónias portuguesas e no estrangeiro, em cooperação com os vinicultores e comerciantes de vinhos. Este destinou-se a informar as condições de mercado e a propor medidas atinentes a melhorar as condições de fabrico e unificar os vários tipos de vinhos nacionais. Foram ainda constituídas comissões especiais, compostas de comerciantes de vinhos, vinicultores e técnicos ao serviço do Estado, nas principais regiões exportadoras de vinhos, as quais receberam a colaboração das autoridades administrativas, diplomáticas e consulares portuguesas.⁶⁹

A legislação proibiu o fabrico de vinho mediante o emprego de passas, bagaço, açúcar e mosto concentrado. Porém, abriu uma excepção para a beneficiação dos mostos com a adição de passa ou de mosto concentrado de uvas nacionais. A presença de matérias susceptíveis de adulterarem o vinho em locais contíguos às adegas ou armazéns suscitou dúvidas. Por isso, esses vinhos eram considerados suspeitos, mas podiam ser classificados de avariados, no início da deterioração, ou corruptos, quando *«toldados, gordos, azedos, chocos, podres, azuis e os que manifestarem quaisquer outros defeitos ou doenças»*. A distinção fazia-se através da identificação nos rótulos das vasilhas e nos documentos de comércio de cores especiais.⁷⁰

A solução para a crise vitivinícola passou ainda pela diversificação da oferta. Nesse sentido, foi permitido o fabrico de vinhos de pasto e de vinhos espumosos na região vinícola da Madeira, tendo em consideração a área dos vinhedos e as produções médias anuais. Contudo, o rótulo da garrafa tinha de ser claro relativamente ao seu conteúdo. Por outro lado, apesar de a maior parte do vinho ainda ser exportado a granel, assistimos à crescente exportação de vinho engarrafado, em caixas de uma dúzia, sobretudo para

68 Decreto-lei de 2 de Junho de 1899. Portaria de 27 de Junho de 1899. Carta de lei de 10 de Maio de 1907. James Simpson, «Too little regulation? ...», p. 378, a lista anual dos exportadores estava direccionada para publicitar a quantidade, e não a qualidade dos vinhos.

69 Carta de lei de 26 de Julho de 1899.

70 A lei de 21 de Maio de 1862 facilitou as fraudes ao isentar do imposto de fabrico o vinho que não era obtido a partir de uvas, como por exemplo o vinho de pêros, de nêspas ou de melaço. Lei de 1 de Setembro de 1894. Lei de 22 de Julho de 1905. Decreto de 14 de Junho de 1905. *Algumas disposições legais da fiscalização dos vinhos, vinagres e azeites*, Funchal, Typ. «O Direito», 1908, p. 3. ARM, *O Diario do Commercio*, n.º 3960, 22 de Dezembro de 1910. As principais firmas exportadoras pretendiam abolir o artigo 42.º da lei de 18 de Setembro de 1908, e o artigo 55.º do decreto de 1 de Outubro desse ano, que proibiam a preparação dos vinhos licorosos com xarope de açúcar e outros produtos que não derivavam de uvas, quer em estado líquido, quer sólido. *Idem*, n.º 1147, 28 de Agosto de 1895. Rubén Lois González e João Pedro Almeida Mendonça, «Os produtores-engarrafadores: o seu contributo para a promoção de vinhos de qualidade e para a valorização da paisagem na região demarcada do Douro» *In Actas do III Simpósio da Associação Internacional de História e Civilização da Vinha e do Vinho*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004, p. 254, os autores referem que Portugal foi um dos países precursores na defesa dos produtos víquicos.

alguns mercados como os países escandinavos e o Brasil. Podemos constatar esta situação através dos pedidos de reembolso dos direitos de importação sobre fardos de garrafas e caixas abatidas. A partir de 1913, os exportadores passaram a usufruir do prazo de um ano para exportarem as garrafas, livres de direitos alfandegários (*Vide* Quadro n.º 4).⁷¹

Quadro 4 - Importação de caixas e volumes de garrafas e exportação de vinho

Anos	António Isidro Gonçalves			F. F. Ferraz			João de Freitas Martins			Blandy Brothers & C ^a			Viúva Abudarham & Filhos			Rodrigues & Cunha			Cunha & C ^a		
	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	III	III	I	II	III
1894	2760	5004																			
1895	3370	2275																			
1896	2400	1556													190						
1897	1200	2305													1120						3000
1898	2400	1687				330	659														
1899	2340	2527		2424		609	321														
1900		2258		600	2087	991	220														
1901				600	1537	970															
1902																					
1903				8		2000															
1904	3588			1800		2000				6000		2000	743								
1905	2400			3048		3048															
1906				4248		4500															
1907																					
1908																					
1909																					
1910			10900	6657		2256				2000											
1911				9688		8684															
1912	11352			5963		5925															
1913				7830								2000									
1914	9624		12850													3568		3400			

Nota: I – Importação de garrafas (dúzias). II – Exportação de garrafas (dúzias). III – Importação de caixas abatidas (volumes).

Fonte: ARM, *Alfândega do Funchal*, L.os 689-697.

Os viticultores pretenderam impulsionar a comercialização do vinho da Madeira através da remodelação dos impostos. Porém, a Alfândega do Funchal informou a Direcção Geral das Alfândegas que incidia uma taxa de 4,8446 sobre cada litro de vinho exportado, segundo as instruções de 12 de Junho de 1854, acrescido de 6% para o cofre geral dos emolumentos do Ministério das Finanças. Informou ainda que esta taxa era paga sem relutância pelos negociantes, mediante suaves avenças.⁷²

A tributação do fabrico de aguardente e de álcool foi compensado com o bónus de 1\$00 por cada pipa de vinho licoroso exportado, de graduação superior a 19°C. Porém, este incentivo só se efectivou quando o preço da aguardente ultrapassava os 70\$00 por pipa. Neste caso, como se agravavam os custos

71 Regulamento de 11 de Março de 1909. Decreto-lei de 14 de Setembro de 1909, o júri que aprovou os vinhos de pasto era formado por os agrónomos João Coelho da Mota Prego e Alfredo de Fraga Gomes, os viticultores Visconde de Caçongo e Manuel de França Dória e os comerciantes de vinho Norberto Jaime Teles e Francisco Figueira Ferraz. Decreto-lei n.º 218, de 13 de Novembro de 1913. Decreto-lei n.º 11333, de 8 de Dezembro de 1925. ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 785, fl. 135, A. I. Gonçalves pretendeu exportar vinho de pasto. *Idem*, L.º 4, fl. 19v.º, Manuel Tomás de Aquino Pita solicitou a aprovação de dois tipos de vinho de pasto destinados à exportação, em 1925. José Tavares, *Subsídios para o Estudo* ..., p. 36.

72 ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 794, fls. 110 e 120.

de produção, o incentivo teve por finalidade estimular a exportação dos vinhos licorosos nacionais e capacitá-los para enfrentarem a concorrência.

Por último, a incapacidade em estabelecer tratados comerciais estava na origem das dificuldades na exportação. Em consequência, as taxas alfandegárias oneravam os vinhos nacionais face aos seus concorrentes de França, Espanha e Itália e incentivavam as falsificações baratas, que denegriam a qualidade da marca Madeira. Mas a necessidade mais premente era a instalação de um laboratório químico, a cargo da Estação Agrícola da 9ª Região, porque eram necessárias amostras e certificados de análise, nomeadamente nas remessas para a Alemanha e a França, bem como certificados de procedência. Na verdade, não foram as taxas elevadas que prejudicaram as exportações, mas antes a quebra da confiança dos consumidores relativamente à qualidade dos vinhos, sobretudo quando se tratavam de produtos adulterados.⁷³

3.2- A regulamentação do sector sacarino

Nesta parte abordamos a legislação promulgada sobre este importante sector da economia insular. Tentaremos discernir a evolução que conduziu ao estabelecimento do regime de protecção à cultura da cana sacarina, no período de 1895-1919. As maiores transformações surgiram com o fim do regime sacarino. A liberalização desta indústria permitiu a instalação de outra fábrica no Funchal. Porém, a matéria-prima revelou-se insuficiente. O Governo teve de intervir novamente no sector para decretar o encerramento de alguns engenhos da vertente Sul da Ilha, principalmente nos concelhos onde a cana-de-açúcar apresentou maior riqueza sacarina e o transporte era mais fácil.⁷⁴

Os organismos estatais criados para fiscalizarem as indústrias sacarinas nem sempre coincidiram nas suas esferas de actuação. Assim, no caso do açúcar e do álcool, destacaram-se a Alfândega do

⁷³ Regulamento de 13 de Novembro de 1913. ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 794, fls. 255-256. James Simpson, «Too little regulation?...», pp. 367-374, especial destaque para o «*Sale Food and Drugs Act*», de 1875.

⁷⁴ R. G. Wilson e T. R. Gourvish (ed.), *The Dynamics of the...*, p. 1, a regulamentação governamental contribuiu para tornar complexas as indústrias do álcool, da destilação e do vinho. O seu impacto nos séculos XIX e XX encontra-se pouco demonstrado, por comparação com os sectores dos têxteis, dos químicos, dos motores e dos armamentos.

Funchal, os comissários do álcool, a delegação do Mercado Central de Produtos Agrícolas, a Estação Agrícola e a Estação Agrária. No caso da aguardente e do mel, salientaram-se a Junta Agrícola da Madeira, a Junta Geral, a Estação Agrária, a Alfândega e a Companhia da Aguardente da Madeira. Esta última será objecto de tratamento noutra ponto da dissertação.

Assim, os conteúdos que apresentamos em seguida encontram-se organizados em dois subpontos. No primeiro, reunimos informações sobre a legislação que regulamentou o fabrico de açúcar e álcool destinados ao consumo local, ao embarque ou ao tratamento dos vinhos da Madeira. No segundo, tratamos a legislação relacionada com o fabrico de aguardente e de mel, os quais eram consumidos de forma integral no Arquipélago. Em qualquer dos casos, mas sobretudo no que se relacionou com o fabrico da aguardente, a intervenção do Estado não obedeceu a uma estratégia concertada.

No final do século XIX, a preocupação principal era recuperar a economia da Madeira, que passou invariavelmente pela viticultura e a cultura da cana-de-açúcar. Apesar dos incentivos concedidos aos industriais do açúcar e do álcool, a vitalidade dos engenhos coarctou o abastecimento de matéria-prima. A opção inicial de elevar o preço da aguardente mostrou-se insuficiente, sendo necessário expropriar alguns engenhos da costa Sul da Ilha, onde existiam as plantações mais ricas. O controlo da comercialização da aguardente por agentes do Estado acabou por ser abandonado, passando a tarefa para uma companhia monopolista, de capitais nacionais.

3.2.1- O açúcar e o álcool

Num período de afirmação agro-industrial da cana sacarina na Madeira, a tributação do açúcar madeirense, em 25% do que aplicava ao açúcar estrangeiro, foi muito contestada. Na prática, verificou-se uma quebra imediata nas exportações de açúcar, ficando a produção limitada às contingências do mercado local. Porém, a tributação foi revogada por um período inicial de 5 anos e a exportação sujeita a

uma rigorosa fiscalização da Alfândega do Funchal. Esta importante alteração resultou de um projecto de lei apresentado na Câmara dos Deputados por João da Câmara Leme e Ricardo Júlio Ferraz.⁷⁵

Os custos de laboração aumentaram com a colecta da contribuição industrial, suscitando reclamações imediatas de Ferraz & Irmãos, da Companhia Fabril de Açúcar Madeirense, de W. Hinton & Sons, de Vitorino Ferreira Nogueira e do Conde da Calçada, em 1872. Estes pretendiam reduzir o imposto, alegando exercerem a actividade durante apenas três meses. Assim, o grémio dos fabricantes de açúcar, ou o Conselho de Distrito quando aquele não se constituía, procedeu à derrama em função da estimativa de lucros, competindo 44% à Companhia Fabril, 31% a Ferraz & Irmãos, 14% a Vitorino F. Nogueira e 11% ao Conde da Calçada.⁷⁶

A moléstia da cana-de-açúcar devido ao fungo *canyothurium melasporum* e a abolição do imposto municipal reflectiram-se no interesse pela importação de melaço. Deste modo, os direitos cobrados na Alfândega praticamente quadruplicaram nos anos de 1884-86, respectivamente nos montantes de 7.327\$86, 15.357\$79 e 28.498\$30. Porém, nem todas as entidades respeitavam a regulamentação.⁷⁷

A Direcção Geral das Alfândegas e Contribuições Indirectas ficou incumbida de fiscalizar esta indústria, auxiliada por cinco comissários do álcool para as alfândegas de Lisboa, do Porto, de Ponta Delgada, de Angra do Heroísmo e do Funchal. Os industriais instalaram postos fiscais para vigiarem o fabrico e a comercialização do álcool, liquidarem os impostos de produção e de consumo e fornecerem as guias de circulação. A qualidade era verificada pela primeira repartição da Direcção Geral, mediante a

75 Carta de lei de 27 de Dezembro de 1870. Carta de lei de 4 de Fevereiro de 1876. Regulamento de 15 de Março de 1876. Lei de 18 de Março de 1881. Lei de 22 de Março de 1886. ARM, *Governo Civil*, L.º 632, fl. 122v.º. *Idem*, L.º 613, fls. 101-105. *Idem*, *A Voz do Povo*, n.º 669, 11 de Março de 1875. *Idem*, n.º 671, 25 de Março de 1875. *Idem*, n.º 666, 18 de Fevereiro de 1875. *Idem*, n.º 679, 14 de Maio de 1875, p. 4, a fábrica de S. João vendeu açúcar de quatro qualidades. *Inquérito sobre a situação económica...*, pp. 22-23. João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos, *A cultura da cana de açúcar e os direitos sobre o açúcar*, Funchal, Tip. do Diário de Notícias, 1885, pp. 7-19 e 69-73. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, p. 160, quadro n.º 21. O imposto municipal foi de 0,2 centavos em 1874, 0,5 de 1875 a 1882, 0,15 em 1884, 0,2 em 1887 e 0,25 em 1888. Oscar Bregaza Perdomo e Santiago de Luxán Meléndez, «La participación de Canárias...», p. 514, a lei de 31 de Julho de 1886 permitiu a livre entrada do açúcar de Canárias no mercado Espanhol, constituindo um importante estímulo ao desenvolvimento agro-industrial.

76 ARM, *Governo Civil*, L.º 263, fls. 65-66, 86, 144v.º e 189v.º. *Idem*, L.º 264, fls. 137-137v.º. Em relação a 360\$00 de contribuição industrial.

77 ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 767, 10 de Março e 22 de Maio a 4 de Junho de 1894. A fábrica da Companhia Nova laborou cana-de-açúcar e borras de vinho. As fábricas de João de Andrade Ferreirinha, Valério Rodrigues da Cova, Conde da Calçada, Conde do Carvalhal, Manuel Inísio da Costa Lira, Francisco António de Abreu Cardoso, Frederico Augusto de Freitas e João Gregório da Silva não tinham licença de laboração. *Idem*, L.º 681, 12 de Junho de 1874. *Idem*, L.º 684, 31 de Março de 1882. *Idem*, L.º 686, 20 de Maio de 1887 e 25 de Junho de 1888. *Idem*, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 195, fls. 137v.º, 150v.º e 227-227v.º. *Idem*, *Governo Civil*, L.º 632, fls. 122v.º e 139-139v.º. *Idem*, L.º 613, fls. 63v.º-65v.º, 111v.º e 113v.º-114. Câmara Municipal do Funchal, *Lançamento de contribuições municipais indirectas sobre diversos genros, líquidos e mercadorias, excepto as que forem importadas para serviço dos respectivos municípios*, Funchal, Typ. do Direito, 1884. ARM, *As Novidades*, n.º 46, 7 de Junho de 1888. *Idem*, n.º 72, 22 de Outubro de 1888. *Idem*, *A Voz do Povo*, n.º 577, 24 de Abril de 1873.

análise de amostras de um litro de álcool. Porém, alguns fabricantes viram-se na contingência de suspenderem as laborações por falta de matéria-prima, repercutindo-se no aumento da importação de aguardente açoriana.⁷⁸

A legislação sobre a produção e a comercialização do álcool caracterizou-se por inúmeros avanços e recuos nos anos anteriores e posteriores à instituição do regime sacarino. O grémio dos fabricantes não se constituiu e o álcool foi sujeito ao imposto de produção de 10 centavos ao litro, sendo depois reduzido a 7 centavos. O álcool insular beneficiou de isenção do imposto de produção, mas era equiparado ao estrangeiro à entrada das alfândegas nacionais.⁷⁹

As ideias proteccionistas germinaram no meio parlamentar português nos anos de 1891-1892, na sequência do que sucedeu na generalidade dos países europeus, a partir de 1880. A pauta de 1892 aumentou os direitos específicos que incidiam sobre a maior parte dos produtos e tributou a importação do melão, em benefício da aguardente aos Açores. Porém, os seus efeitos diluíram-se devido à fixação de taxas em relação ao peso ou ao volume das mercadorias e não *ad valorem*, ou seja, em função do seu preço. Deste modo, o custo dos géneros importados resultou mais de diferenças cambiais e da inflação que dos efeitos da pauta.⁸⁰

A instituição do proteccionismo sacarino incentivou a cultura da cana-de-açúcar e as indústrias do álcool e do açúcar. As fábricas matriculadas rateavam a importação de melão em proporção da quantidade de cana adquirida no ano anterior. Esta matéria-prima destinou-se exclusivamente ao fabrico

78 Carta de lei de 12 de Abril de 1892. Regulamento de 12 Maio de 1892. A Carta de lei de 28 de Fevereiro de 1898 estipulou as remunerações extraordinárias. Carta de lei de 30 de Maio de 1892. ARM, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 336, fls. 1-4v.º, no início de 1893, os fabricantes foram avisados por circular para apresentarem os desenhos cotados e as descrições sumárias dos contadores ao Comissário dos Álcoois. *Idem*, *Alfândega do Funchal*, L.º 767, 30 de Agosto de 1893, 26 e 27 de Junho, 24 de Julho e 4 de Agosto de 1894. Processos instaurados contra António da Silva Manique e contra a fábrica da Companhia Nova, com relação a 67\$41 de imposto de produção e a obrigação de vedar quatro janelas e uma porta com grades de ferro e redes de arame.

79 Carta de lei de 2 de Março de 1893. Carta de lei de 21 de Julho de 1893. Carta de lei de 14 de Setembro de 1893. Carta de lei de 12 de Julho de 1894. Decreto de 8 de Janeiro de 1896. Decreto de 24 de Março de 1897. ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 688, 2, 11, 13 e 23 de Setembro e 11 de Novembro de 1893 e 7 de Agosto de 1894. *Idem*, L.º 767, 30 de Dezembro de 1898, 13 de Março, 17 de Junho e 14 e 15 de Setembro de 1899. *Idem*, L.º 688, 11 de Julho de 1894, oito processos de falta de licença. *Idem*, 25 de Outubro de 1895, três novos processos. *Idem*, L.º 689, 8 de Junho e 10 de Novembro de 1899, outros três processos. *Idem*, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 336, fls. 37v.º-38, 49v.º-50v.º, 53v.º, 54v.º-60v.º, 72-81v.º.

80 Eugénia Mata e Nuno Valério, *História Económica...*, p. 165, a subida dos preços internacionais reduziu o impacto proteccionista da pauta. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, pp. 170-171. *Idem*, «A Madeira e o proteccionismo sacarino...», pp. 121-122, a Madeira beneficiou com a união entre os viticultores nacionais e os produtores de álcool colonial contra a indústria de álcool de batata alemã. Pedro Lains, «O proteccionismo em Portugal...», 1987, pp. 481-486. José Mattoso, *História de Portugal*, vol. VI..., pp. 177-178. Jesús M.º Valdaliso e Santiago López García, *Historia Económica...*, p. 33. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (orgs.), *História Económica...*, vol. II, pp. 276 e 337-340, Portugal era um dos países mais proteccionista da Europa, desde 1830. António José Telo, «A obra financeira...», pp. 780-782, o autor definiu o início de um modelo económico baseado no mercado nacional protegido, que se manteve até 1930-1931.

de álcool para tempero dos vinhos licorosos e comuns da Ilha. No entanto, o aumento exponencial do fabrico de álcool era prejudicial à economia insular. Por isso, alguns sectores do tecido produtivo defenderam a fixação de uma correlação entre a colheita de vinho e o melaço importado. Assim, os viticultores estranhavam as fracas aquisições de mosto comparativamente ao vinho comercializado e exportado, alegando o uso de álcool no fabrico de vinho artificial e na falsificação de vinho licoroso. Os produtores de cana apontavam o desdobramento do álcool de melaço importado como responsável pelas dificuldades no escoamento das suas produções.⁸¹

O regime sacarino tinha por objectivo recuperar a depauperada economia da Madeira, a cultura da cana-de-açúcar e as indústrias fabris associadas. A solução adoptada procurou responder às reclamações e sugestões subscritas pela associação comercial, câmaras municipais, proprietários, agricultores e pela comissão nomeada pelo Governo. Nesse sentido, a Comissão Distrital duplicou o imposto municipal sobre a importação de açúcar, que passou a ser de 3 centavos. Porém, como os preços se mantiveram elevados, a Câmara do Funchal aprovou a redução da taxa em 1 centavo ao quilo. A tendência decrescente verificada na importação de açúcar inverteu-se com a eclosão da epidemia na cana sacarina, notando-se os efeitos da aprovação do regime sacarino na Madeira (*Vide* Quadro n.º 5).⁸²

O regime proteccionista onerou a importação de açúcar superior ao tipo 19 da escala holandesa. Por outro lado, taxou a importação de melaço com menos de 55% de sacarose em 3 centavos ao quilo, com a condição dos fabricantes adquirirem a cana sacarina a 40-45 centavos por cada duas arrobas. Só então podiam despachar o melaço estrangeiro alfandegado. Apesar dos incentivos, a importação de

81 ARM, *Diário do Comércio*, n.º 339, 29 de Outubro de 1897, reunião da delegação do Mercado Central com os negociantes de álcool «Blandy, Drury, Power, Krohn, Sattler, Jacob Abudarham, José Júlio Lemos, Pedro Pires, H. Hinton, Meny Abudarham, António Manique, Higinio Ferraz e o comissário dos álcoois Virgínio Chaves». Benedita Câmara, «A Madeira e o protecționismo...», pp. 118-119 e 123. *Idem*, A Economia da Madeira..., p. 174. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (orgs.), *História Económica...*, vol. II, pp. 351-352, a política alfandegária portuguesa dirigiu-se especialmente à agricultura. V. Santiago de Luxán Meléndez, «El segundo ciclo del azúcar...», pp. 421-423, a protecção alfandegária também foi essencial para proteger os agricultores e industriais no arquipélago das Canárias, sobretudo no período de 1884-1914.

82 ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 688, 24 de Agosto de 1895. *Idem*, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 659, fl. 1v.º. *Idem*, *Governo Civil*, L.º 218, fls. 68-68v.º e 70. *Idem*, L.º 219, fls. 17-17v.º, 19v.º, 22v.º-24 e 25. *Idem*, *Diário do Comércio*, n.º 57, 13 de Novembro de 1896. *Idem*, n.º 64, 21 de Novembro de 1896. José Mattoso, *História de Portugal*, vol. VII..., p. 104, os «lobbies» recorriam às Associações Comerciais, aos embaixadores, à Câmara de Comércio e ao próprio aparelho de Estado.

açúcar para refinar aumentou nos primeiros anos do século XX, sendo de cerca de 117 toneladas em 1901, 187 em 1902, 561 em 1903 e 517 em 1904.⁸³

Quadro 5 - Importação de açúcar

Anos	Valor médio (em toneladas)
1875-79(*)	54
1880-84	17
1885-89	199
1890-94	391
1895-99	211
1900-04	327
1905-09	85

Nota: (*) Média dos anos de 1878-79.

Fonte: ARM, *O Diário do Commercio*, n.º 1000, 13 de Fevereiro de 1900. *Diplomas principais que interessam ao regimen saccharino da Madeira*, quadro V.

O melaço importado era laborado de forma isolada, destinando-se exclusivamente ao fabrico de álcool. Apenas o açúcar insular podia ser exportado livre de taxas para os Açores ou o continente português. As fábricas matriculadas rateavam a compra da cana e, na falta de acordo, intervinha a delegação do Mercado Central de Produtos Agrícolas, à qual competia fixar os preços mínimos, conforme as localidades, e mediar os conflitos. Não conseguimos reunir muitas informações sobre a actuação deste organismo, mas sabemos que esteve relacionado com a beneficiação dos vinhos mediante o emprego de álcool de melaço importado. Porém, a emissão de guias de produção deu origem ao desdobramento do álcool como bebida. Assim, a partir de 1900, o valor da cana sacarina passou a ser determinado pelo grau de sacarose.⁸⁴

O regime sacarino foi revisto em 1903. Não obstante os elevados custos com as rendas da terra, a irrigação, os adubos, os salários e a substituição das castas, esta cultura era fulcral para a economia da Madeira. Nesse sentido, as autoridades elevaram os preços da cana e reduziram substancialmente os

83 Carta de lei de 30 de Dezembro de 1895. ARM, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 420, fls. 1-13v.º. *Idem*, L.º 337, fls. 3v.º-6. *Idem*, L.º 690, 12 de Novembro de 1904. *Idem*, *Governo Civil*, L.º 613, fls. 165v.º e 176, o fiscal do álcool opôs-se à laboração de melaço estrangeiro por não possuir oficiais suficientes para a fiscalização. *Idem*, *O Diário do Commercio*, n.º 1000, 13 de Fevereiro de 1900. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 2173, 27 de Fevereiro de 1904. *A questão saccharina...*, p. 20, o autor referiu a importação de açúcar estrangeiro em 1903 e 1904 para auxiliar a cristalização do sumo da cana local.

84 ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 767, 10 e 19 de Junho, 6 de Agosto e 23 de Setembro de 1896. A decisão de isentar o álcool destinado ao consumo local do imposto de fabricação fez disparar a importação de melaço por parte das firmas W. Hinton & Sons, José Júlio de Lemos, João Higinio Ferraz & Companhia, António da Silva Manique e Pedro da Cunha Pires. *Ibidem*, 30 de Junho de 1897, 8 e 11 de Março de 1898. *Idem*, L.º 689, 14, 20, 28 e 30 de Março, 14 de Abril e 8 de Maio de 1896, 12, 18 e 21 de Janeiro e 4 de Fevereiro de 1897, entre outras. *Idem*, L.º 767, 30 de Novembro de 1897, a delegação do Mercado Central de Produtos Agrícolas aprovou um parecer destinado a regulamentar o decreto de 30 de Dezembro de 1895. *Idem*, *O Diário do Comércio*, n.º 118, 29 de Janeiro de 1897, p. 2. Benedita Câmara, «A Madeira e o protecționismo...», pp. 120-121, a autora referiu que o Mercado Central de Produtos Agrícolas no Funchal assumiu grande protagonismo, ao contrário do que ocorreu com o seu congénere criado no continente relativamente ao protecționismo cerealífero. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, pp. 171-172.

direitos de importação do melaço. Porém, o grande motivo de discórdia prendeu-se com a obrigação das fábricas matriculadas ratearem a compra dos saldos de aguardente declarados pelas fábricas não matriculadas.⁸⁵

As duas fábricas, beneficiárias do regime sacarino, aceitaram a matrícula definitiva até 1918, obrigando-se à compra da cana, a 45-50 centavos, e os saldos de aguardente, a 93 centavos o galão. Facultavam ainda o transporte marítimo e armazenavam separadamente o açúcar e o álcool. A matrícula permitiu-lhes transferirem os produtos das laborações e beneficiarem da isenção de direitos na exportação de melaço, rações de bagaço ou de melaço e açúcar de cana madeirense. Porém, a obrigatoriedade da compra dos saldos de aguardente, a preços superiores aos do mercado, estimulou a produção, suscitando o pagamento de 10 centavos por galão para adiar a compra e, por fim, a recusa em os adquirir.⁸⁶

A República pretendeu solucionar a questão do açúcar e do álcool. Apesar de considerarem a preocupante situação económica e social da Madeira, ao ponto de a apelidarem de «*ilha da aguardente*», não quiseram lesar os interesses instalados. Em relação ao melaço importado, pretendiam limitá-lo às necessidades de tratamento do vinho da Madeira e reduzir o fabrico de açúcar, em benefício do produzido localmente.⁸⁷

O novo decreto sacarino proibiu as fábricas matriculadas de desdobrarem o álcool em bebida, fixou os direitos sobre o melaço importado e determinou o preço máximo do álcool para tratamento de vinhos, indo ao encontro das aspirações dos produtores e exportadores do vinho da Madeira. No caso de o álcool não ser suficiente para tempero do vinho, o Mercado Central de Produtos Agrícolas importava álcool nacional. Este diploma terminou com a obrigatoriedade de compra dos saldos de aguardente e aumentou a graduação da cana sujeita a compra obrigatória pelas fábricas matriculadas. Os industriais

⁸⁵ Decreto de 24 de Setembro de 1903. Decreto de 24 de Dezembro de 1903. A Lei de 24 de Novembro de 1904 manteve o regime de 1903 por 15 anos. Carta de lei de 21 de Março de 1908, o executivo nomeou uma comissão para estudar as medidas de fomento agrícola. ARM, *Governo Civil*, L.º 613, fls. 228-228v.º, o Governador Civil concordou com a fixação do montante máximo da importação de melaço e dos preços do açúcar e do álcool destinados a beneficiar o vinho, a compra da aguardente a 90 centavos ao galão e a isenção dos impostos de produção. *Idem*, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 662, fl. 289v.º, os industriais solicitaram a prorrogação dos preços mínimos fixados em 1895. *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 7, p. 6, em 1906 existiam 57 fábricas não matriculadas no distrito do Funchal, funcionando 29 com a energia do vapor, 23 com a energia hidráulica e 5 com as duas fontes de energia. *A questão saccharina...*, p. 20, entre 1903 e 1910, a cultura da cana passou de 18.000 para 75.000 toneladas, o respectivo valor de 255 para 1.200 contos e o valor das plantações de 1.450 para 10.000 contos.

⁸⁶ ARM, *Diário do Comércio*, n.º 3789, 28 de Maio de 1910, publicidade à venda de melacinho para alimento de animais. *Idem*, *Heraldo da Madeira*, n.º 2346, 23 de Agosto de 1912, envio de 303 sacos com melacinho para Lisboa. *Idem*, n.º 2381, 3 de Outubro de 1912, outra remessa de 1.500 sacos com melacinho.

⁸⁷ Decreto-lei de 11 de Março de 1911. ARM, *Diário do Comércio*, n.º 3989, 28 de Janeiro de 1911, o chefe de secção dos Serviços Técnicos da Indústria no Funchal deu parecer favorável à fundação de uma fábrica de aguardente, mas alertou para o aumento do consumo.

podiam importar até 550 toneladas de açúcar colonial para refinar ou auxiliar a laboração das garapas da Ilha.⁸⁸

O imposto de produção voltou a ser alterado em 1913. As fábricas matriculadas podiam nomear agentes nos concelhos rurais para comercializarem o álcool destinado ao tratamento dos vinhos. Os depósitos concelhios eram fiscalizados durante o horário de funcionamento.⁸⁹

A mudança ministerial e os diversos assuntos pendentes atrasaram a análise e publicação do projecto do novo regime sacarino, elaborado por uma comissão especial. Por esse motivo, o Governo prorrogou o diploma de 1911 por um ano, introduzindo-lhe algumas alterações relacionadas com a extinção da delegação do Mercado Central dos Produtos Agrícolas e do Conselho do Fomento Comercial dos Produtos Agrícolas. Mas, o mais importante foi o fim do monopólio das fábricas matriculadas.⁹⁰

A reforma legislativa prosseguiu a liberalização das indústrias do açúcar e do álcool e reservou um lugar de destaque para a Alfândega. As fábricas compravam a cana de gradação igual ou superior a 9º Baumé, aos preços mínimos de 45-50 centavos, mas, após 1924, o preço seria estabelecido livremente. O fabrico de álcool era rateado anualmente, com base na tonelagem de cana-de-açúcar laborada no ano anterior. Todavia, as fábricas de aguardente transformadas para produzirem açúcar e álcool ou fundadas para esse fim tinham um rateio reduzido no primeiro ano. A exportação de açúcar que sobejou ao consumo local e de rações à base de melaço ou bagaço continuou franca, até 1925.⁹¹

88 Artur Inês, *Um Bôdo Indecoroso (a burla do açúcar)*, Lisboa, Editorial República, 1933, pp. 30 e 76-77. O Parlamento e a imprensa nacional voltaram a atacar o regime sacarino da Madeira em 1914, na sequência da prorrogação por 20 anos do regime colonial de 1901. O diploma previu o aumento da importação de açúcar de Angola e de Moçambique em 600 toneladas e de Cabo Verde em 100 toneladas ao ano, beneficiando de um diferencial de \$06 por quilo. ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 788, fls. 112, 154-155 e 334. *Idem*, L.º 792, fl. 221, a firma W. Hinton & Sons importou 550 toneladas de açúcar colonial entre 1911-15. Quando o preço do açúcar colonial era superior ao praticado em Londres, as fábricas matriculadas importavam açúcar de outras proveniências. *Idem*, L.º 792, fl. 264, em Janeiro de 1916, 2900 hectolitros de álcool para França.

89 ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 789, fls. 267-268 e 349-350, a fábrica do Torreão fundou depósitos em Câmara de Lobos, Ponta do Sol, Arco da Calheta, Calheta, Estreito da Calheta, Ponta do Pargo, Porto do Moniz, Seixal, S. Vicente, Arco de S. Jorge, Porto da Cruz, Machico e Santa Cruz. *Idem*, L.º 783, p. 118. *Idem*, L.º 696, 13, 18 e 28 de Agosto de 1913. ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 697, 31 de Agosto e 2 de Setembro de 1914, a Junta Agrícola solicitou notas diárias com os nomes dos requisitantes de álcool, as quantidades e os destinos.

90 Portaria de 19 de Junho de 1918. Decreto n.º 5386, de 9 de Abril de 1919.

91 Decreto-lei n.º 5492, de 2 de Maio de 1919. Decreto-lei n.º 9881, de 1 de Julho de 1924. ARM, *O Comércio da Madeira*, n.º 26, 18 de Março de 1920, as fábricas não tinham sido autorizadas a iniciarem a laboração, havendo falta de açúcar e de álcool. A liberalização provocou alguns desajustamentos entre a produção de cana-de-açúcar e as indústrias, prontamente corrigidos pelo Decreto-lei n.º 5787-Q, de 10 de Maio de 1919, Decreto-lei n.º 5868, de 12 de Junho de 1919, e Decreto-lei n.º 6887, de 4 de Setembro de 1920. *Idem*, *Alfândega do Funchal*, L.º 794, fl. 673. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 2465, 5 de Junho de 1919, a firma W. Hinton & Sons encomendou 1000 toneladas de mel para fabricar álcool. *Idem*, n.º 3887, 15 de Maio de 1924, o preço e o consumo de aguardente continuavam em alta, enquanto os industriais do açúcar e do álcool sentiam dificuldades no abastecimento de cana-de-açúcar. *Idem*, n.º 3891, 20 de Maio de 1924, os industriais da aguardente adquiriam maior quantidade de cana-de-açúcar do que o necessário para o respectivo rateio. José Agostinho Rodrigues, *Coronel-médico, As questões vinícola e*

Estas medidas foram desde logo objecto de reclamações, algumas das quais atendidas em 1920. Assim, anularam a importação de álcool nacional e encarregaram uma comissão de fixar anualmente o preço do álcool, tendo em consideração as condições da indústria, as necessidades da viticultura e o comércio dos vinhos. Decorridos alguns anos, a comissão foi ampliada com a entrada de representantes da Comissão de Viticultura da Região da Madeira, dos fabricantes de álcool do Funchal e da Associação de Classe dos Exportadores de Vinho da Madeira.⁹²

A Estação Agrícola da Ilha da Madeira assumiu a supervisão dos serviços do regime do açúcar e do álcool, servindo-se de agentes de fiscalização dos seus quadros e de pessoal idóneo, contratado durante o período da laboração. O laboratório químico-agrícola do Funchal e os serviços de análise também passaram a estar sob a sua alçada. A própria comissão técnica de fiscalização do regime sacarino da Madeira, preconizada desde 1919 e definida em 1926, funcionou adscrita a esta Estação. Porém, num interregno de cerca de dois anos, a Alfândega ficou encarregue de fiscalizar as fábricas de aguardente.⁹³

As instruções relativas ao regime sacarino da Madeira foram modificadas em 1924. O rateio do fabrico de álcool passou a efectuar-se pela média da produção de açúcar por quintal de cana sacarina. Porém, face à impossibilidade de aplicar essa disposição, o rateio efectuou-se em proporção das capacidades de laboração das fábricas. Tal como sucedeu no ano anterior, competiu 71% à fábrica do Torreão, 23% à Companhia Nova e 6% à de S. Filipe.⁹⁴

A livre importação de álcool e aguardente, no distrito do Funchal, provocou o descontentamento dos industriais da cana sacarina, deu azo às falsificações do vinho da Madeira e agravou o problema do

sacarina da Madeira e os decretos n.º 13990, 14167 e 14168 respectivamente de 23 de Julho e de 25 de Agosto de 1927. Como foram e como devem ser resolvidas estas questões, a bem dos superiores e legítimos interesses do arquipélago madeirense, Lisboa, 1928, pp. 38-39, o autor acusou os industriais matriculados de fabricarem álcool em detrimento do açúcar nos anos de 1924 a 1927.

92 Decreto-lei n.º 6521, de 9 de Abril de 1920. Decreto-lei n.º 13371, de 29 de Março de 1927.

93 Decreto n.º 8089, de 3 de Abril de 1922. Decreto n.º 8254, de 10 de Julho de 1922. Decreto-lei n.º 10093, de 15 de Setembro de 1924. Decreto-lei n.º 10695, de 10 de Abril de 1925. Decreto-lei n.º 11920, de 20 de Julho de 1926. *Diário do Governo*, IIª Série, n.º 182, 17 de Agosto de 1927, o conselho técnico da Estação Agrária da Madeira propôs a nomeação temporária de 23 agentes para fiscalizarem as fábricas de aguardente, remunerados diariamente em 20\$00, acrescido de 2\$00 por quilómetro de trajecto.

94 Decreto-lei n.º 9383, de 15 de Janeiro de 1924. Decreto-lei n.º 9548, de 27 de Março de 1924. Decreto n.º 10269, de 8 de Novembro de 1924. Decreto-lei n.º 9881, de 1 de Julho de 1924. ARM, *Correio da Madeira*, n.º 250, 4 de Fevereiro de 1923. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 3827, 26 de Fevereiro de 1924, rateio suplementar de 13.000 hectolitros de álcool.

alcoolismo. Assim, a legislação proibiu a importação de álcool e bebidas alcoólicas não especificadas. Porém, os industriais do turismo reclamaram e as medidas foram suspensas, até a resolução definitiva.⁹⁵

A legislação sacarina voltou a ser revista em 1926. O regime sacarino do ano seguinte proibiu a fundação de fábricas de açúcar e de álcool. Nos anos em que a cana não era suficiente, os industriais importavam açúcar para refinar ou melaço das colónias portuguesas, em proporção dos respectivos rateios e com pagamento de metade dos direitos pautais, desde que os custos fossem um décimo inferior aos do mercado londrino.⁹⁶

Os fabricantes compravam a cana da zona Sul da Madeira com graduação superior a 8,5 Baumé, aos preços de 6\$00-6\$60, destinando-a exclusivamente ao fabrico de açúcar e de álcool. A restante era ajustada entre os produtores e os industriais, mas o custo do transporte ficava por conta dos primeiros. O agravamento da crise sacarina reflectiu-se em novas disposições industriais, designadamente o aumento do preço da cana para 6\$40-7\$00. O açúcar importado em bruto das colónias portuguesas passou a ser tributado em metade dos direitos alfandegários, quando inferior em 20% do preço do mercado londrino. A falta de álcool era suprida pela Estação Agrária, com a importação de aguardente vínica nacional. As fábricas não podiam interromper a laboração por períodos superiores a um ano, excepto por motivo de obras ou o arrendamento a que estava sujeita a Companhia Nova.⁹⁷

A redução do défice das contas públicas nacionais e a estabilização da vida económica e financeira iniciou-se com a reforma fiscal de 1922, tendo-se reflectido a curto prazo no aumento dos direitos sobre as importações e no fim da inflação. Nesta ordem de ideias, a reforma fiscal de 1928-29, da autoria de António de Oliveira Salazar, instituiu a taxa de salvação nacional sobre a importação de

95 Portaria n.º 4180, de 29 de Agosto de 1924. Portaria n.º 4192, de 8 de Setembro de 1924. Portaria n.º 4305, de 17 de Dezembro de 1924. Portaria n.º 4350, de 14 de Fevereiro de 1925. Portaria n.º 4408, de 23 de Maio de 1925. ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 794, fl. 861, o director da Alfândega encontrou contradições entre a Portaria n.º 4180 e o Decreto n.º 5492.

96 Portaria de 27 de Fevereiro de 1926. *Diário do Governo*, IIª Série, n.º 65, 19 de Março de 1926. A comissão que ia elaborar um projecto de regime foi anulada e a tarefa transitou para o conselho de administração da Bolsa Agrícola. Decreto n.º 14168, de 27 de Agosto de 1927. *Diário do Governo*, IIª Série, n.º 56, 10 de Março de 1928, em virtude de «*ser bastante elevado o custo de vida na Ilha da Madeira*», o delegado especial do Ministério que acompanhou a execução do decreto recebeu ajudas de custo diárias de 100\$00, pagas pela Estação Agrária.

97 Decreto n.º 15429, de 4 de Maio de 1928. ARM, *Diário da Madeira*, n.º 4726, 6 de Abril de 1927. *Idem*, n.º 5099, 22 de Julho de 1928, substituição mensal do pessoal de fiscalização, à excepção do comandante. *Idem*, n.º 5058, 31 de Maio de 1928, a fábrica do Torreão propôs adquirir a cana excedentária ao rateio da aguardente do Norte da Madeira. *Idem*, n.º 5076, 24 de Junho de 1928, a dita fábrica propôs o preço de 4\$50 por cada 32 kg. *Idem*, n.º 5111, 5 de Agosto de 1928, apreensão de 4 cascos com 20 hectolitros de álcool da Companhia Nova. José Agostinho Rodrigues, *As questões vinícola e sacarina*..., p. 10, o autor defendeu que a venda do álcool e da aguardente se deveria efectuar pela Alfândega. O Decreto-lei n.º 10804, de 24 de Junho de 1925, sujeitou o açúcar importado ao imposto de 3 centavos. O Decreto-lei n.º 14241, de 8 de Setembro de 1927, elevou a taxa para 5 centavos.

diversos géneros, num claro apelo ao nacionalismo económico como substituto às importações. Este imposto temporário incidiu sobre o açúcar de qualquer qualidade, no valor de 3 centavos ao quilo, aplicando-se igualmente ao açúcar existente na Madeira quando despachado para consumo. A partir de 1930, a taxa de salvação nacional passou a ser fixada mensalmente, de forma a acompanhar o preço internacional do açúcar.⁹⁸

As disposições fiscais permitiram a fundação de novas unidades industriais. Os fabricantes declaravam em Outubro se pretendiam laborar no ano seguinte, sendo severamente penalizados quando recusavam a compra de cana, faltavam ao pagamento ou desdobravam o álcool. No caso de não haver comprador para a cana do Sul, o Governo podia providenciar a destilação em outras fábricas, substituir a cultura ou até promover a formação de uma empresa concorrente, de capitais portugueses.⁹⁹

A Alfândega ficou com o exclusivo da comercialização do álcool, de forma a constringir a falsificação do vinho da Madeira e o desdobramento do álcool. O Armazém Central requisitou o álcool em função dos rateios das fábricas, até ao limite de 800 hectolitros. O álcool em falta para o tratamento do vinho da Madeira podia ser importado da metrópole ou do estrangeiro. Os comerciantes e industriais podiam importar o açúcar em regime de livre concorrência, estes últimos unicamente no ano sacarino de 1928-29, com benefício de metade dos direitos pautais.¹⁰⁰

O regime sacarino beneficiou a agricultura e a indústria madeirenses, aumentou as rendas do Estado e diminuiu o consumo de aguardente. Porém, a deflação internacional de 1929 reflectiu-se no preço internacional do açúcar, enquanto o valor da cana subiu, em virtude de ser fixado em relação à libra inglesa, ao câmbio de 105\$00. Tendo em consideração os interesses dos fabricantes, aumentaram a taxa

98 Decreto-lei n.º 15814, de 31 de Julho de 1928. Eugénia Mata e Nuno Valério, *História Económica...*, pp. 186-189. Artur Inês, *Um Bôdo Indecoroso...*, pp. 104-105. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (orgs.), *História Económica...*, vol. III, pp. 231, 271, 287-288 e 457-459, a estabilização financeira iniciou-se com a Lei n.º 1368, de 21 de Setembro de 1922, e a pauta de 1923, que permitiram aumentar as receitas fiscais e o equilibrar as contas públicas posteriores a 1928. António José Telo, «A obra financeira...», pp. 782-785 e 790-791, o ano de 1922 marcou uma inflexão no modelo económico seguido em Portugal, resultando numa forte valorização do escudo, em 1925, agudizando a crise económica e social que provocou a queda da República.

99 Decreto n.º 15831, de 10 de Agosto de 1928. Decreto n.º 16083, de 29 de Outubro de 1928. Esta legislação foi publicada no *Diário da Madeira*, n.º 5118 e 5119, de 14 e 15 de Agosto de 1928. Decreto-lei n.º 16084, de 29 de Outubro de 1928. Cesário Nunes indicou que foram publicados 12 decretos sobre o regime sacarino entre 1928 e 1935. ARM, *Diário da Madeira*, n.º 5217, 13 de Dezembro de 1928, multa de 50 contos a António de Sousa Freitas, acusado de destilar borras de vinho. *Idem*, n.º 5502, 10 de Dezembro de 1929, Manuel Rodrigues de Aguiar foi acusado de possuir um alambique de destilação oculto num palheiro.

100 ARM, *Diário da Madeira*, n.º 5327, 7 de Maio de 1929, a capacidade produtora de garapa do Torreão era de 1520 toneladas, a de S. Filipe de 593 toneladas e a da Companhia Nova de 203 toneladas. *Idem*, n.º 5328, 8 de Maio de 1929, o rateio do fabrico de álcool no ano anterior foi de 70% para o Torreão, 24% para S. Filipe e 6% para a Companhia Nova. *Idem*, n.º 5504, 13 de Dezembro de 1929, a direcção da Alfândega apresentou novas fórmulas para determinar a capacidade produtora das fábricas, como constou no decreto n.º 17656, de 23 de Novembro de 1929, rectificado a 6 de Dezembro desse ano.

de salvação nacional para compensar aquela descida no mercado de Londres. Os preços da cana e do álcool também sofreram actualizações, em função da mesma conjuntura internacional.¹⁰¹

3.2.2- A aguardente e o mel

Na década de 1880, uma moléstia dizimou muitos canaviais, forçando as autoridades a recuperarem medidas adoptadas no combate à filoxera. Concomitantemente, a inundação do mercado devido às inovações nos transportes desencadeou uma crise agrícola. Assim, a diminuição da produção provocou algumas contrariedades ao funcionamento dos engenhos. Os industriais procuraram destilar frutos, como os pêros e os figos, e outras variedades de cana-de-açúcar, popularmente designadas de *cana milho*, *caninha*, sorgo ou milho comum, além de vinho, borras de vinho e água-pé. Os alambiques sem rectificador permitiram fabricar aguardente com 21°-22° Cartier, destinada ao consumo local, ou superior a 30° Cartier, para tratamento do vinho da Madeira.¹⁰²

Nestas circunstâncias, o governo alterou a tributação alfandegária e definiu um imposto de produção. O respectivo regulamento preconizou as condições físicas das fábricas ou engenhos, as medidas de fiscalização, a utilização de contadores e os prémios de exportação. Porém, a aguardente e o álcool de vinho, borras de vinho, bagaço de uva, água-pé, cana-de-açúcar da Madeira ou frutos de produção nacional, destilados em alambiques simples, de capacidade inferior a 750 litros, ficaram isentos deste imposto. No entanto, estavam sujeitos ao imposto de selo, de valor superior a 30\$00.¹⁰³

O regulamento de 1911 teve carácter provisório, por ser publicado após o início da safra da cana. Ainda assim, seguindo as instruções da Direcção Geral das Alfândegas, foram destacadas duas praças para fiscalizarem cada uma das fábricas de aguardente, sendo solicitados 18 guardas-fiscais de Lisboa

101 Decreto-lei n.º 16941, de 27 de Maio de 1929. Decreto-lei n.º 16991, de 19 de Junho de 1929. Decreto-lei n.º 17656, de 17 de Novembro de 1929, o cálculo da capacidade de laboração também foi alterado.

102 *Vide* carta de lei de 5 de Abril de 1888. Franco Amatori, «Italy: the tormented rise of organizational capabilities between government and families» *In Business and the Wealth of Nations*, (ed.) Chandler Jr., Alfred D., Amatori, Franco e Hikino, Takashi, New York, Cambridge University Press, 1997, p. 255.

103 Carta de lei de 13 de Julho de 1888. Regulamento de 20 de Setembro de 1888. Carta de lei de 21 de Fevereiro de 1889. Lei de 21 de Julho de 1893. ARM, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 336, fls. 30-31 v.º, diversos industriais dos concelhos do Norte e Oeste da Madeira reincidiam na laboração sem licença.

para fiscalizarem todos os estabelecimentos. Na laboração de 1917, o número de fiscais oriundos da capital aumentou para 53, incluindo superiores hierárquicos.¹⁰⁴

O imposto de produção era repartido pelo grémio dos fabricantes de aguardente. Porém, estes reuniram sem tomar qualquer resolução. Nestas circunstâncias, a comissão formada pelo director da Alfândega, o engenheiro-chefe da Secção dos Serviços Técnicos, o agrónomo da Junta Geral e os presidentes da Câmara Municipal do Funchal e da Associação Comercial, fez a distribuição do imposto com base na produção do último triénio, calculada em 13.000 hectolitros. Os industriais propuseram a redução do montante para 70 contos e a comissão efectuou novo rateio, para uma estimativa de produção de 7.900 hectolitros. Assim, os industriais do Norte pagaram 12.264\$76 e os do Sul 57.735\$24. Porém, como nem todos os fabricantes laboraram, houve um rateio suplementar. A posição de destaque dos oficiais aduaneiros verificou-se também ao nível do rateio do fabrico da aguardente.¹⁰⁵

O imposto de produção de 1912, no montante de 22.800\$00 para as fábricas da costa Norte e 107.200\$00 para as da costa Sul, não foi bem aceite. Os fabricantes não se avençaram e adiaram o início da laboração. O Governo autorizou a laboração das fábricas de aguardente do Norte independentemente das do Sul e, na mesma ocasião, divulgou a intenção de abrir um concurso público para adjudicar a cobrança do imposto, pela base legal de 130 contos. Seguiu-se um ultimato aos industriais da costa Sul da Madeira: ou efectuavam a avença ou as guardas-fiscais dos Açores acompanhavam a laboração das fábricas. Mesmo com a fiscalização directa e o início tardio da laboração, o valor arrecadado ascendeu a 120.830\$55. Em retaliação, proibiram as fábricas não matriculadas de fabricarem aguardente de melaço importado e apenas as que se tinham avençado podiam fabricar aguardente vínica.¹⁰⁶

Em resultado de vários temporais que destruíram as plantações de cana sacarina, voltaram a promulgar um regulamento provisório. Assim, o grémio dos fabricantes foi repartido, formando-se um

¹⁰⁴ Regulamento de 20 de Março de 1911.

¹⁰⁵ ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 787, fls. 73-74. *Idem*, L.º 787, fls. 105-106. *Idem*, L.º 693, 15 de Março de 1912. ARM, *Heraldo da Madeira*, n.º 3096, 13 de Março de 1915, requisição de 1 subchefe e 11 fiscais dos impostos. *Idem*, n.º 1940, 28 de Março de 1911, os fabricantes de aguardente pediram a isenção do imposto. *Idem*, n.º 1973, 10 de Maio de 1911. *Idem*, n.º 1974, 11 de Maio de 1911. *Idem*, n.º 2001, 15 de Junho de 1911. *Idem*, n.º 2731, 7 de Dezembro de 1913. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 1957, 13 de Setembro de 1917.

¹⁰⁶ ARM, *Heraldo da Madeira*, n.os 2216 e 2217, 8 e 9 de Março de 1912, reuniram-se 47 dos 50 fabricantes de aguardente, mas abandonaram o local por divergências de opinião. *Idem*, n.º 2252, 24 de Abril de 1912. *Idem*, n.º 2260, 5 de Maio de 1912. *Idem*, n.º 2263, 9 de Maio de 1912. *Idem*, n.º 2269, 16 de Maio de 1912. *Idem*, n.º 2276, 25 de Maio de 1912, avençaram-se duas fábricas na costa Norte. *Idem*, n.º 2305, 5 de Julho de 1912, Leacock & Cº iniciou a laboração no dia 8. *Idem*, n.º 2317, 19 de Julho de 1912. *Idem*, n.º 2453, 31 de Dezembro de 1912. *Idem*, n.º 2732, 10 de Dezembro de 1913.

com os industriais do Norte e outro com os do Sul. No caso de os grémios não se constituírem, a referida comissão repartia o imposto de produção, tendo em consideração a distribuição do ano anterior e a média da produção total, avaliada em 13.000 hectolitros, dos quais 2.280 competiam aos industriais do Norte e 10.720 aos industriais do Sul.¹⁰⁷

O regulamento definitivo determinou que o imposto de produção era verificado por contagem directa. O fundo assim constituído era gerido pela Junta Agrícola da Madeira, destinando-se um décimo do valor a propagandear o vinho e os outros produtos insulares, a fundar e manter a Estação Agrária da 9ª Região Agrícola, a promover a enxertia das castas tradicionais, de forma a reconstituir os vinhedos no prazo de 6 anos, a investir em infra-estruturas para desenvolver o turismo, a criar uma polícia rural e florestal, a arborizar as serras e a expropriar as fábricas de aguardente. Por esta via, os industriais deste sector arcavam com o ónus da reconversão vitivinícola e, inclusive, com a expropriação dos engenhos produtores da aguardente.¹⁰⁸

A direcção da Junta Agrícola da Madeira era composta pelo agrónomo distrital ou o director da Estação Agrária, três representantes das Câmaras Municipais, três delegados e o regente silvícola da Junta Geral do distrito, dois delegados da Associação Comercial e um delegado da Comissão de Viticultura, os quais elegiam uma comissão executiva composta de cinco vogais e respectivo presidente, o secretário e um representante para a Junta Regional da Agricultura. Entre as suas competências, contavam-se a elaboração do regulamento interno, o projecto de regulamento para a cobrança do imposto de fabricação da aguardente, o orçamento anual de receita e despesa e o regulamento da polícia rural e florestal.

O regulamento para a expropriação das fábricas de aguardente estabeleceu que, nas áreas em que as plantações de cana-de-açúcar diminuíssem bastante, ao ponto de não permitirem uma laboração regular, os industriais podiam solicitar a expropriação. Nesse sentido, a Junta Agrícola consignou uma

¹⁰⁷ Regulamento de 24 de Fevereiro de 1912.

¹⁰⁸ Regulamento de 15 de Maio de 1912. Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo...*, pp. 548-549, as 48 fábricas de aguardente foram encerradas em 1939, e apenas 13 foram expropriadas e indemnizadas pelo Estado.

percentagem inferior a 5% das suas receitas para esse fim. Os aparelhos e os edifícios assim obtidos podiam ser vendidos em hasta pública.¹⁰⁹

A regulamentação da cobrança do imposto de produção estipulou a liquidação por intermédio de contadores. Nas fábricas com mais de um alambique, estes eram custeados pelo industrial. O técnico ao serviço da Junta Agrícola da Madeira sugeriu as modificações estruturais necessárias. No caso de as fábricas não destilarem à noite nem na maior parte dos dias da semana, bastava um fiscal nas mais pequenas e dois nas maiores.¹¹⁰

Os serviços de fiscalização podiam assumir a modalidade permanente, quando as fábricas produziam diariamente mais de 5 hectolitros de aguardente ou laboravam durante a noite e em dias feriados, ou intermitente, quando as fábricas eram fiscalizadas pelo menos uma vez em cada dia. O pagamento do imposto de produção efectuou-se previamente à saída da aguardente, ou no final da laboração. O fabrico de mel ou de xarope de cana para consumo na Ilha continuou a ser permitido, tendo as licenças aumentado com a tributação do fabrico da aguardente.¹¹¹

O imposto de produção voltou a ser alterado na laboração de 1913. A aguardente passou a ser tributada em 1,5 centavos ao litro. Apesar deste encargo, o fabrico progrediu nessa década, ao ponto de colocar em causa a laboração das fábricas matriculadas. As dificuldades no abastecimento de álcool e de géneros alimentícios deram origem à proibição do fabrico de aguardente, em 1918. Porém, os industriais

109 Regulamento de 28 de Dezembro de 1912. ARM, *Diário da Madeira*, n.º 1888, 22 de Junho de 1917, venda de um prédio rústico e urbano, incluindo um engenho, localizado na freguesia de S. Martinho. *Idem*, n.º 2113, 23 de Março de 1918. *Idem*, n.º 2591, 8 de Novembro de 1919, Francisco Maria de França Carvalho colocou à venda um engenho na freguesia de Ponta Delgada. *Idem*, n.º 2655, 30 de Janeiro de 1920.

110 Regulamento de 28 de Dezembro de 1912. O Decreto-lei de 4 de Janeiro de 1913 encarregou José Maria de Oliveira Simões, da Direcção Geral do Comércio e Indústria, Cristóvão Moniz, da Direcção Geral da Agricultura e António Augusto Curson, da Direcção Geral das Alfândegas, de escolherem os contadores. ARM, *Heraldo da Madeira*, n.º 2476, 29 de Janeiro de 1913, a Junta Agrícola aprovou a aquisição dos contadores por 22800 marcos. *Idem*, n.º 2508, 8 de Março de 1913, vinda de um engenheiro da Siemens para montar os contadores. *Idem*, n.º 2519, 23 de Março de 1913, 24 caixas com contadores. *Idem*, n.º 2525, 2 de Abril de 1913, 86 caixas com instrumentos de precisão. *Idem*, n.º 2558, 11 de Março de 1913.

111 *Diário do Governo* n.º 3, 4 de Janeiro de 1913, o artigo 25.º proibiu a permanência dos fiscais nas mesmas fábricas por períodos superiores a 20 dias consecutivos. ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 787, fls. 421-422. *Idem*, L.º 788, fl. 19. *Idem*, L.º 695, 24 de Março e 14 de Maio de 1912. *Idem*, L.º 697, 9 e 16 de Fevereiro e 27 de Março de 1914. *Idem*, L.º 698, 3 de Fevereiro de 1915. *Idem*, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 336, fls. 33v.º-34. *Idem*, *Heraldo da Madeira*, n.º 2476, 29 de Janeiro de 1913, três requerimentos para o fabrico de mel. *Idem*, n.º 2778, 8 de Fevereiro de 1914, uma licença para o fabrico de mel. *Idem*, n.º 2815, 27 de Março de 1914, outra licença para o fabrico de mel. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 2450, 17 de Maio de 1919. *Idem*, *Correio da Madeira*, n.º 208, 8 de Dezembro de 1922, a fábrica de S. Paulo anunciou a venda de mel. Peres Trancoso, *O Trabalho Português, I...*, p. 26.

procuraram manter os níveis de produção, enfrentando a oposição do Governo, dos fabricantes matriculados e dos vinicultores.¹¹²

Com o fim do regime sacarino, o imposto de produção aumentou para 20 centavos ao litro, sendo rateado o fabrico de 10.000 hectolitros em proporção das capacidades de laboração. A fundação de fábricas de aguardente foi proibida e, após 1930, só funcionavam as localizadas nos concelhos do Norte da Madeira. Entretanto, laboravam 47 fábricas de aguardente em todos os concelhos, com excepção do Porto Santo e, durante algum tempo, do Porto do Moniz.¹¹³

A abundante colheita sacarina no Norte da Madeira suscitou a adopção de medidas extraordinárias, em 1919. Assim, os produtores podiam destilar por conta própria, desde que pagassem o imposto de produção. A situação repetiu-se no ano seguinte, mas a permissão só se manteve enquanto subsistiam as dificuldades no transporte da cana para outras freguesias. Esta disposição foi estendida à freguesia de S. Roque do Faial, em 1921.¹¹⁴

No início da década de 1920, a aguardente foi sujeita ao imposto municipal de revenda de 12 centavos e ao imposto de produção de 30 centavos por litro, enquanto o melaço ou mel de engenho passou a ser tributado em 3 centavos ao quilo. A distribuição do imposto de produção era determinada por avença, através da medição da capacidade produtiva dos cilindros esmagadores de cana sacarina, multiplicada pelo número de dias de laboração requisitados em licença. O imposto de produção destinou-se a financiar a Estação Agrícola da 9ª Região, nomeadamente a instalar postos experimentais em três zonas de altitude e a investir no desenvolvimento económico da Madeira.¹¹⁵

O fabrico da aguardente foi fixado em 9.000 hectolitros, em 1920, seguindo-se uma diminuição anual de 1.000 hectolitros, até perfazer o mínimo autorizado de 2.000 hectolitros, em 1927. Como

112 Decreto-lei de 17 de Abril de 1913. Regulamento de 31 de Maio de 1914. Decreto-lei n.º 948, de 14 de Outubro de 1914. Decreto n.º 4278, de 14 de Maio de 1918. ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 697, 5 de Agosto de 1914.

113 Decreto n.º 5386, de 9 de Abril de 1919. Decreto-lei n.º 5492, de 2 de Maio de 1919. Comissão Central Directora do Inquerito Industrial, *Inquerito Industrial de 1881*, inquerito directo, IIª parte – Visita às Fábricas, L.º 3º, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, pp. 289-290, os industriais sugeriram a livre entrada na Madeira de toda a cana produzida no Porto Santo. Jorge de Freitas Branco, *Camponeses da Madeira. As bases materiais do quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987, pp. 215-216, segundo o autor, o cultivo de sorgo chegou a ser experimentado no Porto Santo. Alberto Vieira, *O Açúcar...*, p. 39, o autor fala de uma produção diminuta no Porto Santo. *Idem*, *Canaviais, Açúcar...*, p. 155. Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo...*, p. 553.

114 Decreto-lei n.º 5845, de 31 de Maio de 1919. Decreto-lei n.º 6582, de 27 de Abril de 1920. Decreto-lei n.º 7269, de 17 de Janeiro de 1921, artigo 7.º.

115 Decreto-lei n.º 6637, de 25 de Maio de 1920. ARM, *O Comércio da Madeira*, n.º 354, 29 de Abril de 1921, o imposto municipal de 12 centavos ao litro era cobrado em simultâneo com o imposto de produção. Decreto-lei n.º 9864, de 21 de Junho de 1924, o imposto de produção de 15 centavos, pago metade em ouro ao câmbio do dia da liquidação nas fábricas do Sul da Ilha, sendo de um quarto deste valor para as do Norte, e o imposto municipal de revenda, de 85 centavos ao litro.

incentivo à reestruturação dos engenhos, o Governo isentou a importação de aparelhos e demais materiais necessários à transformação das fábricas de aguardente em fábricas de açúcar e de álcool. No caso da opção pela extracção de essências de plantas da Ilha, essa isenção era permanente. Nesse sentido, a substituição da cana sacarina por castas tradicionais da vinha ou outras culturas alimentícias beneficiou de isenção da contribuição predial por seis anos.¹¹⁶

As disposições legais voltaram a ser modificadas em 1921. A fiscalização do imposto de produção ficou a cargo de alguns funcionários da Junta Geral. A fim de abreviar este serviço, as fábricas laboravam continuamente, com ressalva de avarias ou limpezas aos maquinismos. A modernização das fábricas foi compensada com a diminuição do número de dias de laboração, de forma a manter os respectivos rateios. Esta questão ressurgiu passados seis anos, com a concentração do rateio das fábricas do Porto do Moniz e da Ponta Delgada na fábrica de S. Paulo. A situação foi denunciada na imprensa local, precisamente por a última fábrica destilar o rateio com canas da zona Sul da Madeira.¹¹⁷

O diploma estipulou o rateio da produção da aguardente entre os industriais que obtinham a licença de laboração do Ministério da Agricultura. Posto isto, os fabricantes pagavam o imposto de fabrico nas tesourarias dos concelhos e recebiam as respectivas licenças do presidente da comissão executiva da Junta Geral, com indicação dos dias e horas de laboração, incluindo as limpezas.¹¹⁸

O propósito de «*combater os deletérios efeitos do abuso daquelas bebidas, causadoras de muita miséria física na população madeirense*» reflectiu-se em restrições à produção, independentemente da matéria-prima. Assim, o fabrico anual de aguardente no distrito do Funchal foi limitado a 5.000 hectolitros. Os industriais podiam agregar os rateios de várias fábricas da zona Norte ou da zona Sul numa única fábrica e, em casos justificados, mudar a localização da fábrica dentro da mesma freguesia.¹¹⁹

O novo regime sacarino da Madeira manteve o propósito de combater a produção e o consumo exagerados da aguardente, designadamente o fabrico clandestino resultante do rateio em função da capacidade dos alambiques. Assim, reservou a cana produzida no Sul da Ilha para o fabrico de açúcar e

¹¹⁶ ARM, *Diário da Madeira*, n.º 2657, 3 de Fevereiro de 1920.

¹¹⁷ ARM, *Diário da Madeira*, n.º 4742, 28 de Abril de 1927.

¹¹⁸ Decreto-lei n.º 7502, de 4 de Maio de 1921. ARM, *Correio da Madeira*, n.º 267, 25 de Fevereiro de 1923, multa de 1000\$00 e um ano de laboração suspensa a um industrial da Ponta do Sol.

¹¹⁹ Portaria n.º 3118, de 16 de Março de 1922. Lei n.º 1584, de 14 de Abril de 1924.

de álcool e reafirmou a expropriação das fábricas da aguardente. Nesse sentido, calculou as indemnizações com base no rateio de 1922, multiplicado por 2\$40 ao litro, pelo espaço de seis anos. Os custos eram suportados pela Junta Geral, mediante a criação de um fundo especial constituído pela venda da aguardente adquirida pela Junta Agrícola. O imposto de produção foi fixado em 3\$00 ao litro, sendo duplicado quando a aguardente apresentava mais de 26º Cartier. O montante arrecadado destinou-se metade à Junta Geral do Funchal, 30% à Estação Agrária e 20% às Câmaras Municipais do distrito.¹²⁰

O relatório da comissão nomeada para propor alterações ao regime sacarino contextualizou os vários interesses. Os viticultores reclamaram da importação de vinho do Continente, temendo o incremento nas falsificações do vinho generoso. Deste modo, as receitas fiscais eram coarctadas e as finanças públicas oneradas com as indemnizações às fábricas de aguardente. Mas as palavras mais críticas visaram os industriais da aguardente, acusados de influenciarem os Governos e de tentarem culpabilizar as fábricas matriculadas pela grave situação económica. Em defesa do diploma, o Governo confrontou as posições assumidas durante as discussões e as propostas do relatório apresentado.¹²¹

O novo diploma considerou as reclamações e os trabalhos da referida comissão em relação à remuneração da cana, ao prazo da colheita, às indemnizações, à integração da freguesia do Porto da Cruz nas disposições previstas para os concelhos do Norte da Madeira e ao pedido de escusa da Junta Geral do distrito em relação à compra e venda da aguardente, que passou a ser competência da Estação Agrária. A indemnização às fábricas de aguardente do Sul da Madeira foi elevada a 5\$00 ao litro, durante 8 anos, mas sujeita a redução proporcional ao rateio da fábrica de Adelaide Soares de Sousa Ferreira.¹²²

A legislação manteve o quantitativo da produção anual de aguardente, mas a distribuição foi alterada, competindo 1.240 hectolitros às fábricas do Norte e 3.760 hectolitros às do Sul. Porém, as fábricas da zona Norte podiam utilizar até 5% do respectivo rateio para o fabrico de mel. Este decreto proibiu a fundação de fábricas de aguardente, limitou a capacidade produtiva das existentes ao rateio de

120 Decreto n.º 14168, de 27 de Agosto de 1927. A aguardente era paga a 30\$00 ao galão e o álcool a 8\$50 ao litro, para serem vendidos acima de 50\$00 ao galão. ARM, *Diário da Madeira*, n.º 4797, 10 de Julho de 1927, ainda antes da promulgação do decreto n.º 14168, o Governo incidiu um imposto suplementar de 2\$60 ao fabrico de cada litro de aguardente. *Idem*, n.º 4847, 8 de Setembro de 1927, a Associação Comercial pronunciou-se contra o decreto, especialmente na parte que trata a indemnização das fábricas de aguardente. *Idem*, n.º 4897, 8 de Novembro de 1927, a firma W. Hinton & Sons também se insurgiu contra as indemnizações.

121 Publicado em 10 de Março de 1928. Cf. José Agostinho Rodrigues, *As questões vinícola e sacarina...*

122 Decreto-lei n.º 6668, de 5 de Junho de 1920. Decreto n.º 15429, de 4 de Maio de 1928, em conformidade com o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça.

1922, isentou-as do imposto de produção e aboliu o imposto de revenda. A distribuição do produto da venda da aguardente passou a ser de 50% para a Estação Agrária, 30% para a Junta Geral e 20% para as câmaras municipais, em proporção da aguardente produzida em cada concelho.¹²³

O novo regime sacarino teve por base a colheita anual de 40.000 toneladas. As fábricas de aguardente do Norte destilavam toda a produção da zona, calculada em 3.000 toneladas, para obterem 2.400 hectolitros. As 32 fábricas de aguardente do Sul, das quais 13 foram encerradas, destilavam 4.000 toneladas, para produzirem os restantes 2.600 hectolitros. Porém, beneficiaram de um acréscimo de 400 hectolitros como compensação por não terem laborado em 1928. A aguardente passou a ser comercializada por intermédio de uma companhia portuguesa, pelo espaço de 25 anos. Em caso de insuficiente fabrico de aguardente, a Alfândega fornecia álcool para perfazer os ditos 5.000 hectolitros.¹²⁴

O fabrico anual de mel foi limitado a 500 hectolitros. Porém, esta medida só vigorou no ano sacarino de 1930-1931, devido à necessidade dos industriais efectuarem os melhoramentos necessários. Os fabricantes tinham até ao final de 1928 para comunicarem à Alfândega se pretendiam continuar esta produção, mas sujeita ao limite de 10% do respectivo rateio. A quantidade em falta para atingir o valor máximo permitido era rateada entre os não fabricantes de aguardente.¹²⁵

O novo regulamento de fabrico da aguardente na Madeira reconheceu a existência de dois momentos no processamento da cana sacarina. O primeiro dizia respeito à laboração e o segundo à destilação da garapa. Em quaisquer dos casos, a fábrica devia manter-se aberta à fiscalização, desde a recepção das canas até à desmontagem dos alambiques. A aguardente devia ser «*limpa de cheiro e prova*» e, em caso de dúvida, enviavam amostras para análise. No caso da cana do Norte da Madeira superar as quotas de fabrico, os fabricantes podiam solicitar novo rateio à direcção da Alfândega.¹²⁶

¹²³ ARM, *Diário da Madeira*, n.º 4748, 6 de Maio de 1927, o aumento do diâmetro dos alambiques permitiu maior quantidade de aguardente.

¹²⁴ Decreto n.º 15831, de 10 de Agosto de 1928. A fábrica de Adelaide Soares de Sousa Ferreira não entrou no sorteio. O Supremo Tribunal de Justiça determinou a compensação dos litros omitidos com a distribuição pelos dez anos seguintes. Decreto n.º 16083, de 29 de Outubro de 1928. *Diário do Governo*, IIª Série, n.º 270, 21 de Novembro de 1928. *Idem*, n.º 13, 16 de Janeiro de 1929. Encerram 7 fábricas de aguardente no concelho do Funchal, 4 na Ponta do Sol, 1 em Câmara de Lobos e 1 na Calheta, cujas indemnizações ascenderam a 9.958.630\$00. *Diário do Governo*, IIª Série, n.º 187, 16 de Agosto de 1928, abertura de concurso público. ARM, *Diário da Madeira*, n.º 5124, 22 de Agosto de 1928. *Idem*, n.º 5128, 26 de Agosto de 1928, Teixeira de Lencastre defendeu a suspensão do decreto n.º 15831. *Idem*, n.º 5125, 23 de Agosto de 1928. Juvenal Araújo, *A Questão Sacarina...*, pp. 11-12, as receitas do Estado sofriam uma quebra acentuada em 25 anos, passando de 106.960 para 30.000 contos.

¹²⁵ Decreto n.º 16646, de 23 de Março de 1929.

¹²⁶ Decreto n.º 16842, de 16 de Maio de 1929.

Capítulo IV – As sociedades comerciais

4.1- Abordagem teórica

A história empresarial despertou muita atenção nos tempos mais recentes. O factor empresarial, ou *entrepreneurship*, é salientado na maioria das teorias relacionadas com o desenvolvimento económico dos países. Nesta ordem de ideias, a capacidade produtiva de uma economia estava directamente dependente do número, capacidade e qualidade das empresas, bem como dos respectivos proprietários. Como é sabido, podemos distinguir os empresários dos directores de empresa, atribuindo aos primeiros a tomada de decisões estratégicas e aos segundos as decisões tácticas. O crescente protagonismo dos empresários relacionou-se com o aumento das oportunidades de negócio, inerentes à ampliação dos mercados e às alterações tecnológicas, associadas a condições institucionais favoráveis à iniciativa individual e à propriedade privada e aos níveis de educação.¹²⁷

A explicação do sucesso ou insucesso das firmas estava em parte relacionado com o factor institucional. A correlação entre as instituições, a legislação em vigor e os códigos informais de práticas e de comportamentos de famílias ou de comunidades justificava as desiguais performances das empresas familiares em diferentes países e, inclusive, dentro do mesmo país. As modificações destes factores podiam ameaçar a sobrevivência das empresas mas, simultaneamente, criavam novas e imprevistas possibilidades de expansão dos negócios. Estes aspectos determinavam ainda a quantidade, qualidade e moralidade dos empresários, repercutindo-se, no próprio desenvolvimento económico do Estado.

A contratação de directores incidiu, regra geral, sobre os familiares dos sócios. Quando esta opção se tornou inviável, a família enfrentou um dilema relacionado com a venda da empresa ou a contratação de elementos exteriores às relações de parentesco. A alienação do património familiar era muitas vezes preterida a favor do recrutamento entre os capatazes ou os operários mais qualificados, com

¹²⁷ Abel M. Mateus, *Economia Portuguesa...*, p. 203. Alfred D. Chandler Jr., «The United States...», p. 71. *Idem*, *La Mano Visible. La Revolución en la Dirección de la Empresa Norteamericana*, Ministerio de Trabajo Y Seguridad Social, 1987, p. 668. Sobre a definição de empresário ou industrial V. Maria Filomena Mónica, «Capitalistas e industriais (1870-1914)» *In Análise Social*, vol. XXIII, n.º 99, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987, pp. 820-821. Jesús M.ª Valdaliso e Santiago López García, *Historia Económica...*, pp. 11-27. Mark Blaug, «Entrepreneurship before and after Schumpeter» *In Entrepreneurship, the Social Science View*, (ed.) Swedberg, Richard, New York, 2000, pp. 76-86, o capitalismo permitiu condições institucionais únicas para o desenvolvimento do espírito «*entrepreneur*». José Amado Mendes e Alda Mourão Filipe (coord.), *Estudos do Século XX*, n.º 4, Coimbra, Quarteto, 2004, pp. 63, 143 e 157, o empresário «*self-made man*» é sobretudo a excepção, e não a regra.

os quais existiam algumas relações de confiança, alicerçadas na partilha de códigos de conduta, etnias ou religião. Mas, passadas duas ou três gerações, as ligações aprofundavam-se e as empresas ficavam cada vez mais dependentes de directores, muitas vezes promovidos a sócios, e demais pessoal assalariado.¹²⁸

A ascensão dos directores dentro da hierarquia da empresa podia ocorrer por diversos meios, tais como a aquisição de uma participação social, as estratégias matrimoniais ou em recompensa de anos de dedicação. A grande mobilidade social inerente à industrialização contribuiu para elevar o estatuto social dos directores face aos empresários e aos capitalistas.¹²⁹

As empresas familiares representavam as organizações económicas predominantes nas economias modernas. A definição deste tipo de empresas não é consensual, mas deve incidir sobre a posse e o controlo de capital maioritário, a influência de elementos familiares externos à empresa, a presença quotidiana de familiares com responsabilidades no desenvolvimento dos negócios e a transmissão geracional. Porém, a gestão de tipo paternalista, baseada em valores como a lealdade e a confiança resultou, frequentemente, numa duração limitada.¹³⁰

Os principais problemas derivavam da complexidade dos interesses em jogo em aspectos determinantes como a sucessão, a interacção entre os familiares e as decisões da empresa, os diferentes percursos profissionais, a progressiva afirmação da gestão não familiar e a contratação de empregados não familiares. A profissionalização da gestão contribuiu, de forma decisiva, para distanciar os empresários e a direcção das empresas. A crescente valorização desta carreira estava directamente relacionada com a manutenção do cargo entre os descendentes e a atribuição dos cargos directivos e administrativos inferiores a familiares.¹³¹

128 Sidney Pollard, *La Génesis de la Dirección de Empresa Moderna: Estudio sobre la Revolución Industrial en Gran Bretaña*, Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1987, pp. 18 e 201-202. *Idem*, «Entrepreneurship, 1870-1914» *In The Economic History of Britain Since 1700*, vol. 2 (1860-1939), Cambridge University Press, 2ª ed., 1984, p. 62. José Luis García Ruiz, «El triunfo de la heterodoxia (I): Alemania» *In Historia de la Empresa Mundial y de España*, (coord.) Ruiz, J. L. G., Casado, J., Fatjó, P. e Nuñez, G., Madrid, Síntesis, 1998, pp. 147-148. Jesús M.ª Valdaliso e Santiago López García, *Historia Económica...*, pp. 178 e 207-208. Robin Mackie, «Family ownership and business survival: Kirkcaldy, 1870-1970» *In Business History*, vol. 43, n.º 3 (July), 2001, pp. 1-2, a autora contextualizou as diversas interpretações sobre as empresas familiares, na sequência do debate sobre a performance da economia britânica: David Landes, Alfred Chandler, William Lazonick, Roy Church, Mary Rose e Marguerite Dupree.

129 Sidney Pollard, *La Génesis de la Dirección...*, pp. 207-215.

130 José Amado Mendes e Alda Mourão Filipe (coord.), *Estudos do Século XX*, n.º 4, Coimbra, Quarteto, 2004, p. 85.

131 José Coelho Martins, *Empresas Familiares*, Lisboa, Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia, 1999, pp. 14-15 e 31. J. M. Amado Mendes, «A História na empresa e a empresa na História», *In Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa, 1992, pp. 440-441. Peter Mathias e M. M. Postan, editors, *The Cambridge*

A família representou mais que um reservatório de experiência, trabalho e poupança. Assentou igualmente em relações de confiança, reforçadas por códigos comuns de conduta e padrões de comportamento, que reduziam os custos das transacções e os perigos e incertezas da actividade empresarial. Neste âmbito, a diversidade de investimentos e a compra de propriedades rústicas e urbanas deviam ser entendidas como estratégias de salvaguarda dos bens da família. Além disso, a distribuição de dividendos era muitas vezes sacrificada em favor de investimentos a longo prazo, destinados a reforço do património da empresa.

Um aspecto relevante para entender a sobrevivência das empresas familiares residiu nas estratégias de financiamento. As três formas possíveis eram os recursos familiares, a retenção dos lucros e os empréstimos bancários. Os bens da família estavam na origem da maioria dos negócios. Havia ainda a possibilidade de alguns elementos da família, ligados à actividade comercial, reunirem capital para estabelecer ou adquirir uma empresa. No início da industrialização, a rápida expansão dos negócios gerou lucros suficientes para o auto-financiamento. Esta prática revelou uma mentalidade diferente em relação ao lucro, deixando de ser um fim em si mesmo para passar a integrar a propriedade da empresa, que remunerava os accionistas. Nessa fase, o recurso ao financiamento bancário era praticamente inexistente, em resultado da desconfiança mútua entre banqueiros e industriais. Os banqueiros preferiam os investimentos considerados a curto ou médio prazo mais lucrativos e os industriais desconfiavam da avidez daqueles. O insucesso das iniciativas conjuntas entre a banca e a indústria contribuíram para afastar este tipo de investimentos. Todavia, a questão do financiamento não foi determinante para o sucesso ou insucesso da industrialização.¹³²

No cômputo geral, as empresas familiares não se distinguiam das demais, em termos de estrutura organizativa ou de rentabilidade dos negócios. A grande volatilidade na fundação e dissolução das pequenas firmas familiares pareceu coexistir com um número apreciável de firmas dominantes, que se

Economic History of Europe, vol. VII – Parte I, Cambridge – London – New York – Melbourne, Cambridge University Press, 1978, pp. 349-353. Sidney Pollard, *La Génies de la Dirección...*, pp. 209-210. Andrea Colli e Mary B. Rose, «Families and Firms: the Culture and Evolution of Family Firms in Britain and Italy in the Nineteenth and Twentieth Centuries» *In Scandinavian Economic History Review*, vol. XLVII, n.º 1, 1999, pp. 24-26. Alfred D. Chandler Jr., «The United States...», p. 73. *Idem*, *La Mano Visible...*, p. 675. José Luis Garcia Ruiz, «El triunfo de la heterodoxia...», p. 148, a profissionalização da direcção das empresas contribuiu para contradizer as previsões pessimistas de Schumpeter sobre a perda de dinamismo do capitalismo moderno.

¹³² Peter Mathias e M. M. Postan, editors, *The Cambridge Economic...*, pp. 363-373. José Amado Mendes e Alda Mourão Filipe (coord.), *Estudos do Século XX*, n.º 4, Coimbra, Quarteto, 2004, pp. 144-145. Alfred D. Chandler Jr., *La Mano Visible...*, pp. 663-664 e 673-675.

mantiveram no activo durante grande parte do século XX. Apesar de negociarem habitualmente com um número limitado de objectos, a falência podia ser adiada, mesmo quando a procura era diminuta.¹³³

A maior parte das empresas familiares envolveu quantidades limitadas de capital e tecnologias tradicionais. Por isso, o sócio-gerente não necessitou de formação específica e exerceu o poder usualmente de forma autocrática. Contudo, na segunda metade do século XIX, a concentração industrial e o estabelecimento de grandes empresas, equipadas com novas tecnologias, modificaram esta situação. A direcção, eleita em assembleia-geral de accionistas, geralmente coincidiu com os fundadores da empresa. O poder era partilhado com diversos órgãos subalternos que, em muitos casos, contribuíam para o recrutamento de membros da direcção.

O número crescente de pessoal administrativo é uma consequência do aumento da complexidade, da dimensão e dos problemas associados à direcção das empresas. Neste âmbito, ainda se verificavam muitas restrições no acesso aos lugares de topo, designadamente o estabelecimento de um número mínimo de acções para o exercício dos cargos de chefia e a preferência por indivíduos com formação na área da engenharia.¹³⁴

Os membros da subcomissão do *Inquérito Industrial de 1881* consideraram que a diversificação de investimentos constituía uma desvantagem para as empresas. Esta ilação contraria a posição de Alfred Chandler, quando interpretou a diversificação dos ramos de negócio como o «protótipo da empresa industrial moderna». Segundo a sabedoria popular, a precaução recomendava que não se colocassem todos os ovos no mesmo cesto. Deste modo, o risco do capital investido diminuía, numa época em que os Estados intervinham cada vez mais na regulação da economia.¹³⁵

As décadas que antecederam a 1ª Guerra Mundial são tidas como de crescimento industrial e de transformações estruturais nas economias mais atrasadas da periferia europeia. Este processo assentou na difusão da organização fabril e da produção mecanizada, com recurso crescente à energia do vapor. Na

133 Sverre Knutsen, Mary B. Rose e Hans Sjogren, «Introduction» *In Scandinavian Economic History Review*, vol. XLVII, n.º 1, 1999, pp. 5-9. Andrea Colli e Mary B. Rose, «Families and Firms...», pp. 27-33. Jesús M.ª Valdaliso e Santiago López García, *Historia Económica...*, pp. 29-30, 198-200 e 386-387. Robin Mackie, «Family ownership...», pp. 2 e 25.

134 Peter Mathias e M. M. Postan, editors, *The Cambridge Economic...*, pp. 374-380. Sidney Pollard, *La Génies de la Dirección...*, pp. 188, 193-194 e 199. Robin Mackie, «Family ownership...», p. 26. Alfred D. Chandler Jr., *La Mano Visible...*, pp. 655-657.

135 Manuel Ferreira Rodrigues e José M. Amado Mendes, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos nossos dias*, Associação Industrial Portuense – Publicações Europa-América, 1999, pp. 237-238.

verdade, grande parte da maquinaria utilizada em Portugal era importada do estrangeiro. A explicação desta situação residiu essencialmente em dois motivos. O primeiro respeitou aos baixos direitos de importação sobre os bens de capital e o segundo aos preços, à qualidade e aos prazos de entrega.¹³⁶

Os empresários portugueses eram frequentemente acusados de falta de dinamismo, até porque a maioria dos homens que dirigiam as fábricas tinham instrução rudimentar. Em lugar de investirem na modernização produtiva, preferiam a segurança do lucro imediato inerente às manipulações do mercado. Esta mentalidade tem sido associada pelos economistas à proliferação de pequenas empresas familiares, com reduzido volume de negócios, lucros diminutos e, conseqüentemente, grandes dificuldades em incorporar novas e dispendiosas tecnologias. Todavia, esta perspectiva confundiu a dimensão da empresa e o controlo familiar, transmitindo a ideia de que todas as firmas familiares eram de pequena dimensão. A diversidade e a complementaridade das tecnologias e dos sistemas produtivos estavam directamente relacionadas com o tipo de produção, a dimensão e poder dos mercados, a distribuição do capital, as tradições sociais regionais, as instituições e a resistência dos trabalhadores.¹³⁷

Em Portugal, ainda não se efectuaram muitos trabalhos que articulassem a construção da elite empresarial local e a família. Um dos aspectos mais interessantes residiu na abordagem da homogeneidade enquanto mecanismo de reprodução social. Segundo Pierre Bourdieu, o prestígio e a distinção social da elite empresarial resultavam da associação do capital económico, cultural e simbólico, sem esquecer o papel desempenhado pelas relações de parentesco e de amizade ou os contactos sociais no desenvolvimento de redes de influência. Porém, a intervenção dos grupos de pressão era empolada na imprensa, procurando identificar os interesses industriais com os privilégios concedidos a reduzido número de empresários. Além do mais, a actuação de grupos de interesses económicos antagónicos deixou sempre margem de manobra ao próprio Estado.¹³⁸

136 Jaime Reis «A industrialização num país...», pp. 207 e 218-219.

137 Maria Filomena Mónica, «Capitalistas e industriais...», p. 847. Peter Mathias e M. M. Postan, editors, *The Cambridge Economic...*, pp. 348-349, os empresários franceses eram conservadores e também preferiam a segurança dos investimentos. Mark Casson, «The Economics of the Family Firm» *In Scandinavian Economic History Review*, vol. XLVII, n.º 1, 1999, p. 10. Jesús M.ª Valdaliso e Santiago López García, *Historia Económica...*, pp. 184-186.

138 Ana Nunes de Almeida, João Ferrão e José Manuel Sobral, «Territórios, empresários e empresas: entender as condições sociais da empresarialidade» *In Análise Social*, vol. XXIX, n.os 125-126, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1994, pp. 68-79. José António Sánchez Román, «La industria azucarera...», pp. 380-381. Sobre Espanha, V. José Amado Mendes e Alda Mourão Filipe (coord.), *Estudos do Século XX*, n.º 4, Coimbra, Quarteto, 2004, pp. 141-143 e 149-151.

O Direito Comercial, de iniciativa do Ministro Francisco da Veiga Beirão, definiu a empresa como um organismo económico que reunia esforços e materiais, de uma pessoa ou de uma sociedade, para o exercício de uma actividade económica, de forma regular e permanente, numa economia de mercado. Porém, alguns autores consideram que este código não era propriamente um direito de empresa. Isto porque os banqueiros, os seguradores, os negociantes de comissão, os mercadores de grosso e retalho e os fabricantes ou empresários de fábricas foram englobados na categoria de comerciantes.¹³⁹

As empresas ligadas à exportação do vinho da Madeira foram fundadas, regra geral, entre os séculos XVIII e XX. São, portanto, empresas centenares que merecem toda a atenção, especialmente porque conseguiram manter-se no activo face às variadas conjunturas económicas nacionais e internacionais. Tentaremos compreender como se processou essa afirmação à escala local, bem como algumas das estratégias adoptadas ao nível dos mercados do vinho da Madeira. As principais empresas estavam inquestionavelmente associadas a empresários, maquinaria e técnicos estrangeiros, maioritariamente de origem anglo-saxónica. Aliás, esta situação era comum aos países menos industrializados. Os investidores nacionais assumiam um protagonismo crescente no panorama local, mas o risco assumido não era tão elevado, apostando sobretudo nos mercados locais/regionais e na procura de rendas públicas.¹⁴⁰

O período da 1ª República correspondeu a um incremento da industrialização portuguesa, patente no aumento considerável do número de empresas e de operários. A dimensão dos estabelecimentos podia ser aferida pelos montantes de capital imobilizado e pelos dividendos distribuídos, mas as fontes que permitem esta abordagem não abundam. O grau de concentração industrial era muito reduzido. O número

¹³⁹ Sobre a definição de empresa v. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s.d.. António Pereira de Almeida, *Sociedades Comerciais*, Coimbra Editora, 2ª edição, 1999, pp. 14-16. Jesús M.ª Valdaliso e Santiago López García, *Historia Económica...*, pp. 40-60. *Código Commercial Portuguez seguido de um appendice que contém a legislação que tem alterado alguns dos seus artigos publicada até ao fim do ano de 1878*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1879, L.º I, Tit. I, Sec. I, artigo XXV. Cf. Manuel Januário Gomes, *A Projecção da Actividade Económica da Empresa na Composição da Firma. Considerações Gerais*, Braga, Livraria Cruz, 1981, p. 14. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (orgs.), *História Económica...*, vol. II, p. 435, a empresa é definida como a «corporização jurídica do conjunto de actividades individuais e colectivas sobre as quais se funda a produção económica». José Amado Mendes e Alda Mourão Filipe (coord.), *Estudos do Século...*, p. 43.

¹⁴⁰ Manuel Ferreira Rodrigues e José M. Amado Mendes, *História da Indústria...*, pp. 216-218. Pedro Lains, *A Economia Portuguesa...*, p. 136, o peso da importação de maquinaria industrial acentuou-se nas últimas décadas do século XIX, sendo de 1,6% em 1870, 1,7% em 1880, 2,4% em 1890, 3,2% em 1900 e 3,5% em 1905-1914. Javier Maldonado Rosso, «Empresarios y capitalistas en la formación de la moderna vitivinicultura atlántica-europea: el caso del marco del Jerez-Xérès-Sherry» *In Actas do III Simpósio da Associação Internacional de História e Civilização da Vinha e do Vinho*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004, p. 629 e ss., o autor contestou o protagonismo tradicionalmente atribuído aos «wine merchants» ingleses e a teoria da dependência económica dos países subdesenvolvidos. José Amado Mendes e Alda Mourão Filipe (coord.), *Estudos do Século XX*, n.º 4, Coimbra, Quarteto, 2004, pp. 82-83.

de indústrias com mais de 200 operários ficava-se pelos 0,8% em vésperas da IIª Guerra Mundial. Os sectores que mais concentravam capital e trabalho eram os cimentos, os tabacos e a refinação do açúcar, continuando associados à imobilização de capital estrangeiro. A fábrica do Torreão era a única unidade industrial da Madeira que se podia incluir nesta categoria, pois também era controlada maioritariamente por capital britânico e empregava directamente centenas de operários, embora durante poucos meses.¹⁴¹

As possibilidades de expansão das indústrias foram cerceadas pelo princípio subjacente de substituir as importações. Porém, este intento de equilibrar a balança comercial não surtiu os efeitos desejados. A política pautal portuguesa oscilou entre as medidas de carácter mais proteccionista ou livre-cambista, embora os seus efeitos ao nível das empresas continuem a ser praticamente desconhecidos.¹⁴²

Os bloqueios à expansão económica portuguesa incluíam diversos factores, como a deficiente preparação dos recursos humanos, a inexistência ou precariedade de recursos naturais e de combustível, a dificuldade no acesso ao crédito e juros, a debilidade do sistema de transportes e de comunicações, a aplicação de capitais em sectores de menor risco, a limitação do mercado nacional e a concorrência externa. Mesmo com o aumento regular dos direitos de importação, a produção nacional não conseguiu competir em termos de preço/qualidade com os bens fabricados no estrangeiro. O mercado interno era o fundamento mais importante no desenvolvimento e inovação dos negócios, mas as limitações da procura de bens de consumo reflectiram-se negativamente no desenvolvimento das unidades industriais.¹⁴³

As três últimas décadas do século XIX representaram o início da aceleração do processo de acumulação de capital e de concentração de firmas. Por exemplo, em 1884, cerca de 10% das sociedades anónimas e companhias de comércio ou de indústria pertenciam a estrangeiros mas, em termos de capital investido, representavam aproximadamente um quinto. Na viragem desse século, o número de firmas estrangeiras aumentou 50% e o respectivo capital correspondeu a um quarto. Em 1928, o capital investido em Portugal pela Grã-Bretanha equivaleu a 15% do Produto Interno Bruto, mas mais de metade tinha

141 Peter Mathias e M. M. Postan, editors, *The Cambridge Economic...*, pp. 358-358. José Mattoso, *História de Portugal*, vol. VII, pp. 66-81 e 86-87, mais de metade das indústrias transformadoras funcionava com menos de 20 operários.

142 J. M. Amado Mendes, «A História na empresa...», p. 440.

143 José Mattoso, *História de Portugal*, vol. V, pp. 323 e 365-367. *Idem*, vol. VII, pp. 61-63 e 126-127. Pedro Lains, «O protecționismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido de industrialização “concorrencial”» *In Análise Social*, vol. XXIII, n.º 97, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987, p. 487. Maria Filomena Mónica, «Capitalistas e industriais...», pp. 822-823.

como destino as colónias africanas, com especial relevo para Angola e Moçambique. Os ingleses destacaram-se, ao efectuarem grandes investimentos no controlo de algumas das principais exportações nacionais, como os vinhos do Porto e da Madeira, e deterem parte das firmas responsáveis pelas principais importações. Até os investimentos em sectores de interesse estratégico resultaram no aumento das importações e não no tão esperado *take-off* da indústria portuguesa.¹⁴⁴

4.1.1- O sector vinícola

Na sequência do enquadramento teórico relacionado com a história empresarial e a industrialização, é nosso propósito verificar a hipótese da constituição de sociedades comerciais reflectir o enquadramento legal e as contingências do mercado. Por isso, procuramos retirar algumas ilações sobre as sociedades que mencionam o vinho como um dos objectos sociais. Além deste, as sociedades salvaguardavam a possibilidade de negociarem outros géneros, ou seja, diversificavam os investimentos para realizarem outros negócios, sem alterarem o pacto social.

O levantamento efectuado no fundo notarial do Arquivo Regional da Madeira permitiu-nos reunir 212 casos. Porém, em virtude da grande diversidade dos mesmos, optamos por seleccionar 171 casos, sobre os quais reportam as ilações seguintes. Assim, no cômputo geral encontramos 90 escrituras de constituição, 40 de cessão, 30 de dissolução, 8 de aditamento, 2 de trespasse e 1 de pacto entre os diversos exportadores de vinho da Madeira. Tendo como ponto de referência o regulamento para o comércio do vinho da Madeira, constatamos que 77,8% das escrituras se materializaram nos anos de 1910-30, enquanto o período de 1870-1909 correspondeu a uma percentagem bastante menor.

Esta quantificação permitiu uma primeira abordagem à importância do marco institucional na organização do sector vitivinícola madeirense, a que não eram alheias as crescentes dificuldades de exportação dos vinhos de elevado teor alcoólico. Nesse sentido, verificamos que a totalidade das escrituras de aditamento, de pacto e de trespasse ocorreu nas últimas duas décadas, representando 6,4%

¹⁴⁴ A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. III, Das Revoluções Liberais aos nossos dias, Lisboa, Editorial Presença, 13ª Edição, 1998, p. 105. José Mattoso, *História de Portugal*, vol. VI, pp. 21-22. *Idem*, vol. VII, pp. 120-123 e 127. V. R. G. Wilson e T. R. Gourvish (ed.), *The Dynamics of the...*, pp. 36 e 47-48. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (orgs.), *História Económica...*, vol. III, pp. 218-219. Cf. Javier Maldonado Rosso, «Empresarios y capitalistas...», pp. 633-636.

dos casos. No que respeitou à constituição das sociedades, os anos anteriores e posteriores a 1910 equivaliam, respectivamente, 12,3% e 40,4% dos casos. A dissolução de sociedades manteve-se ao longo do período considerado, correspondendo a 8,8% dos casos. Por último, as escrituras de cessão anteriores a 1910 representavam 1,2%, enquanto no período posterior o valor subiu para uns expressivos 22,2% dos casos. A volatilidade na organização empresarial madeirense foi sintomática das dificuldades encontradas e representou claramente um ajustamento às condições de mercado dos vinhos licorosos.

As percentagens referidas transmitiam alguma dinâmica do sector exportador do vinho da Madeira. A constituição de sociedades representou mais de metade dos casos identificados. Os números permitem concluir que, no período anterior à regulamentação, não existiu grande diversidade de situações que exigissem actos notariais. Porém, uma parte significativa dos casos inventariados dizia respeito à dissolução de sociedades. No período de 1870 a 1909, a relação entre as sociedades que se constituíram e as que se dissolveram era na ordem de sete para cinco.¹⁴⁵

A constituição de empresas ligadas à exportação do vinho da Madeira reflectiu, naturalmente, as conjunturas que o sector atravessou. As duas primeiras décadas equivaleram à recuperação do sector vitivinícola do oídio e da filoxera, resultando num número de casos de dissolução superior ao de constituição. A partir da década de 1890, a tendência inverteu-se. Apesar de se verificar uma conjuntura internacional de queda dos preços dos vinhos licorosos, a constituição de empresas superou claramente a dissolução.

As maiores transformações ocorrem após a regulamentação do sector. Na década de 1910, o número de casos de constituição de empresas superou o aferido nos 40 anos anteriores. Quanto à dissolução, apesar de representar o valor mais elevado verificado até então, correspondeu apenas a um quarto do total de empresas criadas. Esta animação ao nível da constituição de empresas é um pouco contraditória com os intentos de criação de uma grande companhia, com o propósito de aumentar a competitividade do vinho da Madeira nos mercados internacionais. Além disso, a exportação ressentiu-se

¹⁴⁵ Segundo o Código Comercial de 1878, as sociedades comerciais dissolviam-se no fim do prazo estipulado, na cessação do seu objecto social, no cumprimento dos seus fins ou impossibilidade dos mesmos, na falência, na diminuição do capital social em mais de dois terços, por acordo dos sócios, ou na fusão com outras sociedades. As sociedades em nome colectivo dissolviam-se por morte ou interdição de qualquer dos societários, mas também podia decorrer da vontade de um dos sócios, quando fundadas por tempo indeterminado. As sociedades em comandita dissolviam-se por morte ou interdição de um dos sócios de responsabilidade ilimitada. As sociedades anónimas, com menos de dez accionistas no activo durante seis meses, dissolviam-se por vontade de um dos sócios.

da falta de transportes e de mercados durante a I^a Guerra Mundial. O regresso da paz proporcionou um escoamento significativo, em tudo comparável com o período áureo do século XIX.

Na última década investigada, o recrudescimento inicial das exportações teve correspondência na fundação de empresas. Assim, metade das observações relacionadas com a constituição de sociedades respeitou, exclusivamente, à década de 1920. No que toca à dissolução, verificamos novo aumento. Todavia, em termos globais, este tipo de casos representou um quinto das sociedades estabelecidas, ou seja, a correlação mais baixa de todo o período. O volume de vinho exportado manteve a tendência de progressão, como de resto se verificou nas décadas precedentes. Quanto aos preços, o início da década abriu boas perspectivas, embora diluídas pelo agravamento da inflação. Um lustro depois verificou-se a depreciação do vinho generoso, com reflexos no rendimento agrícola e nos lucros das empresas.

Em síntese, a regulamentação da vitivinicultura trouxe vantagens evidentes ao nível da organização das sociedades comerciais. Além da maior diversificação ao nível da produção de actos notariais, verificamos que a relação entre a constituição e a dissolução se transfigurou. Assim, por cada 5 sociedades que se constituíram, apenas 1 se dissolveu. Apesar disso, houve um grande desenvolvimento ao nível das escrituras de cessão, que equivaliam a pouco mais de um quinto dos casos inventariados. Aparentemente, a progressiva especialização do sector exportador do vinho da Madeira reflectiu-se na remodelação das sociedades comerciais, tendo como consequência a saída de sócios. Podemos ainda concluir que a Madeira Wine Company não contribuiu para diminuir o número de empresas exportadoras de vinho, presumivelmente devido a estas últimas explorarem nichos de mercado.

O capital financeiro envolvido na constituição das sociedades nem sempre se encontrava explícito nos 212 casos referenciados. Destes, apenas encontramos os montantes de 123, ou seja, um pouco menos de 60%, mas, comparativamente aos casos que identificavam o vinho como objecto social, conseguimos reunir dados para 72 sociedades. Assim, tendo por base este conjunto significativo, pois equivaleu a mais de quatro quintos das firmas que negociavam o vinho da Madeira, procuramos retirar algumas ilações sobre a organização do sector. Chamamos a atenção para o facto de estas cifras não permitirem uma abordagem aos negócios desenvolvidos pelas empresas, pois representavam unicamente a

responsabilização societária (*Vide* Quadro n.º 6). Por isso, o que fazemos nos parágrafos seguintes restringiu-se a uma aproximação a partir dos dados que conseguimos reunir.¹⁴⁶

Quadro 6 - Capital das sociedades que tinham o vinho como objecto de comércio (em escudos)

Tipo de sociedade		1870	1880	1890	1900	1910	1920	Total
Anónima	N.º	-	-	-	-	-	1	1
	Média	-	-	-	-	-	300.000	300.000
Em nome colectivo	N.º	3	1	3	4	6	16	33
	Média	18.868	37.900	16.089	16.250	57.774	108.931	69.616
Por quotas	N.º	-	-	-	1	4	32	37
	Média	-	-	-	74.000	32.200	488.281	427.778
Comandita	N.º	-	-	-	-	-	1	1
	Média	-	-	-	-	-	40.000	40.000

A soma do capital social envolvido na constituição das sociedades fez aproximadamente 18.500 contos. Quer isto dizer que a média era ligeiramente superior a 255 contos. Porém, este cálculo desvirtuou a realidade, pois mais de metade das sociedades foi constituída com capital igual ou inferior a 50 contos, pouco mais de um terço apresentou valores que se situavam entre aquele montante e 500 contos e apenas um oitavo envolveu valores superiores ao dobro desta média. Além disso, os montantes de capital tinham significados muito diferentes, consoante o tipo de sociedade a que respeitavam.¹⁴⁷

As sociedades anónimas existiam independentemente de quaisquer firmas, bastando-lhes denominações particulares que identificavam os respectivos objectos, seguidos das palavras «*sociedade anónima, responsabilidade limitada*». As firmas das sociedades em nome colectivo individualizavam os nomes dos sócios, ou pelo menos continham o nome ou a firma de um deles, e em aditamento «*e companhia*», abreviado ou por extenso. As firmas das sociedades comanditárias deviam conter pelo menos o nome de um dos sócios de responsabilidade ilimitada e o aditamento «*em comandita*». A partir da Lei de 11 de Abril de 1901, surgiram as sociedades por quotas, ou seja, sociedades intermédias entre as de pessoas e as de capital. Estas mencionavam o nome de um dos sócios ou a denominação relacionada com o objecto do comércio e, em aditamento, constava «*responsabilidade limitada*» ou, simplesmente, «*limitada*». Este tipo de sociedades exigiu que o capital social fosse superior a 5 contos e tinha a particularidade de responsabilizar todos os associados pelas dívidas, em razão da proporcionalidade das respectivas quotas.

¹⁴⁶ V. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (orgs.), *História Económica...*, p. 183.

¹⁴⁷ Rui de Ascensão Ferreira Cascão, *Figueira da Foz e Buarcos...*, p. 270, o autor referiu que os negócios do vinho eram muito exigentes em capitais, reflectindo-se na constituição de sociedades em nome colectivo ou familiar.

As sociedades em nome colectivo, ou sociedades de pessoas, em que a responsabilidade era solidária e ilimitada de todos os associados, tinham maiores facilidades na obtenção de crédito. O número destas sociedades manteve-se estável, à excepção das primeiras décadas do século XX, em que se verificou a regulamentação da cultura e a expansão das exportações. Esta situação repercutiu-se no aumento significativo da média de capital social. As sociedades anónimas, de responsabilidade limitada ao valor das acções subscritas, tiveram uma importância marginal, apesar dos significativos montantes de capital social, pois permitiram mobilizar pequenas poupanças através da compra de acções. As sociedades por quotas eram as mais difundidas e adequadas às pequenas e médias empresas, ou seja, adequavam-se perfeitamente ao sector exportador do vinho da Madeira. Esta situação relacionou-se com a facilidade de constituição ou alteração das sociedades e de adaptação às flutuações conjunturais. As sociedades em comandita, de responsabilidade ilimitada dos comanditados e limitada dos comanditários, tiveram muito pouca divulgação.¹⁴⁸

As sociedades com o capital social mais elevado foram todas constituídas na década de 1920, adoptando a modalidade de responsabilidade limitada. Os valores em causa diziam respeito a Leacock & C^a Lda., com cerca de 1.000 contos, The Madeira Wine Association (1925) Lda. e The Madeira Wine Association Lda., ambas com 1.600 contos, H. M. Borges Sucessores Lda., com 1.752 contos, F. F. Ferraz & C^a Lda., com 2.000 contos e Leacock & C^a (Wine) Lda., com 3.000 contos. Analisando estas cifras, podemos concluir que as maiores sociedades comerciais controladas por capitais nacionais ombreavam com as principais firmas controladas por ingleses. Esta constatação aproximou-se dos resultados das investigações efectuadas na região espanhola de Jerez. O propósito de estabelecer uma grande firma para comercializar o vinho da Madeira ainda não se tinha consolidado durante os anos 20, apesar da Madeira Wine reunir um número apreciável de empresas.¹⁴⁹

148 António Pereira de Almeida, *Sociedades Comerciais...*, pp. 24-26 e 29-32. Pedro Maia, «Tipos de Sociedades...», pp. 10-15 e 26-27. Jesús M.^a Valdaliso e Santiago López García, *Historia Económica...*, pp. 384-385, as empresas familiares continuaram a predominar entre as pequenas e médias empresas, e algumas como grandes empresas europeias em pleno século XX. A Lei de 11 de Abril de 1901 permitiu a constituição de sociedades por quotas de responsabilidade limitada em escrituras públicas, ou seja, de sociedades intermédias entre as de pessoas e as de capitais. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (orgs.), *História Económica...*, vol. II, pp. 183-184.

149 Javier Maldonado Rosso, «Empresarios y capitalistas...», o autor referiu que a moderna agroindústria vinhateira do Jerez se deveu mais a empresários naturalizados e estrangeiros que aos capitais estrangeiros.

Em seguida, procuramos perspectivar os montantes de capital social constante nas referidas 72 empresas. A primeira impressão relacionou-se com o reduzido número de casos respeitantes às últimas décadas do século XIX. Nesse espaço de tempo, equivalente a metade do supradito período, apenas encontramos o capital social de 7 sociedades. Nas primeiras duas décadas do século seguinte, os valores duplicaram. Contudo, o maior aumento aconteceu na década de 1920. O número de casos em questão equivaleu a 70% das sociedades que mencionavam os montantes de capital social.

O capital envolvido na constituição das sociedades sofreu um aumento significativo no espaço das seis décadas. Até à viragem do século, o número de casos foi muito pouco expressivo. Em termos dos montantes, nenhuma sociedade indicou cifras superiores a 50 contos. Na primeira década do século XX, o número de casos era ainda pouco representativo. Os valores continuavam ao nível das décadas anteriores, com excepção da sociedade Welsh & Cunha Lda., formada com 74 contos. Na década seguinte, mais de dois terços ainda se constituíam com menos de 50 contos. No entanto, a firma Francisco Eduardo Henriques Sucessores formou-se com 54 contos, a firma Freitas Martins Caldeira & C^a Lda. com 100 contos e a firma Viúva de Romano Gomes & Filho com 235 contos.

Na última década, o capital social envolvido nas firmas que negociavam o vinho da Madeira sofreu aumentos consideráveis. Continuou a existir um número apreciável de firmas, mais precisamente dois quintos, com montantes iguais ou inferiores a 50 contos. Porém, houve um acréscimo significativo ao nível das sociedades fundadas no intervalo situado entre 101 a 500 contos, equivalendo a quase 30%. O número de sociedades fundadas com capital entre 51 e 100 contos quadruplicou, equivalendo agora a 16%. Como já destacamos as sociedades com montantes superiores a 1.000 contos, resta-nos nomear as que se estabeleceram com capital social de 501 a 1.000 contos. Tratavam-se das firmas Castro Santos & C^a, José Fernandes de Azevedo & C^a Lda. e Rodrigues & Azevedos Lda., cada qual com 600 contos.

O próximo objectivo relacionou-se com a tentativa de estabelecer a evolução do capital social nas referidas 72 sociedades. Porém, os casos disponíveis permitiram estabelecer algumas comparações para apenas 23 sociedades, ou seja, cerca de um terço das mesmas. A primeira conclusão apontou para um número importante de sociedades que mantiveram o respectivo capital social, como por exemplo a

Companhia Vinícola da Madeira (300 contos, sociedade formada por F. F. Ferraz & C^a Lda. e Reid, Castro & C^a), F. A. Rebelo & C^a (150 contos), H. P. Miles & C^a (90 contos), J. B. Oliveira & C^a (50 contos), J. C. & António Tiago Irmãos (cerca de 26 contos), Nóbrega & C^a Lda. (30 contos), Sociedade Agrícola da Madeira Lda. (50 contos) e Tarquínio T. da Câmara Lomelino Lda. (48 contos).

Algumas das sociedades implicadas na comercialização do vinho da Madeira apresentaram uma fase progressiva de aumento do capital social, seguida de uma rápida descapitalização. A firma Luís Gomes da Conceição & Filhos constituiu-se em 1918, com 100 contos. Decorridos 3 anos, o capital social duplicou. Porém, em 1927, reduziram-no a 12 contos. Os motivos prenderam-se com as dificuldades financeiras e a cessão de um accionista. Um caso idêntico passou-se com a sociedade Rodrigues & Azevedos Lda., estabelecida em 1917, com 18 contos. Uma década depois, o capital social perfazia 600 contos. Decorridos 2 anos, o valor foi reduzido para três quartos e depois para 30 contos. A justificação apresentada referiu a desvalorização do património e a opção pelo fabrico de aguardente num engenho do Porto da Cruz.

No que respeitou ao aumento, quase metade das sociedades optou por reforçar a responsabilidade social. As maiores subidas respeitaram às sociedades Castro Santos & C^a, cujo montante passou de 10 para 600 contos, entre 1918 e 1921, F. F. Ferraz & C^a Lda., de 100 para 2.000 contos, entre 1912 e 1929, e Madeira Trading Company Lda., de 12 para 200 contos, entre 1918 e 1922. Este notável desenvolvimento coincidiu em parte com o incremento na exportação do vinho da Madeira após o primeiro conflito mundial. A sociedade The Madeira Wine não reflectiu de imediato a conjuntura, pois em 1924 continuou com o capital social de 120 contos. Porém, no ano seguinte, admitiu novos associados e ganhou alento com o aumento do capital social para 1.600 contos. Verificamos novamente as vantagens das sociedades de responsabilidade limitada em reunirem maiores volumes de capital social.

Cerca de um terço das sociedades aumentou o respectivo capital social, mas em proporções bastante mais comedidas. Ainda assim, a firma Viúva de Romano Gomes & Filhos quase quintuplicou o montante indicado aquando da constituição. O capital social era de 49.419\$38, em 1891, ascendeu a 99.127\$97, em 1899, foi de 155.624\$12, em 1914, e fixou-se em 235 contos, nos anos de 1919-1922. A

sociedade A. P. Santos & C^a, fundada em 1907, elevou o capital social de 3 para 10 contos no espaço de dois anos. O mesmo se passou com a sociedade Inácio Caldeira & C^a pois, entre 1914 e 1916, elevou o capital social de 6 contos para 18.200\$00. As sociedades Jasmins Pereira & C^a e Henriques Câmara & C^a Lda. apresentaram progressos semelhantes, apesar de ritmos bem diferentes. Assim, a primeira aumentou o capital social de 100 para 260 contos, entre 1922 e 1923, enquanto a segunda elevou o capital social de forma faseada, passando de 81 contos, em 1908, para 120 contos, em 1913 e 200 contos, em 1923. Neste caso, a maioria das sociedades referidas adoptou a forma de nome colectivo.

A responsabilidade social no comércio de vinhos da sociedade Leacock & C^a Lda. também se desenvolveu bastante na transição da segunda para a terceira décadas do século XX. O capital praticamente que duplicou no espaço de dois anos, perfazendo cerca de mil contos, em 1920. A firma Aguiar & Marcos constitui outro exemplo de aumento moderado, pois o capital social passou de 40 para 66 contos, entre 1920 e 1928. Contrariando tudo o que atrás ficou dito, a sociedade José Fernandes de Azevedo & Filhos Lda. sofreu uma enorme quebra nas responsabilidades de capital, passando de 600 para 21 contos, entre 1922 e 1923. Neste caso, tratou-se da dissolução e partilha da sociedade que circulava com a mesma firma, seguindo-se nova constituição com parte dos anteriores associados.

Atendendo novamente aos 212 casos que mencionavam o vinho como um dos objectos de comércio, verificamos que aqueles respeitavam a 88 sociedades comerciais. Porém, as sociedades com maior número de casos eram, por ordem decrescente, The Madeira Wine Association Lda., Viúva de Romano Gomes & Filhos, F. F. Ferraz & C^a Lda., Leacock & C^a Lda. e Tarquínio T. da Câmara Lomelino Lda.. As sociedades citadas forneceram pouco mais de um quarto das observações. Novamente se constatou que os preceitos legais faziam com que as sociedades por quotas recorressem com maior frequência aos meios legais para procederem a alterações dos respectivos pactos sociais.

A duração estipulada nos registos notariais procurou responder à indeterminação do mercado dos vinhos licorosos. A esmagadora maioria dos contratos sociais referiu prazos ilimitados. Isto significou que 91% das empresas não previram o termo da respectiva actividade. Esta salvaguarda permitiu-lhes

continuarem indefinidamente no activo mas, em caso de agravamento das condições do mercado, podiam optar pela dissolução.

Em seguida, procedemos à análise da distribuição dos casos no decurso de 1870 a 1930. A diversidade ao nível da duração estipulada diminuiu sensivelmente na primeira década do século XX. Encontramos 9 casos na década de 1870, dos quais cerca de 78% mencionavam períodos indeterminados e 22% duração de 3 anos. Na década seguinte, o número de casos baixou para 7, correspondendo 57% a duração ilimitada e 43% a 10 anos. A década de 1890 proporcionou um aumento significativo no número de casos, mais precisamente 16. Destes, aproximadamente 81% eram de duração ilimitada, 13% de 5 anos e 6% de 10 anos. As dificuldades que o sector atravessou na década de 1900 reflectiram-se no número de casos contabilizados. Assim, a quantia baixou para 14, com a particularidade de corresponderem todos a sociedades de duração indefinida.

Na segunda e na terceira década do século XX, os efeitos da regulamentação do sector vitivinícola conjugaram-se com o aumento das exportações de vinho da Madeira e, inclusive, com uma recuperação temporária dos respectivos preços. Esta situação repercutiu-se no número de sociedades e na diversificação dos prazos estipulados, embora continuasse o claro predomínio do prazo indeterminado. Reunimos 44 casos para a década de 1910, representando um aumento na ordem dos 200%. Destes, cerca de 93% equivaliam a duração indefinida e apenas 7% a 5 anos. Na última década inventariada, encontramos 122 casos, ou seja, novo aumento de cerca de 175%. A percentagem de períodos indeterminados aumentou algumas décimas relativamente à década anterior. Os restantes casos são novamente pouco significativos. Assim, 2,5% mencionavam 10 anos, cerca de 1,5% definiu 20 anos e os restantes não chegavam a 1%, mais precisamente 3, 5 e 8 anos.

4.1.1.1- A firma Cossart, Gordon & C^a

A firma Cossart Gordon & C^a era a maior e mais antiga casa exportadora de vinho da Madeira, tendo sido fundada no Funchal no longínquo ano de 1745 (*Vide* Quadro n.º 7). No final do século XIX, Henry Vizetelly elogiou-a, não só pela qualidade das instalações e do lote dos vinhos, mas igualmente

pelo cuidado manifestado na preservação dos documentos relativos à actividade comercial. Salvo raras excepções, esse acervo manteve-se intacto até aos nossos dias, constituindo um manancial precioso para a história económica e empresarial. É uma mais-valia para a própria empresa, actualmente integrada na Madeira Wine Company S. A., que consideramos de todo o interesse explorar e divulgar. Porém, por enquanto só consultamos os registos de exportação do vinho da Madeira, no período de 1870 a 1930.¹⁵⁰

Quadro 7 - Principais firmas exportadoras de vinho da Madeira

Firmas	1880		1900		1905	
	Hectolitros	%	Hectolitros	%	Hectolitros	%
Cossart, Gordon & Co.	4.485	29,07	9.505	36,70	10.822	41,18
Krohn Brothers & Co.	2.541	16,47	3.127	12,07	2.867	10,91
Henriques & Lawton	1.032	6,69	-	-	-	-
Blandy Brothers & Co.	736	4,77	3.566	13,77	4.167	15,86
Leacock & Co.	640	4,15	2.103	8,12	1.496	5,69
H. P. Miles	-	-	2.023	7,81	1.789	6,81
Henry Dru Drury/ Power Drury & C ^a	585	3,79	1.994	7,70	1.534	5,84
A. P. Cunha	489	3,17	389	1,50	201	0,76
F. F. Ferraz	-	-	-	-	485	1,85
Barão da Conceição	439	2,85	-	-	-	-
Luís Soares Henriques	418	2,71	-	-	-	-
Câmara & Freitas	272	1,76	-	-	-	-
Viúva Abudarham & Filhos	255	1,65	1.124	4,34	777	2,96
John Hutchison	247	1,60	-	-	-	-
T. T. da Câmara Lomelino	180	1,17	535	2,07	648	2,47
A. I. Gonçalves	-	-	372	1,44	213	0,81
Welsh Brothers	176	1,14	-	-	376	1,43
Robert Wilkinson	155	1,00	-	-	-	-
Meyrelles, Sobrinho & Companhia	130	0,84	-	-	-	-
Robert Donaldson	125	0,81	-	-	-	-
T. S. & J. W. Selby	105	0,68	-	-	-	-
Frank Wilkinson	92	0,60	-	-	-	-
Diversos	2.328	15,09	1.162	4,49	903	3,44
Total	15.430	100	25.900	100	26.278	100

Fontes: Noël Cossart, *Madeira, the island vineyard*, London, Christie's Wine Publications, 1984, p. 169. António Homem de Gouveia, Cónego, *A situação da Madeira. Discurso...*, p. 21.

As instalações da firma compreendiam três conjuntos de armazéns, denominados de Serrado, Estufa e Pátio. No primeiro existiam instalações de tanoaria, uma secção com a capacidade de 600 pipas para receber mosto ou vinho novo, um armazém para a aguardente e diversos armazéns para receberem os vinhos saídos das estufas. Estes vinhos eram preparados com a adição de até três galões de aguardente por pipa, seguindo-se a trasfega, a refinação e o amadurecimento em barricas com 400 galões de capacidade. Os armazéns da Estufa, como o próprio nome indica, compreendiam quatro compartimentos mantidos em diferentes temperaturas, com lotação para 1.600 pipas. O primeiro destinava-se a estufar vinhos comuns, durante 3 meses, à temperatura de 140° Fahrenheit, o segundo a vinhos de qualidade intermédia, durante 4,5 meses, à temperatura de 130° Fahrenheit, o terceiro a vinhos de qualidade

¹⁵⁰ Henry Vizetelly, *Facts about Port...*, p. 185.

superior, aquecidos durante 6 meses, à temperatura de 110°-120° Fahrenheit, e o último destinava-se a vinhos de qualidade superior, aquecidos durante 6 meses pelo calor dos restantes, até à temperatura de 90°-100° Fahrenheit. A fim de facilitar o transporte do vinho entre estas instalações, a firma solicitou a colocação de um tubo de borracha sobre a Rua dos Ferreiros. O município anuiu, mas com a condição de o colocarem apenas quando necessário.¹⁵¹

A firma optou por iniciar a estufagem dos vinhos nos meses de Janeiro e Fevereiro, de forma a libertar os armazéns para as compras de mostos da colheita seguinte. No conjunto designado por Pátio, localizado nas traseiras dos escritórios, existiam diversos armazéns com vinhos preparados para a exportação, compreendendo diferentes castas e idades, soleras, vinhos surdos ou doces e vinhos concertados, destinados a conferirem cor e sabor aos vinhos de qualidade inferior.

A denominação da empresa datou de 1861, mantendo a nacionalidade britânica até 1909, altura em que foi registada em Portugal como companhia limitada. No final do século XIX, esta firma alargou consideravelmente os seus negócios de vinhos, comerciando marcas como o Porto, Sherry, Tarragona, Marsala e Málaga e representando importantes firmas produtoras de vinhos da França e de Espanha. A nível local, a firma negociou com outras casas comerciais, designadamente através de uma mangueira que ligou ao armazém da firma Aguiar, Freitas & C^a, em Janeiro de 1923.¹⁵²

As quantidades médias de vinho da Madeira exportadas pela firma Cossart, Gordon & C^a ilustravam as dificuldades que o sector atravessou, nos anos de 1870-1930 (*Vide* Gráfico n.º 3). A lenta recuperação do volume de vinho exportado após a deflagração do oídio, em meados do século XIX, fez com que praticamente não se notassem os efeitos da devastação provocada pela filoxera. No entanto, o volume das exportações progrediu claramente ao longo do período considerado.

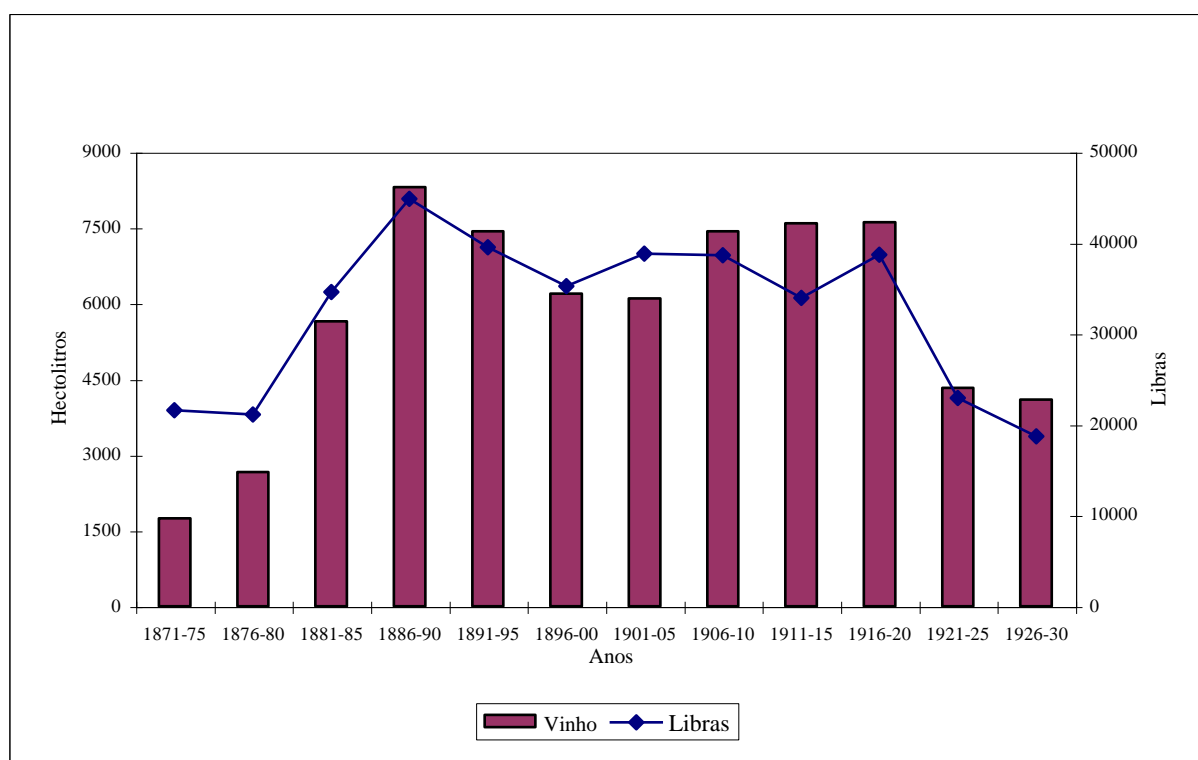
Os anos anteriores a 1890 corresponderam ao notável incremento na exportação de vinho, acompanhado do aumento não proporcional dos preços, ou seja, a firma passou a exportar mais e a lucrar

151 ARM, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 662, fls. 46v.º-47. *Idem*, L.º 681, fls. 42v.º e 46v.º, a firma Power Drury & C^a também solicitou licença para colocar uma mangueira, mas só a permitiram no subsolo. Cf. Henry Vizetelly, *Facts about Port...*, pp. 179-202, traduzido para português em Alberto Vieira, *História do Vinho da Madeira...*, pp. 388-399. Anthony J. Drexel Biddle, *The Madeira Islands*, 2 vols., London, 1900, pp. 111-112. V. Rui de Ascensão Ferreira Cascão, *Figueira da Foz e Buarcos...*, pp. 230-231.

152 ARM, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 678, fl. 4v.º. Noël Cossart, *Madeira, the island...*, pp. 38-39. Não encontramos o registo notarial referente à constituição da sociedade limitada, no referido ano de 1909.

cada vez menos. Na referida década, o volume exportado e os preços regrediram, em resultado do decréscimo das exportações para a Grã-Bretanha. Esta tendência inverteu-se nas primeiras décadas do século XX. Porém, com excepção do período de 1901-1905, os preços de exportação não acompanharam o volume das vendas, sendo pela primeira vez claramente inferior àqueles. Na década de 1920, o volume da exportação e os preços sofreram uma forte quebra, mais expressiva nos preços do que em litros, retrocedendo para níveis inferiores aos verificados na década de 1880.

Gráfico 3 - Exportação de vinho da firma Cossart, Gordon & C^a



Nota: Não encontramos dados referentes aos anos de 1882, 1883 e 1929.

Fonte: Arquivo da Madeira Wine Company, Invoice Book, Copies of Invoices e Order Book.

Em termos globais, os valores da exportação na primeira e na última década eram praticamente os mesmos, ou seja, respectivamente, 42.673 libras e 41.640 libras, enquanto o volume de vinho exportado praticamente duplicou, passando de 4.407 hectolitros para 8.412 hectolitros. Estas cifras podiam significar a exportação de vinhos mais baratos, de fácil escoamento e capazes de enfrentarem a concorrência de outras regiões produtoras, ou então correspondiam à depreciação internacional dos vinhos licorosos e reflectiam a perda do importante mercado Russo.

No que concerne aos principais destinos constantes nos livros de registo dos vinhos exportados, a Grã-Bretanha aparecia em posição privilegiada, com aproximadamente um terço do volume total, seguindo-se a França, a Alemanha, a Dinamarca, a Rússia/Báltico e Portugal (*Vide* Quadro n.º 8). Os destinos mencionados correspondiam a mais de nove décimos de todo o vinho exportado por esta importante firma. O grande fluxo destinava-se aos mercados tradicionais do Noroeste europeu, embora se verificasse uma crescente exportação para os países escandinavos.

Quadro 8 - Destinos da exportação do vinho da Madeira (em hectolitros)

	1871/80	1881/90	1891/00	1901/10	1911/20	1923/27	1930/32
Alemanha	538	1.216	4.314	7.384	10.626 a)	2.719	1.364
Bélgica-Luxemburgo	15 b)	44	14	785	110	-	267
Brasil	577	737	763	816	977	-	386
Dinamarca	-	35	117	487	4.834	-	6.298
E.U.A.	146	87	27	65	286	-	-
Finlândia	-	-	-	-	-	6.836	-
França	564	3.317	4.781	5.529	7.066	6.334	11.155
Holanda	12	10	10	258	511	-	278
Inglaterra	5.498	9.414	7.438	4.158	4.721	2.766	1.345
Noruega	-	-	-	-	-	-	3.161
Rússia	1.233	2.244	4.846	4.670	2.880 c)	-	-
Suécia	-	27	26	575	4.667	8.218	13.813
Portugal ultramarino	102	141	174	147	227	74	72
Outros	283	1.655	287	192	148	-	436
Total	8.962	18.928	22.796	25.310	30.151	36.765	38.934

Nota: a) Refere-se à média anual de 1911 a 1914 b) *Idem*, de 1879 e 1880 c) *Idem*, de 1911 a 1917

Fonte: Ramon Honorato Corrêa Rodrigues, *Questões Económicas*, Tomo 2, Funchal, 1955, p. 119.

Convém realçar que parte do vinho despachado para o território português, e presumivelmente para alguns dos referidos mercados, se destinava a reembarque para outros destinos. Esta situação decorria do facto de não existirem rotas comerciais directas para todos os países consumidores destes vinhos licorosos. Além disso, o vinho da Madeira era um dos muitos géneros que preenchiam os porões dos navios. A dificuldade em assegurar transporte marítimo para o vinho esteve na origem de pedidos urgentes de álcool para preparar as pipas de embarque, aproveitando as escalas de alguns navios.

4.1.2- O sector sacarino

As sociedades que se constituíram para explorarem a matéria-prima dos abundantes canaviais da Madeira optaram, essencialmente, pelo fabrico de dois géneros. De um lado encontravam-se as fábricas de açúcar e de álcool, que depois da instituição do protecçãoismo sacarino se localizavam no Funchal e

processavam o melaço importado. O açúcar destinava-se a abastecer o mercado local e a exportar para o mercado nacional, enquanto o álcool era utilizado na preparação do vinho da Madeira ou podia ser desdobrado em aguardente. Do outro, os engenhos que se estabeleceram à medida que os canaviais se expandiam e aumentavam as dificuldades e os custos com o transporte da cana-de-açúcar. Estes fabricavam aguardente e algum mel, consumidos integralmente na Ilha.

A partilha de matéria-prima entre os industriais do açúcar e da aguardente nem sempre foi pacífica. A situação agravou-se com a promulgação do monopólio sacarino, que obrigou os industriais do açúcar e do álcool a adquirirem os saldos de aguardente não despachados para consumo, no final de cada ano civil. Porém, essa circunstância não significou a inexistência de algumas tentativas de conciliação. Em Maio de 1908, os industriais elaboraram um contrato destinado a *«porem termo às questões que se têm suscitado entre as fábricas não matriculadas e as fábricas matriculadas neste Distrito»* e *«conciliarem quanto possível os variados e importantes interesses que na Madeira se ligam com a cultura da cana doce e a extracção dos respectivos produtos»*. Com o fim do regime sacarino, os proprietários de 24 engenhos estabeleceram um depósito no Funchal e sucursais nos restantes concelhos, em 1925.¹⁵³

As sociedades que mencionavam o açúcar e o álcool como objectos sociais constituíam um grupo relativamente reduzido. Ao todo contabilizamos 39 casos, mas estes relacionavam-se com apenas 8 sociedades. Porém, mais de dois quintos respeitavam à firma William Hinton & Sons, mais de um quinto à Companhia Fabril de Açúcar Madeirense e acima de um décimo às firmas José Júlio de Lemos Sucessores e Figueiras, Inácios & C^a Lda..

O total de casos que mencionavam as responsabilidades de capital resumia-se a dez, embora se referissem a apenas seis sociedades. Porém, optamos por contabilizar a Companhia Fabril de Açúcar Madeirense, constituída em meados da década de 1860 (*Vide* Quadro n.º 9). Ainda assim, conseguimos apurar as cifras de quase 90% das referidas empresas. O capital social aplicado neste sector da economia madeirense atingiu 3.394 contos. Em média, cada sociedade representou cerca de 485 contos. Quer isto

¹⁵³ *Os donos das fábricas não matriculadas do Sul*, 1.ªs outorgantes; *W. Hinton & Sons e José Júlio de Lemos, donos das fábricas matriculadas*, 2.ªs outorgantes; *os donos das fábricas não matriculadas do Norte*, 3.os outorgantes, Typographia Esperança, 1908, p. 1. ARM, *Notários*, L.º 6242, fls. 74v.º-79v.º.

dizer que os investimentos efectuados neste sector económico eram consideravelmente superiores aos implicados na exportação do vinho da Madeira. A dita média era praticamente o dobro da calculada para as empresas ligadas à vitivinicultura.¹⁵⁴

Quadro 9 - Capital das sociedades que tinham o açúcar e o álcool como objectos de comércio (em escudos)

Tipo de sociedade		1870	1880	1890	1900	1910	1920	Total
Anónima	N.º	1	1	-	-	-	-	2
	Média	100.000	60.000	-	-	-	-	80.000
Em nome colectivo	N.º	1	-	-	1	1	1	4
	Média	31.000	-	-	3.000	1.000.000	200.000	308.500
Por quotas	N.º	-	-	-	-	-	1	1
	Média	-	-	-	-	-	2.000.000	2.000.000

A distribuição dos montantes ao longo de 60 anos permitiu estabelecer algumas conclusões, se bem que limitadas pelo número reduzido de casos e o pouco significado das responsabilidades de capital. Como era de esperar, verificou-se maior número de sociedades em nome colectivo, bem como uma tendência global para o aumento do capital social. Porém, nas décadas de 1890 e de 1900 ocorreu uma quebra, justificada em parte pela epidemia que afectou as plantações de cana sacarina. Os valores mais baixos ocorreram nas décadas de 1870 e 1900. O primeiro respeitou a uma fábrica de açúcar na Ponta do Sol (31 contos) e o segundo à exploração da fábrica do Ribeiro Seco pela firma Leça & C^a (3 contos), presumivelmente sociedades em nome colectivo.

As duas sociedades fundadas com capital social no intervalo de 51-100 contos estabeleceram-se nas décadas de 1870 e 1880, respectivamente a Companhia Fabril de Açúcar Madeirense (100 contos) e a Companhia Nacional de Fabricação de Açúcar (60 contos), ambas sociedades anónimas. A primeira será tratada noutro ponto do trabalho. A segunda tinha por finalidade explorar a Fábrica Nacional, anteriormente denominava Fábrica de S. João. Este estabelecimento foi arrematado por Augusto César Bianchi e Manuel Teles da Gama, após a falência da Companhia Fabril de Açúcar Madeirense. O último tentou reactivar a fábrica, pagando uma renda anual de 900\$00. No entanto, o seu sócio teve de promover a entrada de matéria-prima na fábrica, emprestar-lhe 7 contos para a compra de cana, fornecer uma letra

¹⁵⁴ Cf. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (orgs.), *História Económica...*, vol. II, p. 184, a partir de meados do século XIX, a maioria do capital social envolvido nas sociedades anónimas passou do sector comercial para o industrial. Mantemos as considerações apresentadas sobre a relevância das responsabilidades dos sócios nos montantes de capital social.

de 3 contos e ajustar a venda da sua parte até ao final de 1885, por 13.146\$00. Os dois comprometeram-se ainda a saldar a dívida de cerca de 20 contos a Tarquínio T. C. Lomelino e a Leal & Irmãos.

O capital social da Companhia Nacional era formado por 2.400 acções nominativas, cada uma de 25\$00. A primeira série de acções, no montante de 32 contos, encontrava-se subscrita pelos sócios fundadores (2 contos) e pelo valor do prédio (30 contos). Contudo, decorridos três anos, a assembleia-geral viu-se na contingência de alterar os estatutos para dissolver a sociedade, pois não reuniu três quartos do capital social. Entre os muitos accionistas, encontrava-se Henry Hinton, com uma participação de 100\$00. Podemos concluir que a Companhia não entrou em actividade, pois a sociedade dissolveu-se sem conseguir reunir o capital social.

Na década de 1910, as únicas referências relacionavam-se com as firmas William Hinton & Sons e José Júlio de Lemos. A primeira foi estabelecida com 1.000 contos de capital social, decuplicando o valor mais elevado nas quatro décadas anteriores. Não adiantamos mais sobre a mesma porque também será objecto de tratamento noutro ponto do trabalho. Quanto à segunda, o capital social era de 200 contos. Contudo, a firma William Hinton & Sons arrendou a fábrica da Companhia Nova pela verba anual de 25 contos, em 1916, e 40 contos, a partir de 1920.

Para concluir esta análise, resta-nos referir o montante de capital social envolvido na década de 1920. O valor mais elevado de todo o período pertenceu à sociedade Figueiras, Inácios & C^a Lda. (2.000 contos), tendo por accionistas as firmas Figueira Irmãos & C^a e João da Silva Inácio & Filhos. Esta sociedade pretendeu instalar uma fábrica de açúcar e álcool na freguesia de S. Martinho. No entanto, também adquiriu um engenho na freguesia de S. Vicente, pelo montante de 100 contos.

O número de casos reunidos possibilitou algumas conclusões relativamente ao reforço do capital social. No entanto, as cifras disponíveis apenas permitiram tratar das sociedades José Júlio de Lemos Sucessores e Figueiras, Inácios & C^a Lda.. No que respeitou à primeira, o capital social manteve-se inalterado desde a constituição, em 1915. Quanto à segunda, a sociedade constituiu-se com 5 contos, em 1924. Poucos meses depois, as firmas associadas decidiram reforçar excepcionalmente o capital social, que passou a ser de 2.000 contos, de forma a poderem investir no fabrico de açúcar, álcool e aguardente.

As referências à aguardente como objecto social foram em número considerável, mais precisamente 164 casos. Porém, um número reduzido dessas sociedades também negociou outros objectos sociais, nomeadamente o açúcar e álcool. Lembramos que a aguardente era uma das fases do processo industrial de fabrico de álcool. Além disso, as fábricas podiam laborar diversas matérias-primas, designadamente o melaço, os peros, os figos, as borras dos vinhos e os vinhos estragados. A instituição do monopólio sacarino procurou beneficiar o fabrico de açúcar e de álcool. Na década de 1920, o Estado encerrou alguns engenhos, rateou as quotas de produção e estabeleceu uma companhia monopolista para comercializar a aguardente.

Como seria de esperar, o número de casos diminuiu na década de 1880, reflectindo a crise que o sector atravessou devido à epidemia provocada por um fungo. Na década seguinte, verificou-se uma ligeiríssima recuperação, logo contrariada com a entrada no século XX, cuja primeira década correspondeu ao menor número de casos. Na segunda década do dito século, o número de casos praticamente triplicou, equiparando os valores da década de 1870. À semelhança do sucedido nos outros sectores, a década de 1920 equivaleu ao maior número de casos, ou seja, a mais de um terço do total.

A primeira triagem procurou estabelecer a relação entre a constituição e a dissolução das sociedades. Assim, conseguimos individualizar 66 casos dessa natureza, que agrupamos tendo como ponto de referência a instituição do regime sacarino. No período anterior à publicação daquela legislação, havia uma sociedade que se dissolia por cada 5 constituídas. Esta diferença aumentou nos anos de 1896 a 1918, passando a ser de quase uma para 7. Após o monopólio sacarino, a diferença esbateu-se bastante, passando a ser de uma para 3. As proporções expressam a progressão da cultura da cana sacarina e o aumento do número de engenhos. O regime sacarino e o escoamento garantido da aguardente serviram de estímulo aos industriais do sector. O fim do proteccionismo e a promulgação de legislação para limitar a produção e o consumo de aguardente reflectiu-se na constituição/dissolução das sociedades.

O capital social aplicado nestes estabelecimentos não era tão elevado como o exigido para o fabrico de açúcar e álcool. Os 164 casos referidos correspondiam a 66 firmas, mas só conseguimos o valor do capital social de 41, ou seja, o equivalente a pouco mais de três quintos (*Vide* Quadro n.º 10). O

montante global investido foi de 7.556.835\$81, perfazendo uma média de cerca de 184 contos por firma. Porém, a análise mais profunda permitiu identificar 25 sociedades com capital social igual ou inferior a 50 contos, 11 sociedades entre 50 e 500 contos e apenas 5 superavam este último valor. Essas sociedades eram José Fernandes de Azevedo & Filhos Lda. (600 contos), Rodrigues & Azevedos Lda. (600 contos), William Hinton & Sons (1.000 contos), Companhia da Aguardente da Madeira (1.500 contos) e Figueiras, Inácios & C^a Lda. (2.000 contos). Os montantes mais elevados estavam relacionados com o estabelecimento de sociedades por quotas, com excepção da empresa formada maioritariamente por capitais ingleses e da sociedade anónima.

Quadro 10 - Capital das sociedades que tinham a aguardente como objecto de comércio (em escudos)

Tipo de sociedade		1870	1880	1890	1900	1910	1920	Total
Anónima	N.º	1	1	-	-	-	1	3
	Média	100.000	60.000	-	-	-	1.500.000	553.333
Em nome colectivo	N.º	3	-	8	2	9	6	28
	Média	19.234	-	5.954	7.327	145.483	161.667	85.691
Por quotas	N.º	-	-	-	1	2	6	9
	Média	-	-	-	5.000	10.250	572.000	384.167
Comandita	N.º	-	-	-	-	-	1	1
	Média	-	-	-	-	-	40.000	40.000

Apesar das limitações anteriormente referidas, não conseguimos outros valores sobre a actividade económica das sociedades. Há a assinalar a manutenção do nível de sociedades anónimas, o número elevado e oscilatório das sociedades em nome colectivo, a progressão natural das sociedades por quotas e o caso *sui generis* de uma sociedade em comandita. Os montantes envolvidos tiveram uma progressão natural ao longo do período, revelando-se substancialmente mais elevados nas sociedades anónimas e um terço inferiores nas sociedades por quotas, as quais tiveram uma rápida expansão nas décadas subsequentes à aprovação da Lei de 11 de Abril de 1901. Após uma inflexão nas duas últimas décadas do século XIX, as cifras sofreram aumentos consideráveis, reflectindo a recuperação desta cultura. Assim, nas duas primeiras décadas encontramos 5 sociedades, mas os montantes máximos envolvidos não superavam os 100 contos. Tratavam-se das referidas Companhia Fabril de Açúcar Madeirense e a Companhia Nacional de Fabricação de Açúcar. Nas duas décadas intermédias encontramos 11 sociedades, mas os montantes máximos respeitavam a Lopes & Duarte (18 contos), Araújo & Henriques (16 contos) e António Gonçalves de Almeida & C^a (cerca de 11,5 contos).

Na segunda e na terceira década do século XX, 25 sociedades responsabilizaram os sócios por valores consideráveis no fabrico de aguardente. Destas, onze superavam 100 contos, três ultrapassavam 500 contos e duas 1.000 contos. Falamos das firmas F. A. Rebelo & C^a (150 contos), um engenho no Sítio da Quinta, freguesia de S. Vicente, Freitas, França & C^a Lda., Luís Gomes da Conceição & Filhos e José Júlio de Lemos Sucessores (todas de 200 contos) e J. M. Brito & C^a (300 contos), além das supranomeadas com maior volume de capital social. Estes valores intermédios correspondiam genericamente a sociedades em nome colectivo.

Entre as 41 sociedades identificadas, apenas conseguimos acompanhar a evolução do capital social em uma dúzia. No entanto, já referimos as firmas F. A. Rebelo & C^a, José Fernandes de Azevedo & Filhos Lda., Figueiras, Inácios & C^a Lda., J. C. & António Tiago Irmãos, José Júlio de Lemos Sucessores, Luís Gomes da Conceição & Filhos e Rodrigues & Azevedos Lda.. Por isso, agora salientamos o engenho localizado no Sítio da Quinta, freguesia de S. Vicente, cujo capital social passou de 5.303\$00, em 1892, para 200 contos, em 1929. A sociedade J. M. Brito & C^a também se desenvolveu de forma assinalável, aumentando o capital social de 40 contos, em 1918, para 300 contos, em 1926. O último grande aumento de capital social deu-se com a sociedade Lopes & Duarte, que passou de 4 contos, em 1893, para 18 contos, em 1898.

Independentemente do período considerado, os números permitiram concluir que o capital social investido nos engenhos se multiplicou pelo número de anos de actividade. Esta actividade agro-industrial proporcionou enorme retorno aos investidores, designadamente tendo em consideração o desgaste de maquinismos, utensílio e demais material, que muitos calcularam em 5% ao ano. Estes números também podiam ser interpretados como necessidade de efectuar constantes investimentos em maquinismos mais eficientes. No entanto, as sociedades Gouveia, Lima & C^a Lda. e Freitas, França & C^a Lda. não alteraram o capital social, respectivamente de 5 contos, em 1907-17, e 200 contos, em 1923-26.

As referências aos valores aplicados na construção dos edifícios e nos maquinismos eram relativamente escassas. Os montantes de capital social abrangiam as verbas necessárias à fundação dos estabelecimentos fabris, incluindo a construção do edifício, a compra, o transporte e a instalação dos

aparelhos e, por vezes, a aquisição de propriedades. No que respeitou aos custos de produção, designadamente os salários e a aquisição de matéria-prima e de combustível, a investigação não permitiu estabelecer séries. Contudo, apresentamos em seguida alguns números que reunimos sobre esta temática.

Nos ensaios de 1872, a Companhia Fabril de Açúcar Madeirense despendeu 20\$60 com os salários de 61 operários, cerca de 9,5 toneladas de carvão e 50\$00 para outras despesas, numa laboração diária de 20 horas. Contudo, a incineração do bagaço da cana-de-açúcar permitiu reduzir os gastos de carvão para menos de metade. Segundo o encarregado francês da Fábrica de S. João, a laboração diária empregou 75 toneladas de cana-de-açúcar, orçadas em 1.325\$00, queimou 5 toneladas de carvão, no valor de 50\$00, acrescido de 25\$00 com os salários e 50\$00 para as restantes despesas, perfazendo um total de 1.450\$00. Quanto às receitas, os 2.500 almudes de garapa produziram 7,5 toneladas de açúcar que, colocadas no mercado a 1.750\$00, originavam o lucro diário de 300\$00. Ao fim de 3 meses de actividade, os resultados ascenderiam a 27 contos, sem contabilizarem os subprodutos da fabricação. Porém, o saldo de 1874 não foi tão elevado, mas ainda assim chegou a cerca de 10 contos.¹⁵⁵

No que concerne à fábrica do Torreão, dispomos de algumas informações por intermédio do livro de notas de João Higinio Ferraz. Na laboração de 1909, a fábrica transformou 30 mil toneladas de cana-de-açúcar. Os custos com a matéria-prima, despesas de fabrico, juros, amortização, salários, entre outros, elevavam-se a 682 contos. No capítulo das receitas, a fábrica vendeu 1.000 toneladas de açúcar na Ilha, a 230\$00 por tonelada, e 2.088 toneladas em Lisboa, a 180\$00 por tonelada. Vendeu ainda 600 toneladas de melaço à firma José Júlio de Lemos, a 37\$00 por tonelada, e exportou 332 toneladas para Lisboa, a 40\$00 por tonelada. Produziu também 150 mil galões de álcool, que vendeu a 89 cêntimos ao galão. As receitas totais ascenderam a 774.820\$00, ou seja, a fábrica obteve um lucro líquido de 92.820\$00. Os investimentos neste tipo de indústria proporcionavam um retorno anual na ordem dos 12%, ou seja, ligeiramente superior ao juro do sistema creditício.¹⁵⁶

A produtividade da fábrica do Torreão resultou dos frequentes investimentos no desenvolvimento tecnológico. Se nos ativermos ao referido «*Livro de notas*», verificamos que o sistema de trabalho

¹⁵⁵ Relatório da Direcção da Companhia Fabril de Assucar Madeirense apresentados à Assembleia Geral em 22 de Junho de 1871, Funchal, Typ. de A. C. C. Gorjão, 1871, pp. 4-5. *Relatório da Gerência*, 1872, p. 4.

¹⁵⁶ *Livro de notas sobre fabricação d'assucar e alcool e tabellas de cálculos de João H. Ferraz*, 1904, p. 199.

implementado na fábrica sofreu diversas transformações ao longo da década de 1900. As experiências com a utilização de diferentes sistemas de fabrico, utilizando 4, 8, 12 e 16 difusores, permitiram aumentar em cerca de 2% o açúcar presente na garapa. O mesmo se passou com a extracção de açúcar, que aumentou de 8,5%, em 1900, para 12,4%, em 1910, de álcool, de 53,8 para 57,2 e a percentagem de melaço, que subiu de 6,7 para 8,1.¹⁵⁷

4.1.2.1- A Companhia Fabril de Açúcar Madeirense

O Dr. João da Câmara Leme, Conde do Canavial, esteve directamente relacionado com a fundação de uma associação destinada a fomentar a cultura da cana sacarina e a laborar açúcar, quer para abastecimento local, quer para exportação. Ao contrário dos manuais da época, este madeirense defendeu o estabelecimento de uma grande unidade industrial, com elevada capacidade de extracção de garapa.¹⁵⁸ Porém, como veremos adiante, a iniciativa não foi bem acolhida por todos os sectores económicos locais.

As iniciativas nesse sentido dataram de 27 de Junho de 1866, congregando diversos proprietários na formação de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada. A sociedade adoptou a denominação de Companhia Fabril de Açúcar Madeirense (CFAM). O capital social era de 100 contos, divididos em mil acções nominativas. A assembleia-geral, de 12 de Junho de 1870, incumbiu o Conde do Canavial de adquirir os «*aparelhos mais aperfeiçoados*». No discurso proferido no dia da inauguração, em 23 de Março de 1873, o cônego Feliciano João Teixeira defendeu a constituição de sociedades por acções para financiarem «*empresas que exigem grossos capitais, e que devem durar mais tempo que a vida de um homem*».¹⁵⁹

¹⁵⁷ *Idem*, p. 78.

¹⁵⁸ Benedita Câmara, «A concentração industrial do sector açucareiro madeirense (1900-1918)», *In História e Tecnologia do Açúcar*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura - Centro de Estudos de História do Atlântico, 2000, p. 419.

¹⁵⁹ *Relatório da Direcção*..., p. 3. *Discurso pronunciado pelo Conego Feliciano João Teixeira, Presidente da Assembleia Geral da Companhia Fabril de Assucar Madeirense, no dia da inauguração do estabelecimento, 23 de Março de 1873*, Funchal, Typ. da Lâmpada, p. 4. O número destas sociedades aumentou com a promulgação da Lei de 22 de Junho de 1867, a qual aboliu uma série de restrições, incluindo a autorização governamental, e manteve apenas o registo. Jesús M.ª Valdaliso e Santiago López García, *Historia Económica*..., pp. 192-193, durante a segunda metade do século XIX, a formação de sociedades anónimas de responsabilidade limitada foi liberalizada na maior parte dos países europeus. Cf. Sidney Pollard, *La Génies de la Dirección*..., pp. 167-168. Alberto Vieira, «Canaviais, engenhos, açúcar...», pp. 246 e 265, a França e a Inglaterra destacaram-se ao nível das grandes indústrias pesadas, especializadas no fabrico e montagem de engenhos.

Os estatutos da CFAM ficaram definidos em escritura de 5 de Julho de 1866, ratificados em 21 de Março de 1867 e promulgados em alvará régio, de 10 de Abril de 1867. Neles se previu a possibilidade de aumento do capital social, dando preferência aos anteriores accionistas. O pagamento das acções processou-se em prestações, sendo a primeira inferior a 50% do valor e as restantes em 10%. A falta de qualquer prestação determinou a exclusão da sociedade e a perda dos valores investidos, podendo a direcção emitir novas acções. Estas podiam ser transmitidas após o pagamento da primeira prestação, mas careciam de averbamento nos livros respectivos.¹⁶⁰

Em consonância com a legislação em vigor, os estatutos definiram que a assembleia-geral correspondia à reunião de todos os accionistas e que as decisões eram tomadas em pluralidade de votos. Porém, não admitiram votos por procuração, com excepção do pai, do tutor, do marido ou do representante de uma corporação, sociedade ou companhia comercial. As normas eleitorais determinaram que 5 acções conferiam um voto, 10 acções dois votos e, acima deste valor, cada 10 acções correspondiam a um voto, até perfazer o máximo de oito votos por accionista.

A mesa da assembleia-geral era composta do presidente, dois secretários, e respectivos substitutos, eleitos por escrutínio secreto numa das sessões ordinárias. A reunião de 15 de Janeiro destinou-se a apresentar o relatório e eleger uma comissão fiscal de três accionistas e a de 25 do mesmo mês a discutir o respectivo parecer. A administração estava confiada a uma direcção, eleita por escrutínio secreto, com mandatos de 3 anos e possibilidade de reeleição. A direcção era composta de três membros efectivos e dois suplentes, cada qual detendo pelo menos 10 acções. Estes reuniam ordinariamente uma vez por semana e deliberavam à pluralidade dos votos. Porém, apenas tinham direito a uma gratificação correspondente a um décimo dos lucros líquidos, quando estes atingissem 7% do capital social.

O gerente, indicado pela direcção, tinha de ser aprovado em assembleia-geral. Um dos critérios de selecção era a posse de, pelo menos, 20 acções. Os mandatos tinham a duração de 3 anos, com possibilidade de prorrogação. O seu vencimento anual foi fixado em 600\$00. O gerente reunia semanalmente com a direcção e havia um director que verificava a nota diária do movimento da fábrica.

¹⁶⁰ O artigo 59º dos estatutos estabeleceu que os lucros líquidos resultavam da dedução de todas as despesas e de 7% para depreciação das máquinas e 3% para o fundo de reserva, até perfazer 15 contos.

Em caso de conflito, o gerente podia exigir a convocação da assembleia-geral. A direcção confirmava os empregados subalternos, indicados pelo gerente, e os respectivos salários, dando preferência a accionistas e seus familiares. Os directores estavam capacitados para substituírem temporariamente o gerente, em caso de impedimento, demissão ou morte.

A CFAM foi constituída por período indeterminado. No entanto, a sua dissolução podia ocorrer por deliberação de dois terços do capital social. Neste caso, a assembleia-geral e a direcção nomeavam um ou mais liquidatários, cessando o mandato dos directores. Posto isto, reuniam uma última vez para aprovarem as contas e darem quitação aos liquidatários.

Decorridos cinco anos após a constituição, estavam subscritas mais de três quartos das acções, por intermédio de 72 entidades. Mais de metade adquiriu uma a 5 acções, um quarto entre 6 a 10 acções, seis com 11 a 20 acções, cinco controlavam 21 a 50 acções, dois adquiriram 51 a 100 acções e apenas um detinha mais de uma centena de acções. Os cinco maiores accionistas subscreveram 35% do capital social. Porém, em Maio de 1871, três destes optaram por se retirar, em ruptura com a direcção.¹⁶¹

A escolha do local para a construção do edifício da Companhia não foi pacífica, quer a nível nacional quer local. A Imperatriz D. Amélia opôs-se ao propósito de edificar as instalações nas imediações da ribeira de S. João, alegando a proximidade ao hospício e a nefasta influência do fumo, mau cheiro e ruído sobre os pacientes, além do perigo de incêndio. No recurso interposto contra a concessão da licença, os queixosos Dr. António da Luz Pitta, Joana Raimunda de Freitas e Abreu e Maria Cleopetra Crayne alegaram a recusa dos pedidos de Santos & Coelho e de Manuel Joaquim Moniz para instalarem estabelecimentos idênticos na área do Funchal, nos anos de 1860, 1862 e 1863. Em defesa do projecto, os partidários da sociedade invocaram que os alvarás do Ministério do Reino, de 30 de Novembro de 1859, 25 de Setembro de 1860 e 23 e 28 de Julho de 1861 concederam licenças, respectivamente, a Robert Wallas, Joaquim Crispim da Silva, José Gonçalves Pitada e Bernardo

¹⁶¹ *Parecer do conselho fiscal sobre o relatório e balanço apresentados à Assembleia Geral pela Direcção em 22 de Junho de 1871*, Funchal, Typ. de A. C. C. Gorjão, 1871, p. 3.

Francisco Lobato Machado para fundarem fábricas de moer cana-de-açúcar, destilar aguardente e fabricar açúcar na cidade do Funchal, cumprindo as disposições relativas à altura da chaminé.¹⁶²

Depois de ultrapassarem os impasses iniciais, os directores da CFAM obtiveram licença para estabelecer uma fábrica de açúcar e destilação de aguardente na rua da Ribeira, freguesia de S. Pedro, a 1 de Abril de 1870. O terreno em questão foi adquirido a Cândido Leal e Lacerda. Os directores da Companhia compraram ainda duas pequenas casas, localizadas na Travessa das Malvas e Alecrim, em propriedade do morgado Nuno de Freitas Lomelino.

O alvará especificou algumas condições relacionadas com a construção, o funcionamento e a segurança da fábrica. Podemos salientar a edificação de uma chaminé com 26 metros de altura, um muro de 5 metros de alto em redor da fábrica, a localização das caldeiras de alta pressão e dos alambiques, a conveniente manutenção dos maquinismos, a ventilação do espaço, o abastecimento de água e a construção de um reservatório com uma bomba de combate a incêndios, a construção de espaços para evitar o congestionamento das ruas e a condução dos resíduos para o mar. Porém, nas laborações de 1873, 1874 e 1875 faltava construir o forno de cal e ácido carbónico e a estufa para secar o bagaço.¹⁶³

No balanço efectuado um ano após a fundação, a Direcção referiu a subscrição de 766 acções e a rescisão de 62, depois de paga a primeira prestação de 10\$00, representando 78.200\$00. Contudo, o capital realizado era de apenas 39.723\$95. Deste, debitaram 6.520\$00 na compra do terreno, 9.543\$95 na construção do edifício, 2.117\$73 em várias despesas e 20.205\$46 na compra e transporte dos maquinismos, restando em caixa pouco mais de 1 conto. O fundo disponível era superior a 58 contos

¹⁶² A reclamação baseou-se no artigo 7.º da lei de 21 de Outubro de 1863, mas o parágrafo único estipulou que esta não seria atendida se os interessados vivessem nas proximidades do estabelecimento industrial, depois de publicado o decreto de 27 de Agosto de 1855. Ricardo Teixeira Duarte, *Resposta no recurso interposto perante o Conselho de Estado por Sua Magestade a Imperatriz D. Amélia e outros do despacho pelo qual o respectivo governador civil concedeu licença para a fundação de uma fábrica de assucar e de destilação d'aguardente na cidade do Funchal*, Funchal, Typographia da «Gazeta da Madeira», 1868. Joaquim Ricardo da Trindade e Vasconcelos, *Resposta aos fundamentos do recurso interposto perante o Conselho de Estado por sua Magestade a Imperatriz D. Amélia e outros do despacho pelo qual o Governador Civil concedeu licença para a fundação de uma fábrica de assucar e de destilação d'aguardente na cidade do Funchal*, Funchal, Imprensa da “Revista Judicial”, 1867, pp. 6 e ss., a casa mais próxima ficava a 96 metros do edifício da Companhia. Alberto Artur Sarmiento, *História do Açúcar na Ilha da Madeira*, Funchal, 1945, pp. 93-94. João Augusto de Ornellas e a nova fábrica de assucar – cartas de Fabricio ao seu amigo Trancoso, Funchal, 1871, pp. 14-28, o autor do folheto ironizou a posição de João Augusto de Ornellas numa série de artigos publicados no jornal *O Direito* e no *Jornal do Commercio* relativos à exclusão de três sócios que não tinham satisfeito uma das prestações e contra a edificação da Companhia Fabril de Açúcar Madeirense. ARM, *Governo Civil*, L.º 219, fls. 59-59v.º, o pedido de licença de João da Silva Nunes para a fundação de um engenho na Travessa das Angústias também suscitou algumas considerações em relação à inconveniência de se localizar num «dos bairros mais importantes da cidade».

¹⁶³ ARM, *Notários*, L.º 900, 18 de Abril de 1872. *Governo Civil*, L.º 991, fl. 18v.º, o pedido datou de 30 de Março de 1870. *Idem*, L.º 261, fls. 169v.º-170. *Idem*, L.º 76, fls. 178-180. João da Câmara Leme, *Um privilégio industrial, cartas a diversos jornaes*, Funchal, Typographia Funchalense, 1883, pp. 46-47.

mas, depois de saldadas as dívidas, ficaram 45\$05 em caixa. Porém, a revisão dos custos com a instalação da fábrica elevou a cifra a mais de 150 contos. O redactor do jornal *A Voz do Povo* analisou os valores e concluiu que a Companhia não possuía o capital necessário para as despesas, estava sujeita a prazos e juros rígidos e tinha de enfrentar a oposição de alguns fabricantes instalados na Ilha. Por fim, rematou que «o relatório é um documento que solenemente compromete a companhia, e os accionistas».¹⁶⁴

A localização da fábrica originou alguns problemas com o destino a dar aos resíduos durante a época de laboração. A proximidade aos cursos de água constituía uma mais-valia, mas a legislação em vigor e a licença de laboração proibiam a contaminação das linhas de água. A direcção da Companhia foi multada em 10\$00 por não resolver um derrame nas proximidades da ponte de S. Lázaro, motivando várias queixas dos residentes na zona. O problema agravou-se e a companhia foi intimada pela Administração do Concelho a remover os resíduos, sob pena de aplicação do disposto no artigo 35.º do Decreto de 21 de Outubro de 1863. A mesma direcção pagou outra multa no mesmo valor devido à fábrica estar equipada com uma caldeira não autorizada em alvará.¹⁶⁵

A existência da CFAM foi bastante curta e turbulenta, pautando-se por graves dificuldades financeiras para a construção do edifício, aquisição e manutenção dos maquinismos. As contrariedades estenderam-se à ausência de escrituração anterior a 20 de Abril de 1870 e de documentação relativa a algumas despesas, como sejam 810\$07 atribuídos a gastos com a obtenção de licenças. A escrituração foi organizada pelo guarda-livros João Agostinho Moniz, de acordo com a lei das sociedades anónimas, consistindo em livros de despesas correntes, despesas gerais, caixa, registo do movimento das acções, contas correntes particulares dos accionistas, balanços, diário ou jornal, mestre e copiador de correspondência. Apesar de efémera, João da Câmara Leme observou que a fundação da fábrica contribuiu para expandir a cultura da cana sacarina e elevar o seu valor, mesmo enfrentando outras adversidades, como o lançamento de novos direitos sobre o açúcar e a baixa internacional do preço. Na

¹⁶⁴ ARM, *A Voz do Povo*, n.º 479, 6 de Julho de 1871, pp.2-3. *Idem*, n.º 529, 9 de Maio de 1872, p. 1. João da Câmara Leme, *Os vinhos da Madeira e o seu descredito pelas estufas. Novo methodo de afinamento de vinhos e bases d'uma associação*, Funchal, Typ. "Esperança", 1889, p. 84.

¹⁶⁵ ARM, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 321, fls. 253v.º e 273. *Idem*, L.º 339, fl. 66v.º.

verdade, após a sua falência, os preços da cana baixaram para valores situados entre os 30 e os 45 centavos. Já nesta altura se receou a formação de monopólio, antes ou depois da CFAM.¹⁶⁶

A verba máxima orçamentada de 65 contos destinada à aquisição, transporte e montagem dos aparelhos não foi suficiente, obrigando a direcção a contrair empréstimos aos capitalistas insulares. Depois de negociarem uma garantia de 75.000 francos com Carlos R. Blandy, correspondente aos aparelhos de destilação, os directores João da Câmara Leme, Joaquim Ricardo da Trindade e Vasconcelos e Vicente Gomes da Silva garantiram os restantes 125.000 francos a Roberto Leal, e, após o óbito deste, com a firma Leal Irmãos & C^a e Tarquínio T. da Câmara Lomelino, correspondente ao valor dos aparelhos de fabrico de açúcar. Como garantia do pagamento da dívida em 3 prestações, nos anos de 1872-73, Roberto Leal recebeu juros de 0,5% ao mês sobre o valor das letras e, em caso de insatisfação dos débitos, ficaram consignados os lucros da laboração e hipotecados os edifícios e maquinismos do fabrico de açúcar, orçados em 40 contos. O mesmo negociante disponibilizou o capital necessário à compra da matéria-prima. Contudo, no discurso de inauguração da fábrica, o presidente da assembleia-geral agradeceu o financiamento da laboração à firma Abecassis & Irmãos.¹⁶⁷

Os directores efectuaram uma escritura de reconhecimento de dívida, obrigação e moratória a Tarquínio T. C. Lomelino, Alfredo de Freitas Leal, João Baptista de Freitas Leal e Adolfo de Freitas Leal, em relação a 49.538\$76. O valor em dívida venceu juro de 6% ao ano, sendo saldado em prestações anuais, no decurso dos anos de 1875 a 1882. A Companhia ficou obrigada a conservar os edifícios e maquinismos e a contratar um seguro de incêndio de 60 contos. A falta aos compromissos assumidos na escritura dava azo à execução da hipoteca sobre o edifício, máquinas e aparelhos em geral.

As dívidas mais pequenas foram saldadas em aguardente, mas a direcção viu-se obrigada a nova hipoteca do estabelecimento industrial, nos contratos celebrados em 3 de Abril de 1872 e 12 de Janeiro de

¹⁶⁶ João da Câmara Leme, *Uma crise agrícola, um caminho aéreo e uma sociedade anónima*, Funchal, 1876, pp. 74-76. António Correia Herédia, *Observações sobre a situação económica da Ilha da madeira e sobre a reforma das alfândegas*, Lisboa, Typographia Mattos Moreira, 1888, pp. 7-8. *Parecer do conselho fiscal...*, pp. 4-5. Alberto Artur Sarmiento, *História do Açúcar...*, p. 86. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, p. 157, a aprovação governamental dos estatutos das sociedades, constante no decreto de 12 de Abril de 1858, suscitou receios de formação de monopólio. Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes, *Elucidário Madeirense...*, entrada «Proteccionismo sacarino».

¹⁶⁷ ARM, *Notários*, L.º 893, fls. 74-75, escritura de caução e fiança condicional. *Idem*, L.º 897, fls. 11v.º-12v.º, a assembleia-geral da Companhia, com representação de 483 acções, aprovou a deliberação dos directores no que respeita à hipoteca do edifício e demais pertences. Discurso pronunciado pelo Cónego..., p. 5. João Adriano Ribeiro, *A Cana-de-Açúcar na Madeira: Séculos XVIII-XX*, Câmara Municipal da Calheta, 1992, p. 28, a contrapartida para o financiamento da laboração foi a comercialização do açúcar.

1874. A verba de cerca de 17 contos, reservada para aquisição de cana e outras despesas de laboração, acabou por ser aplicada na edificação da fábrica. As dificuldades de caixa foram extensivas ao pagamento dos operários, dando origem a boatos de falência e alarme em diversos credores. Segundo o balanço da Companhia, em 30 de Novembro de 1872, as letras em dívida a Roberto Leal, Lecointe Frères & Villette, Pereira & Henriques, Joaquim Ricardo Jardim, António Tiago da Silva e outros credores ascendiam a 78.682\$28. Os directores tiveram de celebrar contrato com a firma João José de Rodrigues Leitão & Filhos para a aquisição de novos aparelhos e utensílios destinados a diversas reparações, conserto das cubas de fermentação e do tecto da fábrica e construção de duas cubas junto às centrífugas, nos anos de 1874-75, perfazendo 7.671\$60. A este valor somou-se 4.825\$94 relativos ao pagamento de ordenados, parte do débito e juros a Tarquínio T. da C. Lomelino, ferragens para a fábrica, pagamentos por ordem da direcção e compra de cana a João José de Rodrigues Leitão.¹⁶⁸

Os primeiros ensaios dos aparelhos perspectivavam bons resultados na laboração da cana fornecida pelos accionistas e de melaço estrangeiro, havendo ainda algum interesse no fabrico de aguardente de cereais, especialmente de milho, e a distribuição gratuita de sementes de beterraba aos agricultores. Apesar da vinda de alguns técnicos franceses para supervisionarem a montagem dos maquinismos, a falta de formação dos empregados e as diferentes capacidades de laboração não permitiram rentabilizar o investimento. A Companhia iniciou a compra de cana no final de Março de 1872, prometendo 5 centavos acima do preço corrente. Os valores tinham em consideração a graduação da cana, começando em 55 centavos para 9º-10º Baumé, 60 centavos para 10º-11º Baumé e 65 centavos acima de 11º Baumé. Porém, os técnicos indicados pelo fabricante, designadamente o destilador e o empregado responsável pelos filtros, foram despedidos devido ao diminuto rendimento industrial de 6,4%. O ensaio no fabrico de álcool com 437,2 toneladas de cana, no valor de 6.664\$72, acrescido de 499\$50 de carretos, fretes e despesas de fabricação, resultou num saldo negativo de 2.142\$86. O ensaio

¹⁶⁸ ARM, *A Voz do Povo*, n.os 503 e 507, 9 e 23 de Novembro de 1871, trinta accionistas da Companhia agradeceram pessoalmente a garantia de pagamento das letras devidas pela compra dos maquinismos. *Idem*, n.º 666, 18 de Fevereiro de 1875, pp. 1-2, o jornal referiu que a Companhia dependeu em 1871 e 1872 do financiamento de um madeirense, em 1873 dos herdeiros deste e no ano seguinte de Rodrigues Leitão. *Idem*, *Notários*, L.º 914, fls. 36v.º-37v.º, reconhecimento de crédito privilegiado e obrigação de dívida. *Parecer do conselho fiscal...*, pp. 3-4. João Augusto de Omelas, *A Companhia Fabril de Assucar Madeirense. Os seus credores e o Sr. Dr. João da Câmara Leme*, Funchal, Typographia do Direito, 1879, pp. 8-10. João da Câmara Leme, *A Companhia fabril de assucar madeirense Roberto Leal e o Dr. Tarquínio T. da C. Lomelino*, Funchal, Typographia Popular, 1879, p. 12. *Relatório da Direcção apresentado em 25 de Dezembro de 1872*, Funchal, Typ. dA Voz do Povo, 1872.

de 108,7 toneladas no fabrico de açúcar, no valor de 2.174\$63, acrescido de 33\$00 de carretos, produziu 6.950,2 quilos e um saldo negativo de 493\$71.¹⁶⁹

Apenas o maquinista, de nome Foulon, mereceu a confiança dos administradores, ficando encarregue de dirigir a laboração. Com a colaboração de João da Câmara Leme, efectuou um novo ensaio no fabrico de açúcar, mediante a compra de 53,6 toneladas de cana, no valor de 1.038\$89, obtendo 5.725 quilos de açúcar e um saldo positivo de 372\$89. Porém, advertiram que durante a laboração o lucro deveria decrescer para 252\$89. O rendimento da fábrica foi substancialmente superior, visto que obtiveram 10,6% de açúcar. Estes resultados animadores levaram à aquisição de toda a cana disponível, mas grande parte não se encontrava nas melhores condições. Assim, a laboração de 465,1 toneladas resultou no fabrico de 38 toneladas de açúcar, ou seja, no rendimento industrial de 8,2% de açúcar.

O ensaio na laboração de 4.370\$00 de melaço, para o fabrico de açúcar e aguardente, originou um saldo negativo de 199\$67. No entanto, calcularam que a laboração contínua daquela matéria-prima, durante 3 meses, resultaria em saldo positivo. Efectuaram ainda outro ensaio no fabrico de aguardente de milho, do qual resultou um saldo negativo de 213\$67. A justificação apresentada referiu a inadequação do alambique a este tipo de matéria-prima. No cômputo geral, a laboração de 1872 resultou num saldo negativo de quase 5 contos.¹⁷⁰

O conde de Canavial experimentou a sua patente de invenção relativa a uma segunda moagem da cana para extrair o máximo de garapa. Nos anos industriais de 1872 e 1873, a laboração de 57,8 toneladas de cana produziu 370 hectolitros de líquido a 10º Cartier. O novo método patenteado produziu cerca de um quinto, ou seja, 73 hectolitros após 9 horas de laboração, com custos aproximados de 6\$00 a 7\$00 em carvão. Em síntese, o inventor concluiu que aquele processo compensou porque o líquido tinha um valor

169 ARM, *A Voz do Povo*, n.º 464, 23 de Março de 1871, p. 4. *Idem*, n.º 523, 28 de Março de 1872. *Idem*, n.º 525, 11 de Abril de 1872. *Idem*, n.º 652, 5 de Novembro de 1874. João da Câmara Leme, *A Companhia fabril...*, pp. 11 e segs. S. J. M., *A Companhia fabril de assucar madeirense, os seus credores o "Athleta" e o Sr. Dr. João da Câmara Leme*, Funchal, Typ. dA *Voz do Povo*, 1879, pp. 5-19. *Relatório da Gerência*, 1872, pp. 1-3. Benedita Câmara, «A concentração industrial...», pp. 419-420.

170 *Relatório da Gerência*, 1872, p. 3, balanço do activo e passivo da sociedade, em 30 de Novembro de 1872.

comercial de 200\$00 e as despesas não chegavam a 12\$00. A assembleia-geral da Companhia aprovou a utilização daquele método a partir de 1875, sendo empregue até ao encerramento da fábrica.¹⁷¹

O *Inquérito* de 1888 revelou que esta fábrica transformou anualmente cerca de 3.000 toneladas de cana, produzindo pouco mais de 260 toneladas de açúcar antes da crise que afectou a cultura. Em comparação com a actividade industrial desenvolvida por outras fábricas congéneres, verificamos que os valores apresentados correspondiam a um quinto da produção total da Ilha, enquanto a fábrica do Torreão representava um peso considerável, equivalente a metade do fabrico de açúcar.¹⁷²

As despesas com os vencimentos, os débitos, a descida internacional do preço do açúcar e a ruptura da direcção com os accionistas Manuel de Jesus Antas Almeida, Manuel José Vieira e Meireles Sobrinhos & C^a, responsáveis por 150 acções da primeira emissão e 20 acções da segunda emissão, dificultaram sobremaneira os primeiros anos de funcionamento. A falta de capital em caixa obrigou a converter parte dos débitos em acções, traduzindo-se na incorporação de quase 25.500\$00. Restavam saldar as dívidas da firma Lecointe & Villette e de Tarquínio T. C. Lomelino. Por outro lado, a impossibilidade de conseguir crédito para adquirir canas forçou os administradores a alugarem a fábrica à firma Leal & Irmãos, em 1877, e a João José Rodrigues Leitão & Filhos e a Viúva Abudarham & Filhos, no ano seguinte, as quais se prontificaram a comprar a cana por 45 a 50 centavos.¹⁷³

Após uma laboração considerada promissora, a firma João José Rodrigues Leitão & Filhos não apresentou a contabilidade diária nem cumpriu a obrigação de saldar uma prestação porque abriu falência, em 15 de Julho de 1878. Entretanto, era imperioso importar de França o material necessário à reparação dos maquinismos e preparar a fábrica para a laboração do ano seguinte. Ainda solicitaram a intervenção do Banco de Portugal, mas, no final do ano, o Governador Civil afirmou que no Funchal não havia banqueiros nem estabelecimentos de crédito capazes de prestarem o auxílio necessário a «*salvar-se do desastre que a ameaça*».

171 João da Câmara Leme, *Um privilégio industrial...*, pp. 20-21, 42 e 51-52, o inventor referiu que não pretendia qualquer retribuição, mas apenas um terço do produto obtido com a sua invenção.

172 *Inquérito sobre a situação económica...*, p. 14.

173 ARM, *Notários*, L.º 918, fls. 83-83v.º, os arrendatários reservaram 10% dos lucros líquidos. *Idem*, *Governo Civil*, L.º 632, fls. 72v.º-73v.º. S. J. M., *A Companhia fabril...*, p. 4. João Augusto de Ornelas, *A Companhia Fabril...*, pp. 14 e 28. Rui Santos, «A Família Abudarham no Funchal» *In Islenha*, n.º 12, 1993, p. 133.

A existência da CFAM terminou em 1879, com o encerramento da Fábrica de S. João, na sequência de um processo judicial por incumprimento de uma prestação de 1.200\$00 sobre um crédito de 4.144\$50, movido por Tarquínio T. C. Lomelino. Na ocasião do encerramento da fábrica, José Marciliano da Silveira afirmou que a fábrica «*foi cimentada com o veneno da maldade; era seu fim dar cabo de todas as que existiam*». Esta opinião foi de certa forma corroborada por alguns incidentes, tais como a garapa deixada a correr para a ribeira e as tentativas de sabotagem dos maquinismos com a introdução de «*ferros e pedaços de cantaria rija*». O mesmo autor acrescentou que aquela «*guerra desleal e vergonhosa*» também assentou em motivos de «*política local*».¹⁷⁴

O fabrico de açúcar não se tornou viável devido aos elevados custos de produção. Os impostos municipais sobre as importações possibilitaram a produção para abastecimento do mercado insular. Porém, a morosidade na reunião de capitais para a fundação da CFAM, as dificuldades no cumprimento dos encargos financeiros e a escolha dos «*aparelhos de Savalle*», pouco utilizados e insuficientemente testados, contribuíram para o insucesso da mesma. Do mesmo modo, a imposição de uma taxa sobre o açúcar madeirense, no período de 1870-76, contribuiu para dificultar as exportações.

O estabelecimento foi pela primeira vez a hasta pública por 82 contos, em Abril de 1882, mas ninguém o licitou. No ano seguinte, o prédio foi arrematado por Augusto César Bianchi e Manuel Teles da Gama. O estabelecimento passou a denominar-se *Fábrica Nacional*, havendo pelo menos uma tentativa de o reactivar através da Companhia Nacional de Fabricação de Açúcar. A firma William Hinton & Sons procurou reforçar a sua posição no mercado insular através do arrendamento do prédio em contratos anuais, renováveis até ao máximo de 6 anos, com início em 1888. A renda de 450\$00 foi paga a Augusto César Bianchi, em 3 prestações. No entanto, havia uma cláusula de excepção que determinava o fim do contrato se ocorressem danos imprevisíveis na chaminé ou nos edifícios. Alguns

174 ARM, *A Voz do Povo*, n.º 599, 2 de Outubro de 1873, p.2. *Idem*, n.º 863, 1 de Março de 1879. *Idem*, n.º 866, 21 de Março de 1879. *Idem*, n.º 867, 29 de Março de 1879, o jornal acusou o Conde de Canavial de publicar falsas notícias com o propósito de responsabilizar Tarquínio T. C. Lomelino pela inactividade da fábrica de S. João e consequente descida do preço da matéria-prima. Citado em Alberto Vieira, *O Açúcar, Região Autónoma da Madeira*, Edicarte, 1998, p. 33. V. Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes, *Elucidário Madeirense...*, entradas «Engenhos» e «Companhia Fabril de Açúcar Madeirense».

anos mais tarde, a firma Leacock & C^a adquiriu o prédio e montou uma fábrica de destilação de aguardente, cujo maquinismo, orçado em 300 contos, desenvolvia 120 cv.¹⁷⁵

4.1.2.2- A fábrica de S. Filipe

A firma Henrique Figueira da Silva adoptou o nome do seu fundador, dedicando-se a diversas actividades comerciais e industriais na praça do Funchal, tais como a banca, agência de navegação, importação e exportação, além de uma sucursal em Lisboa, na Rua do Crucifixo. Com o fim do regime sacarino, o industrial manifestou interesse em investir no ramo do fabrico de açúcar e álcool, enfrentando a concorrência das unidades industriais coligadas há muitos anos.¹⁷⁶

O pedido de licença para a montagem de uma fábrica de açúcar e álcool deu entrada na Alfândega, em Março de 1920. A licença para a fundação de uma fábrica de açúcar e álcool, no Largo do Pelourinho, datou de 30 de Março de 1921. As condições impostas referiam que a altura da chaminé devia ser um metro superior a qualquer edifício localizado num raio de 40 metros, a instalação de «*fumiveros*» nas caldeiras, a vedação com malha de ferro miúdo do vão das janelas e das aberturas existentes para as margens das ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes, a ventilação do espaço, a condução dos resíduos em cano fechado para o mar, a construção do posto de fiscalização e a colocação de dois cadeados nos tanques ou depósitos destinados à venda de álcool (*Vide a fotografia na capa*).¹⁷⁷

A fábrica foi instalada no local onde anteriormente existiu o forte de S. Filipe da Praça, entre as Ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes. A propriedade foi arrematada em hasta pública pela firma António Giorgi & C^a, no início do século XX. Nesse local edificaram um vasto armazém, que também serviu de fábrica de moagem de cereais, com porta para o Largo do Pelourinho. O prédio foi adquirido

¹⁷⁵ João da Câmara Leme, *Um privilégio industrial, cartas a diversos jornaes*, Funchal, Typographia Funchalense, 1883, pp. 3 e 74. *Idem*, *A Companhia fabril...*, pp. 26-33. ARM, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 658, fl. 170v.º. *Idem*, L.º 659, fl. 154v.º. *Idem*, *Jornal do Comércio do Funchal*, n.º 2, 16 de Julho de 1878, a suspensão dos pagamentos foi atribuída às frequentes quebras no Funchal, aos prejuízos sofridos numa casa de Liverpool e ao estado financeiro da praça do Funchal. *Idem*, *Diário do Comércio*, n.º 3494, 25 de Maio de 1909. *Idem*, n.º 3659, 11 de Dezembro de 1909. *Idem*, n.º 3679, 8 de Janeiro de 1910. *Idem*, n.º 3761, 22 de Abril de 1910. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, pp. 157-158, e nota de fim de página. João Adriano Ribeiro, «A cana-de-açúcar na Madeira...», o autor referiu que a firma W. Hinton & Sons adquiriu a maquinaria das fábricas de açúcar encerradas, a fim de evitar a sua reactivação.

¹⁷⁶ José Mattoso, *História de Portugal*, vol. VII..., pp. 101-103, a banca portuguesa, dominada por poderosos grupos familiares, preferiu investir em actividades comerciais, tais como o comércio colonial, o «import/export» e as agências e companhias de navegação.

¹⁷⁷ ARM, *Governo Civil*, L.º 83, fls. 40v.º-41v.º.

pela casa bancária de Henrique Figueira da Silva, em 1919, tendo sido ampliado com um armazém para albergar os mecanismos necessários a uma fábrica de açúcar e álcool, denominada de S. Filipe. Foram ainda solicitadas licenças para diversas obras de ampliação dos armazéns e cobertura do recinto com folhas metálicas. O empenho do banqueiro na concretização deste investimento levou à operacionalidade da fábrica em menos de 5 meses, juntando-se a outra fábrica de açúcar e aguardente que possuía no Arco da Calheta, adquirida a Diogo de Ornelas Frazão. Contudo, o início da laboração provocou alguns transtornos ao estacionamento de automóveis no Largo do Pelourinho, os quais foram prontamente resolvidos pela Câmara.¹⁷⁸

Na fase inicial da laboração, Henrique Figueira da Silva reclamou ao Ministro da Agricultura acerca do rateio do fabrico de álcool, havendo outra reclamação da firma W. Hinton & Sons sobre a ausência de rateio no fabrico de açúcar. Em Julho de 1921, a Alfândega do Funchal enviou uma amostra de álcool para análise em Lisboa. Contudo, levantou-se um problema em relação aos resultados. O álcool apresentou a graduação de 40,5° Cartier mas, com a temperatura corrigida a 15° centígrados, a graduação desceu a 38,5° Cartier.¹⁷⁹

O estabelecimento industrial de S. Filipe destinou-se ao fabrico de açúcar e de álcool, estando equipado com tecnologia moderna. No entanto, em comparação com a fábrica do Torreão, os aparelhos eram mais antigos e não havia laboratório de controlo químico. A maquinaria compunha-se de 4 motores a vapor, desenvolvendo 451 cv, 3 moinhos, duas caldeiras de vácuo e duas caldeiras a vapor *Babcox*.

A fábrica podia laborar 400 toneladas de cana em 24 horas. As operações industriais empregavam 10 operários na moagem da cana, 90 no fabrico de cerca de 750 toneladas de açúcar de três qualidades e 5 na destilação de 2.000 hectolitros de álcool, auferindo salários médios de 10\$00-13\$00. As

¹⁷⁸ *Idem*, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 671, fls. 124 e 189v.º, o pedido de licença para obras entrou na Câmara em Setembro de 1919. *Idem*, L.º 674, fls. 108v.º, 208v.º e 211. *Idem*, L.º 680, fl. 177v.º. *Idem*, L.º 682, fl. 110v.º. *Idem*, *O Comércio da Madeira*, n.º 2, 19 de Fevereiro de 1920, a montagem da fábrica ficou a cargo da firma Madeira Suply. *Idem*, n.º 51, 20 de Abril de 1920. Alberto Artur Sarmiento, *História do Açúcar...*, pp. 95-96. Abel Marques Caldeira, *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX: pequeno elucidário da vida, pessoas e costumes citadinos da época*, Funchal, 1964, pp. 52-53.

¹⁷⁹ ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 793, fls. 162, 339, 341, 472 e 473.

operações industriais eram dirigidas por Manuel de Quevedo, natural de Las Palmas, mas com experiência em Cuba, S. Domingo, Porto Rico e Grã-Bretanha.¹⁸⁰

A opção pela adaptação dos armazéns de moagem de cereais deu origem a alguns contratempos. O tecto do armazém ruiu a 29 de Maio de 1929, algum tempo depois de terminada a laboração. Este acidente provocou a imediata suspensão da actividade nesse ano sacarino. Porém, depois da limpeza do entulho, constataram que os moinhos continuavam operacionais. Por esse facto, o industrial reconsiderou e comunicou que retomaria a laboração no dia 8 de Junho.¹⁸¹

A falência da casa bancária de Henrique Figueira da Silva, responsável por mais de metade do capital em circulação no comércio insular, arrastou para o mesmo fim as casas bancárias de Sardinha & C^a e de Reid, Castro & C^a, além de diversas pequenas firmas, impossibilitadas de recorrerem a outras instituições de crédito. Este desfecho ocorreu posteriormente ao *crash* bolsista de Nova Iorque, mas resultou essencialmente do apertado controlo financeiro exercido pelo Ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar, e da campanha iniciada pelo semanário *A Lanterna*, em Março de 1929, com acusações de falta de liquidez e de administração fraudulenta. No dia 20 Novembro de 1929, as casas bancárias de Henrique Figueira da Silva e de Sardinha & C^a foram compelidas a fecharem as portas, em resultado da incapacidade em satisfazerem os créditos dos depositantes.¹⁸²

Os planos de modernização dos maquinismos da fábrica de S. Filipe, designadamente a instalação de modernos infusores, acabaram por não se concretizarem. O espólio foi arrematado em hasta pública pela firma W. Hinton & Sons, por cerca de um terço do seu real valor. Deste modo, evitaram que as instalações e os maquinismos pudessem ser utilizados para a fundação de outra sociedade concorrente no fabrico de açúcar e de álcool. O monopólio efectivo da Fábrica do Torreão foi restaurado em menos de

180 Peres Trancoso, *O Trabalho Português, I...*, p. 17. José Cunha da Silveira, *Mémoire sur la culture...*, pp. 23-25. ARM, *O Comércio da Madeira*, n.º 51, 20 de Abril de 1920, os números apresentados divergiam: três caldeiras a vapor com 450 cavalos, engenhos com 7 cilindros, 3 evaporadores a vácuo e capacidade para laborar 400 toneladas em 24 horas.

181 ARM, *Diário da Madeira*, n.º 5345, 30 de Maio de 1929. *Idem*, n.º 5347, 2 de Junho de 1929.

182 Luís de Sousa Melo e Rui Carita, *Associação Comercial...*, pp. 78, 96, 108 e 133-135, os autores referiram que a falência desta casa bancária provocou uma quebra de 70% a 75% nas transacções comerciais na Madeira. Nuno Valério, *A moeda em Portugal 1913-1947*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983, pp. 39-42, as casas bancárias Reid, Castro & C^a e Sardinha & C^a voltaram ao activo em 1930, enquanto que Henrique Figueira da Silva reiniciou a actividade em 1932.

uma década. O edifício foi transformado em depósito de trigo e outros cereais, ao serviço da Companhia Insular de Moinhos.¹⁸³

183 Cesário Nunes, *Cadernos Madeirenses n.º 1 Política Sacarina*, Funchal, «edição do autor», 1940, pp. 37-39. Luís de Sousa Melo e Rui Carita, *Associação Comercial...*, pp. 96, 108 e 133-136. Abel Marques Caldeira, *O Funchal no Primeiro...*, p. 76.

Capítulo V – O factor empresarial

5.1- Exposição geral

No universo de 549 casos que reunimos nesta investigação, referentes a 267 sociedades, encontramos 825 diferentes accionistas, de ambos os sexos. No entanto, se tomarmos em consideração que o mesmo accionista podia participar em diferentes casos, então o número elevou-se a 2085. Estes valores permitiram calcular a média ligeiramente inferior a 4 accionistas por caso e aproximadamente 8 por sociedade. Portanto, podemos concluir que o universo de investidores que apostavam nos sectores agro-industriais do vinho e da cana sacarina não era muito extenso. Porém, esta ilação é ambígua, pois encontramos algumas sociedades representadas por intermédio de gerentes, de procuradores ou de representantes de outras firmas. Por outro lado, as sociedades diversificavam os seus objectos sociais ao longo do tempo. Deste modo, corremos o risco de duplicar as informações quando tivermos em consideração o grupo de investidores relacionados com o sector vinícola ou o sacarino. Convém ainda realçar que os valores apresentados respeitam apenas às sociedades que mencionaram expressamente o açúcar, o álcool, a aguardente e o vinho como áreas de interesse social.¹⁸⁴

A presença de elementos do sexo feminino nos registos comerciais equivaleu a uma cifra na ordem dos 3%. Das 25 mulheres, 8 constavam como viúvas, 8 casadas e 9 solteiras. Esta situação deveu-se em parte à legislação em vigor, mais precisamente o Código Comercial de 1888, que exigiu autorização do marido ou o suprimento judicial para as mulheres poderem exercer actividades ligadas ao comércio ou integrar as próprias sociedades. Caso contrário, estas não se podiam inscrever no Tribunal de Comércio e, deste modo, ficavam impedidas de iniciarem os objectos constantes no pacto social.

A mulher desempenhou um papel pouco expressivo na direcção dos negócios. Na maior parte das vezes as sociedades limitaram-se a acrescentar o termo «Viúva» à firma, após o óbito do marido. Foram os casos de Viúva Abudarham & Filhos, de Viúva de Manuel Gomes de Oliveira & Filho, de Viúva de Romano Gomes & Filho e de Viúva de Vicente Cândido Machado & C^a. Como referimos noutro ponto, verificamos um aumento grande no número de casos referentes às décadas de 1910-20, mas

¹⁸⁴ Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (orgs.), *História Económica...*, vol. II, pp. 387, «Em Portugal só um louco investia em fábricas. A não ser que o governo lhe desse protecção».

isso não se reflectiu nestas sociedades. Naquelas décadas, pareceu evidente a opção pelo termo “*Sucessores*”, como se constatou em cerca de 2,5% das sociedades. Esta situação podia resultar da disposição legal sobre o trespasse das firmas em conjunto com o estabelecimento comercial, aditando aquela expressão.¹⁸⁵

Apesar do que ficou dito, encontramos 4 sociedades formadas unicamente pelo casal. Nestas, a mulher era usualmente a sócia capitalista e o marido o sócio de indústria e gerente. Esta situação aconteceu com as firmas A. P. Santos & C^a e Pestana Santos & C^a, apesar desta última se ter dissolvido ao fim de 5 meses. Na firma Rodrigues & Azevedos Lda., os sócios eram casados em regime de separação de bens. A sociedade foi objecto de liquidação e partilha, em 1927, apurando-se que o esposo devia 125 contos à consorte. Por último, na firma Veiga, França & C^a, o marido controlava 80% do capital social e o remanescente pertencia à esposa.

Nos próximos pontos procuramos agrupar os investidores de acordo com as categorias socioprofissionais constantes nos registos notariais. Essas referências nem sempre coincidiam e, por vezes, os nomes também eram registados de forma diferente, sobretudo quando se tratavam de cidadãos estrangeiros. A tradição de atribuir os nomes dos progenitores aos descendentes também contribuiu para dificultar a organização de séries. Por último, face à existência de 36 diferentes referências socioprofissionais, sentimos necessidade de as categorizar de forma mais simples.

A estratificação social não pode ser considerada de forma estática, pois variou no tempo e no espaço. A divisão social do trabalho e a inerente desigualdade na valorização social de cada função estão na origem dos factores de diferenciação social. Existem diversos critérios a considerar na diferenciação social, tais como a ocupação, os níveis de fortuna e de rendimento, os padrões de educação e de cultura, a posição no seio da estrutura do poder, o lugar ocupado no processo produtivo, a competência ou o prestígio. A categoria sócio-profissional era a mais acessível nas fontes consultadas. Porém, colocavam-se diversos problemas em relação ao momento do percurso social individual a considerar para categorizar

¹⁸⁵ Pedro Maia, «Tipos de Sociedades...», pp. 15-19.

os indivíduos. Assim, as categorias que definimos não devem ser consideradas como estratos sociais nem, muito menos, classes reais.¹⁸⁶

Os diferentes estatutos socioprofissionais foram agrupados em oito categorias (*Vide* Quadro n.º11). As denominações adoptadas foram profissões liberais, capitalistas, funcionalismo público, comerciantes, proprietários, assalariados, diversos e os que não conseguimos determinar. Na categoria de profissões liberais incluímos as actividades ligadas à medicina, à engenharia, ao direito, à formação superior e à gestão. Na categoria de capitalistas englobamos os banqueiros, os industriais e os que viviam de rendimentos. Na categoria de funcionalismo público reunimos os funcionários de finanças, dos correios, da alfândega, do ensino e os oficiais do exército. Os comerciantes e os negociantes formavam outra categoria. Os proprietários e os lavradores integravam a quinta categoria. Na categoria de assalariados incluímos as profissões indiferenciadas, os artesãos e os operários. Na penúltima categoria reunimos diversas situações, mais precisamente os membros do clero, os desportistas e os estudantes. Os casos que não conseguimos determinar formaram a última categoria. Um dos nossos propósitos foi aproximar esta organização da actual divisão da população activa por sectores de actividade.

Quadro 11 - Distribuição sócio-profissional dos investidores

	Açúcar		Aguardente		Vinho		Total (*)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Profissões liberais	6	10,9	22	7,1	15	6,2	40	4,8
Assalariados	-	-	9	2,9	11	4,5	43	5,2
Capitalistas	2	3,6	7	2,3	8	3,3	13	1,6
Funcionalismo	4	7,3	20	6,5	12	4,9	32	3,9
Comércio	19	34,5	85	27,5	142	58,4	312	37,8
Proprietário	24	43,6	164	53,1	54	22,2	281	34,1
Outros	-	-	2	0,6	1	0,4	4	0,5
Não refere	-	-	-	-	-	-	100	12,1
	55	100	309	100	243	100	825	100

Nota: (*) O total referiu-se ao conjunto dos casos inventariados. Alguns investidores tinham interesses económicos no açúcar, na aguardente e no vinho.

A nossa abordagem permitiu identificar as 2 categorias claramente mais representativas, que no conjunto ultrapassavam 70% dos casos. Falamos de 312 sócios que exerciam actividades ligadas ao comércio e 281 identificados como proprietários ou lavradores. Estes números atestavam a dimensão do

186 J. M. Carvalho Ferreira, João Peixoto, Anabela Soriano Carvalho, Rita Raposo, João Carlos Graça e Rafael Marques, *Sociologia*, McGraw-Hill, 1995, pp. 343 e ss.. Rui de Ascensão Ferreira Cascão, *Figueira da Foz e Buarcos*..., pp. 327 e ss.

espaço económico insular. As culturas da vinha e da cana-de-açúcar assumiram particular destaque em termos de ocupação do solo arável e dos rendimentos agrícolas. Porém, as técnicas de cultivo, a estrutura da propriedade e os factores geofísicos cerceavam as possibilidades de expansão. Nestas circunstâncias, os capitais imobilizados podiam ser reunidos por um grupo relativamente restrito de associados. Os comerciantes e negociantes eram os agentes económicos mais dinâmicos, diversificando o leque de investimentos a todos os sectores que perspectivavam bons retornos, designadamente a preparação e exportação do vinho da Madeira ou a transformação da cana sacarina. Os proprietários e lavradores tinham interesses intrínsecos à agricultura, pelo que se compreende facilmente a vontade de incrementarem os seus proventos através dos investimentos na transformação da matéria-prima.¹⁸⁷

Em termos de representatividade, seguiam-se 43 assalariados, 40 ligados às profissões liberais e 32 na área do funcionalismo público, mas em qualquer dos casos não iam além de 4 a 5%. No primeiro caso, a grande maioria correspondia a trabalhadores indiferenciados, relacionados com 3 sociedades, enquanto os empregados de comércio se distribuíam por um número bastante diversificado de sociedades. No que concerne às profissões liberais, a mais frequente era a medicina, representando dois quintos. A segunda mais importante era a advocacia, com um quarto dos casos. A terceira era formada pelos gerentes comerciais, que surgiam com um oitavo dos casos. Quanto ao funcionalismo público, havia uma grande diversidade de situações. Porém, mais de metade seguiu a carreira militar.

As categorias socioprofissionais de menor representatividade eram formadas por capitalistas e diversas situações. No primeiro caso eram 13, mas o peso no conjunto não ia além de 1,6%, e no segundo 4, ficando aquém de 0,5%. Os capitalistas, os industriais e os que viviam de rendimentos constituíam cerca de dois quintos cada, enquanto os banqueiros se ficavam por cerca de um quinto. Metade dos restantes casos diziam respeito a sacerdotes, havia ainda um *sportsman* e outro que se encontrava a cursar na Universidade de Coimbra.

¹⁸⁷ José Amado Mendes e Alda Mourão Filipe (coord.), *Estudos do Século*..., p. 143, estes resultados aproximam-se aos verificados em Espanha e em outros países.

5.1.1- Os empresários vinícolas

Neste ponto do trabalho abordamos as categorias socioprofissionais que estavam directamente relacionados com as empresas que preparavam e negociavam o vinho da Madeira. Tratou-se de um grupo de 243 associados, ou seja, uma minoria por comparação com os 825 nomes constantes em 549 casos. Seguindo os critérios definidos anteriormente, as categorias eram, por ordem decrescente, os comerciantes, os proprietários, as profissões liberais, o funcionalismo público, os assalariados, os capitalistas e as outras situações. No entanto, as duas primeiras destacavam-se claramente, englobando cerca de quatro quintos do total de associados.

A primeira conclusão relacionou-se com a clara distinção entre os circuitos de produção e de comercialização do vinho da Madeira. Assim, quase três quintos dos associados negociavam o vinho e exerciam predominantemente actividades de índole comercial. Este valor atestou o domínio das sociedades estabelecidas no Funchal, as quais adquiriam vinho aos produtores, aos partidistas ou a sociedades congéneres, para depois o prepararem para exportação. A regulamentação do sector procurou facilitar a fiscalização da Alfândega, com a concentração dos armazéns dos negociantes nos limites da cidade do Funchal, o controlo da alcoolização do vinho e a elaboração de registos com os exportadores no activo no ano anterior.

O número de proprietários e lavradores que se imiscuíram na comercialização do vinho da Madeira equivaleu a pouco mais de um quinto. Os 54 associados em questão traduziram a inclinação dos produtores para a venda de vinhos claros. Esta cifra pode ser interpretada como uma consequência da diminuição do preço dos mostos, em consequência do decréscimo do valor dos vinhos mais alcoolizados nos mercados internacionais. Podemos comprovar esta realidade mediante a análise das saídas de álcool do Armazém Central, na colheita de 1930-31. Os viticultores efectuaram 582 requisições de valor igual ou superior a quarenta litros, enquanto os exportadores realizaram 537 para beneficiação de vinhos e 26 para fabrico de vinhos surdos. Se tivermos em consideração as quantidades médias solicitadas, os valores eram, respectivamente, de 131, 1.149 e 1.353 litros. Ainda assim, aproximadamente 32% dos viticultores

tratavam cerca de uma pipa de vinho, 34% duas pipas e 14% não mais de três pipas por ano. No extremo oposto, a requisição mais elevada permitiu tratar 30 pipas de vinho.¹⁸⁸

A terceira categoria sócio-profissional mais importante relacionou-se com o exercício de actividades liberais. Estamos a falar de 15 indivíduos, ou seja, a pouco mais de 6% dos associados que negociavam o vinho da Madeira. Destes, dois quintos tinham formação em medicina, um quinto em direito e pouco mais de um décimo com formação comercial, pois exerciam a actividade de guarda-livros. No caso da medicina, o vinho tratado era recomendado para debelar algumas doenças. Neste âmbito, o Dr. João da Câmara Leme discorreu sobre «*o vinho Cannavial*», inteiramente produzido à base da casta Boal. Os guarda-livros desempenhavam funções contabilísticas, sendo uma mais-valia para a organização da escrita comercial. No entanto, a sua participação nas sociedades era muito pouco significativa.¹⁸⁹

As categorias socioprofissionais identificadas com o funcionalismo público correspondiam a cerca de 5% dos associados. Destes 12 indivíduos, dois terços eram oficiais do exército. A presença de chefias militares não é alheia ao prestígio da carreira das armas, cujos postos eram usualmente reservados a elementos das famílias mais proeminentes. Assim, conseguiam contactos importantes para o desenvolvimento da actividade comercial. As restantes categorias representavam o terço remanescente, mas correspondiam a diferentes actividades, tais como director dos correios, conservador do Registo Predial e funcionário de finanças.

Os assalariados representavam menos de 5% dos associados ligados à comercialização do vinho da Madeira. A esmagadora maioria desempenhou funções como empregado de comércio. Porém, detinham uma participação minoritária no capital social. A relação de confiança que estabeleciam com os proprietários era recompensada com a admissão na sociedade. Nesta categoria, encontramos apenas um tanoeiro. Estes oficiais eram imprescindíveis ao fabrico do vasilhame empregue na exportação de grande parte do vinho da Madeira, mas estranhamento não participavam nas empresas do ramo. O caso em

188 ARM, *Alfândega do Funchal, Saída de Álcool do Armazém Central*, 1930.

189 João da Câmara Leme, *Notícia sobre o vinho Cannavial: Digestivo, Anti-séptico, Medicinal, Alimentício*, Funchal, Typographia Camões, 1892, pp. 13 e ss..

questão referiu-se à quitação de uma dívida de José Vieira, no valor de 150\$00, para com a firma The Madeira Wine Association Lda..

A categoria sócio-profissional de menor representatividade era formada por 8 capitalistas. Tratava-se, mais precisamente, de 4 associados que viviam dos seus rendimentos, 3 banqueiros e 1 industrial. No primeiro destes casos tratou-se de um empréstimo de capital e de mercadorias, vencendo juro, respectivamente, de 8% e 5% ao ano. Ao fim de 2 anos, o capital podia ser levantado em todo ou em parte pelos 2 capitalistas. Os banqueiros diversificaram os investimentos em vários sectores. Quanto ao industrial, o próprio Henry Hinton, esteve associado ao período inicial da firma The Madeira Wine Association Lda.. O seu interesse por este negócio decresceu bastante com as dificuldades advindas da Iª Guerra Mundial, ao ponto de vender a sua quota inicial de 20 contos por apenas 15 contos, em 1917. O industrial ainda constou como procurador da Companhia de Vinhos e Azeites de Portugal, que detinha uma participação de 73.150\$00 na referida firma. Neste caso, a cessão efectuou-se em 1924, pelo montante de 119.800\$00. Esta ruptura ocorreu precisamente no ano posterior à coligação das principais firmas exportadoras de vinho da Madeira e um ano antes de a firma The Madeira Wine se associar às firmas Blandy Brothers & C^a e Leacock & C^a Lda..¹⁹⁰

Em seguida, pretendemos esclarecer o papel desempenhado pelos partidistas na preparação e na exportação do vinho da Madeira. A inclusão destes agentes económicos e de viticultores no registo dos exportadores destinou-se a assegurar o escoamento da produção, no caso de propostas de aquisição a preços reduzidos ou de recusas em adquirir vinho por parte das grandes firmas exportadoras, como se verificou na década de 1900, evitando uma situação de monopólio. Todavia, o rateio da contribuição industrial pelo grémio de exportadores, do qual estavam isentos os viticultores e partidistas, suscitou acesa polémica. Das cerca de 250 entidades inscritas na Alfândega do Funchal, apenas uma dezena apresentou exportações anuais superiores a 100 pipas e integrou aquele grémio. Além disso, alguns negociantes recorriam a subterfúgios para não pagarem a contribuição industrial, designadamente ao declararem não

190 ARM, *Notários*, L.º 1184, fls. 103v.º-104v.º, tratavam-se de Adelaide da Glória Gonçalves e de Filomena Victor Gonçalves.

possuir vinho ou que o mesmo se destinava à venda a retalho. Porém, quando o comércio reanimava, pretendiam utilizar as contas antigas.¹⁹¹

Os partidistas, como o próprio nome indica, compravam pequenas partidas de vinho aos produtores para melhorarem nos seus armazéns e venderem às firmas exportadoras, quer como vinhos especiais, quer em grandes quantidades. Estes intermediários também fabricavam vinho surdo e forneciam vinhos licorosos da Madeira e vinhos comuns ao mercado insular. A título de exemplo, no ano de 1912, cerca de um sexto do vinho negociado pelos exportadores foi adquirido a estes intermediários (Vide Quadro n.º 12). Apesar de se encontrarem registados na Alfândega como exportadores, poucos o faziam. No entanto, as esparsas referências que encontramos na imprensa local mencionavam quantidades apreciáveis, todas elas iguais ou superiores a 100 pipas.¹⁹²

Quadro 12 - Volume de vinho exportado (em hectolitros)

	Grandes exportadores		Pequenos exportadores	
	Hectolitros	%	Hectolitros	%
1910	29.034	98,01	590	1,99
1911	30.974	97,11	922	2,89
1912	26.863	93,52	1.860	6,48
1913	31.277	96,46	1.148	3,54
1914	22.867	95,58	1.058	4,42
1915	22.309	84,81	3.995	15,19
1916	46.167	97,10	1.380	2,90
1917	11.936	94,07	752	5,93
1918	12.549	97,57	313	2,43
1919	82.112	98,20	1.501	1,80
1920	24.271	94,02	1.543	5,98

Fonte: *O Comercio da Madeira*, n.º 458, 13 de Setembro de 1921.

Os partidistas tornaram-se bastante úteis às grandes firmas exportadoras porque imobilizavam capitais em vinhos sujeitos a envelhecimento prolongado. Por outro lado, as partidas de vinho permitiram o aparecimento de grande número de pequenas firmas. Podemos ainda salientar que estes agentes económicos intervinham na compra dos mostos em anos de elevada produção. Porém, as alterações legislativas condicionaram a inclusão na categoria de exportadores às entidades possuidoras de armazéns apropriados para a indústria vinícola, matriculadas no Tribunal de Comércio e colectadas na Repartição

¹⁹¹ *Idem*, *O Comercio da Madeira*, n.º 455, de 7 de Setembro de 1921. *Idem*, n.º 458, de 13 de Setembro de 1921. *Idem*, *Alfândega do Funchal*, L.º 701, 4 de Abril de 1918.

¹⁹² José Tavares, *Subsídios para o Estudo...*, p. 32. ARM, *Diário do Comercio*, n.º 2867, 17 de Julho de 1906. *Idem*, n.º 3123, de 30 de Maio de 1907, a firma Cossart Gordon comprou uma partida de 115 pipas e outra de 300 pipas. *Idem*, n.º 3711, 17 de Janeiro de 1910, a firma H. P. Miles comprou uma partida de 100 pipas. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 1407, 1 de Dezembro de 1915, José Fernandes de Azevedo vendeu vinhos a retalho para consumo e embarque, em quantias mínimas de 1 litro, mas com desconto nas aquisições à pipa. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, p. 136.

de Finanças, dando origem a sérias reservas por parte dos viticultores e das autoridades administrativas locais relativamente às grandes firmas exportadoras.¹⁹³

A nossa pesquisa não permitiu reunir muitas informações sobre os partidistas. Sabemos que Augusto C. Bianchi, de origem italiana, possuía uma grande quantidade de vinhos da Madeira. Porém, como não se encontrava matriculado na Alfândega do Funchal, limitou-se a vender partidas de vinho. Os exportadores compravam-lhe grandes quantidades, quando os seus stocks se encontravam em baixa. Este vinicultor utilizou apenas estufas de sol na preparação dos vinhos licorosos da Madeira. As suas lojas ocupavam parcialmente a Praça da Constituição.

A firma Henriques & Henriques foi fundada por João Joaquim Gonçalves Henriques, em 1850. A empresa actuou no mercado como partidista, tendo por base a produção nas suas extensas propriedades, localizadas em Belém, Câmara de Lobos. A firma actual teve origem em 1913, sob a direcção de João Joaquim e Francisco Eduardo. Estes foram responsáveis pelo início da comercialização com marca própria e pela fusão com as firmas Casa de Vinhos da Madeira Lda., Belém's Madeira Lda., Carmo Vinhos Lda., António Eduardo Henriques Sucessores Lda. e António Filipe Vinhos Lda.. A partir de 1925, deixaram de fornecer as casas exportadoras de vinhos da Madeira e assumiram-se como exportadores. Porém, o registo dos exportadores, publicado por iniciativa da Alfândega, integrou a firma desde 1921, constando em diferentes anos como exportadora, negociante ou produtora.

O *Diário do Comércio* noticiou uma partida de 115 pipas de vinho. O negócio foi efectuado entre a firma Cossart Gordon & C^a e Jacinto Fernandes. Este último integrou a lista de comerciantes, organizada pela Alfândega do Funchal. O seu nome constou ininterruptamente entre os anos de 1910 e 1922. Porém, a categoria que lhe foi atribuída não era uniforme. Nos primeiros quatro anos e nos últimos quatro surgiu como exportador, mas pelo meio apareceu três anos como produtor e dois como negociante. Estes anos de permeio coincidiram, precisamente, com o primeiro conflito mundial.

O referido diário divulgou outra partida de 300 pipas, também em 1907. Desta feita, o negócio efectuou-se entre a firma Cossart Gordon & C^a e Henrique de Menezes Borges. Este partidista integrou as

¹⁹³ ARM, *Diário da Madeira*, n.º 4806, 21 de Julho de 1927. *Idem*, n.º 4807, 22 de Julho de 1927. *Idem*, n.º 4815, 31 de Julho de 1927, os viticultores de S. Vicente, reunidos na respectiva Câmara, apelaram ao patriotismo do Governo face aos «*estrangeiros endinheirados*». *Idem*, n.º 4819, 5 de Agosto de 1927, protesto da comissão executiva da Câmara Municipal do Funchal contra a alínea d) do art. 6.º do Decreto n.º 13990.

listas anuais publicadas oficialmente entre 1910 e 1924, embora não conste nas de 1918 e 1923. Ele constou como exportador até 1922, em nome próprio ou sob firma individual. Passados dois anos, a referência já era de negociante. A partir de 1925, os negócios estavam a cargo da firma H. M. Borges, Sucessores & C^a Lda., mas ainda como negociante. Nos anos seguintes, a firma constou novamente como exportadora de vinho da Madeira.

A terceira partida de vinho que encontramos relacionou-se com o valor mais baixo, mas ainda assim de 100 pipas. O negócio foi celebrado entre a firma H. P. Miles & C^a e Francisco Nunes Pereira de Barros. Esta firma investiu em diversos negócios, entre os quais a exportação do vinho da Madeira. O seu nome constou regularmente no registo como exportador, entre 1910 e 1930. O partidista também figurou no registo dos exportadores, mas unicamente entre os anos de 1910-13 e 1915-22. Durante os primeiros quatro anos, surgiu como exportador e, após o ano de permeio, constou dois anos como viticultor e os restantes novamente como exportador.

5.1.2- Os empresários sacarinos

O número de associados com interesse no fabrico de açúcar e de álcool era de apenas 55, ou seja, equivaliu a apenas 6,7% dos sócios identificados em 549 casos. A distribuição dos mesmos em relação às categorias socioprofissionais era, por ordem decrescente, os proprietários, os comerciantes, os profissionais liberais, o funcionalismo público e os capitalistas. A categoria que englobava diversas situações e os assalariados não tinha qualquer representatividade. Como referimos anteriormente, as responsabilidades de capital social nas firmas que se propunham fabricar açúcar e álcool eram bastante elevadas, constituindo por isso uma barreira à participação de maior número de agentes económicos. Além disso, durante cerca de um quarto do período em análise, foi proibido o estabelecimento de outras fábricas de açúcar e álcool, para além das fábricas do Torreão e da Companhia Nova.

Os proprietários e os lavradores integravam a categoria sócio-profissional mais frequente, com 24 indivíduos. Estas duas actividades correspondiam a mais de 40% dos associados identificados. Destes, os

primeiros representavam mais de nove décimos do total. A explicação desta desigual distribuição residia no facto da categoria proprietário identificar, sobretudo, os possuidores de prédios rústicos ou urbanos, enquanto os lavradores estavam num plano inferior, pois correspondiam às pessoas que lavravam as terras, embora também detivessem pequenos prédios rústicos. Contudo, estamos certos que as plantações de cana-de-açúcar se desenvolviam nas suas propriedades.

Ao contrário do sucedido com a vinicultura, o número de comerciantes e negociantes que lidavam com o açúcar é inferior ao dos proprietários. Tratava-se de 19 associados, ou seja, o equivalente a 35% dos indivíduos relacionados com a comercialização do açúcar. Porém, cerca de metade destes constou igualmente na categoria sócio-profissional de proprietário. Podemos concluir que a existência de prédios rústicos era um factor indispensável ao desenvolvimento desta actividade económica. O exercício das duas actividades significava a diversificação dos seus negócios, quer através da posse e exploração das propriedades, quer mediante a comercialização de diversos géneros.

A categoria identificada como profissões liberais equivaleu a pouco mais de um décimo dos interessados no comércio do açúcar. Tratava-se de 3 médicos, 2 advogados e 1 guarda-livros. Começando pelo fim, o último foi nomeado procurador da firma William Hinton & Sons, para continuar os negócios que constavam no seu objecto social. Um dos advogados estava relacionado com a Companhia Fabril de Açúcar Madeirense e o outro com as firmas José Júlio de Lemos e William Hinton & Sons. Quanto aos médicos, integravam a tentativa de reabilitar a fábrica de S. João, através da Companhia Nacional de Fabricação de Açúcar e o terceiro, conhecido como Conde do Canavial, esteve envolvido em diversos negócios e quase em igual número de polémicas.¹⁹⁴

A participação das profissões identificadas com o funcionalismo público era relativamente reduzida, mas ainda assim superior à verificada nos negócios vinícolas. Encontramos apenas 4 situações, ou seja, pouco mais de 7% do total. Destes, metade era oficial do exército, um era empregado público e um empregado da Alfândega. O penúltimo esteve relacionado com a Companhia Fabril de Açúcar Madeirense, chegando a desempenhar as funções de gerente. O funcionário da Alfândega adquiriu uma

194 José Amado Mendes e Alda Mourão Filipe (coord.), *Estudos do Século ...*, p. 146.

quota na Companhia Nacional de Fabricação de Açúcar e cerca de uma década depois vendeu a participação que detinha num engenho, existente em Santa Cruz.

A categoria dos capitalistas incluiu apenas dois indivíduos. Porém, como seria de esperar, a percentagem de 3,6% constituiu o valor mais elevado relativamente aos objectos sociais em análise. O industrial Henry Calverly Hinton explorou diversas actividades comerciais, sendo por isso objecto de referência especial noutro ponto do trabalho. O segundo caso relacionou-se com Manuel Justino Rodrigues e esposa, que viviam dos seus rendimentos, designadamente propriedades exploradas com cana-de-açúcar. Estes contraíram um empréstimo de 250\$00 com o referido industrial, comprometendo-se a saldar a dívida em prestações anuais, de 40\$00. Este valor podia ser entregue em dinheiro ou em garapa das canas cultivadas pelos próprios ou por intermédio de colonos, em S. Martinho. A firma do banqueiro Henrique Figueira da Silva, que tratamos em outro ponto do trabalho, investiu na fábrica de açúcar e álcool de S. Filipe, mas não encontramos a escritura que o associou a essa actividade.

Os sócios implicados no fabrico e na comercialização da aguardente excediam a soma dos que se relacionavam com o açúcar e o vinho. Assim, encontramos 309 nomes distribuídos por diversas categorias socioprofissionais. Mais de metade integravam a categoria de proprietários e lavradores, mas havia igualmente um número apreciável de comerciantes e negociantes. Porém, a percentagem dos últimos era menor do que a verificada em relação aos interessados na comercialização do açúcar. O conjunto formado por aquelas duas categorias era superior a quatro quintos dos associados. Os restantes distribuíam-se, por ordem decrescente, em profissões liberais e funcionalismo público, com valores próximos a 7%, assalariados e capitalistas, menos de 3%, e outras situações, menos de 1%.

A categoria sócio-profissional mais representativa era composta de 159 proprietários, 2 proprietários/negociantes e 3 lavradores. A primeira análise destes valores permitiu relacionar o elevado número de proprietários, que por si só representava mais de metade dos associados, e a fundação de acima de meia centena de engenhos por todos os concelhos da Madeira. As dificuldades no transporte da cana-de-açúcar e o preço remunerador da aguardente estimularam a constituição de sociedades para a

fundação de engenhos. O propósito principal era a laboração da cana colhida nas terras dos próprios associados ou, inclusive, em propriedades arrendadas.

O número de comerciantes e negociantes elevou-se a 85, equivalendo a 27,5% dos associados. Esta percentagem correspondeu ao valor mais baixo que encontramos, quer em relação ao vinho, quer ao açúcar. A distribuição destes, segundo as categorias socioprofissionais, consistiu em 52 comerciantes, dos quais cerca de um quinto também era proprietário. Quanto aos 33 negociantes, um terço também constou como proprietário. Ao todo, cerca de um quarto conjugou a actividade de índole comercial com a posse e exploração de propriedades.

As profissões liberais surgiam como a terceira categoria sócio-profissional em qualquer dos assuntos tratados. Neste caso, encontramos 22 indivíduos, dos quais metade eram médicos e cerca de um quarto advogados. O número elevado destes diplomados permitiu retirar algumas ilações sobre os seus rendimentos. O simples facto de frequentarem uma formação universitária indicou desde logo que as suas famílias viviam com algum desafogo económico. O exercício das leis e da medicina proporcionava-lhes prestígio social e uma fonte segura de rendimentos, que depois podiam aplicar em diversas áreas.

O funcionalismo público constou em todas as actividades agro-industriais como a quarta categoria sócio-profissional mais importante, embora sempre a curta distância das profissões liberais. Em termos de percentagem, os 20 associados correspondiam a 6,5% dos implicados no fabrico de aguardente. Destes, mais de metade desempenhava funções como oficiais do exército e os restantes correspondiam a uma grande diversidade de situações. O número elevado de militares que se dedicavam a actividades comerciais e industriais pode ser sintomático das estratégias familiares destinadas a proporcionarem diferentes carreiras profissionais. Os postos mais elevados da hierarquia militar eram tradicionalmente ocupados por membros das famílias mais ilustres de cada localidade.

A categoria sócio-profissional identificada como assalariados representou pouco menos de 3% dos interessados na comercialização da aguardente. Dos 9 nomes identificados, dois terços constavam como trabalhadores e o terço restante como empregados de comércio. A menor frequência desta categoria ligada à produção de aguardente, por comparação com o vinho, permitiu reforçar a ideia de os

industriais da aguardente serem igualmente os principais impulsionadores das plantações de cana-de-açúcar. Mesmo entre os referidos assalariados, a menor alusão a empregados de comércio pode estar relacionada com o desenvolvimento de uma indústria essencialmente rural. Os próprios trabalhadores agrícolas adquiriam pequenas participações de capital social, como se verificou com o estabelecimento de um engenho a vapor no Sítio dos Terços, Ponta Delgada, em 1894. A sociedade reuniu 32 accionistas, dos quais 6 eram trabalhadores, com quotas de 20\$00 ou 25\$00.

Os capitalistas que investiram no fabrico de aguardente representavam 2,3% do número de associados. Este valor pode ser interpretado como menor interesse em explorar este tipo de actividade, quer em relação ao vinho, quer ao açúcar. Esta categoria sócio-profissional compunha-se de 5 industriais, um banqueiro e um que vivia dos seus rendimentos. Os primeiros estavam ligados à fundação de engenhos na Ponta do Sol, no Jardim do Mar e no Funchal, mas o maior destaque recaiu na fábrica do Torreão, que abordamos noutro ponto. O segundo investiu no açúcar e na aguardente, tendo depois participado na sociedade The Madeira Wine Association Lda.. O último contraiu um empréstimo à firma William Hinton & Sons, apresentando como garantia dois prédios rústicos e urbanos, em S. Martinho.

Para terminar esta caracterização, resta-nos referir dois sacerdotes que investiram no fabrico ou comercialização de aguardente. Um deles foi accionista da Companhia Nacional de Fabricação de Açúcar, com uma quota de 50\$00, e o outro da União dos Viticultores da Madeira, de capital indeterminado, mas no mínimo de 100 contos. A percentagem de sacerdotes podia ser superior se todos os casos reunidos mencionassem os respectivos objectos sociais.

Capítulo VI – As estratégias empresariais

6.1- O sector vinícola

Os negócios do vinho movimentaram muitas empresas e, inclusive, implicaram a venda de algumas delas. Encontramos alguns casos para o século XX. O primeiro relacionou-se com a venda da firma Viúva Abudarham & Filhos e dos respectivos negócios de vinho e aguardente a António Bettencourt da Câmara, António Justino Henriques de Freitas e Joana Abudarham Bettencourt da Câmara, pelo montante de 33.480\$00. A firma Araújo & Henriques foi vendida por 1.000\$00, passando a adoptar a designação de Sucessores. O último caso respeitou à venda da sociedade Portugal dos Santos & C^a à firma sueca Vin & Spritcentralen.¹⁹⁵

A Companhia Vinícola da Madeira Lda., dirigida por Francisco Figueira Ferraz, sócio-gerente da firma F. F. Ferraz & C^a Lda., e Henrique Augusto Vieira de Castro, sócio-gerente da firma Reid, Castro & C^a, adquiriu a firma António Isidro Gonçalves para iniciar o comércio de vinho, em 1919. Além das instalações situadas na Rua 5 de Outubro, o negócio envolveu o «*direito de usar a firma, suas marcas, registos e patentes*» e a obrigação de o vendedor «*não exercer mais o comércio de vinhos*». O montante em questão ascendeu a 3.720.729\$43. O banqueiro Henrique Figueira da Silva assumiu uma posição de destaque ao adquirir a quota pertencente à firma Reid, Castro & C^a, por 180 contos, e metade da quota que pertenceu à firma F. F. Ferraz & C^a Lda., no valor de 60 contos. A outra metade foi adquirida por João Anselmo e João Damasceno Figueira da Silva. A casa bancária Sardinha & C^a adquiriu a quota de Salomão da Veiga França na firma F. F. Ferraz & C^a Lda., pelo montante de 689.376\$31.¹⁹⁶

As transacções podiam envolver unicamente os familiares e herdeiros dos proprietários de algumas firmas. Assim, encontramos a venda de metade da quota de Ferdinando Maximiliano de Bianchi e de sua esposa, Maria das Mercês da Câmara Lomelino de Bianchi, na firma Tarquínio T. da Câmara Lomelino. Os compradores foram os próprios filhos, António e Gabriel de Bianchi, tendo dispendido 10

195 ARM, *Notários*, L.º 1408, fls. 66-72. *Idem*, L.º 6205, fls. 27v.º-28v.º. *Idem*, L.º 6255, fls. 13v.º-20.

196 *Idem*, L.º 3180, fls. 43-44v.º. *Idem*, L.º 6208, fls. 16v.º-17v.º. *Idem*, L.º 6209, fls. 19-20v.º e 22-23. *Idem*, L.º 6213, fls. 81-83.

contos na operação. A firma Júlio Augusto Cunha Sucessores Lda. também passou por idêntica situação. Norberto Jaime Teles vendeu a sociedade aos seus filhos e genros, pelo montante de 60 contos.¹⁹⁷

A conjuntura difícil que o sector vitivinícola atravessou na generalidade do período em análise reflectiu-se, naturalmente, na organização dos negócios. Apenas 24 em 136 casos referiam o vinho como único objecto de comércio. Nas quatro décadas que antecederam a publicação do regulamento para a produção e o comércio dos vinhos da Madeira, apenas 2,9% dos casos indicavam o vinho como único objecto social. Na primeira década após a publicação daquela legislação, o número de casos já era de 2,2%. No decénio seguinte, a cifra subiu para 12,5% dos casos. Novamente se constatou que a intervenção do Estado possibilitou a especialização de algumas firmas relacionadas com a preparação e a exportação do vinho da Madeira. Porém, temos de salientar que a constituição da Madeira Wine despertou alguns temores relativos à formação de um monopólio no sector, tendo contribuído para a reestruturação do mesmo. Outro aspecto relevante para o aumento considerável no número daquelas sociedades prendeu-se com as expectativas de resultados idênticos aos verificados no pós-guerra.

A maioria dos casos apresentou mais de um objecto social, precisamente para não se restringir ao mercado pouco flexível das bebidas licorosas. Além do vinho da Madeira, muitos indicavam «e outros», de modo a efectuarem qualquer género de comércio. A expressão anterior podia ser complementada com «importação», «exportação», «comissões e consignações», «aguardente», «exploração comercial e agrícola», «operações industriais», «operações mercantis» e, inclusive, «bordados». Por isso, podemos concluir que o comércio vinícola era exercido em função das condições de mercado, tendo em conta quer a produção, que não era regular, quer as encomendas e os transportes.¹⁹⁸

Para terminar, abordamos algumas situações relacionadas com a utilização do vinho da Madeira como garantia do pagamento de empréstimos, sobretudo durante a segunda metade do século XIX. Esta situação pode ser elucidativa do valor intrínseco do vinho como moeda de troca por parte dos capitalistas insulares. A Caixa Económica da Associação de Beneficência do Funchal adiantou 3.500\$00 a António

197 *Idem*, L.º 3103, fls. 33-35v.º. *Idem*, L.º 6201, fls. 83v.º-86v.º.

198 Encontramos 22 casos com a comercialização de bordados, correspondendo a 12 firmas: Robert Wilkinson & Cª, Reid, Castro & Cª Lda., Nunes & Castro, Inácio Caldeira & Cª, Ferreira & Delgado Lda., Freitas, Martins Caldeira & Cª Lda., Madeira Trading Cª Lda., Joseph, John & Stephens, Matos, Peres & Cª Lda., Jasmins Pereira & Cª, Luís Gomes da Conceição, Filhos, e Gama & Machado, Lda..

Joaquim Camacho, ao juro de 8% ao ano. Em segurança do crédito, este último penhorou o «vinho e cascadura» existente num prédio à Rua do Castanheiro, avaliado em 12.770\$70. Noutra situação, José António Ferreira emprestou 500\$00 a João de Freitas, ao mesmo juro, obrigando-se a saldar a dívida no prazo de um ano. O credor aceitou 15 pipas de vinho como garantia do pagamento daquele montante.¹⁹⁹

O Banco Comercial da Madeira também aceitou garantias em vinho da Ilha. Tratou-se da abertura de um crédito de 14 contos, a favor de Luís Soares de Sousa Henriques e de Caetana Maria Gonçalves Soares, em 15 de Junho de 1878. Estes entregaram a chave da estufa e armazém e a apólice do seguro de 235 pipas de vinho e cascadura, existentes na estufa de sol, no Sítio da Terra Chã, freguesia de Câmara de Lobos, arrendada ao Banco e a João José Rodrigues Leitão & Filhos. Os devedores suportaram os encargos com a vigilância e o tratamento dos vinhos, podendo vender parte dos mesmos para crédito da respectiva conta.²⁰⁰

A firma António Giorgi efectuou igualmente empréstimos mediante a aceitação de penhores em vinho. Neste caso, tratou-se de 9 tonéis, contendo 76,7 hectolitros, para uma letra no valor de 2.160\$00. O negócio só se efectivou após Ana e John Loaring entregaram a chave do armazém que continha o vinho. Estes casos permitiram constatar a valorização do vinho no contexto da economia da Madeira. Porém, os cuidados especiais necessários à sua conservação aumentavam os riscos inerentes aos créditos.²⁰¹

A sociedade The Madeira Wine Association Lda. também concedeu créditos aos accionistas. As irmãs Clara Abudarham Vieira de Castro e Vera Abudarham da Câmara tomaram um empréstimo de 400 contos, comprometendo-se a saldar a dívida em 2 prestações iguais, ao juro de 8% ao ano. Porém, em caso de incumprimento do contrato, os juros agravavam em 50%. As garantias apresentadas consistiram nas respectivas quotas sociais, no valor de 450 contos, e na da fiadora, Joana Abudarham da Câmara, de 400 contos. As obrigações venciam em caso de venda da Quinta de S. Roque.²⁰²

199 ARM, *Notários*, L.º 1192, fls. 111-111v.º, 14 de Agosto de 1879. *Idem*, L.º 2338, fls. 47v.º-48, 20 de Junho de 1887.

200 *Idem*, L.º 957, fls. 50v.º-51v.º.

201 *Idem*, L.º 928, fls. 99v.º-100, 11 de Abril de 1885.

202 *Idem*, L.º 6254, fls. 22-25.

6.1.1- A firma The Madeira Wine

A ideia de constituir uma grande empresa para reunir viticultores, exportadores e capitalistas teve origem no fim do século XVIII. Passado quase um século, o Conde do Canavial questionou se deveria assumir a modalidade de sociedade comercial em nome colectivo, em comandita ou anónima. Acabou por concluir que deviam fundar uma sociedade cooperativa anónima, de responsabilidade limitada, ou seja, uma sociedade comercial anónima, de capital indeterminado, número de sócios ilimitado, condições de admissão pouco onerosas e pequena responsabilidade social. Adiantou que se podia denominar Associação Vinícola da Madeira ou Real Associação Vinícola da Madeira. O seu propósito principal era a defesa do vinho da Madeira, designadamente a proibição da exportação dos vinhos artificiais, fabricados na Ilha. Porém, não pretendeu proibir o fabrico de vinho de pêros, de aguardente, de açúcar ou de outras substâncias não prejudiciais à saúde, com a condição de se destinarem ao consumo local.²⁰³

O primeiro ensaio na fundação de uma companhia vinícola pareceu datar de 1892, tendo como finalidade fazer concorrência às firmas estrangeiras e fomentar a compra dos mostos. Numa reunião de interessados, decidiram organizar uma companhia de capital social mínimo de 200 contos, dividido em acções de 5\$00, pagáveis trimestralmente, em prestações de um décimo. Porém, a iniciativa só se concretizaria se reunissem o capital social e obtivessem privilégios idênticos aos da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal e às sociedades cooperativas de viticultores. Entre essas facilidades constavam um subsídio anual de 5 contos, durante 15 anos, a cedência de terrenos e armazéns do Estado e a isenção dos direitos de importação.²⁰⁴

A participação dos viticultores nos circuitos de comercialização do vinho da Madeira só se efectivou na transição para o século XX. A primeira tentativa relacionou-se com uma sociedade de responsabilidade limitada, denominada Associação Vinícola da Madeira, em 19 de Janeiro de 1900. As firmas Valente & Guerreiro, Viúva de Romano Gomes & Filhos e outros dez accionistas, pretendiam recuperar os «*bons créditos dos vinhos Madeira*». Alguns dos fundadores, nomeadamente o Conde de

203 João da Câmara Leme, *Os vinhos da Madeira...*, pp. 72-74. *Inquérito sobre a situação económica...*, p. 22. António Augusto de Sousa e Silva, *Relatório da Inspecção às Obras Públicas do Distrito do Funchal no ano de 1891*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, p. 14.

204 ARM, *Diário do Comércio*, n.º 112, 14 de Fevereiro de 1892. *Idem*, n.º 307, 13 de Outubro de 1892.

Canavial e José Manuel Vieira, requereram o título «*Real*». A entrada inicial ficou estabelecida em 4\$00, seguindo-se duas prestações no valor de 2\$00, para fundo de reserva, e uma quota mensal de 10 centavos. No entanto, no ano de fundação, não conseguiram reunir capital suficiente para a aquisição de vinho para depósito e exportação, tendo-se valido de amostras para publicitarem os seus produtos.²⁰⁵

No segundo ano de vida da associação, dirigida pelo Conde de Canavial e tendo por base o seu sistema patenteado, conseguiu um diploma comemorativo na Exposição Universal de Paris. Porém, continuavam a aguardar o apoio do Estado e das Câmaras Municipais para poderem desenvolver os negócios. A iniciativa de recolha de subscritores através do envio de prospectos aos regedores dos concelhos não angariou grande número de assinaturas. Por fim, a incapacidade da Real Associação em satisfazer algumas das encomendas desencadeou o processo de dissolução.²⁰⁶

A organização do sector exportador do vinho passou inevitavelmente pela criação de uma companhia vinícola. Considerou-se então que a união entre os viticultores e os exportadores era mutuamente benéfica. A iniciativa foi aventada no «*Inquérito sobre a situação económica da Ilha da Madeira*», mas o grande incentivo partiu do congresso agrícola, de 1900, com o propósito de criar e manter marcas ou tipos de vinhos constantes. A lei de 14 de Junho de 1901 definiu a abertura de concurso para a formação de uma companhia vinícola portuguesa, com escritório em Lisboa e possibilidade de estabelecer sucursais noutras zonas do País. Havia a possibilidade de criar uma delegação na Ilha, composta de um membro da direcção e outro do conselho fiscal.²⁰⁷

A delegação insular foi encabeçada pelo conde de Torre Bela e Luís Gomes da Conceição, partindo do pressuposto de não existirem elementos suficientes para a criação de uma companhia idêntica. Porém, ficou determinado que os negócios não podiam exceder um décimo do capital social. Assim, pretendiam constituir uma sociedade anónima, de responsabilidade limitada, com o capital social de 5 contos, dividido em títulos de 1, 5 ou 10 acções, com o valor nominal de 10\$00. Esta tinha por

205 *Idem*, *Notários*, L.º 943, fls. 9v.º-17.

206 *Idem*, *Governo Civil*, L.º 632, fl. 189. *Idem*, L.º 383, a troca de correspondência com os municípios decorreu em Março de 1900; a Câmara Municipal do Funchal atribuiu um subsídio anual de 100\$00. *Idem*, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 662, fl. 38v.º. *Idem*, *O Diário do Comércio*, n.º 1379, 9 de Junho de 1901. *Idem*, n.º 1423, 8 de Agosto de 1901. *Idem*, n.º 1459, 22 de Setembro de 1901. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, pp. 140-142.

207 *Inquérito sobre a situação económica...*, p. 22. ARM, *O Diário do Commercio*, n.º 2480, 14 de Março de 1905. Decreto-lei de 1 de Outubro de 1908, as companhias beneficiavam das vantagens concedidas às adegas sociais. Rui de Ascensão Ferreira Cascão, *Figueira da Foz e Buarcos...*, pp. 276-277, os interesses locais manifestaram-se contra a criação de companhias monopolistas.

finalidade estimular os negócios de vinhos e aguardentes no país e no estrangeiro, aperfeiçoar o processo de fabrico e recorrer à propaganda. Os associados tinham preferência no escoamento dos vinhos, mas sempre em relação ao capital subscrito.²⁰⁸

Alguns proprietários e viticultores, entre os quais o Visconde de Cacongo, Manuel José Vieira, Visconde de Vale Paraíso, João Bernardino Gomes, José Joaquim Bettencourt da Câmara, Joaquim Tomás Gonçalves, Luís da Rocha Machado, Ernest Hoffmann, Manuel Gonçalves, Henrique de Menezes Borges, António Pinto Correia e Carlos Alberto Ferreira participaram nas reuniões preparatórias de uma nova companhia. Assim, em Setembro de 1905, decidiram fundar a Madeira Wine Company Lda., com capital social de 250 contos. Porém, a existência da sociedade foi muito fugaz, pois decorridos dois anos os subscritores das acções foram convidados a levantarem os valores das entradas e os respectivos juros.

O desagrado de alguns viticultores em relação à alteração dos objectivos iniciais da Madeira Wine Company levou-os a fundarem uma nova associação. A União dos Viticultores da Madeira nasceu como uma sociedade cooperativa anónima, de responsabilidade limitada, de capital social indeterminado, mas fixado no montante mínimo de 100 contos, dividido em acções de 20\$00. Contudo, os directores Norberto Jaime Teles, Francisco Figueira Ferraz e Luís da Rocha Machado adiaram a sua efectivação, em virtude da falta de associados e da «*instabilidade que também tem havido e poderá haver nas disposições legais*». Na década de 1920 assistimos a novo ensaio para a criação de uma Companhia Regional de Vinhos da Madeira, mas a iniciativa não foi bem sucedida.²⁰⁹

A Madeira Wine Association Lda. resultou da junção de algumas firmas ligadas ao comércio do vinho da Madeira, mais precisamente Welsh & Cunha Lda., Henriques, Câmara & C^a Lda. e William Hinton & Sons. O capital social foi fixado em 120 contos, em 9 de Agosto de 1913. Decorridos sete anos, a sociedade adquiriu as firmas Welsh Brothers e E. A. Cunha, pelo montante de 81 contos. O vendedor comprometeu-se a não utilizar as firmas, pois arriscava-se a uma pesada multa, de 40 contos. O mesmo

208 ARM, *O Diário do Commercio*, n.º 2480, 14 de Março de 1905.

209 *Idem*, n.º 2634, 24 de Setembro de 1905. *Idem*, n.º 3101, 1 de Maio de 1907. *Idem*, n.º 3710, 16 de Fevereiro de 1910. *Idem*, n.º 3938, 25 de Novembro de 1910. *Idem*, *O Povo*, n.º 304, 26 de Abril de 1911. *Idem*, n.º 307, 29 de Abril de 1911. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 4062, 17 de Dezembro de 1924, iniciativa de Carlos de Almeida Fernandes, Vasco Gonçalves Marques e Joaquim José da Silva Vieira.

alugou uns armazéns localizados na Rua do Dr. Vieira, mediante a renda mensal de 150\$00, e vendeu a quota de 40 contos que adquiriu à firma Welsh & Cunha, pelo montante de 180 contos.

No ano de 1920, a Madeira Wine adquiriu as quotas de alguns accionistas, como se verificou com Constança de Bianchi Welsh. Esta fez cessão de uma quota de 6.650\$00, que pertenceu à firma William Hinton & Sons, pelo montante de 31.249\$54. Em 1925, as quotas dos irmãos António e Ricardo Justino Henriques de Freitas foram adquiridas por António e Joana Bettencourt da Câmara. Em segurança da transacção, os compradores apresentaram a Quinta de S. Roque e a quota na Madeira Wine, no valor de 800.000\$00. Após este reforço das quotas, começaram a desfazer-se das mesmas. Em primeiro lugar venderam uma quota de 675 contos a António Gomes, António Lomelino Bianchi, Raleigh Krohn e Thomas Mullins, naquele ano. No ano imediato, a firma Leacock & C^a Lda. adquiriu-lhes uma quota de 135 contos. Por último, venderam outra quota por 180 contos.²¹⁰

A expansão dos negócios, sobretudo no pós-guerra, contribuiu para alterar as práticas de administração até então seguidas. Assim, os sócios gerentes António Justino Henriques de Freitas e António Bettencourt da Câmara contrataram o gerente comercial Nuno Bettencourt da Câmara. Estamos em presença de uma primeira distinção entre a propriedade e a direcção da empresa, a contratação de um gerente com formação técnica na área comercial. Neste caso, a relação de confiança pareceu reforçada por laços familiares, como se pode constatar facilmente através dos sobrenomes.²¹¹

As dificuldades na exportação dos vinhos da Madeira acentuaram-se na década de 1920. Por esse motivo, as firmas Blandy Brothers & C^a, Leacock & C^a Lda., Cossart Gordon & C^a, Companhia Vinícola da Madeira Lda., Madeira Wine Association, Castro Santos & C^a e F. F. Ferraz & C^a Lda. acordaram formar um «*cartel flexível*», durante meio ano. A concorrência originou a baixa significativa dos lucros, agravada com a necessidade de «*reputar a boa fama dos vinhos*». Assim, estabeleceram o preço mínimo de 420\$00 por hectolitro no vinho exportado para França e Bélgica, acrescido de 15\$00 quando despachado em cartolas e 30\$00 em oitavos. Além disso, eliminaram os bónus e as comissões aos compradores, limitaram a 10% a comissão do agente, estabeleceram o pagamento em 60 dias, fixaram

210 *Idem*, *Notários*, L.º 3175, fls. 14-14v.º, 18v.º-20, 21-21v.º. *Idem*, L.º 3192, fls. 41-42. *Idem*, L.º 6241, fls. 47-48, prorrogam o arrendamento do prédio na Rua do Dr. Vieira. *Idem*, L.º 6208, fls. 58v.º-61. *Idem*, L.º 6208, fls. 64v.º-67.

211 *Idem*, L.º 3201, fls. 25-25v.º, 15 de Julho de 1920.

em 2% o desconto do pagamento a pronto e estenderam as disposições às «*firmas de contra-marca*», à venda de vinho na Ilha e às exportações por intermédio de sucursais.²¹²

Os benefícios deste pacto reflectiram-se na união de diversas sociedades que negociavam o vinho da Madeira, como se constatou em 11 de Março de 1925. As firmas Blandy Brothers & C^a, Leacock & C^a Lda., The Madeira Wine Association Lda. e Tarquínio T. da Câmara Lomelino Lda. acordaram «*diminuir os encargos que oneram o negócio de vinhos da Madeira e aproveitar os benefícios que resultam de orientação comum*». Nesse sentido, resolveram constituir novas sociedades para os negócios do vinho, nas quais todas eram accionistas, bem como o gerente Thomas Lovel William Mullins. As novas firmas eram Blandy's Madeiras Lda., com capital social de 2.560 contos, Leacock & C^a Wine Lda., com 2.240 contos, Madeira Wine Association (1925) Lda., com 1.600 contos, e Tarquínio T. da Câmara Lomelino (1925) Lda., igualmente com 1.600 contos, e o gerente, com 128 contos. Estes montantes incluíram o valor das respectivas «*marcas e goodwill*», calculados em 8 mil contos, bem como 800 contos destinados ao movimento comercial. Porém, o valor dos stocks ainda se encontrava por determinar. A racionalização dos meios de produção permitiu-lhes baixar os custos, como se pode constatar com o pagamento de indemnizações pela não utilização de tanques em cimento, no montante de 213.200\$00, e de armazéns, no valor de 100 contos.²¹³

O funcionamento das novas sociedades assentou em órgãos comuns. Cada firma possuía um conselho administrativo, formado por um delegado de cada sociedade. Este reunia mensalmente e deliberava por maioria de três quartos. Competia-lhe fiscalizar a gerência e orientar os negócios sociais. Havia ainda um conselho técnico, formado por António Bettencourt da Câmara e Edmund Erskine Leacock. No decurso dos seus mandatos de um ano, competia-lhes representarem a sociedade no estrangeiro e realizarem operações comerciais. A estrutura contemplava ainda o referido gerente, com mandato de cinco anos, e o sub-gerente António Lomelino de Bianchi, designado anualmente. Havia

212 ARM, *Notários*, L.º 6204, fls. 56-60, 19 de Fevereiro de 1923, com excepção das encomendas contratadas: 2.035 hectolitros da firma Leacock, 1.065 hectolitros da Madeira Wine, 596 hectolitros da Companhia Vinícola e 366 hectolitros de F. F. Ferraz. As infracções eram multadas em 75 contos. Alfred D. Chandler Jr. e E. Herman Daems (orgs.), *Hierarquias de Gestão – Perspectivas Comparativas sobre o Desenvolvimento da Moderna Empresa Industrial*, Oeiras, Celta Editora, 1994, p. 5. José Luis Garcia Ruiz, «El triunfo de la heterodoxia...», p. 149, a cartelização acelerou-se na década de 1880, actuando através das zonas geográficas, dos preços e/ou da produção.

213 ARM, *Notários*, L.º 6207, fls. 46v.º-53v.º. António José Telo, «A obra financeira...», p. 784, a valorização do escudo em cerca de 40% pode ter contribuído para esta estratégia comercial.

ainda um empregado superior, Raleigh William Krohn, com contrato de 13 anos. Todos se comprometeram a não exercerem quaisquer negócios afins, sob pena de exclusão da sociedade.²¹⁴

As firmas associadas tinham preferência na cessão de quotas, em proporção das respectivas participações sociais. Porém, não podiam recorrer a este procedimento nos primeiros três anos de vigência do contrato. A escritura estabeleceu o aluguer dos armazéns da firma Blandy Brothers na Rua de S. Francisco, e o armazém de vinhos, na Rua das Fontes. A Madeira Wine contratou a venda dos armazéns na Rua do Dr. Vieira e os respectivos equipamentos de vinificação, no montante de 220 contos. A firma Leacock contratou a utilização temporária de uma tanoaria, na Rua da Imperatriz D. Amélia. A quebra dos compromissos era punida em 50 contos, acrescido da indemnização por perdas e de danos.

Figura 4 - Pátio interior da Madeira Wine Association Lda. (Rua de S. Francisco, em 1932)



Colecção Vicentes. Museu Photographia Vicentes.

Os estatutos da Madeira Wine foram reformulados a 17 de Junho de 1925. A sociedade passou a designar-se The Madeira Wine Association (1925) Lda., integrando as firmas Blandy Brothers & C^a, Leacock & C^a Lda., The Madeira Wine Association Lda. e Thomas Lovel William Mullins. O processo

214 Alfred D. Chandler Jr. e E. Herman Daems (orgs.), *Hierarquias de Gestão* ..., pp. 5-6 e 50-51, podemos identificar 5 níveis de gestão e uma grande similitude com a industrialização inglesa, designadamente a presença de elementos familiares na administração e o surgimento dos gestores profissionais.

de concentração empresarial conduziu à integração de mais de 30 firmas exportadoras de vinho da Madeira, entre 1925-53.²¹⁵

A estratégia de *amalgamação* de várias firmas relacionadas com a exportação do vinho da Madeira proporcionou várias vantagens. Em termos de gestão de stocks, permitiu-lhes continuarem a oferecer os tipos de vinhos tradicionais e reunirem lotes mais significativos. Por outro lado, conservavam as marcas de vinhos e as redes comerciais de distribuição. Porém, como a firma se encontrava registada na Alfândega com contas separadas, em nome de Blandys Madeiras Lda., Leacock & C^a (Wine) Lda. e Madeira Wine Association (1925) Lda., o regulamento sobre a produção e o comércio do vinho da Madeira obrigou à utilização de diferentes armazéns. Esta situação dificultou a organização comercial da companhia, uma vez que as instalações das duas primeiras estavam vocacionadas para armazenar mostos, estufar e tratar os vinhos novos e as da terceira para escritórios, vinhos tratados e exportação. Esta dispersão dificultava a fiscalização exercida pela Alfândega.

Na representação apresentada ao director da Alfândega e à Direcção Geral das Alfândegas, de 26 de Setembro de 1928, as referidas firmas pretendiam reunir as contas, efectuar os despachos de exportação e obter os certificados de origem, de forma indistinta ou em conjunto. Os argumentos que suportavam esta exposição assentavam na coincidência dos pactos sociais, sede social, conselho de administração, divisão dos lucros e proporção das quotas de cada associado.²¹⁶

Na década de 1930, a Madeira Wine procurou afirmar-se no mercado internacional através da adesão ao «*The Companies Act 1929*», no qual foi incorporada em 4 de Fevereiro de 1933. Nesse sentido, registou a firma «*Madeira Wine Association Limited*». Além disso, tendo por base os seus estatutos sociais, registou os objectos de comércio e definiu que o escritório se localizava em Inglaterra.²¹⁷

215 ARM, *Notários*, L.º 6206, fls. 24-26v.º. O capital social tinha sido elevado a mil contos, por escritura de 30 de Abril de 1924. Cf. Alberto Vieira, *Breviário da Vinha e do Vinho na Madeira*, Signo, 2ª Ed., sd., p.71.

216 Arquivo da Madeira Wine Association Lda., dossier com escrituras de 1913 a 1932.

217 *The Companies Act 1929: Company Limited By Shares, Memorandum and Articles of Association of Madeira Wine Association Limited (A Private Company adopting Table A with modifications)*, Gilbert Samuel & C^o, London.

6.2- O sector sacarino

As crescentes necessidades de capital para investir na modernização das unidades industriais que laboravam a cana motivaram diferentes estratégias empresariais. Os aumentos do capital social podiam ser alcançados seguindo diferentes procedimentos. Assim, as sociedades recorriam à distribuição de dividendos, à admissão de novos sócios, às prestações suplementares, aos suprimentos de capital e ao «*insider lending*». Quando estas soluções não eram suficientes, ou não havia interesse dos proprietários em continuarem a explorar este ramo de negócios, podiam socorrer-se da sublocação, da venda ou da diversificação dos investimentos. Mais para o final deste ponto, elucidamos sobre a formação de monopólios, designadamente da firma William Hinton & Sons, no caso do fabrico de açúcar e álcool, e da Companhia da Aguardente da Madeira, para a comercialização dessa bebida.

A aplicação dos lucros, ou de parte dos mesmos, em reforço do capital social, ocorreu num número muito limitado de situações. Grande parte dos casos não mencionou a forma como aplicavam os dividendos. Cerca de um terço especificou que a divisão era proporcional às quotas dos associados, ou então que era em partes iguais. Por isso, apenas afluíram algumas situações que se destacaram relativamente a este tópico.

No caso da fundação de uma fábrica de açúcar na Ponta do Sol, os lucros ficaram consignados ao pagamento de um crédito de 25 contos, utilizado para equipar o engenho com um aparelho a vapor, destinado ao fabrico de açúcar. Depois de regularizarem o pagamento, os lucros eram divididos em partes iguais pelos quatro sócios, dos quais três eram capitalistas. A firma Luís Gomes da Conceição & Filhos recorreu a um expediente similar para gerir os lucros. Após retirarem 6 contos para crédito das contas dos sócios, depositavam metade do remanescente em conta de capital e o restante em contas pessoais. Decorridos três anos, a sociedade alterou a distribuição dos lucros. Continuavam a destinar metade a uma conta de capital, enquanto o restante era distribuído pelos accionistas, após dedução das somas levantadas.²¹⁸

218 ARM, *Notários*, L.º 359, fls. 44-46, Guilherme Wilbraham adquiriu os maquinismos em Inglaterra, montou a fábrica e dirigiu a laboração. *Idem*, L.º 3147, fls. 1-4. *Idem*, L.º 6200, fls. 64-65v.º.

A transmissão da «*gerência e administração*» da firma Viúva Abudarham & Filhos suscitou a elaboração de disposições especiais. Meny Abudarham estipulou o preço de 74.588\$86, ao juro de 5% ao ano. Os compradores saldaram a dívida em prestações semestrais, de 3.731\$35, até igualarem o capital social, e de 1.674\$00, pelo valor da firma, que era de 33.480\$00. Comprometeram-se igualmente a utilizarem o capital exclusivamente para os negócios de vinho e de aguardente e liquidarem os referidos débitos, no prazo de 12 anos, caso contrário, o juro era agravado em 1%. Em segurança do negócio, os balanços e as contas eram prestados por indicação do vendedor, até completo reembolso.²¹⁹

A Companhia da Aguardente da Madeira também estabeleceu algumas cláusulas excepcionais. Assim, o capital social podia ser elevado até ao montante de 5.000 contos, mediante a emissão de novas acções. Além disso, deixaram em aberto a possibilidade de consignarem uma percentagem não especificada dos lucros para «*fundos especiais*». Apesar de desconhecermos a finalidade dos mesmos, podemos aventar que a sociedade encarou a comercialização da aguardente com algumas reservas.²²⁰

A última situação que queremos destacar respeitou à firma José Fernandes de Azevedo & Filhos, Lda.. A sociedade foi constituída com o capital social de 600 contos, compreendendo uma série de bens, designadamente propriedades, acções, depósitos bancários, vinhos, aguardentes e quotas nas firmas Freitas, Soares & C^a, Azevedos & C^a, Rodrigues, Azevedos Lda. e Fábrica de Moagem Progresso Industrial Lda.. A sociedade era gerida por José Fernandes de Azevedo, o qual reservou os lucros enquanto subsistissem encargos sobre o capital social, nomeadamente metade a um décimo dos lucros para o fundo de reserva. Os restantes associados recebiam uma remuneração, em função dos serviços prestados. Após o óbito deste, a sociedade passou a funcionar com três gerentes. A viúva recebeu metade dos lucros, após desconto da sua renda mensal, de 750\$00.²²¹

A admissão de sócios, com o propósito de aumentar o capital social, não constituiu uma estratégia usualmente adoptada pelas firmas que negociavam neste sector. Como referimos noutra parte da dissertação, as referências aos montantes de capital social eram esparsas e poucas vezes respeitavam às mesmas firmas. Por isso, o nosso conhecimento actual não permitiu extrair quaisquer ilações. Ao invés,

219 *Idem*, L.º 1408, fls. 66-72. *Idem*, L.º 1425, fls. 61-62, os termos do acordo foram modificados por intermédio desta escritura.

220 *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 5203, 24 de Novembro de 1928.

221 *Idem*, *Notários*, L.º 6202, fls. 8v.º-12v.º.

como referiremos abaixo, era mais usual a opção por suprimentos de capital, sem alterar o pacto social. Deste modo, as relações de confiança estabelecidas permaneciam inalteráveis, ou até podiam sair reforçadas, com o aumento das responsabilidades de capital.

O financiamento de sociedades por intermédio de «*insider lending*» não pode ser identificado unicamente com a presença de sócios capitalistas. Às categorias socioprofissionais que identificamos como tal, nomeadamente os banqueiros, os industriais e os que viviam dos seus rendimentos, podemos acrescentar alguns negociantes e comerciantes envolvidos em participações sociais consideráveis. Porém, apenas as firmas Blandy Brothers & C^a, Reid, Castro & C^a Lda., Sardinha & C^a e Henrique Figueira da Silva realizavam operações bancárias. A participação destas em variados ramos de negócios era uma realidade iniludível, designadamente o comércio em geral e as operações industriais e mercantis.

A generalidade das sociedades não mencionou a exigência de prestações suplementares. No caso específico da aguardente, apenas encontramos a firma Ribeiro & Cardoso Lda.. Este subterfúgio justificou-se com a necessidade de movimentar verbas em caixa. Porém, os valores em questão eram considerados créditos, sendo lançados em contas especiais. O recurso ao suprimento de capital era muito mais usual. Ao todo, encontramos 32 casos, distribuídos da forma seguinte: 21 recorriam ao pagamento de juros correntes na praça, 1 especificou o juro de 4%, 4 optaram por 6%, 1 fixou em 7% e outro em 10%. Havia ainda 1 que advogou a utilização dos saldos das contas pessoais, retribuídos ao juro de 5%, e outros 3 o recurso aos associados e a casas bancárias, à proporcionalidade das quotas e às necessidades de caixa, sem mencionar o pagamento de juros.²²²

Os negócios relacionados com a transformação da cana-de-açúcar enfrentaram algumas contrariedades, relacionadas com as epidemias, a concorrência das fábricas de açúcar e álcool e as medidas legislativas destinadas a restringirem o consumo de aguardente. Nestas circunstâncias, encontramos 31 casos relacionados com o arrendamento de fábricas ou de engenhos. Estes distribuíam-se de forma homogênea ao longo das seis décadas, não se podendo retirar ilações em relação às diversas situações conjunturais. Porém, a frequência mais elevada ocorreu na década de 1900, coincidindo com o período de acumulação dos saldos de aguardente, enquanto as mais baixas ocorreram nas décadas de

²²² *Idem*, L.º 260, fls. 75v.º-82v.º.

1890, coincidindo com o início do proteccionismo sacarino, e de 1920, aquando do encerramento de alguns engenhos na vertente Sul da Madeira.

O maior número de casos de arrendamento de engenhos respeitou à costa Sul da Ilha, mais precisamente cerca de três quintos. Porém, o valor mais elevado ocorreu na freguesia de S. Jorge, com pouco mais de um quinto dos casos. As outras localidades com maior número de ocorrências eram o Funchal, os Canhas e Gaula, que no conjunto correspondiam a cerca de um terço dos casos. Os montantes em causa eram muito díspares, variando com os prazos do contrato, os prédios rústicos e urbanos incluídos, que em alguns casos respeitavam apenas a partes, e ainda as vantagens concedidas aos proprietários. Algumas das cláusulas são curiosas, designadamente o fim do contrato por epidemia na cana-de-açúcar, a reserva das cinzas e do bagaço da cana por parte do arrendatário, a obrigação de manter os preços praticados em anos anteriores, o pagamento de metade do vencimento do administrador e a exclusão de responsabilidade em caso de enchente ou de derrocada.

Os casos relacionados com a venda de estabelecimentos industriais ascenderam a 20, tendo metade ocorrido na década de 1910. O segundo valor mais elevado verificou-se nas décadas de 1890 e de 1920, mas representou apenas um terço do anterior. Constatamos que existiu correspondência com as décadas em que se verificou maior número de casos de arrendamento ou de venda. Metade destes ocorreu nas freguesias da vertente Norte da Ilha, mais precisamente 3 em S. Jorge, 2 em Ponta Delgada, em Boaventura e em S. Vicente e 1 em Porto do Moniz. Os restantes diziam respeito a 5 no Funchal e 1 em Gaula, Santa Cruz, Ribeira Brava e Arco da Calheta. Cerca de metade dos mesmos respeitavam à venda de uma fracção ou parte do prédio, que podia ir de quatro quintos a um de doze avos.

As estratégias adoptadas ao nível da gestão dos estabelecimentos fabris são praticamente desconhecidas. As poucas referências que encontramos relacionavam-se com os engenhos da Vila e da Estacada, em Machico. Nos anos de 1874-82, o sócio-gerente contratou dois empregados para registarem as laborações diárias, receberem os respectivos pagamentos e distribuírem os lucros pelos accionistas. Os acordos discriminavam uma diferença de 2 centavos nos custos de laboração entre os sócios e os restantes utilizadores, mas, no caso dos fiadores, a diferença diminuía para metade do valor. Os empregados

venciam 25\$00 por mês, sendo depois abonados em 1\$00 por cada dia e meia-noite de trabalho. Depois de encerrar as contas, os empregados e o sócio-gerente eram desonerados das suas responsabilidades.

Os restantes contratos de trabalho que encontramos referiam-se à Sociedade de Fomento Agrícola e à firma William Hinton & Sons. O primeiro caso concernia à contratação, por sete anos, do maquinista João Maria de Carvalho, a fim de acompanhar a laboração do engenho. O seu vencimento anual foi fixado em 180\$00, em 1896. O outro caso dizia respeito à contratação, por um ano, do cozedor de açúcar Manuel Sousa de Agrela, com a faculdade de renovar o vínculo. Este venceu 136\$00 ao mês, mas com a particularidade de lhe poderem actualizar o ordenado, em função do agravamento do custo de vida.

Resta-nos destacar um contrato de aprendizagem do ofício de alambiqueiro. O mestre António Joaquim Monteiro recebeu o aprendiz António Joaquim de Freitas, em troca de 45\$00. Além dos referidos custos com a aprendizagem, o oficial exigiu uma indemnização de 90\$00, para cobrir os eventuais prejuízos na oficina, localizada em Santa Cruz. O contrato, celebrado em 7 de Fevereiro de 1903, era válido por um ano. Não sabemos se o intervalo de tempo foi suficiente para um lavrador adquirir a experiência necessária ao exercício do ofício, mas asseguramos não ter encontrado qualquer outra referência aos mesmos.²²³

A análise aos casos que apresentavam a aguardente como objecto social permitiu identificar 66 situações. Destas, cerca de metade negociavam unicamente aquele género, correspondendo aos inúmeros engenhos que se estabeleceram um pouco por toda a Ilha. As restantes incluíam, o vinho (16 casos), o açúcar (7 casos), o álcool (4 casos), o mel (1 caso), uma mercearia (1 caso), a moagem de cereais (1 caso) e outros objectos (5 casos). A produção e a comercialização da aguardente tiveram ligações naturais com a beneficiação do vinho, eram uma das etapas do fabrico de mel, açúcar e álcool, aumentavam os lucros com a diminuição dos intermediários e a energia dos mecanismos podia ser aproveitada para o exercício de outras indústrias. Além disso, sempre podiam negociar outros objectos.

²²³ *Idem*, L.º 605, fls. 11 v.º-12 v.º.

6.2.1- A firma William Hinton & Sons

A tendência internacional, do final do século XIX, para a constituição de grandes unidades industriais manifestou-se na Madeira, através da ampliação e modernização da fábrica do Torreão. A necessidade de imobilizar enormes somas de capital em estabelecimentos industriais contribuiu para separar os agricultores e fornecedores de cana dos industriais, localizados em meios urbanos. A firma W. Hinton & Sons chegou a ser acusada de adquirir as outras fábricas de açúcar ou de as aniquilar através da livre concorrência. Efectivamente, nas duas primeiras décadas do século XX, o fabrico de açúcar na Madeira concentrou-se nesta fábrica. Assim, a existência de uma empresa em condições de monopólio ou oligopólio favoreceu a obtenção de taxas alfandegárias proteccionistas e a procura de rendas públicas.²²⁴

O inglês William Hinton obteve licença para fundar uma fábrica de extracção e cristalização de açúcar na Rua da Princesa, freguesia de Santa Luzia, a 27 de Novembro de 1872, no mesmo local onde existiu anteriormente um moinho de espremer cana-de-açúcar e um alambique de destilação, pertencentes a Robert Wallas. Três décadas depois, foi a vez da firma W. Hinton & Sons obter licença para instalar outro engenho de espremer cana e «*uns aparelhos para sulfilação de garapa, xaropes e esgroto*». As condições impostas referiam uma chaminé com 25 metros de altura, a necessária ventilação, o abastecimento de água e a condução dos resíduos em cano fechado, até o mar. Este investimento decorreu do sistema de matrícula, tornado definitivo a partir de 1903, culminando por efectivar o monopólio industrial da fábrica do Torreão no fabrico de açúcar e de álcool.²²⁵

No terceiro quartel do século XIX, a tecnologia empregue na moenda da cana baseou-se na utilização tradicional de três cilindros esmagadores, sendo horizontais nas fábricas produtoras de açúcar e verticais nas de aguardente. A capacidade de extracção de garapa de uns e outros era muito semelhante,

224 V. J. H. Galloway, «A abolição e a seguir...», p. 33, sobre o aparecimento de fábricas centrais. Quirino Jesus, A nova questão Hinton, Lisboa, Ed. Germano da Silva, Typographia Portuguesa, 1915, pp. 57 e 65. Abel Marques Caldeira, O Funchal no Primeiro..., p. 75, a firma W. Hinton & Sons adquiriu a fábrica da Companhia Nova. Benedita Câmara, «A concentração industrial...», p. 420. José António Sánchez Román, «La industria azucarera...», p. 378. Alberto Vieira, «Canaviais, engenhos, açúcar...», pp. 253 e 265-269. Alfred D. Chandler Jr., «The United States...», pp. 100-101, a modernização das indústrias de refinação e destilação possibilitou maiores economias de escala. Franco Amatori, «Italy: the tormented rise of organizational capabilities between government and families» *In Business and the Wealth of Nations*, (ed.) Chandler Jr., Alfred D., Amatori, Franco e Hikino, Takashi, New York, Cambridge University Press, 1997, p. 257-258 e 265, em Itália, algumas firmas cresceram por motivos estratégicos para conseguir maior poder negocial.

225 ARM, *Governo Civil*, L.º 77, fls. 47-48v.º. *Idem*, L.º 80, fls. 117v.º-118. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 1282, 29 de Julho de 1915. J. Reis Gomes, *Casos de Tecnologia...*, p. 36. Alberto Artur Sarmiento, *História do Açúcar...*, pp. 96-101.

apesar das diferentes formas de energia utilizada, mais precisamente vapor, hidráulica ou animal (*Vide* Quadro n.º 13). Os sistemas de rodas hidráulicas eram mais seguros e duráveis que os movidos a vapor e menos sujeitos a avarias, embora dependessem de um caudal regular de água, que nem sempre era possível assegurar. O sistema de tracção animal era ligeiramente menos produtivo, mas os custos de exploração eram consideravelmente superiores. Os resultados apontavam para a extracção de um almude de garapa por cada 30 quilos de cana laborada, ou seja, cerca de 16,4 a 17 litros, a qual fermentava com o auxílio de leveduras. O «vinho da cana» daí resultante era destilado para o fabrico de aguardente.²²⁶

Quadro 13 - Fontes de energia usadas nas fábricas de açúcar e destilação de aguardente

	1870-79	1880-89	1890-99	1900-09	1910-19	1920-29	Totais
Animal	-	1	-	-	-	-	1
Hidráulica	-	-	10	3	1	-	14 ^(*)
Vapor	1	1	5	8	2	-	17

Nota: ^(*) Os motores desenvolviam 4 a 6 cavalos de potência.

Fonte: ARM, *Governo Civil*, L.^{as} 76 a 84.

A evolução dos conhecimentos químicos reflectiu-se nas diversas fases da produção. As alterações técnicas ao nível dos evaporadores de efeito múltiplo, que aproveitavam a força do vapor e reduziam os custos de produção, e das máquinas centrífugas, que separavam e secavam melhor os cristais de sacarose, contribuíram para a produção mundial de açúcar de cana em larga escala. As potencialidades produtivas da fábrica foram ampliadas com a nova localização das caldeiras de ferver borra, a instalação de um engenho numa dependência da fábrica e a aquisição de um aparelho destinado a esterilizar o melaço e produzir fermento puro para o fabrico de álcool. O engenheiro inglês James Campbell dirigiu os trabalhos de montagem de três engenhos na fábrica do Torreão, em 1907. Os melhoramentos reflectiram-se na aquisição de um novo rectificador contínuo, na substituição de dois engenhos, um pré-evaporador, uma nova caldeira de cozer grão e aumento da capacidade de outra, duas novas centrífugas, a instalação de quatro caldeiras evaporadoras e máquinas de secar açúcar a vapor. A nova chaminé mediu cerca de 50 metros de altura e 2,2 metros de diâmetro, na extremidade superior.²²⁷

226 J. Reis Gomes, *Casos de Tecnologia...*, pp. 67-70. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, pp. 163-164.

227 ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 767, 15 de Junho de 1900. *Idem*, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 337, fls. 3v.º e 16v.º-17. *Idem*, *Governo Civil*, L.º 385, fls. 77 e 78. *Idem*, L.º 386, fl. 39v.º. *Idem*, *Diário do Comércio*, n.º 3237, 17 de Outubro de 1907. *Idem*, n.º 3618, 22 de Outubro de 1909. *Idem*, n.º 3654, 4 de Dezembro de 1909. *Idem*, *Heraldo da Madeira*, n.º 1896, 31 de Janeiro de 1911. *Idem*, n.º 2436, 7 de Dezembro de 1912. Alfred D. Chandler Jr., «The United States...», p. 121.

A firma W. Hinton & Sons efectuou investimentos frequentes para equipar a sua fábrica com maquinismos modernos, sobretudo durante o proteccionismo sacarino. Os inúmeros pedidos de licenças à Câmara Municipal atestavam o desenvolvimento deste complexo fabril, vital à economia da Ilha. Assim, melhoraram e muraram os edifícios, construíram um armazém, derrubaram parte do muro para entrar o novo aparelho de laboração de açúcar, ligaram diversas propriedades através de canos metálicos, acrescentaram um andar, construíram novos armazéns e substituíram as máquinas a vapor e os geradores eléctricos, por vezes com oposição dos residentes nas proximidades. Chamamos a atenção para a instalação de linhas telefónicas entre a fábrica, os armazéns e a residência do proprietário, no início da década de 1890, preconizando a direcção da empresa à distância. As máquinas substituídas podiam ser vendidas aos industriais locais. Deste modo, Pedro da Cunha Pires adquiriu um aparelho de difusão para a fábrica do Salto do Cavalo, em S. Martinho.²²⁸

Depois de aumentar a capacidade de laboração da fábrica do Torreão, a firma instalou um cabo aéreo na ribeira de Santa Luzia. O sistema foi activado em 1911, servindo para o transporte das canas descarregadas pelo vapor de serviço costeiro. Nesse ano, os fretes marítimos orçaram em mais de 27 contos, correspondendo ao transporte de cerca de 7.077 toneladas. Os dados de 1915 apontaram para a entrada de 79.112 corças na fábrica. As dificuldades de abastecimento durante a guerra forçaram a importação de juntas de bois dos Açores para aquele serviço. Os boieiros recebiam, em média, 60 centavos por viagem, ou seja, o equivalente a 1 centavo pelo transporte de cada 10 quilogramas.²²⁹

A fábrica estava equipada com 3 caldeiras alimentadas a bagaço e 4 caldeiras de marca *Babcock & Wilcox*, alimentadas a carvão de pedra, que desenvolviam em conjunto 1.500 cv, além de 3 motores eléctricos com 250 kw de força, os quais forneciam a energia e a iluminação necessárias. Os dois

228 ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 767, 29 de Setembro de 1900. *Idem*, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 657, fl. 289v.º. *Idem*, L.º 662, fl. 109v.º. *Idem*, L.º 664, fls. 242v.º-243v.º e 285v.º-287v.º. *Idem*, L.º 670, fls. 225v.º-226v.º e 231v.º. *Idem*, L.º 671, fls. 93v.º e 226v.º. *Idem*, L.º 674, 230v.º. *Idem*, L.º 676, fl. 213v.º. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 1743, 23 de Dezembro de 1916, este industrial submeteu à prova uma caldeira a vapor usada, construída na oficina de Babcock & Wilcod, no ano de 1905, com 4.732 litros de capacidade. *Idem*, n.º 1971, 29 de Setembro de 1917. *Idem*, n.º 2085, 17 de Fevereiro de 1918, a firma Rodrigues, Azevedos & Companhia instalou uma caldeira usada, da firma Sperling & Williams, com 3.150 litros de capacidade, no engenho localizado na Ajuda, freguesia de S. Martinho. José Mattoso, *História de Portugal*, vol. V..., pp. 378-379. José Amado Mendes e Alda Mourão Filipe (coord.), *Estudos do Século...*, p. 147.

229 ARM, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 664, fl. 289v.º. *Idem*, L.º 671, fl. 139v.º, a Câmara recebeu um protesto de 488 proprietários e agricultores de cana-de-açúcar sobre o artigo 119 do regulamento de veículos. *Idem*, *Diário do Comércio*, n.º 3532, 14 de Julho de 1909. *Idem*, *Heraldo da Madeira*, n.º 1971, 7 de Maio de 1911. *Idem*, n.º 2234, 30 de Março de 1912. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 1282, 29 de Julho de 1915. *Idem*, n.º 1522, 6 de Abril de 1916. *Idem*, n.º 2419, 8 de Abril de 1919. *Idem*, n.º 1574, 8 de Junho de 1916, agressão de um boieiro ao encarregado do serviço de pesagem da fábrica do Torreão.

engenhos e um desfibrador, equipado com oito cilindros, eram alimentados com cana-de-açúcar por intermédio de três carros eléctricos, suspensos no tecto (*Vide* Figura n.º 5). O açúcar que ainda restava no bagaço da cana era extraído através de maceração, em duas baterias com 16 difusores, cada qual com 250 hectolitros de capacidade. Em seguida, o bagaço destinado às caldeiras era seco num moinho de 3 cilindros. Estas máquinas foram importadas da Grã-Bretanha, tornando dispendiosas as reparações e as manutenções, que não se podiam efectuar na Ilha. Por este facto, a firma requereu isenção dos direitos de importação, mas a Alfândega suspeitou desse procedimento. A fábrica podia laborar diariamente 500 a 600 toneladas de matéria-prima e fabricar 50 a 60 toneladas de açúcar. Nela trabalhavam, em média, 580 operários, auferindo salários médios de 12\$00, e três técnicos franceses, que auxiliavam a laboração.²³⁰

Figura 5 - Interior da fábrica do Torreão



Colecção Perestrellos. Museu Photographia Vicentes

As operações industriais desenvolviam-se em fases distintas, precisamente para coincidirem a moagem com o período de maturação da cana, enquanto a extracção máxima dos melaços esgotados de cana madeirense se efectuava ao longo do restante ano industrial. Deste modo, podiam abreviar em cerca de dois meses o período de safra. Este benefício da agricultura madeirense foi compensado pelo Estado

²³⁰ ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 784, fls. 435-437. *Idem*, L.º 785, fls. 115-118. *Idem*, *O Diário do Commercio*, n.º 2849, 24 de Junho de 1906. *Idem*, n.º 3834, 24 de Julho de 1910. *Idem*, *Heraldo da Madeira*, n.º 2024, 16 de Julho de 1911. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 1354, 9 de Outubro de 1915. *Idem*, n.º 5001, 17 de Março de 1928, a fábrica do Torreão importou 2.000 toneladas de carvão. Peres Trancoso, *O Trabalho Português, I...*, p. 17. J. H. Galloway «A abolição e a seguir...», pp. 31-32. Alberto Vieira, «Canaviais, engenhos, açúcar...», p. 248.

com o protecționismo sacarino, que garantiu o retorno do investimento no apetrechamento da fábrika do Torreão com maquinismos modernos, segundo uma matriz tecnológica de extracção intensiva, de fluxo contínuo, mas com a preocupação de aproveitar o bagaço da cana como combustível. Segundo o director técnico João Higino Ferraz, a fábrika utilizou 90% da sua capacidade em 1914-17, para laborar, em média, 53.914 toneladas de cana, em 100 dias, 67% da capacidade em 1918-22, para laborar, em média, 22.773 toneladas de cana, em 57 dias, e 40% da capacidade em 1923-27, para laborar, em média, 12.536 toneladas de cana, em 30 dias (*Vide* Quadro n.º 14). Como se pode constatar, o fim do regime sacarino evidenciou as limitações da oferta de matéria-prima face à capacidade de laboração de cerca de 500 toneladas por dia, reflectindo-se na redução do período de laboração.²³¹

Quadro 14 - Laboração da fábrika do Torreão (valores médios)

Anos	Cana laborada (toneladas)	Álcool (hectolitros)	Açúcar (toneladas)			Melaço Importado	Açúcar para refinar (toneladas)
			Consumo	Exportação	Total		
1866-1870	-	-	-	100	-	-	-
1871-1875	-	-	-	145	-	-	-
1876-1880	-	-	-	263	-	-	-
1881-1885	-	-	-	328	-	-	-
1886-1890	-	-	-	3	-	182	-
1891-1895	-	-	-	-	-	146	-
1896-1900	-	-	511	15	526	686	-
1901-1905	7.631	-	794	21	815	-	-
1906-1910	25.544	1.948	1.033	1.241	2.274	335	-
1911-1915	50.223	4.101	1.287	3.479	4.766	-	550
1916-1920	40.974	-	1.645	2.483	4.128	-	-
1921-1925	-	-	-	-	-	-	-
1926-1930	24.886	4.601	2.006	149	2.155	-	-
1931-1935	30.138	6.013	2.147	455	2.602	-	-

Nota: Não conseguimos reunir dados para os anos 1874-75, 1919-28 e 1932-34. Os valores dos anos 1894, 1896 e 1916-18 encontram-se incompletos.

Fontes: *Diplomas principais que interessam ao regimen saccharino da Madeira*, quadros VI a X. Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes, *Elucidário Madeirense*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico [versão em CD-ROM], entrada «Indústria sacarina». ARM, *Diário da Madeira*, n.º 1280, 27 de Julho de 1915. M. G. Pestana Júnior, *O Problema Sacarino da Madeira. Subsídios para o estudo e resolução da chamada Questão Hinton*, Funchal, Typographia «Esperança», 1918, p. 21. *Acção commercial em que são autores William Hinton & Sons e reu Conde de Cannavial...*, IIª parte, p. 25. ARM, Alfândega do Funchal, L.º 767. *Idem*, L.º 786, fl. 90. *Idem*, *O Diário do Commercio*, n.º 1000, 13 de Fevereiro de 1900. ARM, Alfândega do Funchal, L.º 51-52.

Em contrapartida, iniciavam o cozimento de melaço importado e adicionavam porções do líquido açucarado armazenado, resultante da cristalização do açúcar pela acção de turbinas. Porém, as autoridades alfandegárias suscitaram dúvidas relativamente à aplicação da lei de 11 de Março de 1911 ao processo industrial, justificando duas extensas exposições da firma W. Hinton & Sons. Estes industriais alegaram a diminuição dos custos com a laboração simultânea daqueles produtos, sem que isso resultasse

²³¹ ARM, *Diário da Madeira*, n.º 4887, 26 de Outubro de 1927. ARM, Alfândega do Funchal, L.º 767, 21 de Janeiro de 1895, a fábrika do Torreão obteve licença provisória para a laboração de cana-de-açúcar e resíduos da fabricação de açúcar produzido na Ilha, até ao final do mês de Fevereiro. Cf. Benedita Câmara, «A concentração industrial...», pp. 420-421, este sistema não foi adoptado noutras regiões produtoras devido ao «peso excessivo de combustível e o baixo preço da matéria-prima».

em perda de receitas fiscais. A legislação deixou margem de manobra para as fábricas matriculadas laborarem os melaços e exportarem o açúcar que sobejou ao consumo local.²³²

Segundo o relatório dos serviços técnicos da indústria no Funchal, relativo a 1912, o Torreão adquiriu 44.507 toneladas de cana-de-açúcar, correspondendo a mais 4.530 toneladas que no ano anterior, e recebeu 3.853 toneladas de garapa da Companhia Nova. Nessa laboração, fabricou cerca de 997 toneladas de açúcar de primeira qualidade, 3.206 toneladas de segunda, 38.260 hectolitros de melaço, do qual extraiu 4.600 hectolitros de álcool a 40° Cartier, vendeu 8,5 toneladas às fábricas não matriculadas, fabricou 446 toneladas de melacinho e armazenou 1.142 toneladas. A laboração decorreu em 131 dias e ocupou, em média, 360 operários.²³³

O capital envolvido no pagamento da cana-de-açúcar e dos salários representou uma grande exigência financeira. A liquidez monetária da caixa não era suficiente, sendo necessário recorrer às instituições financeiras locais. Estas verbas representaram a principal fonte de rendimento de muitos agricultores e permitiram animar o comércio local. A título de exemplo, a firma necessitou de 25 trabalhadores e de escolta policial para transportar 50 contos. O dinheiro destinou-se a abreviar os pagamentos aos proprietários, sendo levantado na agência do Banco de Portugal, em Agosto de 1914, e transportado em sacos, cada qual contendo 500\$00 em prata. No ano seguinte, os vencimentos dos operários, incluindo as férias, ascenderam a 53 contos.²³⁴

Na Madeira, a doença dos canaviais, a orografia, o sistema de propriedade da terra, as técnicas de cultivo e as dificuldades de transporte levaram a investimentos industriais destinados a retirarem o maior partido possível da matéria-prima. Foi o caso do sistema patenteado de Hinton-Marsden, referente ao esmagamento da cana por intermédio de cilindros rotatórios com ranhuras. Posto isto, o bagaço era pulverizado com água quente e sujeito a uma nova fase de esmagamento, a qual não inviabilizava a utilização dos resíduos da cana como combustível. Quando o preço do carvão mineral se encontrava baixo, a firma recorreu ao sistema patenteado de Hinton-Naudet, para retirar o máximo de sacarose, mediante a difusão forçada do bagaço da cana, em aparelhos de alta pressão. As garapas resultantes da

232 ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 693, 27 de Março e 2 de Abril de 1912.

233 *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 75, pp. 7-8. ARM, *Heraldo da Madeira*, n.º 2730, 6 de Dezembro de 1913. *Idem*, n.º 2731, 7 de Dezembro de 1913.

234 ARM, *Heraldo da Madeira*, n.º 2918, 8 de Agosto de 1914. *Idem*, *Diário do Comércio*, n.º 1344, 29 de Setembro de 1915.

primeira e da segunda extracção eram misturadas em tanques e submetidas às operações industriais da «sulfatação» e da «defecação» com cal, destinadas a depurarem o líquido dos componentes prejudiciais à sua conservação e posterior transformação em sacarose. A nova fase consistiu em submeter o suco ao «*Aparelho Dorr*», de decantação contínua, e os resíduos desta operação industrial aos filtros prensas, e, na década de 1940, ao filtro de vácuo «*Oliver-Campbell*», destinado a aproveitar a sacarose ainda existente, mediante a lavagem contínua das borras com água quente.²³⁵

O líquido clarificado era aquecido até à ebulição em baterias de quádruplo efeito ou caldeiras de evaporação no vácuo, de forma a retirar o vapor, impedir a carbonização do açúcar e formar xarope, também conhecido por mel de engenho. Este era submetido a nova cozedura, desta feita a temperatura inferior, utilizando para o efeito caldeiras de cristalização em vácuo. A massa cozida seguia para arrefecimento em aparelhos providos de pás helicoidais, cujos movimentos contínuos faziam a separação de cristais de sacarose do melaço. A operação foi reforçada com a utilização de onze centrífugas providas de dois cilindros de aço. Os procedimentos eram repetidos até à separação dos cristais de sacarose do melaço esgotado, destinando-se este último ao fabrico de álcool rectificado. O açúcar clarificado era depois conduzido aos armazéns de secagem, onde era submetido a jactos de ar quente. A automatização da produção originou inquestionáveis vantagens em termos de rapidez, diminuição do número de operários e, conseqüentemente, dos custos.²³⁶

Num ano anterior à moléstia da cana, a Fábrica do Torreão laborou metade da cana destinada à produção de açúcar, o que equivaleu a dizer que transformou anualmente 7.500 toneladas e fabricou 653 toneladas de açúcar. Este quantitativo bastou para suprir as necessidades locais e ainda permitiu a exportação de cerca de 350 toneladas para o território nacional. Neste período, apesar dos maquinismos retirarem menor rendimento da cana, as variedades cultivadas eram mais ricas em sacarose e cada 30 quilos de cana produziam, em média, 2,6 a 3 quilos de açúcar, com custos de produção entre 13,5 e 15,6 centavos, ou 2,71 litros de aguardente. Com os aperfeiçoamentos técnicos, a fábrica do Torreão extraiu

235 *Idem*, *Diário do Comércio*, n.º 2977, 24 de Novembro de 1906, o processo era utilizado na indústria de açúcar de beterraba, tendo sido experimentado nos três anos anteriores na fábrica do Torreão. A firma W. Hinton & Sons obteve a patente de invenção, com a duração de 15 anos. Benedita Câmara, «A concentração industrial...», pp. 420-421. Alberto Vieira, *Canaviais, Açúcar...*, pp. 174 e 182-183. Alberto Vieira, «Canaviais, engenhos, açúcar...», p. 266.

236 J. Reis Gomes, *Casos de Tecnologia...*, pp. 37-46 e 70-71. Benedita Câmara, «A concentração industrial...», p. 421.

cerca de 8% de açúcar em 1902 e 9,2% em 1915. Do mesmo modo, a operação de purificação foi aperfeiçoada com a utilização de um filtro de limpeza automática, de forma a não interromper o processo de filtragem do bagaço no interior dos difusores. O aperfeiçoamento das máquinas e das técnicas de fabrico permitiram a extracção de 6,48 litros de álcool de cada quintal de cana, além da produção de 1,05 litros de álcool quando a cana era laborada para obter a maior quantidade de açúcar.²³⁷

A fábrica da firma W. Hinton & Sons orientou a sua produção para tipos de açúcar mais perfeitos e caros, que podia despachar mais facilmente. Porém, os interesses da família Hinton eram bastante diversificados, tais como a arrematação da renda municipal sobre vinhos artificiais e bebidas alcoólicas, o controlo de um diário, a posse de acções da Companhia da Luz Eléctrica, e participações no capital da Madeira Water Association, Madeira Wine Association, Empresa Madeirense de Automóveis, Caminho-de-Ferro do Monte, Madeira Suply Company, Empresa Madeirense de Tabacos, Saneamento do Funchal, Ocean Island Fruits, além da co-propriedade de uma exploração açucareira em Cassequel. No que respeitou a esta última, também se gerou alguma polémica em relação ao regime de protecção de 56 centavos ao quilo, para uma produção anual estimada em 10.000 toneladas. A firma realizou ainda importantes negócios de vinhos em Lisboa, sobretudo durante a I Guerra Mundial.²³⁸

Os custos de laboração eram compensados com os lucros resultantes dos benefícios pautais, concedidos na exportação de açúcar para Lisboa, no montante de 15 centavos, e no abastecimento local, no valor de 19 centavos ao quilo. Os incentivos à exportação também resultaram da restituição de parte da taxa que incidia sobre a importação de sacas nacionais para acondicionarem o açúcar. O movimento era de tal modo frequente que a firma assinou um termo de responsabilidade na Alfândega, de forma idêntica ao deliberado em relação às conservas, à manteiga e ao vinho exportado.²³⁹

237 *Inquérito sobre a situação económica...*, pp. 14 e 200.

238 ARM, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 379, fls. 31-33v.º, segundo as vistorias de 1856 e 1858, o estabelecimento de Robert Wallas destinou-se a moer cereais e cana-de-açúcar. *Idem*, L.º 657, fl. 284v.º. *Idem*, *Governo Civil*, L.º 223, fls. 48-49, em 1922, o Governador Civil Álvaro Nobre da Veiga chamou a atenção do Governo para a exploração económica exercida pelas famílias Hinton e Blandy, as quais dominavam a opinião pública através de diários, pressionavam o governo português por intermédio dos embaixadores ingleses e defendiam os seus interesses através de agentes em Lisboa. *Idem*, *Diário do Comércio*, n.º 1348, 3 de Outubro de 1915. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 1615, 27 de Julho de 1916. *Idem*, n.º 1685, 17 de Outubro de 1916. *Idem*, n.º 1704, 8 de Novembro de 1916. Artur Inês, *Um Bôdo Indecoroso...*, p. 75. Miguel Rodrigues, «A Questão Hinton» *In História e Crítica*, n.º 6, Dez. 1980, p. 15. Sobre a família Hinton, V. Alberto Vieira, *Canaviais, Açúcar...*, pp. 248-252.

239 ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 699, 28 de Fevereiro de 1916. *Idem*, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 664, fls. 293v.º-294v.º. *Idem*, L.º 670, fls. 106v.º e 228v.º-231v.º. *Idem*, L.º 671, fls. 103v.º e 227v.º. *Idem*, L.º 674, fls. 102v.º e 230v.º-231v.º. Encontramos referências à restituição de direitos em futuros despachos:

Os principais rendimentos do fabrico de açúcar não se relacionavam com a exportação para o território continental português, mas sim com o abastecimento local e o fornecimento de álcool para tratamento dos vinhos. A deflagração da Iª Guerra Mundial resultou no aumento do preço do açúcar, originando melhores resultados. Durante esse período, a fábrica foi acusada de desdobrar álcool para consumo, visto o álcool laborado ser duas vezes superior ao necessário para o tratamento do mosto declarado na Alfândega. Na verdade, Pestana Júnior considerou que os resíduos da fabricação do açúcar seriam suficientes para obter o álcool necessário aos vinhos generosos.²⁴⁰

A indefinição governamental e a exiguidade de canas manifestadas às fábricas matriculadas suscitaram a publicação de um aviso sobre o rateio de álcool. Os industriais deram um prazo de 2 dias para receberem as declarações com o álcool necessário ao tratamento dos vinhos, incluindo os da colheita do ano seguinte. Esta situação crítica só terminou em meados de Maio de 1918, com a proibição do fabrico de aguardente no Sul da Ilha e o reinício da laboração da fábrica do Torreão.²⁴¹

A exploração da fábrica requereu cuidados especiais, designadamente a publicação de um folheto sobre o uso de adubos químicos e as melhores técnicas de cultivo da cana sacarina, em 1908. Os objectivos anunciados passavam por «*obter mais grau e maior percentagem de assucar*», de forma a rentabilizar os investimentos efectuados no apetrechamento da fábrica e suportar os encargos da matrícula. Segundo as experiências do próprio industrial, a aplicação das novas técnicas resultou na colheita de canas com 11-12º Baumé e 19-20% de açúcar, ou seja, equiparou os resultados da cana *Bourbon*. A fábrica disponibilizou adubos químicos «*por baixo preço, visto não desejarmos que a sua venda represente para nós um ramo de negócio*», e facultou análises gratuitas aos terrenos, a fim de determinar os correctivos a aplicar.²⁴²

A firma obteve licença do Ministério da Agricultura para importar, fabricar, preparar e vender adubos químicos-agrícolas, em 1921. Além dos armazéns no Funchal, esta podia exercer a actividade nas freguesias de Machico, Santa Cruz, Gaula, Caniço, Câmara de Lobos, Campanário, Ribeira Brava,

16.350 sacas (735\$75) em 1909, 19.250 sacas (951\$20) em 1910, 26.150 sacas (1.399\$13) em 1911, 27.250 sacas (1.681\$65) em 1912, 35.487 sacas (2.140\$30) em 1913, 28.000 sacas (1.680\$00) em 1915, 31.200 sacas (1.895\$09) em 1916 e cerca de 17.064 sacas em 1917.

240 M. G. Pestana Júnior, *O Problema Sacarino...*, pp. 26-27. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, pp. 194-195.

241 ARM, *Diário da Madeira*, n.º 2133, 19 de Abril de 1918. *Idem*, n.º 2169, 5 de Junho de 1918.

242 W. Hinton & Sons, *O Emprego de Adubos Chimicos na Cultura da Canna Sacharina*, Funchal, Tip. do “*Heraldo da Madeira*”, 1908, pp. 1-3.

Tabua, Ponta do Sol, Canhas, Madalena do Mar, Calheta, Arco da Calheta, Jardim do Mar e Paul do Mar. A distribuição de adubos químicos resultou no aumento do grau de sacarose, mas também se revelou uma importante estratégia de angariar canas para a fábrica. A título de exemplo, a firma forneceu 400 quilos de adubo a um agricultor de S. Martinho, como adiantamento à aquisição da safra do ano seguinte. O bagacinho, ou seja, o bagaço moído utilizado como filtrante, as fibras do bagaço, o azoto orgânico, a cal e as gomas, também eram aproveitados como adubo, sendo distribuídos gratuitamente aos fornecedores de cana. Em 1924, a fábrica iniciou a distribuição anual e gratuita de cerca de 600 toneladas de «*borras de garapa*», para adubo das plantações de cana sacarina. A firma chegou, inclusive, a conceder crédito a José Manuel da Câmara, em 1870, tendo como garantia a colheita do ano seguinte.²⁴³

A firma de W. Hinton & Sons formou um conjunto industrial com a fábrica da Companhia Nova, de José Júlio de Lemos. A primeira especializou-se no fabrico de açúcar e a segunda na destilação dos resíduos para o fabrico de álcool, a 40° Cartier. A associação datou de finais do século XIX, como se pode constatar na referência «*vai ser seu empregado*», utilizada pelo Comissário dos Álcoois do Distrito para se referir ao segundo industrial. Na verdade, a firma Hinton estabeleceu um contrato de arrendamento daquela fábrica. A ligação entre as duas foi reforçada em 1910, com a instalação de um cabo telefónico e de um cano de ferro para a condução de melaço esgotado e garapa. O cano metálico, assente nas margens da ribeira de Santa Luzia, constituiu, nas palavras de Pestana Júnior, o cordão umbilical que materializou a união de interesses entre os referidos industriais. Os argumentos apresentados para a obtenção deste melhoramento consistiram em diminuir o período de laboração e, deste modo, antecipar a utilização da terra para outras culturas, ou seja, um argumento de peso para as autoridades locais que se viam a braços com a deficiente estrutura produtiva insular.²⁴⁴

243 *Diário do Governo*, IIª Série, n.º 15, 19 de Janeiro de 1921. ARM, *Diário do Comércio*, n.º 794, 31 de Maio de 1899, a fábrica do Torreão ofereceu 600 toneladas de mato de cana para adubo aos proprietários que moíam a cana-de-açúcar naquela fábrica. *Idem*, *Correio da Madeira*, n.º 27, 25 de Abril de 1922. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 4729, 9 de Abril de 1927. *Idem*, n.º 5077, 26 de Junho de 1928. *Idem*, *Notários*, L.º 1178, fls. 69v.º-70, cana existente em diversas freguesias da costa Sul da Madeira, avaliada em 260\$00. Benedita Câmara, *A Economia da Madeira...*, pp. 152-153, o declínio substancial do preço dos superfosfatos reflectiu-se na difusão da sua utilização.

244 M. G. Pestana Júnior, *O Problema Sacarino...*, p. 28. ARM, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 670, fls. 228v.º e 230v.º. *Idem*, L.º 672, fls. 120v.º-121v.º e 129v.º. *Idem*, L.º 336, fl. 69v.º. *Idem*, *Governo Civil*, L.º 388, fls. 38v.º-39. *Idem*, *Diário do Comércio*, n.º 3744, 1 de Abril de 1910. *Idem*, *Alfândega do Funchal*, L.º 786, fls. 169 e 173-175. Alberto Vieira, *Canaviais, Açúcar...*, p. 180.

A única condição imposta à exploração conjunta das fábricas foi a proibição de misturarem as garapas de cana madeirense com as importadas. Porém, a fiscalização revelou-se muito complicada, uma vez que em 1911 existiam nas fábricas subprodutos do melaço exótico, mais precisamente açúcar, álcool e aguardente para rectificar, melaço fermentado e resíduos da extracção do açúcar, além de aguardente pertencente aos fabricantes ou a particulares e de álcool de cana indígena. Em algumas ocasiões, encontramos a fábrica da Companhia Nova a laborar melaço de origem local, como sucedeu em relação a 500 toneladas em Outubro de 1908, 500 cascos em Julho de 1910 e 250 cascos em Janeiro de 1911.²⁴⁵

A fábrica da Companhia Nova possuía três caldeiras, duas alimentadas a bagaço da cana-de-açúcar e a outra a carvão de pedra. Os maquinismos desenvolviam 100 cv e tinham capacidade para moerem diariamente 150 toneladas de cana. A garapa ficava a fermentar em 12 cubas, com a capacidade individual de 130 hectolitros, sendo depois filtrada em três aparelhos de destilação. As operações industriais ocupavam, em média, 20 operários, vencendo cada um 12\$00 a 18\$00. A entrada do edifício foi ampliada em 1907 e 1916, para facilitar a entrada de cana, tendo em consideração a evolução nos transportes e na capacidade de laboração. Por exemplo, em 1911 instalaram uma nova caldeira a vapor, com 5.250 litros de capacidade, e ampliaram o edifício. No ano seguinte, instalaram outro alambique e, em 1917, inauguraram um edificio para depósito de álcool. Os investimentos de José Júlio de Lemos incluíram o arrendamento do engenho de João Rodrigues de Jesus, localizado na Lombada, freguesia de S. Martinho, entre Março e Junho de 1896, pelo montante de 250\$00.²⁴⁶

A laboração da Companhia Nova, em 1909, consistiu na compra de 3.915 toneladas de cana-de-açúcar e no fabrico de 2.504 hectolitros de aguardente, a 28° Cartier. Em 1912, a fábrica adquiriu 4.159 toneladas de cana, ou seja, mais 244 toneladas que no ano anterior. Cerca de 3.923 toneladas foram transformadas em garapa e conduzidas à fábrica do Torreão, representando mais 235 toneladas que no ano anterior. A restante produziu 142 hectolitros de álcool, quando no ano anterior esse valor tinha sido

245 ARM, *Alfândega do Funchal*, L.º 784, fl. 420. *Idem*, L.º 785, fl. 83. *Idem*, L.º 786, fl. 219. *Idem*, L.º 787, fls. 20 e 68. *Idem*, *Diário do Comércio*, n.º 3325, 22 de Outubro de 1908.

246 *Idem*, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 420, 30 de Março de 1896. *Idem*, L.º 668, fls. 186v.º-187v.º. *Idem*, L.º 675, fl. 93v.º. *Idem*, *Diário do Comércio*, n.º 2662, 27 de Outubro de 1905, uma das caldeiras foi adquirida em Hamburgo. *Idem*, *Heraldo da Madeira*, n.º 2121, 9 de Novembro de 1911. *Idem*, n.º 2165, 5 de Janeiro de 1912. *Idem*, n.º 2252, 24 de Abril de 1912. *Idem*, n.º 2391, 15 de Outubro de 1912. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 1808, 13 de Março de 1917. *Almanach Illustrado do Diario da Madeira 1913*, Funchal, 1912, pp. 49-50, os dois edificios principais ocupavam uma área de 1680 m2, além do edificio onde estavam a montar os novos aparelhos de destilação e do prédio com os escritórios e o laboratório.

de 217 hectolitros. Laboraram ainda cerca de 700 toneladas de melão, adquirido à fábrica do Torreão. As operações industriais empregaram, em média, cerca de 80 operários, ao longo de 131 dias.²⁴⁷

O industrial Lemos protagonizou uma iniciativa inédita no âmbito das relações laborais. Poucos anos antes de falecer, estabeleceu um contrato destinado a «*regularizar e melhorar a situação dos (...) empregados da mesma fábrica, interessando nos resultados da sua exploração os primeiros que constituem o pessoal superior do estabelecimento e de cujos serviços mais directamente dependem aqueles resultados, e garantindo aos últimos uma remuneração condigna pelo seu trabalho como operários, e os recursos indispensáveis em caso de doença*». Deste modo, abriu uma conta de 1.200\$00, destinada a um «*fundo especial de socorros*», aumentou os vencimentos diários em 10 centavos, para depositar naquela conta, e estabeleceu uma gratificação anual. A conta era usada em caso de doença, mediante levantamentos de valor igual aos depósitos diários e respectivos juros, ou em caso de óbito, com o apuramento do montante depositado, juros e um prémio de 100\$00 para os herdeiros.²⁴⁸

O mesmo contrato estipulou os vencimentos do proprietário e dos administradores da Companhia Nova, em 1912. Assim, João Marinho de Nóbrega auferiu 50\$00 mensais e 5% dos lucros brutos. Manuel Fernandes Pontes venceu 50\$00 mensais e 4% dos lucros brutos, mas seria abonado em 1% quando os lucros eram superiores a 10 contos. Guilherme Martins ganhou 36\$00 mensais, 0,5% sobre o valor do melão e 0,25% sobre o valor da cana. Décio de Lemos Martins Ferreira auferiu 20\$00 mensais e 0,25% do valor do álcool comercializado. Luís Maria Figueira recebeu 20\$00 mensais, 0,5% sobre o valor do melão e 0,25% do valor da cana. A retribuição dos dirigentes das diversas secções da fábrica com uma percentagem dos negócios podia constituir um poderoso estímulo ao aumento da produtividade.

O industrial José Júlio de Lemos faleceu após uma operação realizada em Lisboa, em Outubro de 1914. As cinco herdeiras resolveram continuar com o mesmo ramo de negócio, agora sob a firma de José Júlio de Lemos, Sucessores. Os gerentes provisórios foram António de Paiva Loreno e João Marinho de

²⁴⁷ ARM, *Diário do Commercio*, n.º 3937, 24 de Novembro de 1910, a fábrica da Companhia Nova laborou 3.057 toneladas em 1908. *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 75, p. 8. ARM, *Heraldo da Madeira*, n.º 2731, 7 de Dezembro de 1913.

²⁴⁸ ARM, *Notários*, L.º 3076, fls. 94v.º-98.

Nóbrega, respectivamente esposos de Isabel Machado de Lemos Loreno e de Maria Ema Machado de Lemos de Nóbrega. Esta decisão foi oficializada em escritura de 1 de Janeiro de 1915.²⁴⁹

A laboração das fábricas matriculadas foi alvo de diversas tentativas de sabotagem. As pedras colocadas no interior dos molhos de canas poderiam avariar os cilindros esmagadores. A fábrica do Torreão publicou um anúncio, em 1911, oferecendo 100\$00 de alvissaras a quem denunciasse o culpado de utilizar uma pedra de alvenaria «*com o fim único de quebrar os cilindros dos nossos engenhos*». A situação repetiu-se em 1915, mas desta vez a recompensa decuplicou e a suspeita recaiu sobre os proprietários do concelho do Funchal. Os operários da Companhia Nova também se depararam com situações idênticas, nas laborações de 1917 e de 1918. Estas manifestações de descontentamento ocorreram, precisamente, nos últimos anos do proteccionismo sacarino.²⁵⁰

A firma W. Hinton & Sons queixou-se de algumas adversidades enquanto deteve uma posição chave na economia da Ilha, ao ponto de formular diversos pedidos de indemnização e, inclusive, suscitar boatos sobre a venda do Torreão à firma Hornung & C^a, sua concorrente no abastecimento do mercado nacional. Porém, com o aumento das solicitações de álcool para o tempero de vinhos, em 1916-18, a firma negociou o aumento da produção. O problema residiu na insuficiência de cana, em especial face aos preços praticados pelos industriais da aguardente. A Direcção Geral da Agricultura propôs a proibição ou a limitação do fabrico de aguardente, tendo os industriais matriculados e os fabricantes de aguardente, reunidos por iniciativa da Associação Comercial do Funchal, se pronunciado pela segunda hipótese.

Alguns fabricantes de aguardente procuraram o advogado Manuel Gregório Pestana Júnior, o qual sugeriu a fundação de uma associação de classe e o envio de um telegrama, solicitando a manutenção da legislação ou a limitação da produção pela média dos três últimos anos. A Comissão de Viticultura pretendeu limitar a produção pela média dos últimos seis anos, ou seja, a 10.000 hectolitros, mas também defendeu a limitação da produção de álcool às necessidades da vinificação, das farmácias e da indústria de licores e a proibição do desdobramento. O Presidente da Junta Geral recomendou uma

249 *Idem*, *Heraldo da Madeira*, n.º 31 de Outubro de 1914. *Idem*, n.º 3001, 14 de Novembro de 1914. *Idem*, n.º 3042, 6 de Janeiro de 1915.

250 *Idem*, *O Povo*, n.º 335, 2 de Junho de 1911. *Idem*, *Heraldo da Madeira*, n.º 3132, 27 de Abril de 1915, a lista com os nomes dos fornecedores de cana foi entregue ao comissário de polícia. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 1814, 20 de Março de 1917, encontraram uma pedra com 1,2 kg em canas provenientes da Madalena do Mar ou dos Anjos. *Idem*, n.º 2177, 16 de Junho de 1918, 3 molhos de canas do Porto da Cruz com 9,7 kg de pedras. *Idem*, n.º 2182, 22 de Junho de 1918, um molho de canas do Porto da Cruz continha 3 pedras com 5,5 kg de peso.

resolução definitiva do problema em sede do Parlamento, a limitação da produção de aguardente a 8.000 hectolitros e o aumento do imposto de produção.²⁵¹

As questões relacionadas com o abastecimento de água constituíam uma preocupação recorrente, quer em relação aos agricultores, quer aos industriais. A Câmara Municipal recebeu diversos requerimentos para a utilização de água das ribeiras, das levadas ou das canalizações municipais, com a alegação de que os períodos de escassez perturbavam a laboração. A disputa pela posse de água da Ribeira de Santa Luzia e dos Tornos opôs a firma W. Hinton & Sons ao projecto de abastecimento de água canalizada da Câmara, dando origem, inclusive, a um processo judicial por causa da água do Montado do Barreiro. A título de exemplo, a fábrica do Torreão necessitou de 210 mil litros de água por hora, embora reaproveitasse parte desta através de bombas eléctricas e de uma torre refrigerante.²⁵²

O fabricante António da Silva Manique obteve permissão para aproveitar as sobras de água da fonte dos Saltos na fábrica da Ponte Nova, W. Hinton & Sons para utilizar parte da água da levada dos Moinhos e Henrique Figueira da Silva para arrendar quinze penas de água para a fábrica de S. Filipe e canalizar água da fonte de N.ª Sr.ª do Calhau. Os pedidos de autorização para a construção ou reparação dos sistemas de canalização de água também chegavam à Câmara com alguma frequência. Porém, nos anos de 1896 e 1897, a fábrica do Torreão foi forçada a interromper a laboração por escassez de água, devido ao tempo de Leste. Neste último ano, os «*hiréus*» da Levada de Santa Luzia reuniram para auxiliarem a fábrica a laborar cerca de 100.000 almudes de garapa. Mas o inverso também ocorreu, ou seja, o mau tempo interrompeu a laboração das fábricas matriculadas nos anos de 1916 e 1917.²⁵³

O fabrico de açúcar evoluiu sobremaneira durante o regime sacarino, tendo subido de 649 toneladas em 1898 para 1.823 toneladas em 1908, 4.162 toneladas em 1912, 4.944 toneladas em 1916,

251 *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 1605, 15 de Julho de 1916, desmentido à notícia que circulava na Ilha. *Idem*, n.º 2093, 27 de Fevereiro de 1918. *Idem*, n.º 2094, 28 de Fevereiro de 1918. *Idem*, n.º 2096, 2 de Março de 1918. *Idem*, n.º 2097, 3 de Março de 1918. *Idem*, n.º 2405, 21 de Março de 1919. *Idem*, n.º 2500, 23 de Julho de 1919, um dos gerentes da fábrica do Torreão atribuiu a falta de cana ao preço de 3\$00 por cada galão de aguardente e à proximidade das fábricas às plantações. *Idem*, *O Comércio da Madeira*, n.º 47, 15 de Abril de 1920, os fabricantes de aguardente marcaram uma reunião no escritório do advogado para analisarem o último decreto sacarino. *Idem*, n.º 294, 13 de Fevereiro de 1921, os fabricantes de aguardente reuniram para analisar o decreto n.º 7269. *Idem*, n.º 300, 19 de Fevereiro de 1921, os fabricantes alegaram não poder efectuar uma laboração contínua.

252 *Diplomas principaes que interessam ao regimen saccharino da Madeira*, pp. 281-297. Quirino Jesus, *A nova questão...*, p. 51.

253 ARM, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 657, fls. 1-2v.º. *Idem*, L.º 659, fls. 11v.º e 90v.º. *Idem*, L.º 664, fls. 282v.º-283v.º. *Idem*, L.º 671, fls. 125v.º e 135v.º. *Idem*, L.º 674, fls. 108v.º e 213v.º, as sobras de água da fonte do Calhau foram arrendas por 100\$00 ao ano. *Idem*, L.º 675, fl. 12v.º. *Idem*, *Diário do Comércio*, n.º 1333, 16 de Abril de 1896. *Idem*, n.º 156, 16 de Março de 1897. *Idem*, n.º 181, 18 de Abril de 1897. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 1354, 9 de Outubro de 1915. *Idem*, n.º 1548, 7 de Maio de 1916. *Idem*, n.º 1848, 29 de Abril de 1917.

1.763 toneladas em 1929, 3.148 toneladas em 1930 e 4.175 toneladas em 1932. Os efeitos do Regulamento para o Comércio dos Vinhos da Madeira também se fizeram sentir numa fase inicial sobre o fabrico de álcool. Assim, a produção ascendeu a 12.000 hectolitros antes de 1911, nesse ano desceu para 7.000 hectolitros, voltou a subir para 10.981 hectolitros em 1916 e 11.623 hectolitros em 1917, decresceu para 6.151 hectolitros em 1929, 7.154 hectolitros em 1930 e 8.128 hectolitros em 1932. Segundo um folheto publicado pela firma W. Hinton & Sons, o regime sacarino gerou riqueza, fazendo com que o valor da cultura ascendesse de 1.400 contos, em 1903, para 12.000 contos, em 1915, a colheita de cana aumentasse de 18.000 para 75.000 toneladas e o valor desta de 255 para 1.177 contos, além de emprego para mais de 40.000 madeirenses «*de ambos os sexos de todas as idades produtivas*».²⁵⁴

O dinamismo económico da firma W. Hinton & Sons e a visão empresarial dos seus gerentes reflectiram-se na imagem que procuravam transmitir à sociedade madeirense. A família inglesa era mecenas de algumas modalidades desportivas, como a taça de futebol Hinton. Podemos ainda referir o jantar oferecido aos 300 operários, aquando da comemoração dos 50 anos de actividade, a 13 de Julho de 1909. O respeito pela religião dos operários esteve na origem da suspensão da laboração por dois dias, para celebrar o Santíssimo Sacramento nas freguesias de Santa Cruz, Campanário e Caniço, assim como as boas colheitas e a ausência de acidentes graves de laboração. O empresário chegou a oferecer transporte e música a bordo do vapor que conduziu os trabalhadores da zona Oeste até Santa Cruz. Estas estratégias de *marketing* contribuíram para a aprovação social e reforço do peso político da firma. Porém, as questões laborais também se colocaram nesta unidade industrial, havendo notícia da prisão de cinco operários, acusados de instigarem os restantes a entrarem em greve para reivindicarem aumentos salariais, em 1914.²⁵⁵

O industrial Henry Hinton assegurou uma posição dominante dentro da sociedade comercial W. Hinton & Sons. Em 1901 verificou-se a transferência de parte da quota de Charles para William Hinton e, em 1921, este último retirou-se da sociedade por mútuo acordo, entrando para a mesma o antigo

254 *V Centenário do Descobrimento...*, p. 36. Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes, *Elucidário Madeirense...*, entradas «Açúcar» e «Indústria sacarina». Quirino Jesus, *A nova questão...*, p. 21.

255 ARM, *Diário do Comércio*, n.º 3531, 13 de Julho de 1909. *Idem*, *Heraldo da Madeira*, n.º 2324, 27 de Julho de 1912. *Idem*, n.º 2824, 7 de Abril de 1914. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 1272, 19 de Julho de 1915. *Almanach de Lembranças Madeirense para 1910*, Dir. António Feliciano Rodrigues e Jaime Câmara, Funchal, Edição Bureau de la Presse, 1910, p. 167. Alberto Vieira, *Canaviais, Açúcar...*, p. 252.

empregado superior Carlos Fernandes. Na década de 1930, o capital social da firma foi elevado a 28.175 contos, sendo Henry Hinton o gerente e sócio maioritário, com uma quota de 14.278.572\$00. A sociedade era formada por Isabel Hinton, com uma quota de 4.619.538\$00, George Welsh, com 4.902.310\$00, Theo Welsh, com 4.199.580\$00, o guarda-livros João José de Freitas Belmonte, com 100 contos, e H. B. Tristão Câmara, com 75 contos. Porém, a participação de cidadãos nacionais no capital social era bastante diminuta, na ordem dos 0,62%, provando a fraca cooperação entre os empresários das duas nacionalidades. Como se pode constatar, apesar da dimensão dos negócios e das grandes responsabilidades de capital, a firma manteve uma estrutura familiar, mesmo com a admissão a sócio dos empregados superiores.²⁵⁶

Para terminar, abordamos um conflito sobre o direito de propriedade industrial, que opôs o médico João da Câmara Leme aos industriais do sector. O Conde de Canavial obteve a patente de um invento para aproveitar a sacarose que se perdia através da queima do bagaço da cana-de-açúcar, com o qual pretendeu retirar dividendos durante os quinze anos da concessão, a contar de 10 de Novembro de 1870. No entanto, procedeu a algumas alterações em 1875 e pediu a renovação da patente em 1885 e 1896. Em defesa das mesmas, recorreu a um número considerável de citações de obras de especialistas sobre a indústria sacarina. Assim, enviou uma circular sobre o privilégio aos industriais da cana e publicou a mesma informação na imprensa local, anunciando processos judiciais a quem utilizasse o seu invento sem o indemnizar em 1 centavo por cada 30 quilos de cana laborada. O rendimento anual da patente foi calculado em 1.130\$00. Porém, a legislação sobre patentes defendeu os inventores, mas também permitiu o registo de desenvolvimentos sobre as invenções, dando origem a diversos litígios.²⁵⁷

O inventor salientou a vantagem de negociar primeiro com a firma W. Hinton & Sons, porque todas as outras a imitavam. Porém, o Conde de Canavial instaurou um processo judicial àqueles

256 ARM, *Notários*, L.º 3202, fls. 56-56v.º, o guarda-livros João José de Freitas Belmonte foi nomeado procurador da firma W. Hinton & Sons em 4 de Dezembro de 1920. *Idem*, *Diário do Comércio*, n.º 1414, 30 de Julho de 1901, Charles Hinton trespassou a parte que detinha na sociedade W. Hinton & Sons ao seu irmão William Hinton. *Idem*, *O Comércio da Madeira*, n.º 262, 1 de Janeiro de 1921. Cesário Nunes, *Cadernos Madeirenses...*, p. 136. João Adriano Ribeiro, *A Cana-de-Açúcar...*, p. 67.

257 ARM, *Governo Civil*, L.º 632, fls. 114v.º-115 e 116. *Idem*, *Diário do Commercio*, n.º 1267, 22 de Janeiro de 1896. *Idem*, *O Diário do Commercio*, n.º 67, 25 de Novembro de 1896. *Idem*, n.º 708, 8 de Fevereiro de 1899, a fábrica Canavial iniciou a laboração até ao fim do mês, empregando o sistema patenteado de 1896. João da Câmara Leme, *Um privilégio industrial...*, pp. 23-26, 65 e 69, a autoria do invento suscitou alguma polémica em assembleia-geral da Companhia Fabril de Açúcar Madeirense, pelo facto de desenvolver a ideia aquando de uma viagem ao serviço da mesma. Jesús M.º Valdaliso e Santiago López García, *Historia Económica...*, pp. 342-344.

industriais pela utilização do processo protegido por patente, em 1880-82, durante os quais a firma laborou anualmente cerca de 7.500 toneladas de cana, correspondendo a um rendimento superior a 11.500\$00. O processo judicial encerrou com a escritura celebrada a 3 de Março de 1887, tendo o Conde sido ressarcido por aquela firma, mas os processos continuaram em tribunal no que respeitou à patente de 1896. Assim, W. Hinton & Sons intentou uma acção no Tribunal de Comércio de Lisboa para anular o privilégio concedido ao Conde de Canavial, tendo celebrado um acordo com outros 22 proprietários de fábricas de açúcar e álcool, igualmente interessados. As custas judiciais foram rateadas, competindo 50% a W. Hinton & Sons, 12% a António da Silva Manique, 5% a João Higino Ferraz & C^a e a José de Faria & C^a, 3% a Pedro da Cunha Pires, 2% a José Dias da Silva e 23% aos restantes.²⁵⁸

Os industriais Manuel Teles da Gama, Guilherme Wilbraham, Conde do Carvalhal, José Pinto Correia e Aluísio de César Bettencourt contactaram o inventor para beneficiarem das vantagens apregoadas. Na década de 1890, os fabricantes João Higino Ferraz e António da Silva Manique pagaram para utilizarem o processo patenteado em 1885, ainda que o primeiro destes industriais tenha registado uma patente de invenção de aperfeiçoamento no processo de destilação dos líquidos açucarados, obtidos a partir da cana-de-açúcar e do seu bagaço. Apesar das leis que protegiam a propriedade industrial, o Visconde da Calçada utilizou o invento na fábrica da Calheta e o seu filho na de Santa Cruz, após 1878. Os industriais Wilbraham também se serviram do mesmo, desde 1881, na fábrica da Ponta do Sol.²⁵⁹

258 ARM, *Notários*, L.º 2379, fls. 31v.º-33.

259 *Idem*, *Notários*, L.º 1331, fls. 24-24v.º, o inventor foi ressarcido por W. Hinton & Sons pela utilização do invento, tendo desistido de processar Guilherme Wilbraham, pela utilização até 1886. *Idem*, *Diário do Comércio*, n.º 442, 8 de Março de 1898. *Idem*, n.º 627, 28 de Outubro de 1898, o Tribunal da Relação de Lisboa decidiu a favor do inventor. *Idem*, n.º 664, 13 de Dezembro de 1898, o Conde de Canavial voltou a publicitar o seu método, que iria experimentar na fábrica que estava a construir, e alertou para as multas previstas na lei das patentes, nos montantes de 20\$00 a 500\$00. *Idem*, n.º 753, 9 de Abril de 1899, o Conde ficou com um décimo do acréscimo de garapa e o restante era dividido em partes iguais entre os donos da fábrica e os das canas. *Idem*, n.º 769, 28 de Abril de 1899, o Tribunal de Comércio de Lisboa decidiu a favor de W. Hinton & Sons. *Idem*, *Heraldo da Madeira*, n.º 2245, 17 de Abril de 1912. João da Câmara Leme, *Uma acção cível contra o Sr. W. Hinton fabricante de assucar e de aguardente na cidade do Funchal (Ilha da Madeira) como contrafactor de um processo industrial de que tem patente de invento o Dr. João da Camara Leme Homem de Vasconcellos Visconde do Cannavial*, Funchal, Typographia Popular, 1884, p. 3 e ss. *Idem*, *Um Privilegio Industrial: Cartas a Diversos Jornaes*, Funchal, Typographia Funchalense, 1883, pp. 2-3 e 70. João Augusto de Ornelas, *A Companhia Fabril...*, p. 31. *Acção commercial em que são autores William Hinton & Sons e reu Conde de Cannavial sobre um invento de que o mesmo conde obteve patente em 1896, e que tem por título: «O modo mais facil e mais proveitoso de utilizar, para aguardente ou para a fermentação do melaço, líquidos contendo assucar e fermento, apropriadamente obtidos do bagaço da canna de assucar.»*, Funchal, Typ. do Diário de Notícias, 1898, pp. 15 e 23-24.

6.2.2- A Companhia da Aguardente da Madeira

No concurso público para a adjudicação do monopólio da venda da aguardente na Ilha Madeira, o Governo preferiu o concorrente que integrasse unicamente elementos de nacionalidade portuguesa, oferecesse uma renda anual superior a 2.000 contos e uma caução de 500 contos. O Ministério das Finanças nomeou uma comissão, formada pelo Sub-Secretário de Estado das Finanças e pelos directores gerais das Alfândegas e da Contabilidade Pública, para abrirem as propostas em público.²⁶⁰

Este negócio promissor deu origem à apresentação de 4 candidaturas. Uma do comerciante de Lisboa, Alberto da Silva Pereira, caucionado pelo Banco Espírito Santo, na importância de 3.061 contos, outra do comerciante madeirense, Francisco Alexandrino Rebelo, caucionado pela casa bancária Borges & Irmão, no montante de 2.200 contos nos primeiros três anos e aumentos sucessivos, até perfazer 4.300 contos nos últimos quatro anos, outra do comerciante madeirense, Abel Romão Gonçalves, caucionado pela casa bancária Sardinha & C^a, com a renda de 3.500 contos, e a última da firma José Maria da Fonseca, Sucessores, caucionada pelo Banco Nacional Ultramarino, na importância de 4.212 contos.²⁶¹

De entre aquelas propostas, a escolha recaiu sobre José Maria da Fonseca, Sucessores, Lda., que ofereceu a maior renda anual. O Estado celebrou um contrato, válido pelo prazo de 25 anos, tendo início a 1 de Novembro desse ano e terminando a 30 de Outubro de 1953, embora se mantivesse até 31 de Março de 1954, altura em que o saldo da aguardente seria transferido para a Delegação da Junta Nacional do Vinho. A sede da Companhia da Aguardente da Madeira (CAM) ficou estabelecida na Rua da Ribeira de S. João, tendo para o efeito solicitado licença para vedar 4 portas e pintar um letreiro identificativo.²⁶²

A empresa vencedora obrigou-se à compra de 5.000 hectolitros de aguardente, com a graduação de 27º Cartier, à temperatura de 15º centígrados, nos anos industriais de 1928-29 a 1952-53, a 9\$00 ao litro. A aguardente manifestada em 30 de Setembro de 1928 era adquirida a 12\$00 ao litro. O contrato estipulou que a CAM não podia comprar ou vender aguardente de graduação inferior a 26º Cartier, com excepção da manifestada no referido dia. Porém, o atraso na assinatura do contrato com o Estado originou

²⁶⁰ *Diário do Governo*, IIª Série, n.º 210, 12 de Setembro de 1928. Decreto-lei n.º 16159, de 22 de Novembro de 1928.

²⁶¹ ARM, *Diário da Madeira*, n.º 5147, 18 de Setembro de 1928.

²⁶² *Idem*, *Câmara Municipal do Funchal*, L.º 682, fl. 25v.º. *Idem*, *Diário da Madeira*, n.º 5172, 18 de Outubro de 1928. Maria João Oliveira, «O engenho de cana-de-açúcar do Porto da Cruz» *In Xarabanda*, n.º 4, Funchal, Associação Musical e Cultural Xarabanda, 1993, p. 27.

o prolongamento daquele prazo até ao dia 31 de Janeiro e 31 de Março do ano seguinte. O pagamento era efectuado no prazo de 90 dias, mediante letras, sacadas pelo vendedor e aceites pela CAM, com aval de um banco ou casa bancária, ou na ocasião, beneficiando do desconto vigente no Banco de Portugal. A empresa admitiu a tolerância de 10% na aguardente manifestada, recebendo metade até ao dia 31 de Dezembro de 1928 e a restante até ao final de Fevereiro do ano seguinte. A partir de 1929, a CAM recebeu um quarto do rateio de cada fábrica em cada um dos meses de Maio a Outubro, com a faculdade de antecipar as requisições e de as receber no prazo de 30 dias. A entrega da aguardente podia efectuar-se em qualquer dos seus depósitos, a construir no prazo de um ano, ou ficar selada nos armazéns dos vendedores. Os depósitos e armazéns da aguardente distando mais de 500 metros das fábricas eram aferidos pelo director da Alfândega, o chefe da circunscrição industrial e o gerente da CAM, de forma a conferirem o respectivo conteúdo.²⁶³

A venda de aguardente estava tabelada, não podendo ultrapassar 500 litros para os retalhistas, os quais não podiam armazenar mais de 700 litros em depósitos de revenda. O respectivo preço, com a correspondente redução para 26º Cartier, era determinado pela CAM e comunicado à Alfândega, com a condição de pertencer ao Estado 80% do valor bruto, quando o preço superava os 21\$00 por litro. O trânsito deste líquido em volumes superiores a 5 litros estava limitado aos agentes da CAM ou aos portadores de guias, sob pena de multas no valor de 5.000\$00, acrescidas de 20\$00 por cada litro transportado. O resultado da venda dos géneros apreendidos constituía receita do Estado.

A Alfândega podia efectuar varejos em qualquer altura do ano. No final de cada ano, confrontava as quantidades existentes nos depósitos ou armazéns com as constantes dos mapas diários recebidos, com tolerância de 8%, sob pena de multas no valor de 1.000\$00 e 10\$00 por cada litro, os quais duplicam por dia de atraso. As declarações falsas eram multadas em 5.000\$00, acrescidas de 10\$00 por cada litro em falta. Estas relações serviam para elaborar mapas mensais, remetidos à Direcção Geral das Alfândegas.²⁶⁴

No caso de negociar anualmente mais de 5.000 hectolitros, a Companhia era multada em 100 contos e 20\$00 por cada litro, cabendo ao Governo decidir a rescisão do contrato, no prazo de 30 dias. A

²⁶³ Decreto n.º 16297, de 27 de Dezembro de 1928.

²⁶⁴ ARM, *Diário da Madeira*, n.º 5219, 15 de Dezembro de 1928, a Companhia iniciou a venda de aguardente em Câmara de Lobos e Santa Cruz.

Companhia respondia por perdas e danos se terminasse o contrato antes do prazo estabelecido ou se faltasse aos compromissos financeiros com os vendedores da aguardente ou com o Estado, perdendo de imediato a caução e ficando apenas com direito ao remanescente. Ao fim de doze ou dezoito anos de contrato, o Estado podia resgatar o negócio da venda da aguardente, mediante o pagamento de uma renda anual pela média do rendimento líquido dos cinco anos anteriores, o valor da aguardente em depósito e o produto da multiplicação de 1/25 do valor dos equipamentos pelo número de anos remanescentes, até terminar o contrato. No fim deste, os bens da CAM transitam para o Estado, sem qualquer ónus.

O Governo podia alterar as disposições do regime sacarino, mas sem lesar os interesses da Companhia. Os processos das multas eram instruídos pela Alfândega do Funchal, pertencendo 10% do produto apurado aos denunciante e apreensores. As questões entre o Estado e a Companhia eram resolvidos por três árbitros. O Estado nomeava um elemento para funcionar junto ao Conselho Fiscal, com direito a remuneração paga pela Companhia.

O regulamento dos serviços de fiscalização da CAM foi aprovado pelo Governo. A administração responsabilizou-se pelos actos dos seus agentes e fiscais, aos quais fornecia um bilhete de identidade, podendo proceder civil ou criminalmente contra os mesmos. Os nomes dos fiscais eram enviados à direcção da Alfândega, a qual podia ordenar o cumprimento das medidas fiscais comunicadas à administração. Os dirigentes da CAM podiam nomear, fixar os vencimentos e demitir os agentes de fiscalização. Juntamente com os depositários, estavam isentos da licença de porte de arma e colaboravam com as autoridades públicas, sob pena de demissão. Antes do início da laboração, os seus funcionários varejavam as fábricas e respectivas dependências e, durante a mesma, conferiam o peso das canas entradas e determinavam a quantidade de garapa preparada, para comunicarem à direcção, e esta à Alfândega. Os recipientes suspeitos eram examinados e os infractores perdiam a aguardente.²⁶⁵

Após efectivação da CAM, o negócio da aguardente ressentiu-se e as vendas ficaram muito abaixo das expectativas. Uma das razões apontadas para essa situação prendeu-se com o decréscimo do preço dos vinhos, e a conseqüente diminuição do consumo de aguardente. As dificuldades agravaram-se com a obrigação da compra e armazenamento de mais de 10.000 hectolitros de aguardente de saldos

²⁶⁵ Decreto-lei n.º 16843, de 16 de Maio de 1929, multas de 1.000\$00 na primeira vez e de 5.000\$00 na reincidência.

anteriores e 5.000 hectolitros referentes à colheita de 1929, enquanto as vendas eram inferiores a 3.000 hectolitros. Outro aspecto apontado para a sua falência relacionou-se com o desdobramento do álcool, originando a concorrência de uma produção de custos inferiores. Assim, a CAM viu-se impossibilitada de adquirir a aguardente e solicitou a suspensão das compras, tendo obtido esse desiderato com a publicação do Decreto n.º 17.912. Os efeitos da crise alastraram aos industriais da aguardente, os quais não possuíam verbas suficientes para a compra da matéria-prima e respectivas despesas de laboração. Face a estes resultados, Ramon Rodrigues defendeu a liquidação da CAM, a proibição do fabrico de aguardente até ao escoamento dos stocks, cuja comercialização ficaria a cargo da Alfândega, e a obrigação das fábricas de açúcar e álcool adquirirem a garapa produzida na costa Norte. Este autor advogou a redução progressiva da área de cultivo da cana-de-açúcar e o fim do proteccionismo sacarino, bem como a produção de aguardente vínica, em lugar da importação de melaço, para suprir as necessidades de álcool a 40º Cartier para o tratamento dos vinhos.²⁶⁶

²⁶⁶ Ramon Rodrigues, *Subsídios para a Solução...*, pp. 34-37.

Capítulo VII – Considerações finais

As culturas da vinha e da cana-de-açúcar foram fundamentais para o desenvolvimento económico da Madeira. Porém, as dificuldades de comercialização do vinho da Madeira e do açúcar de cana reflectiram-se na estrutura produtiva insular, incapaz de gerar recursos suficientes para iniciar a sua reconversão. Nestas circunstâncias, o Estado apoiou a recuperação destes sectores agro-indutriais, após as epidemias que devastaram a Ilha, na segunda metade do século XIX. No caso do vinho, a intervenção procurou regular os circuitos de produção, de tratamento e de comercialização, enquanto a cana sacarina necessitou de protecção pautal para assegurar o escoamento no mercado nacional. Além da promulgação de diversa legislação, especialmente durante o período da Iª República e da Ditadura Militar, a intervenção das autoridades processou-se essencialmente através da Alfândega do Funchal. Os oficiais alfandegários encontravam-se numa posição privilegiada para controlar todas as mercadorias que eram importadas ou embarcadas na Ilha.

O agravamento das condições de mercado para a colocação dos vinhos licorosos e a concorrência de outras regiões produtoras reflectiram-se a montante, com a preparação de vinhos de menor qualidade, através das estufas de calor artificial, e a jusante, com o problema das falsificações. O efeito conjunto destes factores resultou na intenção de valorizar os vinhos através da defesa das denominações de origem e de maior rigor na fiscalização. Nesse sentido, os oficiais da Alfândega do Funchal desempenharam um papel fulcral na actualização das contas correntes e na publicação anual da lista dos exportadores de vinho da Madeira. Esta lista incluiu não só os comerciantes, ou seja, as empresas exportadoras e os partidistas, mas igualmente os produtores, que se serviram desse expediente para contornarem o problema da cartelização das empresas exportadoras, relativamente aos preços do mosto ou do vinho claro. Temos de salientar ainda a actuação dos partidistas, assim designados por tratarem e venderem partidas de vinhos da Madeira às firmas exportadoras, embora também pudessem exportar ou abastecer o mercado local.

Os custos de produção dificultaram a inserção dos vinhos nacionais no competitivo mercado internacional das bebidas alcoólicas. A posição periférica do País e a tendência comercial de exportar para os países confinantes ou com a presença de comunidades de emigrantes restringiu a competitividade dos vinhos nacionais. Os preços de venda ao público, relativamente elevados, e as características enológicas

contribuíram para conferir aos vinhos licorosos o carácter de produtos supérfluos e bens de luxo, onerados nas pautas alfandegárias. Excluídos dos hábitos de consumo da maioria da população, os mercados para estes vinhos eram relativamente restritos e conservadores. Ainda assim, os países escandinavos compensaram o decréscimo das exportações para a Inglaterra, a França e a Rússia.

A vitivinicultura nacional produziu vinhos de má qualidade, a partir de uma enorme diversidade de castas, devido à excessiva fragmentação da propriedade, ao baixo nível de escolarização e às dificuldades na divulgação do associativismo e das novas técnicas. Assim, os custos de produção agravaram-se com a necessidade de alcoolizar e lotear os vinhos, diminuindo-lhes a competitividade. Os exportadores pretenderam importar álcool nacional, que conseguiam obter a preços inferiores aos do álcool de melaço importado. Porém, a protecção ao sector agro-industrial da cana-de-açúcar e o controlo alfandegário sujeitaram os interesses vinícolas aos industriais da cana-de-açúcar. A partir de 1920, o preço do álcool passou a ser definido por uma comissão.

O agravamento das condições do comércio internacional, em finais do século XIX, e, em particular, das finanças públicas portuguesas, dificultaram sobremaneira o estabelecimento de acordos comerciais ou a obtenção do estatuto de nação mais favorecida. Não obstante estas condicionantes e a fraca elasticidade do mercado, o vinho da Madeira conseguiu adaptar-se e enfrentar a concorrência de outros vinhos licorosos, mais baratos. Entretanto, as medidas destinadas a reconstruir os vinhedos tradicionais e a corrigir a beneficiação dos vinhos nas estufas foram reiteradas em diversa legislação, ou seja, não passaram do papel. Porém, foi garantido aos vitivinicultores a possibilidade de diversificarem as suas ofertas através do fabrico de vinhos comuns e vinhos espumosos, mas alguns exportadores apostaram no engarrafamento dos vinhos de melhor qualidade para defenderem as marcas e a denominação de origem.

A segunda metade do século XIX correspondeu à afirmação do açúcar de beterraba sacarina no mercado internacional, cuja produção ultrapassou o fabricado com a cana-de-açúcar, a partir da década de 1880. Este notável crescimento esteve directamente relacionado com a evolução dos conhecimentos e das tecnologias empregues no fabrico de açúcar de elevada qualidade, algumas das quais também

experimentadas na laboração da cana. A protecção de alguns Estados à esta actividade agro-industrial também contribuiu para a rápida expansão da mesma. Assim, a protecção alfandegária ao açúcar madeirense deixou de ser suficiente, sendo os industriais beneficiados com a redução de direitos sobre a importação de melaço e de açúcar para refinar, especialmente após a infestação dos canaviais e a recuperação com espécies mais resistentes, ainda que de menor rendimento.

Os industriais do açúcar e álcool procuraram dominar o mercado insular através de grandes unidades de processamento de cana, a fim de reforçarem ao seu poder negocial face aos governos e, inclusive, em diferentes regimes políticos. Deste modo, conseguiram um regime de protecção legal para o fabrico de açúcar, com a cana produzida na Madeira, e de álcool, com o melaço importado, durante um quarto de século. A Companhia Fabril de Açúcar Madeirense procurou lutar contra o crescente domínio da fábrica do Torreão no processamento da cana insular, mas a matriz tecnológica adoptada e as dificuldades financeiras ditaram o seu encerramento. Ainda houve algumas tentativas de reactivar o estabelecimento industrial, mas não passaram disso mesmo. Porém, com ou sem a protecção legal, a firma W. Hinton & Sons detinha uma posição hegemónica no sector, tendo conseguido que as autoridades nacionais instituíssem o regime de matrícula e decretassem o encerramento de parte dos engenhos localizados na vertente Sul da Madeira. Os seus interesses industriais justificaram uma clara aproximação e domínio da fábrica da Companhia Nova, especialmente vocacionada para o fabrico de álcool utilizado maioritariamente na adubação dos vinhos da Madeira.

A recuperação das plantações de cana sacarina e o escoamento assegurado da aguardente contribuíram decisivamente para a expansão do sector. Os engenhos multiplicaram-se a partir das últimas décadas do século XIX, até perfazerem mais de meia centena. Porém, os custos elevados com a cultura e o transporte da matéria-prima para as fábricas justificaram, em parte, essa proliferação. A progressão do fabrico de aguardente respondeu à generalização do consumo, fazendo com que estes industriais adquirissem a cana por preços superiores aos tabelados. Esta situação foi combatida inicialmente com a tributação e rateio do fabrico da aguardente, cujo montante se destinou parcialmente a liquidar os engenhos a desactivar. Para evitar o pagamento de impostos, os industriais da aguardente desenvolveram

o fabrico de mel, até ao limite máximo de um décimo do rateio. Neste âmbito, as autoridades locais abriram uma excepção para o engenho do Ribeiro Seco, que se especializou no fabrico de mel. Porém, as dificuldades dos industriais do açúcar e álcool ditaram o encerramento de treze engenhos, nas localidades onde a cana apresentou maior riqueza sacarina, e o controlo da comercialização, através de uma Companhia constituída por capitais nacionais.

As dificuldades de circulação e a carestia de matéria-prima para abastecer a indústria sacarina tornaram-se mais prementes na terceira década do século XX, após a instalação de mais uma unidade industrial no Funchal para o fabrico de açúcar e de álcool. A Fábrica de S. Filipe, de resto tal como as suas antecessoras, não conseguiu subsistir durante muitos anos, acabando por encerrar em menos de uma década, em virtude da falência do capitalista madeirense Henrique Figueira da Silva. O monopólio no fabrico de açúcar voltou a ser restaurado, desta feita em resultado da superioridade tecnológica da Fábrica do Torreão.

As sociedades ligadas às actividades agro-industriais adoptaram maioritariamente a tipologia de empresa familiar. A dimensão exígua do mercado e a necessidade de reduzir os custos de produção reflectiram-se em estruturas de direcção, assentes em fortes relações de confiança, só possíveis através de laços de parentesco. No entanto, as facilidades concedidas à constituição de sociedades de responsabilidade limitada permitiram reunir a dispersão das poupanças individuais e desenvolveram sociedades com hierarquias de gestão mais complexas, ou seja, com quatro ou mais níveis de direcção. Este fenómeno resultou essencialmente do imperativo das empresas exportadoras do vinho da Madeira se associarem para disponibilizarem produtos mais homogéneos e maiores stocks, cujo facto mais evidente foi a fundação e expansão da Madeira Wine Company, Lda.. Não obstante esta tendência para a concentração, o número de firmas não revelou qualquer quebra. Na verdade, apenas cerca de uma dezena exportava volumes consideráveis.

A evolução da tipologia das empresas que caracterizavam o tecido empresarial madeirense denotou uma clara correspondência com as exigências do mercado e as inovações legislativas. Assim, as maiores empresas adoptaram usualmente a forma de sociedade anónimas, de responsabilidade limitada,

permitindo-lhes congregarem o contributo de diversos investidores. O seu número cresceu significativamente nas primeiras décadas do século XX. Estas empresas dominavam em ambos os sectores produtivos insulares. Porém, em termos quantitativos, destacam-se claramente as sociedades em nome colectivo, sobretudo porque se relacionavam com empresas de pequena ou diminuta dimensão, adequando-se por isso melhor aos condicionalismos do mercado madeirense. Contudo, merece especial destaque a evolução ocorrida ao nível das sociedades por quotas, particularmente ao nível da vinicultura e, em menor grau, nas indústrias relacionadas com o fabrico de aguardente.

As categorias socioprofissionais dos madeirenses que investiram nestes sectores agro-industriais permitiram estabelecer algumas distinções. Assim, os comerciantes apostaram no vinho e demonstraram menos interesse pela aguardente. Ao invés, os proprietários e as categorias identificadas como outras situações optaram por maiores investimentos na aguardente e não demonstraram grande atenção pela comercialização do vinho da Madeira. Os assalariados também preferiram o sector vinícola, em detrimento da aguardente, apesar de não encontrarmos qualquer referência relativamente ao açúcar. Os profissionais liberais e o funcionalismo público preferiram os investimentos no fabrico de açúcar e arriscaram menos na comercialização do vinho. Os capitalistas optaram pelo fabrico de açúcar e apostaram menos no fabrico da aguardente. Em suma, as diferentes estratégias de aplicação de capitais relacionavam-se intrinsecamente com as respectivas categorias socioprofissionais.

Fontes e Bibliografia

1- Fontes primárias

1.1- Fontes manuscritas

1.1.1- Arquivo Regional da Madeira

Administração do Concelho do Funchal, L.^{os} 379 e 420-421.

Alfândega do Funchal, L.^{os} 4, 21-22, 51-52, 203-207, 272-275, 279-282, 290-292, 423, 679-701, 767 e 783-794.

Câmara Municipal do Funchal, L.^{os} 195, 239-240, 309, 415-419, 545-552, 652-682 e 1394.

Documentos Avulsos, Cx. 6, n.º 820.

Governo Civil, L.^{os} 76-84, 185, 210-219, 222-223, 261-267, 354-366, 368-371, 374-389, 604-605, 628, 630, 632, 637-637, 701-704, 826, 834-835, 838, 987, 991 e 1074.

Notários:

Comarca do Funchal, L.^{os} 897, 900, 907, 916, 918, 922-923, 928-929, 943, 949, 951, 954, 957, 961, 972, 1178, 1182, 1184, 1187, 1319, 1322, 1326, 1329, 1331, 1335, 1351, 1362, 1370-1371, 1396, 1410, 1419, 1426, 1429, 1451, 1458, 1463-1464, 1482, 1499, 2206, 2322, 2351, 2361, 2373, 2377-2378, 2391, 2430, 2459, 2507, 2513-2514, 2530, 2534, 2613, 2646, 2663, 2666, 2739, 2817, 2843, 2855, 2914, 2939, 2948, 2979, 3049, 3069-3070, 3084, 3088, 3100, 3104, 3108-3109, 3115, 3121, 3123, 3125, 3137, 3143, 3146-3147, 3149, 3170, 3171, 3173, 3175, 3203, 3223, 3239, 6113, 6117, 6126, 6200-6213, 6225-6226, 6231-6232, 6237-6239, 6242-6243, 6247-6248, 6250-6251, 6254-6257, 6261-6262, 6264 e 6493.

Comarca da Calheta, L.^{os} 40 e 47.

Comarca de Câmara de Lobos, L.^{os} 1727, 1755 e 1757.

Comarca da Ponta do Sol, L.^{os} 359, 385 e 479.

Comarca de Santana, L.^{os} 211, 227, 228 e 232, 257, 260 e 262.

Comarca de São Vicente, L.^{os} 1814, 1836, 1839, 1841, 1847 e 1859.

1.1.2- Arquivo da Madeira Wine Company (não catalogado)

Invoice Book (vários)

Copies of Invoices (vários)

Order Book (vários)

1.2- Fontes Impressas

1.2.1- Legislação, regulamentos e documentos oficiais

Algumas disposições legais da fiscalização dos vinhos, vinagres e azeites, Funchal, Typ. «O Direito», 1908.

Almeida, António Pereira de, *Sociedades Comerciais*, Coimbra Editora, 2ª edição, 1999.

Caeiro, António, **Serens**, Manuel Nogueira, *Código Comercial, Código das Sociedades Comerciais*, Coimbra, Livraria Almedina, 13ª edição, 2001.

Câmara Municipal do Funchal, *Lançamento de contribuições municipaes indirectas sobre diversos géneros liquidos e mercadorias, excepto as que forem importadas para serviço dos respectivos municipios*, Funchal, Typographia do «Direito», 1885.

Câmara Municipal do Funchal, *Tabella do lançamento de contribuições municipais indirectas sobre diversos generos liquidos e mercadorias excepto os que forem importados para o serviço dos respectivos municipios*, Funchal, Typ. Do «Diario da Madeira», 1913.

Codigo Commercial Portuguez seguido de um appendice que contém a legislação que tem alterado alguns dos seus artigos publicada até ao fim do ano de 1878, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1879.

Colecção Diários do Governo (1909-30).

Colecção de Legislação Portuguesa (1870-1926).

Corrêa, Feliciano de Brito, *Colectânea de diversa legislação referente a açúcar, álcool e aguardente colegida e anotada pelo Inspector das Alfândegas*, s.l., 1935.

Diplomas principaes que interessam ao regimen saccharino da Madeira.

Escritura de convenção entre as Fabricas matriculadas e não matriculadas de açúcar.

Contrato entre as fábricas não matriculadas do Sul e as não matriculadas do Norte, Funchal, Typ. Esperança, 1908.

Ferrão, António de Abranches, *Das Sociedades Comerciais irregulares*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913.

Figueiredo, Sarmento de, *Ordens de serviço da Direcção da Alfandega do Funchal*, Funchal, Typographia Esperança, 1918.

Furtado, Jorge Henrique Pinto, *Curso de Direito das Sociedades*, Coimbra, Livraria Almedina, 3ª Edição, 2000.

Graça, Joaquim José da, *Tabella das medidas de capacidade antigas reduzidas ao systema metrico decimal e as deste ao antigo systema, precedidas de quadros das unidades de toda a especie de medidas portuguezas e inglezas organizadas sobre bases officiaes*, Lisboa, Typographia Universal, 1861.

Ministério do Fomento – Direcção geral da agricultura, *Fomento Agrícola e Industrial na Ilha da Madeira. Diplomas promulgados desde 11 de Março de 1911 a 20 de Julho de 1912*, Imprensa Nacional de Lisboa, 1913.

Regulamento para o commercio do vinho da Madeira nos termos do Decreto com força de lei de 10 de Maio de 1907, Funchal, Typ. do “Diario Popular”, 1909.

Sendin, Paulo M, **Mendes**, Evaristo, *Colectânea de Legislação Commercial, T. I, Código Commercial (sem Direito Marítimo) e Legislação Complementar*, Coimbra, Livraria Almedina, 2001.

Silva, P. Fernando Augusto da, *O Arquipélago da Madeira na Legislação Portuguesa*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1941.

1.2.2- Estatística, memórias e relatórios

Bettencourt, João de Sant'Anna V. M. de, e outros, *Companhia fabril de assucar madeirense, parecer do conselho fiscal sobre o relatorio e balanço em 22.05.1871*, Funchal, 1871.

Boletim Comercial da Madeira, n.º 1, 1929.

Boletim do Trabalho Industrial, n.º 7 e n.º 75.

Castro, Affonso de, *Relatorio e Documentos Apresentados á Junta Geral do Distrito do Funchal em 1 de Março de 1878*, Funchal, Typographia Liberal, 1878.

Castro, Francisco de Albuquerque Mesquita e, *Relatorio apresentado á Junta Geral do Distrito do Funchal na sua sessão ordinaria de 1877 pelo Governador Civil*, 1887.

Comissão Central Directora do Inquerito Industrial, *Inquerito Industrial de 1881, Inquerito directo*, IIª parte – Visita às Fábricas, L.º 3.º, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

Comissão Central Directora do Inquerito Industrial, *Inquerito Industrial de 1881, inquerito indirecto*, IIIª parte – Repartição de Estatística, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882.

Companhia Fabril de Assucar Madeirense, sociedade anónima – responsabilidade limitada, capital rs. 100000\$000, *Parecer do conselho fiscal sobre o relatório e balanço apresentados à Assembleia Geral pela Direcção em 22 de Junho de 1871*, Funchal, Typ. de A. C. C. Gorção, 1871.

Companhia Fabril de Assucar Madeirense, sociedade anónima – responsabilidade limitada, capital rs. 100000\$000, *Relatório da Direcção da Companhia fabril de assucar madeirense apresentado em 20.12.1872*, Funchal, 1872.

Companhia Fabril de Assucar Madeirense, sociedade anónima – responsabilidade limitada, capital rs. 100000\$000, *Relatório da Direcção apresentado em 25 de Dezembro de 1872*, Funchal, Typ. da Voz do Povo, 1872.

Estatística comercial – Boletim Comercial e Marítimo. 1917 – Janeiro a Dezembro, Lisboa, República Portuguesa – Ministério das Finanças, Imprensa Nacional, 1919.

Estatística comercial – Boletim Comercial e Marítimo. 1918 – Janeiro a Junho, Lisboa, República Portuguesa – Ministério das Finanças, Imprensa Nacional, 1920.

Ferraz, João Higino, *Livro de notas sobre fabricação d'assucar e alcool, e tabellas de cálculos*, 1904.

Freitas, Cândido Henriques de, *Companhia Fabril de Açúcar Madeirense. Relatório da Gerência*, Funchal, 1872.

Inquérito sobre a situação económica da Ilha da Madeira e medidas convenientes para a melhorar ordenado por Decreto de 31 de Dezembro de 1887, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888.

Leme, João Frederico da Câmara, *Relatorio e documentos apresentados á Junta Geral do Distrito do Funchal na sua sessão ordinaria de 1870 pelo Governador Civil*, Funchal, Imprensa Nacional, 1870.

Leme, João Frederico da Câmara, *Relatorio e documentos apresentados á Junta Geral do Distrito do Funchal em 1 de Março de 1872*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872.

Leme, João Frederico da Câmara, *Relatorio apresentado á Junta Geral do Distrito do Funchal na sua sessão ordinaria de 1873 pelo Governador Civil*, 1873.

Leme, João Frederico da Câmara, *Relatorio apresentado á Junta Geral do Distrito do Funchal na sua sessão ordinaria de 1874 pelo Governador Civil*, 1874.

Leme, João Frederico da Câmara, *Relatorio apresentado á Junta Geral do Distrito do Funchal na sua sessão ordinaria de 1875 pelo Governador Civil*, 1875.

Leme, João Frederico da Câmara, *Relatorio apresentado á Junta Geral do Distrito do Funchal na sua sessão ordinaria de 1876 pelo Governador Civil*, 1876.

Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria – Repartição de Estatistica, *Resumo do Inquerito Industrial de 1881*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883.

Relatório da Direcção da Companhia Fabril de Assucar Madeirense apresentados à Assembleia Geral em 22 de Junho de 1871, Funchal, Typ. de A. C. C. Gorjão, 1871.

1.2.3- Dicionários, descrições e relatos de viagens

Annuário Commercial de Portugal, Ilhas e Ultramar da indústria, da magistratura, e da Administração ou Anuario dos milhões de endereços (Lisboa, concelhos do reino, ilhas e colónias), vários anos.

Biddle, Anthony J. Drexel, *The Madeira Islands*, Philadelphia, 1896.

Biddle, Anthony J. Drexel, *The Madeira Islands*, London, Hurst & Blackett Limited, 2 vols., 1900.

Biddle, Anthony J. Drexel, *The Land of the wine*, London, Drexle Biddle Publisher, 2 vols., 1901.

Cabral, Avelino Xavier, *Relatório da minha viagem às British West Indies, Antilhas Francesas e Porto Rico*, 30.03.1939.

Corrêa, Marquez de Jacome, *A Ilha da Madeira; Impressões e Notas Archeologicas, Ruraes, Artisticas e Sociais*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s.d..

Hutcheon, J. Edith, *Things Seen in Madeira. A description of one of the most beautiful islands in the world, the impressiveness of its mountain scenery, its rich flora, the genial nature of its people, their occupations, habits & festas*, London, Seeley, Service & Co. Limited, s.d..

Koebel, W. H., *Madeira Old and New*, London, 1909.

Lethbridge, Alan, *Madeira, Impressions and Associations*, London, Methuen & Co. Ltd., 1ª ed. 1924.

Power, C. A. le Poer, *Power's Guide to the Island of Madeira (the pride of Portugal)*, London, 3ª edição, sd..

Rosas, Fernando, e **Brito**, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

Shand, P. Norton, *Book of the Other Wines – than French*, London, Alfred A. Knopf Ltd., 1929.

Silva, P. Fernando Augusto da, *Dicionário Corográfico do Arquipélago da Madeira*, Funchal, Edição do Autor, 1934.

Vizetelly, Henry, Facts about Port and Madeira, with notices of the wines vintaged around Lisbon, and the Wines of Tenerife, London, Ward, Lock, and C^o, 1880.

1.2.4- Livros, folhetos e opúsculos

A nova questão Hinton, resposta das empresas assucareiras da África portuguesa ao folheto da firma W. Hinton & Sons, Lisboa, Tipografia Universal, 1915.

Acção commercial em que são autores William Hinton & Sons e seu Conde de Cannavial sobre um invento de que o mesmo conde obteve patente em 1896, e que tem por título: «O modo mais facil e mais proveitoso de utilizar, para aguardente ou para a fermentação do melaço, liquidos contendo assucar e fermento, apropriadamente obtidos do bagaço da canna de assucar.», Funchal, Typ. do Diário de Notícias, 1898.

Almanach Insulano para Açores e Madeira, estatistico, historico e literario para o ano de 1874 por A. Gil, Augusto Ribeiro e F. J. Moniz de Bettencourt, Angra do Heroísmo, Typ. da Terceira, 1873.

Almanach Insulano para Açores e Madeira, estatistico, historico e literario para o ano de 1875 por A. Gil, Augusto Ribeiro, Angra do Heroísmo, Typ. da Terceira, 1874.

Almanach Madeirense para o ano de 1883, Compilado por A. César de Moraes, Funchal, Typ. Diário da Manhã, 1882.

Almanach Madeirense para 1905, Funchal, Typ. do «Direito», 1904.

Almanach de Lembranças Madeirense para 1908, Dir. António Feliciano Rodrigues e Jaime Câmara, Funchal, Edição Bureau de la Presse, 1907.

Almanach de Lembranças Madeirense para o ano de 1909, Dir. António Feliciano Rodrigues e Jaime Câmara, Funchal, Edição Bureau de la Presse, 1909.

Almanach de Lembranças Madeirense para 1910, Dir. António Feliciano Rodrigues e Jaime Câmara, Funchal, Edição Bureau de la Presse, 1910.

Almanach de Lembranças Madeirense para 1911, Dir. António Feliciano Rodrigues, Funchal, Edição Bureau de la Presse, 1911.

Almanach Illustrado do Diario da Madeira 1913, Funchal, 1912.

Almanach Illustrado do Diario da Madeira 1914, Funchal, 1913.

Almanach Illustrado do Diario da Madeira 1915, Funchal, Empresa do Diário da Madeira, 1915.

Almanaque da Madeira 1924, Coord. Carlos Jorge de Faria e Castro, Funchal, Typ. Madeirense Editora L.da, 1923.

Araújo, Juvenal de, *Trabalhos Parlamentares*, Funchal, Tip. “Diário da Madeira”, 1928.

Araújo, Juvenal de, *A questão sacarina da Madeira. Análise ao decreto n.º 15831 de 10 de Agosto de 1928. Série de artigos publicados no “Diário da Madeira”*, Lisboa, José de Mello, L.da, 1929.

Branco, João Soares, *A nova questão Hinton. Artigos publicados no jornal «O Paíz» por um amigo da Madeira*, Lisboa, Typ. do Anuario Commercial, 1915.

Castro, Henrique A. Vieira de, *Bases para a solução da questão saccharina e meios de combater o alcoolismo na Madeira*, Funchal, Typ. do “Diário do Commercio”, 1911.

Considerações apresentadas á Comissão encarregada de estudar a situação económica da Madeira por alguns madeirenses, Funchal, Typographia do “Diário de Notícias”, 1888.

Discursos Parlamentares I 1900-1910, A. H. de Oliveira Marques (coord.), Lisboa, Publicações Europa-América, 1973.

Duarte, Ricardo Teixeira, *Resposta no recurso interposto perante o Conselho de Estado por Sua Magestade a Imperatriz D. Amelia e outros do despacho pelo qual o respectivo governador civil concedeo licença para a fundação de uma fabrica de assucar e de distillação d’aguardente na cidade do Funchal*, Funchal, Typographia da «Gazeta da Madeira», 1868.

Fabício, João Augusto d’Ornelas e a Nova Fabrica de Assucar. *Cartas de Fabricio ao seu amigo Trancoso*, Funchal, Typ. das Variedades, 1871.

Freitas, Luís Alberto de, *A Lei Hornung. Em defesa da Madeira e de Hinton*, Lisboa, Germano da Silva, Typographia Portugueza, 1915.

Gomes, J. Reis, *Casos de Tecnologia (divulgação científica). Á margem dos programas escolares*, Lisboa, Sociedade Editorial e Livreira, L.da. – Livraria Rodrigues, s.d..

Gomes, J. Reis, *O Vinho da Madeira. Como se prepara um néctar*, Funchal, Delegação de Turismo, 1937.

Gouveia, António Homem de, Cónego, *A situação da Madeira. Discurso proferido na Câmara dos Senhores Deputados, no dia 19 de Fevereiro de 1907*, Lisboa, Typographia do «Bem Publico», 1907.

Grupo de Agricultores, *A Imprensa, as colectividades do distrito e o projecto de regulamento da produção, fiscalização e comércio dos vinhos da Madeira. Vida Económica da Madeira*, Funchal, Tip. Bazar do Povo, 1916.

Herédia, António Correia, *Observações sobre a situação económica da Ilha da madeira e sobre a reforma das alfândegas*, Lisboa, Typographia Mattos Moreira, 1888.

Inês, Artur, *Um Bodo Indecoroso – a burla do açúcar*, Lisboa, Editorial República, 1933.

Jesus, Quirino de, *A nova questão Hinton*, Lisboa, Ed. Germano da Silva, Typographia Portuguesa, 1915.

Jesus, Quirino de, *A questão saccharina da Madeira*, Lisboa, Typographia da “A Editora”, 1910.

Junior, Manuel Gregório Pestana, *O problema sacarino da Madeira. Subsídios para o estudo e resolução da chamada Questão Hinton*, Funchal, Typ. Esperança, 1918.

Justificação do Visconde da Calçada à arguição que lhe foi feita e apreciação do processo crime instaurado na comarca occidental do Funchal promovido por Diogo Perestrello da Camara por um amigo do accusado, Lisboa, Typographia Universal, 1873.

Kickton, A., Murdfield, R., *Préparation, composition et appréciation du vin de Madère et des ses substituts*, Porto, Typ. a vapor da «Encyclopedia Portugueza Illustrada», 1916.

Leme, João da Câmara, *Uma crise agrícola, um caminho aéreo e uma sociedade anónima*, Funchal, 1876.

Leme, João da Câmara, *A Companhia fabril de assucar madeirense Roberto Leal e o Dr. Tarquinio T. da C. Lomelino*, Funchal, Typographia Popular, 1879.

Leme, João da Câmara, *Breve Notícia sobre o Tratamento do vinho pelo calor*, Funchal, Typographia Popular, 1882.

Leme, João da Câmara, *Um privilégio industrial, cartas a diversos jornaes*, Funchal, Typographia Funchalense, 1883.

Leme, João da Câmara, *Uma acção cível contra o Sr. W. Hinton fabricante de assucar e de aguardente na cidade do Funchal (Ilha da Madeira) como contrafactor de um processo industrial de que tem patente de invento o Dr. João da Camara Leme Homem de Vasconcellos Visconde do Cannavial*, Funchal, Typographia Popular, 1884.

Leme, João da Câmara, *A cultura da cana de açúcar e os direitos sobre o açúcar*, Funchal, Tip. do Diário de Notícias, 1885.

Leme, João da Câmara, *Breves considerações sobre os direitos de importação do assucar estrangeiro*, Funchal, Typ. do Diário de Notícias, 1885.

Leme, João da Câmara, *A cultura da canna de assucar e os direitos sobre o assucar*, Funchal, Typ. do Diário de Notícias, 1885.

Leme, João da Câmara, *Os vinhos da Madeira e o seu descredito pelas estufas. Novo methodo de afinamento de vinhos e bases d'uma associação*, Funchal, Typ. “Esperança”, 1889.

Leme, João da Câmara, *Resposta à crítica que fez o Ex.mo Sr. João Augusto Teixeira à notícia sobre o vinho Cannavial*, Funchal, Typ. Camões, 1892.

Leme, João da Câmara, *Os tres systemas de tratamento dos vinhos da Madeira pelo Conde de Cannavial*, Funchal, Typographia “Bazar do Povo”, 1900.

Madeira and its Wines, Madeira, Leacock & Co. (Wine) L.da.

Marvaud, Angel, *Le Portugal et ses Colonies, étude politique et économique*, Paris, Librairie Félix Alcan, 1912.

João Augusto de Ornellas e a nova fabrica de assucar – cartas de Fabricio ao seu amigo Trancoso, Funchal, 1871.

Nunes, Cesário, *Cadernos Madeirenses n.º 1 Política Sacarina*, Funchal, «edição do autor», 1940.

O álcool do Continente na Madeira, Lisboa, Typographia da “A Editora”, 1908.

O álcool vínico continental expulso da ilha da Madeira. monopólio em perspectiva, refutação do folheto «O álcool do continente na Madeira», Lisboa, Typ. e Papelaria Baeta Dias, 1909.

Ornelas, João Augusto de, *A Companhia Fabril de Assucar Madeirense Os seus credores e o Sr. Dr. João da Câmara Leme*, Funchal, Typographia do «Direito» 1879.

Porto da Cruz, Visconde de, *Aspectos Agrícolas e Industriais da Madeira*, Funchal, Tip. «Diário da Madeira», 1930.

Quelques Vues des Vendages de 1891 à Madère offertes par Blandy Frères & C.ie de Funchal, Île de Madère, 1892.

V Centenário do Descobrimento da Madeira, coord. P. Fernando A. Silva, Comissão de Propaganda e Publicidade do Centenário, 1922.

Representação dos commerciantes e exportadores de vinhos da Madeira relativa á importação n’esta ilha de álcool de Portugal, Funchal, Typographia do «Diario de Noticias», 1908.

Rodrigues, José Agostinho, Coronel-médico, *As questões vinícola e sacarina da Madeira e os decretos n.º 13990, 14167 e 14168 respectivamente de 23 de Julho e de 25 de Agosto de 1927. Como foram e como devem ser resolvidas estas questões, a bem dos superiores e legítimos interesses do arquipélago madeirense*, Lisboa, 1928.

Rodrigues, Ramon Honorato Corrêa, *Subsídios para a Solução do Problema Agrícola da Madeira*, Lisboa, 1934.

Rodrigues, Ramon Honorato Corrêa, *Questões Económicas*, Tomo 2, Funchal, 1955.

Sarmento, Alberto Arthur, *O Funchal. Quadricentenário da elevação do Funchal à cathegoria de cidade, 1508-1908*, 2ª edição, Funchal, Typ. do Heraldo da Madeira, 1908.

Silva, António Augusto de Sousa e, *Relatório da Inspeção ás Obras Públicas do Distrito do Funchal no ano de 1891*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

Silveira, José Cunha da, *Mémoire sur la culture et technologie de la canne à sucre dans l’Ile de Madère (Portugal)*, Lisboa, Imprensa L.da, 1929.

Silveira, José Marceliano da, *A Companhia fabril de assucar madeirense, os seus credores o “Athleta” e o Sr. Dr. João da Câmara Leme*, Funchal, 1879.

Teixeira, Feleciano João, Cónego, *Discurso pronunciado pelo cónego Feleciano João Teixeira, Presidente da Assembleia Geral da Companhia Fabril de Açúcar Madeirense no dia da inauguração do estabelecimento, 23 de Março de 1873*, Funchal, Typ. da Lâmpada, 1873.

Trancoso, Peres, *O Trabalho Português, I Madeira*, Paris-Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, sd..

Vasconcelos, Joaquim Ricardo da Trindade e, *Resposta aos fundamentos do recurso interposto perante o Conselho de Estado por sua Majestade a Imperatriz D. Amélia e outros do despacho pelo qual o Governador Civil concedeo licença para a fundação de uma fábrica de assucar e de distillação d’aguardente na cidade do Funchal*, Funchal, Imprensa da “Revista Judicial”, 1867.

W.^m Hinton & Sons, *O Emprego de Adubos Chimicos na Cultura da Canna Sacharina*, Funchal, Tip. do “Heraldo da Madeira”, 1908.

1.2.5- Publicações periódicas

A Verdade, 1915.

A Voz do Povo, 1870-1887.

As novidades. Dedicado à agricultura, ao comércio e à indústria, 1888.

Correio da Madeira, 1922-1923.

Diário da Madeira, 1915-1920 e 1924-1930.

Diário de Notícias, 1896 e 1911.

Diário do Comércio, 1891-1911.

Heraldo da Madeira, 1911-1915.

Jornal do Comércio, 1878.

O Comércio da Madeira, 1920-1921.

O Imparcial, 1889.

O Povo, 1911-1912.

2- Fontes secundárias

2.1- Livros e artigos

Almeida, Ana Nunes de, **Ferrão**, João, **Sobral**, José Manuel, «Territórios, empresários e empresas: entender as condições sociais da empresarialidade» *In Análise Social*, vol. XXIX, n.^{os} 125-126, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1994.

Amatori, Franco, «Italy: the tormented rise of organizational capabilities between government and families» *In Business and the Wealth of Nations*, (ed.) Chandler Jr., Alfred D., Amatori, Franco e Hikino, Takashi, New York, Cambridge University Press, 1997.

Barreto, António, «O vinho do Porto e a intervenção do Estado» *In Análise Social*, vol. XXIV, n.º 100, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1988.

Blaug, Mark, «Enterpreneurship before and after Schumpeter» *In Enterpreneurship, the Social Science View*, (ed.) Swedberg, Richard, New York, 2000.

Branco, Jorge Freitas, *Camponeses da Madeira. As bases materiais do quotidiano no arquipélago (1750-1900)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1987.

Brito, Carlos Melo, *Estrutura e Dinâmica do Sector do Vinho do Porto*, Instituto do Vinho do Porto, 2/Cardernos da Revista Douro – Estudos & Documentos, 1997.

Caldeira, Abel Marques, *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX: pequeno elucidário da vida, pessoas e costumes citadinos da época*, Funchal, 1964.

Câmara, Benedita, «O Vinho da Madeira (1850-1914)», *In Os Vinhos Licorosos e a História: Seminário Internacional, 19 a 24 de Abril de 1998*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.

- Câmara**, Benedita, «A Madeira e o proteccionismo sacarino» *In Análise Social*, vol. XXXIII, n.º 145, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1998.
- Câmara**, Benedita, «A concentração industrial do sector açucareiro madeirense (1900-1918)», *In História e Tecnologia do Açúcar*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura - Centro de Estudos de História do Atlântico, 2000.
- Câmara**, Benedita, «O vinho Marsala e o vinho da Madeira (1870-1914)» *In Douro – Estudos e Documentos*, vol. V (10), 2000.
- Câmara**, Benedita, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002.
- Carita**, Rui, *A Freguesia do Faial*, Junta de Freguesia do Faial, 2000.
- Cascão**, Rui de Ascensão Ferreira, *Figueira da Foz e Buarcos, 1861-1910. Permanência e Mudança em duas comunidades do Litoral*, Figueira da Foz, Minerva, 1998.
- Cossart**, Noël, *Madeira, the island vineyard*, London, Christie´s Wine Publications, 1984.
- Costa**, A. L. Pinto da, *Alto Douro, Terra de Vinho e de Gente. A vida quotidiana alto-duriense no primeiro terço do século XX*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.
- Cardoso**, António M. de Barros, *O Brasil e os Vinhos Portugueses (1885-1896)*, Maia, 2000.
- Casson**, Mark, «The Economics of the Family Firm» *In Scandinavian Economic History Review*, vol. XLVII, n.º 1, 1999.
- Chandler Jr.**, Alfred D., «The United States: Evolution of enterprise» *In The Cambridge Economic History*, vol. VII, 2, Cambridge University Press, 1978.
- Chandler Jr.**, Alfred D., *La Mano Visible. La Revolución en la Dirección de la Empresa Norteamericana*, Ministerio de Trabajo Y Seguridad Social, 1987.
- Chandler Jr.**, Alfred D. e **Daems**, E. Herman (orgs.), *Hierarquias de Gestão – Perspectivas Comparativas sobre o Desenvolvimento da Moderna Empresa Industrial*, Oeiras, Celta Editora, 1994.
- Colli**, Andrea, **Rose**, Mary B., «Families and Firms: the Culture and Evolution of Family Firms in Britain and Italy in the Nineteenth and Twentieth Centuries» *In Scandinavian Economic History Review*, vol. XLVII, n.º 1, 1999.
- Cordeiro**, José Manuel Lopes, «Empresas e empresários portuenses na segunda metade do século XIX» *In Análise Social*, vol. XXXI, n.ºs 136-137, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996.
- Costa**, António L. Pinto, «O destino do Alto Douro (1900-1930)» *In História*, n.º 35, Outubro de 1997.
- Ferreira**, J. M. Carvalho, **Peixoto**, João, **Carvalho**, Anabela Soriano, **Raposo**, Rita, **Graça**, João Carlos e **Marques**, Rafael, *Sociologia*, McGraw-Hill, 1995.
- Filipe**, Alda Mourão, «A mulher empresária: intromissão num mundo masculino, Leiria, 1836-1914», XXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, 2002.

Fonseca, Helder Adegar, *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, s.d..

Fortunas & Negócios, n.º 106 – Janeiro de 2001.

Frada, João José Cúcio, *Guia Prático para a Elaboração e Apresentação de Trabalhos Científicos*, 8.ª Edição, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.

Freire, Dulce, «Retrato(s) de um país vinícola» *In História*, n.º 35, Outubro de 1997.

Freitas, António Aragão de, **Vieira**, Gilda França, *Madeira, investigação bibliográfica*, vols. II e III, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura – Direcção Regional de Assuntos Culturais, 1984

Galloway, J. H., «A abolição e a seguir: a crise na indústria sacarina no século XIX» *In Escravos Com e Sem Açúcar. Actas do Seminário Internacional*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996.

Góis, Fernando, *Aspectos Económicos-Sociais do Meio Rural Madeirense. Colectânea de escritos (publicados na Imprensa Regional)*, 1979.

Gomes, Manuel Januário, *A projecção da Actividade Económica da Empresa na Composição da Firma. Considerações Gerais*, Braga, Livraria Cruz, 1981.

González, Rubén Lois, **Mendonça**, João Pedro Almeida, «Os produtores-engarrafadores: o seu contributo para a promoção de vinhos de qualidade e para a valorização da paisagem na região demarcada do Douro» *In Actas do III Simpósio da Associação Internacional de História e Civilização da Vinha e do Vinho*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004.

Gregory, Desmond, *The Beneficent Usurpers: a History of the British in Madeira*, Associated University Presses, 1988.

Guerreiro, Maria das Dores, *Famílias na Actividade Empresarial: PME em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1996.

Knutsen, Sverre, **Rose**, Mary B., **Sjogren**, Hans, «Introduction» *In Scandinavian Economic History Review*, vol. XLVII, n.º 1, 1999.

Lains, Pedro, *A Economia Portuguesa no Século XIX: Crescimento Económico e Comércio Externo 1851-1913*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, s.d..

Lains, Pedro, «Exportações portuguesas, 1850-1913: a tese da dependência revisitada» *In Análise Social*, vol. XXII, n.º 91, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986.

Lains, Pedro, «O protecçãoismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido de industrialização “concorrencial”» *In Análise Social*, vol. XXIII, n.º 97, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987.

Lains, Pedro, «New wine in old bottles: output and productivity trends in Portuguese agriculture, 1850-1950», XXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, 2002.

Lains, Pedro e **Sousa**, Paulo Silveira e, «Estatística e produção agrícola em Portugal, 1848-1914» *In Análise Social*, vol. XXXIII, n.º 149, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1998.

Lains, Pedro e **Silva**, Álvaro Ferreira da (orgs.), *História Económica de Portugal (1700-2000)*, vols. II e III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

Lamas, Maria, *Arquipélago da Madeira*, Funchal, Eco do Funchal, 1956.

Lemps, Alain Huetz de, *Le Vin de Madere*, Editions Glénat, 1989.

Liddell, Alex, *Madeira*, London-Boston, Faber and Faber, 1998.

Mackie, Robin, «Family ownership and business survival: Kirkcaldy, 1870-1970» *In Business History*, vol. 43, n.º 3 (July), 2001.

Madureira, Nuno Luís, «O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957)» *In Análise Social*, vol. XXXIII, n.º 148, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1998.

Maia, Pedro, «Tipos de Sociedades comerciais» *In Estudos de Direito das Sociedades*, coord. J. M. Coutinho de Abreu, Coimbra, Livraria Almedina, 4ª Edição, 2001.

Marques, Mário Reis, *História do Direito Português Medieval e Moderno*, Coimbra, Livraria Almedina, 2ª Edição, 2002.

Martins, Conceição Andrade, «Os ciclos do vinho do Porto: ensaio de periodização» *In Análise Social*, vol. XXIV, n.º 100, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1988.

Martins, Conceição Andrade, *Memória do Vinho do Porto*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, 1990.

Martins, Conceição Andrade, «A filoxera na viticultura nacional» *In Análise Social*, vol. XXVI, n.ºs 112-113, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1991.

Martins, José Coelho, *Empresas Familiares*, Lisboa, Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia, 1999.

Mata, Maria Eugénia, «Institutions and Business. Henry Burnay: a case study», XXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, 2002.

Mata, Eugénia, **Valério**, Nuno, *História Económica de Portugal: Uma Perspectiva Global*, Lisboa, Presença, 1994.

Mateus, Abel M., *Economia Portuguesa: Crescimento no Contexto Internacional (1910-1998)*, 2ª Edição, Lisboa-São Paulo, Editorial Verbo, 2001.

Mathias, Peter, **Postan**, M. M., editors, *The Cambridge Economic History of Europe*, vol. VII – Parte I, Cambridge University Press, 1978.

Mattoso, José, *História de Portugal*, vols. V-VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

Meléndez, Santiago de Luxán, «El segundo ciclo del azúcar en Canarias, 1852-1936. Un balance historiográfico» In *O Açúcar e o Quotidiano. Actas do III Seminário Internacional Sobre a História do Açúcar*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004.

Melim, Graça, *O Vinho das Ilhas*, Funchal, O Liberal, 2000.

Melo, Luís de Sousa, e **Carita**, Rui, *Associação Comercial e Industrial do Funchal. Esboço Histórico (1836-1933)*, Edicarte, s.d..

Mendes, J. M. Amado, «Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX» In *O Século XIX em Portugal. Comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais (Novembro de 1979)*, coord. Jaime Reis, Maria Filomena Mónica, Maria de Lourdes Lima dos Santos, Lisboa, Presença, s.d..

Mendes, J. M. Amado, «A História na empresa e a empresa na História» In *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa, 1992.

Mendes, J. M. Amado, *História Económica e Social dos Séculos XV a XX*, Lisboa, Gulbenkian, 1993.

Mendes, J. M. Amado, «Arquivos Empresariais: História, Memória e Cultura de Empresa» In *Revista Portuguesa de História. Homenagem a Sérgio Soares*, Tomo XXXV, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de História Económica e Social, 2001/2002.

Mendes, J. M. Amado, «Problemas de História Empresarial: teoria e prática», XXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, 2002.

Mendes, José Amado e **Filipe**, Alda Mourão (coord.), *Estudos do Século XX*, n.º 4, Coimbra, Quarteto, 2004.

Mónica, Maria Filomena, «Capitalistas e industriais (1870-1914)» In *Análise Social*, vol. XXIII, n.º 99, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987.

Nash, Roy, *Scandal in Madeira. The history of Richard Thomas Lowe*, Sussex, The Book Guild Ltd, 1990.

Neves, João César das, «O desenvolvimento económico português e o padrão transversal de crescimento, 1833-1985» In *Análise Social*, vol. XXVI, n.ºs 112-113, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1991.

Neves, Pedro, «Propriedade e gestão nas grandes empresas num pequeno país: Portugal, 1850-1914», XXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, 2002.

Oliveira, Maria João, «O engenho de cana-de-açúcar de Santa Cruz» In *Xarabanda*, n.º 2, Funchal, Associação Musical e Cultural Xarabanda, 1992..

Oliveira, Maria João, «O engenho de cana-de-açúcar de Machico. Arqueologia industrial – um espaço em aberto» In *Xarabanda*, n.º especial, Funchal, Associação Musical e Cultural Xarabanda, 1993.

Oliveira, Maria João, «O engenho de cana-de-açúcar do Porto da Cruz» In *Xarabanda*, n.º 4, Funchal, Associação Musical e Cultural Xarabanda, 1993.

- Oliveira**, Maria João, «O engenho de cana-de-açúcar do Faial» *In Xarabanda*, n.º 4, Funchal, Associação Musical e Cultural Xarabanda, 1994.
- Oliveira Marques**, A. H. de, *História de Portugal*, vol. III, *Das Revoluções Liberais aos nossos dias*, Lisboa, Editorial Presença, 13ª Edição, 1998.
- Pacheco**, Dinis Gouveia, *As elites política e económica no município de S. Vicente (1890-1920)*, Funchal, 2000 [trabalho apresentado no seminário de História Económica e Social do Mestrado em História e Cultura das Regiões].
- Parker**, William N., «Las revoluciones agraria e industrial» *In La Revolución en la Historia*, Porter, Ray e Teich, Mikulás (cord.), Barcelona, Editorial Crítica.
- Pedreira**, Jorge Miguel, «Industrialização e flutuações económicas, preços, mercados e inovação tecnológica. Apontamentos e reflexões sobre o caso português (1670-1890)» *In Estudos e Ensaios*,
- Perdomo**, Oscar Bregaza, **Meléndez**, Santiago de Luxán, «La participación de Canarias en los flujos internacionales del azúcar: 1875-1920» *In História do Açúcar – Rotas e Mercados*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico-Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2002.
- Pereira**, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, vol. I, 4ª Edição, Funchal, 1989.
- Pereira**, Gaspar Martins, **Almeida**, João Nicolau de, *Porto Vintage*, Instituto do Vinho do Porto – Campo das Letras Editores S.A., 1999.
- Pereira**, Gaspar Martins, «D. Antónia Adelaide Ferreira (1811-1896) – a mulher, a família e a empresa», XXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, 2002.
- Pereira**, Miriam Halpern, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 2ª Edição,
- Pestana**, Eduardo Antonino, *Ilha da Madeira*, Vol. II *Estudos Madeirenses*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1970.
- Pinto**, Maria Luís Rocha, **Rodrigues**, Teresa Ferreira, «A Madeira na viragem do século (1860-1930): características da sua evolução demográfica», *In Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira: Funchal, Setembro de 1989*, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1990.
- Pio**, Manuel Ferreira, *Santa Cruz da Ilha da Madeira: Subsídios para a sua História*, Funchal, 1967.
- Pollard**, Sidney, «Entrepreneurship, 1870-1914» *In The Economic History of Britain Since 1700*, vol. 2 (1860-1939), Cambridge University Press, 2ª ed., 1984.
- Pollard**, Sidney, *La Génies de la Dirección de Empresa Moderna: Estudio sobre la Revolución Industrial en Gran Bretaña*, Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1987.
- Rampolla**, Mary Lynn, *A Pocket Guide to Writing in History*, Boston, Bedford/St. Martin's, 2ª Edição, 1998.
- Read**, Jan, *Vinhos de Portugal*, Lisboa, Quetzal Editores – Círculo de Leitores, 1989.

- Reis, Jaime**, «A lei da fome: as origens do proteccionismo cerealífero (1889-1914)» *In Análise Social*, vol. XV, n.º 60, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1979.
- Reis, Jaime**, «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)» *In Análise Social*, vol. XX, n.º 80, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1984.
- Reis, Jaime**, «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913» *In Análise Social*, vol. XXIII, n.º 96, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987.
- Reis, Jaime**, «Aspectos da história monetária portuguesa da segunda metade do século XIX» *In Análise Social*, vol. XXIX, n.ºs 125-126, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1994.
- Ribeiro, João Adriano**, *A Cana-de-Açúcar na Madeira: Séculos XVIII-XX*, Câmara Municipal da Calheta, 1992.
- Ribeiro, João Adriano**, «A cana-de-açúcar na Madeira (1855-1955)» *In Diário de Notícias*, 09.10.1991, 23.10.1991, 20.11.1991, 04.12.1991, 01.01.1992, 12.02.1992 e 18.03.1992.
- Ribeiro, João Adriano**, *A indústria da cana-de-açúcar em Câmara de Lobos nos Sécs. XIX-XX In Girão*, n.º 8, Câmara de Lobos – Madeira, 1992.
- Ribeiro, João Adriano**, *Ponta do Sol: Subsídios para a História do Concelho*, Câmara Municipal da Ponta do Sol, 1993.
- Ribeiro, João Adriano**, *125 Anos de Cerveja na Madeira*, Empresa de Cervejas da Madeira, 1996.
- Ribeiro, João Adriano**, Coord., *Viagens Românticas no Concelho da Ponta do Sol*, Câmara Municipal da Ponta do Sol, s.d..
- Rodrigues, Manuel Ferreira, Mendes, José M. Amado**, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos nossos dias*, Associação Industrial Portuense – Publicações Europa-América, 1999.
- Rodrigues, Miguel**, «A Questão Hinton» *In História e Crítica*, n.º 6, Dez. 1980.
- Román, José António Sánchez**, «La industria azucarera argentina y la conquista del mercado nacional, (1880-1914)» *In História do Açúcar – Rotas e Mercados*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2002.
- Rosso, Javier Maldonado**, «Empresarios y capitalistas en la formación de la moderna vitivinicultura atlántica-europeia: el caso del marco del Jerez-Xérès-Sherry» *In Actas do III Simpósio da Associação Internacional de História e Civilização da Vinha e do Vinho*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004.
- Ruiz, José Luis Garcia**, «El triunfo de la heterodoxia (I): Alemanha» *In História de la Empresa Mundial y de España*, (coord.) Ruiz, J. L. G., Casado, J., Fatjó, P. e Nuñez, G., Madrid, Síntesis, 1998.
- Sainz-Trueva, José de**, «Heráldica de prestígio em rótulos de vinho Madeira» *In Ilzenha*, n.º 9, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1991.
- Sandy, Don Glen**, *Madeira Wine at Home*, Porto, Empresa do Bulhão, 1988.

- Santos**, Rui, «A Família Abudarham no Funchal» *In Islenha*, n.º 12, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1993.
- Sarmento**, Alberto Artur, *História do Açúcar na Ilha da Madeira*, Funchal, 1945.
- Serrão**, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vols. IX, X e XII, Lisboa, Editorial Verbo, 2ª Edição, s.d..
- Silva**, P. Fernando Augusto da, **Menezes**, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico [versão em CD-ROM].
- Sousa**, João José de, «No ciclo do açúcar» *In Islenha*, n.º 5, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1989.
- Simões**, Nuno, *Os vinhos do Porto e a defesa internacional da sua marca (subsídio para o estudo da questão)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.
- Simpson**, James, «Too little regulation? The British market for Sherry, 1840-90» *In Business History*, vol. 47, n.º 3, 2005, pp. 367-382.
- Tavares**, José, *Subsídios para o Estudo da Vinha e do Vinho na Região da Madeira*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1953.
- Telo**, António José, «A obra financeira de Salazar: a “ditadura financeira” como caminho para a unidade política, 1928-1932» *In Análise Social*, vol. XXIX, n.º128, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1994.
- Valdaliso**, Jesús M.^a, e **García**, Santiago López, *Historia Económica de la Empresa*, Barcelona, Crítica, 2000.
- Valério**, Nuno, *A moeda em Portugal 1913-1947*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983.
- Veríssimo**, Nelson, *Madeira. Referências Bibliográficas*, Funchal, 1999.
- Vieira**, Alberto, *Breviário da Vinha e do Vinho na Madeira*, 2ª Edição, Ponta Delgada, Signo, 1991.
- Vieira**, Alberto, «Açúcar, vinho e banana: três percursos semelhantes» *In Diário de Notícias*, Funchal, 27 de Agosto de 1991.
- Vieira**, Alberto, «O vinho da Madeira e a Rússia» *In Diário de Notícias – Revista*, 8 de Setembro de 1991.
- Vieira**, Alberto, *História do Vinho da Madeira: Documentos e Textos*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura - Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993.
- Vieira**, Alberto, *O Vinho da Madeira, Breve Resenha Histórica*, Funchal, Instituto do Vinho da Madeira, 1993.
- Vieira**, Alberto, *São Vicente – um Século de vida municipal (1868-1974)*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura-Centro de Estudos de História do Atlântico, 1997.
- Vieira**, Alberto, *O Açúcar*, Região Autónoma da Madeira: Edicarte, 1998.

Vieira, Alberto, *O Vinho*, Região Autónoma da Madeira: Edicarte, 1998.

Vieira, Alberto, «O Vinho da Madeira. A expressão artística e literária» *In Margem*, n.º 12, Câmara Municipal do Funchal – Departamento de Cultura da C.M.F., 2001.

Vieira, Alberto, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura - Centro de Estudos de História do Atlântico, 2003.

Vieira, Alberto, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004.

Vieira, Alberto, «Canaviais, engenhos, açúcar e aguardente na história e quotidiano da Madeira. Uma tradição multiseccular» *In O Açúcar e o Quotidiano. Actas do III Seminário Internacional Sobre a História do Açúcar*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004.

Vieira, Alberto, «Canaviais, açúcar e engenhos. Bibliografia fundamental» *In O Açúcar e o Quotidiano. Actas do III Seminário Internacional Sobre a História do Açúcar*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004.

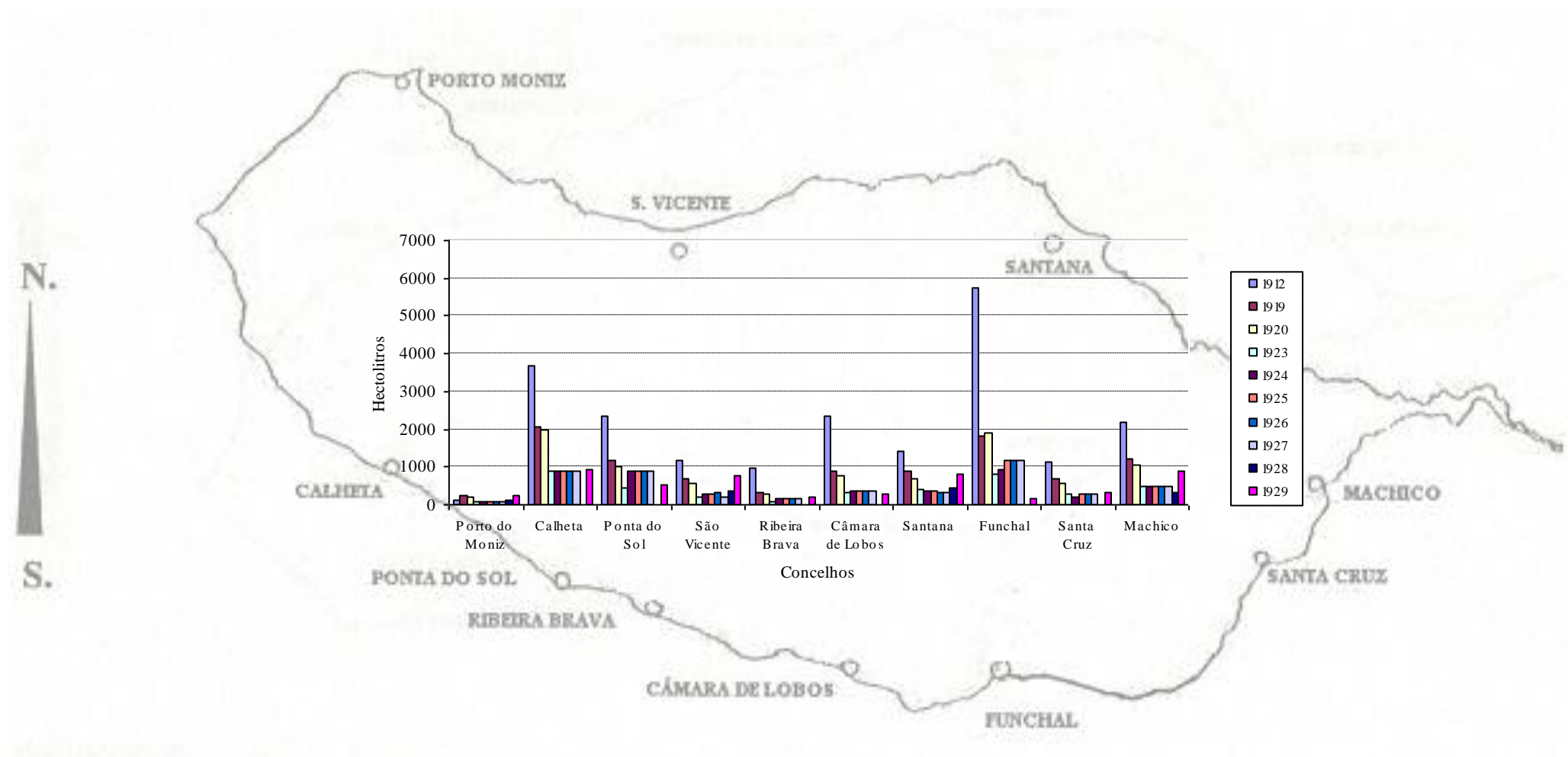
Vieira, Alberto, e **Clode**, Francisco, *A Rota do Açúcar na Madeira/The Sugar Route in Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura - Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996.

Wilhem, Eberhard Axel, «O vinho da Madeira falsifica-se na própria Ilha»: o negociante dinamarquês Albert Thorup atacou a «honra madeirense» (1906)» *In Margem*, n.º 10, 1998.

Wilson, R. G. e **Gourvish**, T. R. (ed.), *The Dynamics of the International Brewing Industry since 1800*, Routledge – London and New York, 1998.

Apêndice

Gráfico 4 - Fabrico de aguardente na Madeira



Relação das observações (por ordem cronológica)

Identificação	Assunto	Data	Localização
Krohn Brothers & Companhia	Arrendamento	03-12-1869	L.º 1176, fls. 34-34v.º
William Hinton & Sons	Obrigação de dívida	10-01-1870	L.º 1176, fls. 57v.º-58.
Fábrica de açúcar na Ponta do Sol	Constituição	09-04-1870	L.º 359, fls. 44-46.
William Hinton & Sons	Obrigação de dívida	10-05-1870	L.º 1177, fls. 38v.º-39v.º
Leacock & Companhia	Arrendamento	30-11-1870	L.º 901, fls. 70v.º-71v.º
William Hinton & Sons	Venda	03-12-1870	L.º 1178, fls. 69v.º-70.
Companhia Fabril de Açúcar Madeirense	Caução	10-10-1871	L.º 893, fls. 74-75.
Engenho no Sítio do Açougue, Ponta Delgada	Arrendamento	02-11-1871	L.º 876, fls. 8-8v.º
Companhia Fabril de Açúcar Madeirense	Ratificação	02-01-1872	L.º 897, fls. 11v.º-12v.º
Engenho na Tranquada, S. Jorge	Constituição	10-03-1872	L.º 211, fls. 88v.º-89v.º
Companhia Fabril de Açúcar Madeirense	Contrato de mútuo	03-04-1872	L.º 897, fls. 88v.º-90v.º
Companhia Fabril de Açúcar Madeirense	Venda	18-04-1872	L.º 900, fls. 9-10.
Welsh Brothers	Dissolução	22-04-1872	L.º 900, fls. 12-12v.º
Companhia Fabril de Açúcar Madeirense	Obrigação de dívida	13-06-1872	L.º 900, fls. 53v.º-54.
Ferraz Irmãos	Constituição	31-12-1872	L.º 907, fls. 9-9v.º
Engenho da Estacada, Machico	Arrendamento	13-01-1873	L.º 1182, fls. 71v.º-72v.º
Soares & Jasmins	Constituição	08-07-1873	L.º 2948, fls. 72-73.
Engenhos da Vila e Estacada, Machico	Constituição	09-08-1873	L.º 2948, fls. 94-96v.º
Claudino Pestana e Manuel Teixeira	Dissolução	22-08-1873	L.º 1184, fls. 19v.º-20.
Estufa na Rua dos Aranhas, Funchal	Arrendamento	12-09-1873	L.º 2030, fls. 44v.º-45.
Companhia Fabril de Açúcar Madeirense	Obrigação de dívida	12-01-1874	L.º 910, fls. 16-18.
J. C. & António Tiago Irmãos	Constituição	28-01-1874	L.º 2322, fls. 74-74v.º
José Calisto da Silva e António Tiago da Silva	Dissolução	28-01-1874	L.º 2322, fls. 72-73v.º
António Joaquim Vieira Pinto & Companhia	Constituição	28-01-1874	L.º 1184, fls. 103v.º-104v.º
Engenho no Sítio da Vila, Machico	Contrato de prestação de serviços	09-03-1874	L.º 2030, fls. 74-74v.º
Engenho na Tranquada, S. Jorge	Arrendamento	17-03-1874	L.º 212, fls. 18-19.
Leal Irmãos & Companhia	Constituição	06-10-1874	L.º 2939, fls. 97v.º-98v.º
Engenho na Tranquada, S. Jorge	Cessão	01-11-1874	L.º 2739, fls. 21v.º-23v.º
Engenho no Lombo da Piedade, Canhas	Constituição	02-01-1875	L.º 479, fls. 51-52.
Companhia Fabril de Açúcar Madeirense	Obrigação de dívida	03-05-1875	L.º 914, fls. 36v.º-37.
Sousa & Gomes	Dissolução	28-09-1875	L.º 1187, fls. 113v.º-114.
Almeida Jardim & Companhia	Constituição	21-02-1876	L.º 916, fls. 43-43v.º
Engenho na Tranquada, S. Jorge	Arrendamento	22-02-1876	L.º 213, fls. 38-39v.º
Engenho na Tranquada, S. Jorge	Venda	18-04-1876	L.º 214, fls. 1v.º-3.
Engenhos da Vila e Estacada, Machico	Contrato de prestação de serviços	20-04-1876	L.º 843, fls. 18-20.
Companhia Fabril de Açúcar Madeirense	Sublocação	14-03-1877	L.º 918, fls. 83-83v.º
William Hinton & Sons	Contrato de mútuo	13-04-1877	L.º 1190, fls. 39-39v.º
Companhia Fabril de Açúcar Madeirense	Arrendamento	08-02-1878	L.º 962, fls. 49v.º-50v.º
Engenhos da Vila e Estacada, Machico	Contrato de prestação de serviços	28-03-1878	L.º 823, fls. 19v.º-21.
Banco Comercial da Madeira	Abertura de crédito	15-06-1878	L.º 957, fls. 50v.º-51v.º
Viana, Filho & Companhia	Constituição	21-06-1878	L.º 957, fls. 59-59v.º
Mercearia e depósito de aguardente, Porto do Moniz	Constituição	19-07-1878	L.º 2507, fls. 24v.º-25.
Guilherme Wilbraham	Venda	21-07-1878	L.º 460, fls. 56-56v.º
Mercearia e depósito de aguardente, Porto do Moniz	Dissolução	15-11-1878	L.º 164, fls. 1-1v.º
Fábrica de açúcar do Pico da Cruz, S. Martinho	Constituição	20-03-1879	L.º 2513, fls. 46v.º-47v.º
J. C. & António Tiago Irmãos	Dissolução	29-03-1879	L.º 2514, fls. 10v.º-13.
Engenhos da Vila e Estacada, Machico	Contrato de prestação de serviços	25-04-1879	L.º 824, fls. 12-13.
Caixa Económica da Associação de Beneficência	Penhor	14-08-1879	L.º 1192, fls. 111-111v.º
Administração da herança de Elisabeth Mary Cave	Constituição	27-02-1880	L.º 961, fls. 12v.º-13.
Robert Wilkinson & Companhia	Constituição	23-04-1880	L.º 961, fls. 32-32v.º
Engenhos da Vila e Estacada, Machico	Contrato de prestação de serviços	02-05-1880	L.º 824, fls. 56-57.
Engenho na Ribeira do Porco, Boaventura	Constituição	05-01-1881	L.º 2534, fls. 87-89.
Almeida Jardim & Companhia	Dissolução	26-04-1881	L.º 922, fls. 43v.º-44.
Engenho da Estacada, Machico	Contrato de prestação de serviços	10-05-1881	L.º 846, fls. 7v.º-11.
Engenhos da Vila e Estacada, Machico	Desoneração	17-10-1881	L.º 847, fls. 5-6.
Coelho & Alves	Constituição	30-11-1881	L.º 2530, fls. 85-86.
Robert Wilkinson & Companhia	Dissolução	28-12-1881	L.º 923, fls. 11v.º-12.
Leal Irmãos & Companhia	Cessão	07-01-1882	L.º 923, fls. 83v.º-84.
Engenho da Estacada, Machico	Desoneração	15-06-1882	L.º 848, fls. 2-3v.º
Leacock & Companhia	Constituição	18-10-1882	L.º 1319, fls. 122v.º-123v.º
Engenho no Calhau, Arco de S. Jorge	Arrendamento	27-12-1882	L.º 219, fls. 66v.º-68v.º
Fábrica de S. João, Funchal	Partilha	01-02-1883	L.º 1320, fls. 66-67v.º
Engenho do Ledo e Vinhático, Arco da Calheta	Constituição	06-07-1883	L.º 2914, fls. 5-6v.º
Companhia Nacional de Fabricação de Açúcar	Constituição	10-11-1883	L.º 1322, fls. 99v.º-103v.º
Engenho no Sítio do Açougue, Ponta Delgada	Venda	22-01-1884	L.º 1814, fls. 8v.º-9v.º
Engenho no Sítio da Fajã Alta, S. Jorge	Arrendamento	13-09-1884	L.º 220, fls. 55-57.
A. P. Cunha	Constituição	16-03-1885	L.º 1326, fls. 21v.º-22v.º
António Giorgi	Penhor	11-04-1885	L.º 928, fls. 99v.º-100.
Viúva de Vicente C. Machado & Filhos	Constituição	15-07-1885	L.º 929, fls. 21v.º-23.
Engenhos da Ribeira do Porco e da Quebrada	Constituição	26-01-1886	L.º 1812, fls. 78-80.
Companhia Nacional de Fabricação de Açúcar	Alteração do pacto social	12-10-1886	L.º 1329, fls. 94v.º-96.
Henriques & Aratijo	Dissolução	19-02-1887	L.º 1331, fls. 6v.º-8.
William Hinton & Sons	Concordata	03-05-1887	L.º 1331, fls. 24-24v.º
José António Ferreira	Penhor	20-06-1887	L.º 2338, fls. 47v.º-48.
William Hinton & Sons	Arrendamento	17-12-1887	L.º 1334, fls. 39-40.

Identificação	Assunto	Data	Localização
Blandy Brothers & Companhia	Aditamento	31-03-1888	L.º 1335, fls. 31v.º-33.
Engenho dos Anjos, Canhas	Arrendamento	30-10-1888	L.º 375, fls. 8v.º-9v.º.
Engenho dos Anjos, Canhas	Arrendamento	06-11-1888	L.º 375, fls. 10-11v.º.
Francisco Rodrigues & Companhia	Constituição	02-01-1889	L.º 2342, fls. 50-50v.º.
Viuva de Romano Gomes & Filhos	Dissolução	27-08-1890	L.º 2348, fls. 24-25.
Viuva de Romano Gomes & Filhos	Dissolução	14-05-1891	L.º 2351, fls. 5v.º-6.
Viuva de Romano Gomes & Filhos	Dissolução	16-07-1891	L.º 2351, fls. 94-94v.º.
Viuva de Romano Gomes & Filhos	Constituição	18-07-1891	L.º 2351, fls. 95v.º-97.
Engenho na Tranquada, S. Jorge	Venda	02-01-1892	L.º 225, fls. 23-24v.º.
Cunha & Companhia	Constituição	27-09-1892	L.º 935, fls. 2v.º-3.
Engenho no Sítio da Quinta, S. Vicente	Constituição	12-10-1892	L.º 1836, fls. 27-31.
Engenho no Sítio do Açougue, Ponta Delgada	Venda	08-02-1893	L.º 1841, fls. 10v.º-12v.º.
Engenhos do Açougue e da Fonte, Ponta Delgada	Constituição	08-02-1893	L.º 1841, fls. 15-16v.º.
Araújo & Henriques	Constituição	02-08-1893	L.º 1351, fl. 60.
Lopes & Duarte	Constituição	16-11-1893	L.º 2361, fls. 62v.º-63.
Viuva de Romano Gomes & Filhos	Saída de sócio	07-02-1894	L.º 2362, fls. 58v.º-59v.º.
Engenho na Rua do Bom Jesus, Santa Cruz	Venda	15-02-1894	L.º 2362, fls. 71v.º-74.
Engenho no Sítio da Lagoa, Arco de S. Jorge	Constituição	19-03-1894	L.º 227, fls. 40-41v.º.
Figueira & Irmão	Dissolução	25-05-1894	L.º 2773, fls. 38v.º-40.
Engenho no Sítio dos Terços, Ponta Delgada	Constituição	03-06-1894	L.º 1839, fls. 25v.º-30v.º.
Engenho no Sítio do Calhau, S. Jorge	Constituição	23-08-1894	L.º 3239, fls. 29-30v.º.
Engenho no Lombo do Moínho, Estreito da Calheta	Constituição	24-09-1894	L.º 40, fls. 17v.º-19.
Viuva de Romano Gomes & Filhos	Alteração do pacto social	20-05-1895	L.º 2369, fls. 38v.º-39v.º.
Engenho no Sítio do Açougue Velho, S. Jorge	Constituição	09-07-1895	L.º 228, fls. 27v.º-29v.º.
A. P. Cunha	Constituição	28-09-1895	L.º 1362, fls. 97v.º-98v.º.
Guilherme Wilbraham	Arrendamento	17-11-1895	L.º 385, fls. 40v.º-42.
Francisco Rodrigues & C.ª; Eduardo de Freitas & C.ª	Constituição	16-03-1896	L.º 2373, fls. 22v.º-23v.º.
Sociedade Fomento Agrícola	Contrato de prestação de serviços	10-06-1896	L.º 1859, fls. 14-15v.º.
Augusto da Paixão Ferreira	Arrendamento	16-06-1896	L.º 2203, fls. 46-47.
José de Freitas da Encarnação & Companhia	Constituição	26-08-1896	L.º 2375, fls. 8v.º-9.
Luís Maria e João Estanislau Pereira	Constituição	07-09-1896	L.º 2778, fls. 48v.º-49v.º.
Luís Maria e João Estanislau Pereira	Dissolução	22-11-1896	L.º 2779, fls. 38-39.
Engenho dos Anjos, Canhas	Arrendamento	20-01-1897	L.º 386, fls. 27v.º-29.
Engenho da família Wilbraham, Ponta do Sol	Arrendamento	04-02-1897	L.º 386, fls. 32-34.
Engenho no Porto Novo, freguesia de Gaula	Constituição	05-02-1897	L.º 2377, fls. 19-20.
Cunha & Companhia	Alteração do pacto social	26-03-1897	L.º 1370, fls. 19v.º-21.
Welsh Brothers	Constituição	15-05-1897	L.º 1371, fls. 2v.º-4.
Manuel dos Passos Freitas & Companhia	Constituição	05-06-1897	L.º 2206, fls. 33v.º-35.
Viuva de Romano Gomes & Filhos	Constituição	28-06-1897	L.º 2378, fls. 91-92.
Welsh Brothers	Dissolução	02-07-1897	L.º 1371, fls. 82-82v.º.
Ação contra o privilégio do Conde de Canavial	Constituição	02-08-1897	L.º 2379, fls. 31v.º-33.
Lopes & Duarte	Constituição	16-02-1898	L.º 47, fls. 15-16v.º.
Engenho no Sítio da Fajã Alta, S. Jorge	Arrendamento	09-12-1898	L.º 232, fls. 23-26.
Engenho no Sítio da Fajã Alta, S. Jorge	Constituição	02-03-1899	L.º 232, fls. 42-43v.º.
Engenho do Ledo e Vinhático, Arco da Calheta	Arrendamento	06-03-1899	L.º 49, fls. 14v.º-16.
Viuva de Romano Gomes & Filhos	Liquidação e partilha	30-11-1899	L.º 2391, fls. 28-28v.º.
Viuva de Romano Gomes & Filhos	Constituição	30-11-1899	L.º 2391, fls. 28v.º-30.
Associação Vinícola da Madeira	Constituição	19-01-1900	L.º 943, fls. 9v.º-17.
Azevedo, Santos & Companhia	Aumento de capital	12-03-1900	L.º 1385, fls. 33-34.
Welsh Brothers	Dissolução	20-04-1900	L.º 2871, fls. 15v.º-13.
Augusto da Paixão Ferreira	Arrendamento	15-09-1900	L.º 2398, fls. 46-47.
Azevedo, Santos & Companhia	Aumento de capital	10-01-1901	L.º 1389, fls. 20-22.
Leça Gomes & Companhia	Constituição	31-03-1901	L.º 943, fls. 51-53.
Engenho na Ribeira do Porco, Boaventura	Arrendamento	11-04-1901	L.º 1847, fls. 43-45.
William Hinton & Sons	Doação	30-11-1901	L.º 1392, fls. 92-93.
Engenho da família Bettencourt	Arrendamento	21-02-1902	L.º 1394, fls. 39v.º-41.
António Gonçalves de Almeida & Companhia	Constituição	05-07-1902	L.º 1396, fls. 92-93v.º.
Mestre António Joaquim Monteiro	Constituição	07-02-1903	L.º 605, fls. 11v.º-12v.º.
Engenho no Sítio da Fajã Alta, S. Jorge	Arrendamento	25-02-1903	L.º 239, fls. 19-23.
Engenho no Sítio da Fajã Alta, S. Jorge	Quitação	25-02-1903	L.º 239, fls. 16v.º-18v.º.
Andrade & Macedo	Constituição	17-04-1903	L.º 2430, fls. 43v.º-44v.º.
Augusto da Paixão Ferreira	Arrendamento	09-10-1903	L.º 2455, fls. 95-96.
Viuva Abudarham & Filhos	Cessão	18-11-1903	L.º 1405, fls. 1-3.
Leça & Companhia	Constituição	30-01-1904	L.º 2459, fls. 88v.º-89v.º.
Viuva Abudarham & Filhos	Venda	18-06-1904	L.º 1408, fls. 66-72.
M. Gonçalves & Companhia	Constituição	05-09-1904	L.º 1410, fls. 38-39v.º.
Reid, Castro & Companhia Limitada	Constituição	14-01-1905	L.º 1412, fls. 20-23.
Pestana Santos & Companhia	Constituição	25-01-1905	L.º 2646, fls. 23v.º-25.
Pestana Santos & Companhia	Dissolução	20-06-1905	L.º 2646, fls. 49-49v.º.
Patente da preparação do vinho da Madeira	Cessão	26-06-1905	L.º 1415, fls. 53v.º-56.
William Hinton & Sons	Sublocação	09-10-1905	L.º 1417, fls. 6v.º-39.
Reid, Castro & Companhia Limitada	Constituição	23-12-1905	L.º 1418, fls. 55v.º-59.
Henriques & Câmara	Constituição	28-02-1906	L.º 1419, fls. 79-81.
Engenho no Sítio do Portinho, Jardim do Mar	Arrendamento	15-02-1907	L.º 2648, fls. 26-27.
Viuva Abudarham & Filhos	Alteração do pacto social	16-02-1907	L.º 1425, fls. 61-62.
Welsh & Cunha Limitada	Constituição	29-05-1907	L.º 1426, fls. 75v.º-78v.º.
A. P. Cunha	Dissolução	03-07-1907	L.º 1427, fls. 1-2v.º.
Engenho no Sítio da Fajã Alta, S. Jorge	Arrendamento	29-08-1907	L.º 247, fls. 50-50v.º e L.º 248, fls. 1-3v.º.
Gouveia, Lima & Companhia Limitada	Constituição	02-09-1907	L.º 2979, fls. 22v.º-24.
A. P. Cunha	Partilha	05-09-1907	L.º 1427, fls. 90v.º-92v.º.
A. P. Santos & Companhia	Constituição	07-10-1907	L.º 949, fls. 86-87.
Engenho na Tranquada, S. Jorge	Cessão	30-12-1907	L.º 248, fls. 17-19.

Identificação	Assunto	Data	Localização
Henriques, Câmara & Companhia Limitada	Constituição	01-02-1908	L.º 1429, fls. 71-73v.º.
Administração dos bens de João Leal e Luís Branco	Arrendamento	18-02-1908	L.º 2651, fls. 33v.º-34v.º.
Engenho no Porto Novo, freguesia de Gaula	Arrendamento	03-06-1909	L.º 951, fls. 43-45v.º.
Reid, Castro & Companhia Limitada	Cessão	21-07-1909	L.º 3034, fls. 78-79.
Reid, Castro & Companhia Limitada	Cessão	18-09-1909	L.º 3036, fls. 62v.º-63v.º.
A. P. Santos & Companhia	Constituição	30-12-1909	L.º 1450, fls. 28v.º-29v.º.
Engenhos da Vila e Estacada, Machico	Desoneração	01-01-1910	L.º 847, fls. 4-4v.º.
William Hinton & Sons	Venda	08-01-1910	L.º 2552, fls. 6v.º-8.
Engenho no Sítio da Rua, Madalena do Mar	Arrendamento	20-01-1910	L.º 446, fls. 19v.º-23.
União dos Viticultores da Madeira	Constituição	31-01-1910	L.º 1450, fls. 62v.º-68.
Manuel dos Passos Freitas & Companhia	Dissolução	09-02-1910	L.º 3041, fls. 95-96.
Engenho no Sítio do Porto Novo, Gaula	Arrendamento	19-02-1910	L.º 3040, fls. 95v.º-96v.º.
William Hinton & Sons	Constituição	25-05-1910	L.º 1451, fls. 73v.º-76.
Leça Gomes & Companhia	Dissolução	01-07-1910	L.º 3046, fls. 59-59v.º.
Engenho no Porto Novo, freguesia de Gaula	Venda	27-07-1910	L.º 679, fls. 41v.º-42v.º.
Leça Gomes & Companhia	Constituição	29-08-1910	L.º 3048, fls. 59-61.
Leça Gomes & Companhia	Dissolução	29-08-1910	L.º 3048, fls. 58-59.
Engenho no Sítio do Armazém, Arco de S. Jorge	Constituição	24-09-1910	L.º 3049, fls. 19-21.
Engenho no Sítio do Lugar, Ribeira Brava	Venda	20-01-1911	L.º 3052, fls. 83-85v.º.
Pereira & Farinha	Arrendamento	23-03-1911	L.º 3053, fls. 85-88.
Engenho na Rua do Bom Jesus, Santa Cruz	Arrendamento	19-08-1911	L.º 3058, fls. 56-58v.º.
Viuva Abudharham & Filhos	Concordata	02-01-1912	Arquivo da Madeira Wine, Dossier 1, avulso.
F. F. Ferraz & Companhia Limitada	Constituição	24-04-1912	L.º 1458, fls. 15v.º-18.
H. P. Miles & Companhia	Constituição	25-04-1912	L.º 3069, fls. 25v.º-26v.º.
Reid, Castro & Companhia Limitada	Constituição	29-05-1912	L.º 3070, fls. 34-36.
Rodrigues & Cunha	Constituição	11-06-1912	L.º 3070, fls. 83-84v.º.
F. F. Ferraz & Companhia Limitada	Rectificação	12-06-1912	L.º 1458, fls. 72-73.
Reid, Castro & Companhia Limitada	Aditamento	17-06-1912	L.º 3070, fls. 90-91.
Francisco Eduardo Henriques Sucessores	Constituição	31-07-1912	L.º 1727, fls. 40-42v.º.
Engenho na Rua da Ribeira de S. João, Funchal	Venda	30-08-1912	L.º 3070, fls. 52-54.
Engenho na Rua da Ribeira de S. João, Funchal	Penhor	30-08-1912	L.º 3070, fls. 54-56.
Leacock & Companhia	Venda	18-09-1912	L.º 3074, fls. 12-13.
Reid, Castro & Companhia Limitada	Cessão	25-10-1912	L.º 3076, fls. 11v.º-12.
José Júlio de Lemos	Contrato de prestação de serviços	20-11-1912	L.º 3076, fls. 94v.º-98.
Francisco Fernandes Camacho Sucessores	Constituição	26-11-1912	L.º 954, fls. 60v.º-62v.º.
Henriques, Câmara & Companhia Limitada	Aumento de capital	12-07-1913	L.º 3223, fls. 6-7.
Costa & Caires	Constituição	18-07-1913	L.º 3223, fls. 22-23.
The Madeira Wine Association Limitada	Constituição	09-08-1913	L.º 3223, fls. 89-91v.º.
Rodrigues & Cunha	Constituição	01-09-1913	L.º 3084, fls. 88-89.
João Pinto Figueira	Arrendamento	16-09-1913	L.º 2567, fls. 3-4v.º.
Leça Gomes & Companhia	Dissolução	18-10-1913	L.º 3086, fls. 79v.º-89.
União dos Viticultores da Madeira	Dissolução	18-10-1913	L.º 1463, fls. 72-73v.º.
Nunes & Castro	Alteração do pacto social	12-12-1913	L.º 1464, fls. 22-23.
Freitas & Passos Freitas	Constituição	13-12-1913	L.º 1464, fls. 23v.º-24v.º.
Inácio Caldeira & Companhia	Constituição	24-01-1914	L.º 3088, fls. 79v.º-81.
Viuva de Romano Gomes & Filhos	Admissão de sócio	02-04-1914	L.º 3091, fls. 5-7v.º.
Welsh & Cunha Limitada	Cessão	06-05-1914	L.º 3092, fls. 35v.º-36v.º.
Welsh & Cunha Limitada	Cessão	03-06-1914	L.º 3093, fls. 61v.º-62v.º.
Inácio Caldeira & Companhia	Constituição	15-06-1914	L.º 3203, fls. 23v.º-25.
José Júlio de Lemos Sucessores	Constituição	01-01-1915	L.º 3100, fls. 50-51v.º.
Francisco Eduardo Henriques Sucessores	Dissolução	08-01-1915	L.º 1737, fls. 29v.º-30.
Tarquínio T. da Câmara Lomelino	Venda	02-03-1915	L.º 3103, fls. 33-35v.º.
Tarquínio T. da Câmara Lomelino Limitada	Alteração do pacto social	22-03-1915	L.º 3104, fls. 24v.º-26.
Ferreira & Delgado Limitada	Constituição	28-06-1915	L.º 3108, fls. 84v.º-86v.º.
F. F. Ferraz & Companhia Limitada	Constituição	08-07-1915	L.º 3109, fls. 13v.º-15v.º.
F. F. Ferraz & Companhia Limitada	Dissolução	08-07-1915	L.º 3109, fls. 12-13.
Leacock & Companhia	Contrato de conta em participação	11-08-1915	L.º 3110, fls. 74-76.
Funchal Wine Company Limitada	Constituição	15-11-1915	L.º 3115, fls. 14-14v.º.
Tarquínio T. da Câmara Lomelino Limitada	Cessão	11-03-1916	L.º 3120, fls. 63-63v.º.
Inácio Caldeira & Companhia	Constituição	22-03-1916	L.º 3121, fls. 6v.º-7v.º.
Inácio Caldeira & Companhia	Dissolução	22-03-1916	L.º 3121, fls. 6-6v.º.
William Hinton & Sons	Arrendamento	12-05-1916	L.º 3123, fls. 35-37v.º.
Freitas Martins, Caldeira & Companhia Limitada	Constituição	15-07-1916	L.º 3125, fls. 39v.º-41v.º.
The Madeira Farm Companhia Limitada	Constituição	19-08-1916	L.º 2589, fls. 40v.º-42v.º.
Tarquínio T. da Câmara Lomelino Limitada	Cessão	27-09-1916	L.º 3127, fls. 96-97.
Rodrigues & Cunha	Aumento de capital	13-01-1917	L.º 3130, fls. 90-91.
The Madeira Wine Association	Arrendamento	20-01-1917	L.º 3131, fls. 10-12.
Engenho no Sítio do Porto, Porto do Moniz	Arrendamento	19-06-1917	L.º 3136, fls. 72v.º-74v.º.
Gouveia, Lima & Companhia Limitada	Venda	19-06-1917	L.º 3136, fls. 68-71.
Leacock & Companhia	Venda	13-07-1917	L.º 3137, fls. 44-45.
Rodrigues & Azevedos Limitada	Constituição	16-07-1917	L.º 3137, fls. 57-59.
The Madeira Farm Companhia Limitada	Partilha	11-08-1917	L.º 3138, fls. 82v.º-85.
The Madeira Wine Association Limitada	Cessão	06-09-1917	L.º 3139, fls. 62v.º-63v.º.
Engenho na Ribeira do Porco, Boaventura	Venda	27-10-1917	L.º 256, fls. 17-18v.º.
Vilhena & Companhia	Constituição	01-11-1917	L.º 2843, fls. 15-18.
Engenho na Serra de Água, Arco da Calheta	Venda	15-11-1917	L.º 1752, fls. 11-13.
F. M. Sardinha & Companhia	Constituição	03-12-1917	L.º 3143, fls. 27-28v.º.
J. M. Brito & Companhia	Compra	18-02-1918	L.º 3146, fls. 2-5v.º.
J. M. Brito & Companhia	Constituição	18-02-1918	L.º 3146, fls. 1-2.
Luís Gomes da Conceição Filhos	Constituição	09-03-1918	L.º 3147, fls. 1-4.
Rocha Homem & Cardoso	Constituição	11-05-1918	L.º 257, fls. 23-25.
Castro, Santos & Companhia	Constituição	06-06-1918	L.º 1755, fls. 29v.º-31.

Identificação	Assunto	Data	Localização
Leacock & Companhia Limitada	Constituição	08-06-1918	L.º 3149, fls. 79-83v.º.
F. F. Ferraz & Companhia Limitada	Aumento de capital	19-06-1918	L.º 3170, fls. 5-5v.º.
França & Araújo	Constituição	10-07-1918	L.º 3170, fls. 7-7v.º.
Tarquínio T. da Câmara Lomelino Limitada	Cessão	15-07-1918	L.º 3170, fls. 8-8v.º.
Blandy Brothers & Companhia	Constituição	13-08-1918	L.º 1757, fls. 13-15.
Leacock & Companhia Limitada	Nomeação de procurador	04-10-1918	L.º 3195, fls. 19-19v.º.
Krohn Brothers & Companhia	Promessa de venda	31-10-1918	L.º 3178, fls. 68v.º-69v.º.
Madeira Trading Company Limited	Constituição	18-11-1918	L.º 3170, fls. 24-26v.º.
F. F. Ferraz & Companhia Limitada	Aumento de capital	18-01-1919	L.º 3170, fls. 34v.º-35v.º.
Companhia Vinícola da Madeira Limitada	Constituição	06-02-1919	L.º 3170, fls. 36v.º-38v.º.
Engenho na Ribeira do Porco, Boaventura	Venda	07-02-1919	L.º 2919, fls. 3-5.
António Isidro Gonçalves	Venda	08-02-1919	L.º 3180, fls. 43-44v.º.
The Madeira Development Company Limitada	Constituição	01-03-1919	L.º 3170, fls. 43-45v.º.
Correia & Machado Limitada	Constituição	28-03-1919	L.º 2855, fls. 12v.º-14.
José Júlio de Lemos Sucessores	Alteração do pacto social	29-03-1919	L.º 3170, fls. 48-49.
Laboredere Cunha, Limitada	Constituição	04-04-1919	L.º 3171, fls. 13-14.
Viuva de Romano Gomes & Filhos	Constituição	05-06-1919	L.º 3171, fls. 26-29v.º.
Joseph, John & Stephens	Constituição	21-06-1919	L.º 2613, fls. 1-2.
Madeira Industrial Company Limitada	Constituição	11-07-1919	L.º 3171, fls. 34-36.
Arnold, Joseph, John & Stephens	Admissão de sócio e aumento de capital	11-09-1919	L.º 2616, fls. 6v.º-7v.º.
Henriques, Câmara & Companhia Limitada	Cessão	25-09-1919	L.º 3171, fls. 38-39.
Teodoro Abel Pinto	Venda	02-10-1919	L.º 1490, fls. 69-70v.º.
Stephens & Companhia	Alteração do pacto social	03-10-1919	L.º 2617, fls. 13v.º-14.
João Carlos de Aguiar & Companhia	Quitação	04-10-1919	L.º 1490, fls. 73-73v.º.
William Hinton & Sons	Revogação de mandato	08-10-1919	L.º 3185, fls. 27v.º-28.
J. B. Spínola & Sobrinhos Limitada	Constituição	31-12-1919	L.º 1482, fls. 36-38v.º.
J. M. Brito & Companhia	Pacto	31-12-1919	L.º 1482, fls. 38v.º-40.
Stephens & Companhia	Constituição	12-01-1920	L.º 1482, fls. 43-44.
Joseph, John & Stephens	Cessão	12-01-1920	L.º 1482, fls. 42-43.
The Madeira Wine Association Limitada	Quitação	15-01-1920	L.º 3187, fls. 29v.º-30.
Madeira Industrial & Companhia Limitada	Admissão de sócio e aumento de capital	04-02-1920	L.º 3172, fls. 10v.º-12.
Madeira Industrial & Companhia Limitada	Cessão	05-02-1920	L.º 3172, fls. 12v.º-13v.º.
Madeira Trading Company Limitada	Aumento de capital	03-03-1920	L.º 3172, fls. 19-20.
Matos, Peres & Companhia Limitada	Constituição	17-03-1920	L.º 1499, fls. 4-7.
Stephens & Companhia	Dissolução	28-03-1920	L.º 1482, fls. 49v.º-50.
J. M. Brito & Companhia	Dissolução	14-04-1920	L.º 3172, fls. 30v.º-31v.º.
Pinto Correia & Companhia	Constituição	03-05-1920	L.º 2663 fls. 1v.º-2v.º.
J. M. Brito & Companhia	Constituição	17-05-1920	L.º 3173, fls. 5-7.
José Júlio de Lemos Sucessores	Arrendamento	09-06-1920	L.º 3190, fls. 6-8.
Aguiar & Marcos	Constituição	12-07-1920	L.º 3173, fls. 43-43v.º.
The Madeira Wine Association	Nomeação de procurador	15-07-1920	L.º 3201, fls. 25-26.
Gouveia & Ornelas	Constituição	05-08-1920	L.º 3174, fls. 4v.º-6.
Leacock & Companhia Limitada	Cessão	20-08-1920	L.º 3174, fls. 19-20.
Leacock & Companhia Limitada	Cessão	09-09-1920	L.º 3174, fls. 27-27v.º.
F. M. Sardinha & Companhia	Constituição	09-09-1920	L.º 3174, fls. 30v.º-32.
F. M. Sardinha & Companhia	Cessão	09-09-1920	L.º 3174, fls. 32-33.
Gesche & Campanela Limitada	Constituição	13-09-1920	L.º 3174, fls. 33-34v.º.
Leacock & Companhia Limitada	Cessão	22-09-1920	L.º 3174, fls. 34v.º-35v.º.
Leacock & Companhia Limitada	Dissolução	27-09-1920	L.º 3174, fls. 40-41.
Leacock & Companhia Limitada	Constituição	27-09-1920	L.º 3175, fls. 5-8v.º.
F. F. Ferraz & Companhia Limitada	Nomeação de procurador	04-10-1920	L.º 3201, fls. 99v.º-100.
Araújo & Henriques	Nomeação de procurador	07-10-1920	L.º 3202, fls. 8-9v.º.
Vicente Gabriel de Freitas	Compra	11-10-1920	L.º 2665, fls. 20v.º-21v.º.
The Madeira Wine Association Limitada	Arrendamento	13-10-1920	L.º 3192, fls. 41-42.
The Madeira Wine Association Limitada	Promessa de venda	16-10-1920	L.º 3175, fls. 18v.º-20.
The Madeira Wine Association Limitada	Cessão	16-10-1920	L.º 3175, fls. 14-14v.º.
The Madeira Wine Association Limitada	Cessão	16-10-1920	L.º 3175, fls. 13-13v.º.
William Hinton & Sons	Contrato de prestação de serviços	18-10-1920	L.º 3192, fls. 50-51.
Ribeiro & Cardoso Limitada	Constituição	20-10-1920	L.º 260, fls. 75v.º-82v.º.
The Madeira Wine Association Limitada	Cessão	22-10-1920	L.º 3175, fls. 21-21v.º.
Rodrigues & Cunha Limitada	Constituição	15-11-1920	L.º 3175, fls. 32v.º-34.
F. F. Ferraz & Companhia Limitada	Nomeação de procurador	17-11-1920	L.º 3202, fls. 44-45v.º.
Vasconcelos & Costa	Constituição	27-11-1920	L.º 2666, fls. 26-27.
Blandy Brothers & Companhia	Constituição	29-11-1920	L.º 6200, fls. 1-3v.º.
Blandy Brothers & Companhia	Dissolução	29-11-1920	L.º 3175, fls. 44-45v.º.
Blandy Brothers & Companhia	Cessão	02-12-1920	L.º 6200, fls. 6-7.
William Hinton & Sons	Nomeação de procurador	04-12-1920	L.º 3202, fls. 56-56v.º.
Rodrigues & Cunha	Constituição	29-12-1920	L.º 6200, fls. 10v.º-11v.º.
Sardinha & Companhia	Constituição	29-12-1920	L.º 6200, fls. 11v.º-12v.º.
Blandy Brothers & Companhia	Rectificação	30-12-1920	L.º 6200, fls. 13-14.
J. M. Brito & Companhia	Dissolução	24-01-1921	L.º 6200, fls. 22v.º-23v.º.
F. M. Sardinha & Companhia	Alteração do pacto social	24-01-1921	L.º 6200, fls. 26-29v.º.
J. M. Brito & Companhia	Constituição	24-01-1921	L.º 6200, fls. 23v.º-25v.º.
Lima Cunha & Companhia	Constituição	28-01-1921	L.º 6200, fls. 32v.º-33v.º.
Viuva Abudarham & Filhos	Dissolução	29-01-1921	L.º 6200, fls. 33v.º-34v.º.
João da Corte & Companhia Limitada	Constituição	19-02-1921	L.º 1499, fls. 20-22.
Luís Gomes da Conceição Filhos	Aumento de capital	31-03-1921	L.º 6200, fls. 64-65v.º.
Tarquínio T. da Câmara Lomelino Limitada	Constituição	02-04-1921	L.º 6200, fls. 65v.º-68v.º.
Heinz & Müller	Constituição	14-05-1921	L.º 1499, fls. 29v.º-31.
Sociedade Alemã de Importação Madeira, Limitada	Constituição	26-05-1921	L.º 1499, fls. 32v.º-33v.º.
Companhia de Exportação Limitada	Dissolução	31-05-1921	L.º 6200, fls. 89-89v.º.
Companhia Exportadora Portuguesa Limitada	Alteração do pacto social	15-06-1921	L.º 6200, fls. 94-94v.º.

Identificação	Assunto	Data	Localização
Rodrigues & Cunha Limitada	Rectificação	23-06-1921	L.º 6200, fls. 99-100.
Castro, Santos & Companhia	Dissolução	25-07-1921	L.º 6201, fls. 11-11v.º.
Castro, Santos & Companhia	Constituição	25-07-1921	L.º 6201, fls. 12-14.
Mendes, Tomás & Teixeira	Constituição	01-10-1921	L.º 972, fls. 28-30.
Engenho no Sítio do Portinho, Jardim do Mar	Venda	14-10-1921	L.º 119, fls. 43-44v.º.
Elmano S. Gomes & Companhia	Constituição	14-10-1921	L.º 6201, fls. 44v.º-45v.º.
Castro, Santos & Companhia	Ratificação e partilha	29-10-1921	L.º 6201, fls. 49-50v.º.
Castro, Santos & Companhia	Admissão de sócio e aumento de capital	29-10-1921	L.º 6201, fls. 51-52.
Pinto Correia & Companhia Limitada	Constituição	10-11-1921	L.º 6201, fls. 60v.º-63v.º.
Pinto Correia & Companhia	Dissolução	10-11-1921	L.º 6201, fls. 59v.º-60.
Luís Filipe Costa em Comandita	Constituição	16-11-1921	L.º 6201, fls. 64-65.
Júlio Augusto Cunha Sucessores Limitada	Constituição	07-12-1921	L.º 6201, fls. 83v.º-86v.º
Henrique Figueira da Silva	Abertura de crédito	04-01-1922	L.º 6225, fls. 17-20v.º.
Castro, Santos & Companhia	Dissolução	28-01-1922	L.º 6202, fls. 4v.º-6.
José Fernandes de Azevedo & Filhos Limitada	Constituição	02-02-1922	L.º 6202, fls. 8v.º-12v.º.
Viuva de Romano Gomes & Filhos	Cessão	16-02-1922	L.º 6202, fls. 22-23v.º.
Leacock & Companhia Limitada	Contrato de prestação de serviços	04-04-1922	L.º 6226, fls. 69-70.
Engenho no Sítio da Fajã Alta, S. Jorge	Venda	05-04-1922	L.º 266, fls. 26v.º-28v.º.
F. M. Sardinha Limitada	Constituição	19-04-1922	L.º 6202, fls. 45-49v.º.
F. M. Sardinha Limitada	Cessão	19-04-1922	L.º 6202, fls. 57v.º-58.
Jasmins Pereira & Companhia	Constituição	17-05-1922	L.º 6202, fls. 76v.º-78v.º.
Sociedade de Importação e Exportação Limitada	Constituição	29-05-1922	L.º 6202, fls. 82-84.
Madeira Trading Company Limitada	Aumento de capital	03-06-1922	L.º 6202, fls. 87v.º-88v.º.
Companhia Exportadora Portuguesa Limitada	Cessão	16-06-1922	L.º 6202, fls. 97v.º-98v.º.
Companhia Exportadora Madeirense Limitada	Cessão	28-08-1922	L.º 6203, fls. 57v.º-58v.º.
Paulini & Companhia	Dissolução	01-09-1922	L.º 6203, fls. 61-62.
Paulini & Companhia	Constituição	01-09-1922	L.º 6203, fls. 62-63v.º.
A. J. Correia & Companhia	Constituição	13-09-1922	L.º 6203, fls. 65-66.
J. Quirino de Castro & Companhia	Constituição	16-09-1922	L.º 6203, fls. 67v.º-69v.º.
Câmara, Abudarham & Henriques Limitada	Constituição	21-09-1922	L.º 6203, fls. 69v.º-71v.º.
Henriques, Amaro & Companhia Limitada	Constituição	21-09-1922	L.º 6679, fls. 33-35v.º.
Câmara, Abudarham & Henriques Limitada	Cessão	22-09-1922	L.º 6203, fls. 73v.º-75.
Câmara, Abudarham & Henriques Limitada	Dissolução	24-09-1922	L.º 6203, fls. 75-76v.º.
Engenho no Sítio da Palmeira, S. Jorge	Arrendamento	25-09-1922	L.º 267, fls. 50-53.
Araújo & Câmara	Alteração do pacto social	08-11-1922	L.º 6203, fls. 96-98.
Pena, Santos & Companhia Limitada	Constituição	20-12-1922	L.º 6204, fls. 14-16v.º.
Madeira Industrial & Companhia Limitada	Aumento de capital	11-01-1923	L.º 6204, fls. 24v.º-26v.º.
José Fernandes de Azevedo & Filhos Limitada	Constituição	01-02-1923	L.º 6204, fls. 42-44v.º.
José Fernandes de Azevedo & Filhos Limitada	Dissolução	01-02-1923	L.º 6204, fls. 32-41.
Henriques, Câmara & Companhia Limitada	Dissolução	12-02-1923	L.º 6204, fls. 53v.º-55.
Pacto entre os exportadores de vinho	Pacto (concentração)	19-02-1923	L.º 6204, fls. 56-60.
William Hinton & Sons	Autorização	24-02-1923	L.º 6231, fls. 44v.º-45.
João Baptista Marques & Companhia Sucessores	Venda	07-03-1923	L.º 6126, fls. 74-75.
João Baptista Marques & Companhia Sucessores	Venda	07-03-1923	L.º 6126, fls. 72v.º-73v.º.
Sociedade de Importação e Exportação Limitada	Cessão	03-04-1923	L.º 6204, fls. 74-75.
Matos, Peres & Companhia Limitada	Admissão de sócio e aumento de capital	29-05-1923	L.º 6205, fls. 2-5.
Gouveia & Ornelas	Arrendamento	02-06-1923	L.º 6232, fls. 94v.º-96.
Paulini & Companhia	Dissolução	25-06-1923	L.º 6205, fls. 9-10v.º.
Companhia Vinícola da Madeira Limitada	Cessão	02-07-1923	L.º 6208, fls. 16v.º-17v.º.
Araújo & Henriques Sucessores	Trespasse	11-08-1923	L.º 6205, fls. 27v.º-28v.º.
Henriques, Amaro & Companhia Limitada	Cessão	17-08-1923	L.º 6686, fls. 44v.º-45v.º.
João da Silva Inácio & Filhos	Constituição	23-10-1923	L.º 6205, fls. 47v.º-51.
Jasmins Pereira & Companhia	Cessão	03-11-1923	L.º 6205, fls. 56-57v.º.
Hamrold & Silva	Constituição	03-11-1923	L.º 6205, fls. 55-56.
F. M. Sardinha & Companhia	Aditamento	13-11-1923	L.º 6205, fls. 57v.º-58v.º.
Freitas, França & Companhia Limitada	Constituição	19-11-1923	L.º 6205, fls. 59-62.
Jasmins Pereira & Companhia	Aumento de capital	05-12-1923	L.º 6205, fls. 68v.º-70.
Empresa Comercial e Agrícola Limitada	Constituição	15-12-1923	L.º 6205, fls. 74-76.
Empresa Comercial e Agrícola Limitada	Contrato de conta em participação	18-12-1923	L.º 6205, fls. 78v.º-79v.º.
Gonçalves & Companhia Limitada	Constituição	27-12-1923	L.º 717, fls. 16-18.
Figueiras, Inácios & Companhia Limitada	Constituição	12-01-1924	L.º 6205, fls. 90-93.
Figueiras, Inácios & Companhia Limitada	Liquidação e partilha	15-01-1924	L.º 6205, fls. 92-93.
Gouveia & Ornelas	Sublocação	05-04-1924	L.º 6237, fls. 83-84v.º.
Gonçalves & Companhia Limitada	Dissolução	23-04-1924	L.º 717, fls. 100v.º-101v.º.
Gonçalves & Companhia Limitada	Constituição	25-04-1924	L.º 718, fls. 7v.º-9.
José Júlio de Lemos Sucessores	Alteração do pacto social	26-04-1924	L.º 6206, fls. 16v.º-18.
The Madeira Wine Association Limitada	Cessão	30-04-1924	L.º 6206, fls. 24-26v.º.
Empresa Agrícola da Madeira Limitada	Dissolução	08-05-1924	L.º 6206, fls. 30v.º-31v.º.
Figueiras, Inácios & Companhia Limitada	Cessão e alteração	25-05-1924	L.º 6206, fls. 36-39.
The Madeira Wine Association Limitada	Aditamento	31-05-1924	L.º 6206, fls. 41v.º-42v.º.
Figueiras, Inácios & Companhia Limitada	Compra	07-06-1924	L.º 6238, fls. 76v.º-77.
Lopes & Duarte	Arrendamento	01-07-1924	L.º 6239, fls. 3v.º-5.
H. M. Borges Sucessores Limitada	Constituição	12-07-1924	L.º 6206, fls. 65-67.
Sociedade de Importação e Exportação Limitada	Constituição	26-07-1924	L.º 6206, fls. 72v.º-75.
Madeira Importadora e Exportadora Limitada	Constituição	10-09-1924	L.º 6206, fls. 86v.º-87v.º.
Amaro & Afonso Limitada	Constituição	04-10-1924	L.º 6206, fls. 90-91v.º.
Correia & Cardoso	Constituição	15-10-1924	L.º 718, fls. 91-92v.º.
Amaro, Cabral & Companhia	Constituição	05-11-1924	L.º 6207, fls. 2-3.
Blandy Brothers & Companhia Limitada	Alteração do pacto social	20-11-1924	L.º 6207, fls. 14v.º-17.
João da Silva Inácio & Filhos	Dissolução	26-11-1924	L.º 6207, fls. 18v.º-19v.º.
Francisco S. Crispim de Gouveia & Companhia	Constituição	19-01-1925	L.º 6207, fls. 34-35.
The Madeira Wine Association Limitada	Aditamento	23-02-1925	L.º 6241, fls. 47-48.

Identificação	Assunto	Data	Localização
João Inácio, Ribeiro, Rocha & Companhia	Constituição	03-03-1925	L.º 6207, fls. 44v.º-46v.º.
Blandy, Leacock, Madeira Wine e Tarquinio	Constituição	11-03-1925	L.º 6207, fls. 46v.º-53v.º.
Madeira Importadora e Exportadora Limitada	Cessão	08-04-1925	L.º 6207, fls. 63v.º-64v.º.
Henriques, Amaro & Companhia Limitada	Cessão e alteração	15-04-1925	L.º 6207, fls. 68-69v.º.
Henriques & Henriques	Constituição	23-04-1925	L.º 6207, fls. 70v.º-72.
Fábrica do Porto Novo Limitada	Constituição	28-04-1925	L.º 6207, fls. 72v.º-73.
Rodrigues, Azevedos & C.ª Lda e J. M. Brito & C.ª	Pacto (concentração)	22-05-1925	L.º 6242, fls. 74v.º-79v.º.
Blandy Brothers & Companhia	Alteração do pacto social	04-06-1925	L.º 6207, fls. 86v.º-89.
Blandy's, Leacock, Madeira Wine	Aditamento	17-06-1925	L.º 6243, fls. 11-12v.º.
Leacock & Companhia (Wine) Limitada	Constituição	17-06-1925	L.º 6208, fls. 6v.º-12.
The Madeira Wine Association (1925) Limitada	Constituição	17-06-1925	L.º 6208, fls. 1-6v.º.
Blandy's Madeiras Limitada	Constituição	17-06-1925	L.º 6207, fls. 94-99.
William Hinton & Sons	Quitação	03-07-1925	L.º 6243, fls. 34-35.
J. B. Oliveira & Companhia	Constituição	06-07-1925	L.º 6208, fls. 19-19v.º.
J. B. Oliveira & Companhia	Cessão	07-07-1925	L.º 6208, fls. 20-20v.º.
Sociedade de Importação e Exportação Limitada	Cessão	11-07-1925	L.º 6208, fls. 22-23.
Lomelino, Menezes & Companhia Limitada	Constituição	07-09-1925	L.º 6208, fls. 31-32v.º.
Power Drury & Companhia	Constituição	26-09-1925	L.º 6208, fls. 39v.º-40v.º.
Madeira Comercial & Industrial Company Limitada	Cessão	07-10-1925	L.º 6208, fls. 44v.º-45v.º.
Sociedade de Vinhos da Madeira Limitada	Constituição	17-10-1925	L.º 6208, fls. 46-47.
The Madeira Wine Association Limitada	Aumento de capital	24-10-1925	L.º 6208, fls. 53-54v.º.
Correia & Freitas Limitada	Constituição	02-11-1925	L.º 6208, fls. 56-57.
The Madeira Wine Association Limitada	Cessão	06-11-1925	L.º 6208, fls. 58v.º-61.
Blandy Brothers & Companhia	Cessão	09-11-1925	L.º 6208, fls. 61-64v.º.
The Madeira Wine Association Limitada	Cessão	10-11-1925	L.º 6208, fls. 64v.º-67.
Tarquinio T. da Câmara Lomelino Limitada	Cessão	28-11-1925	L.º 6208, fls. 69-70.
Sousa Machado & Companhia Limitada	Constituição	05-12-1925	L.º 6208, fls. 70v.º-72.
Freitas & Companhia Limitada	Constituição	15-12-1925	L.º 6208, fls. 74-75.
J. Quirino de Castro & Companhia	Cessão	30-12-1925	L.º 6208, fls. 76v.º-78.
Jasmins Pereira & Companhia	Saída de sócio	18-02-1926	L.º 6208, fls. 93-93v.º.
Álvaro G. Gomes & Filho	Constituição	23-02-1926	L.º 6209, fls. 1-1v.º.
Justino Henriques Filhos Limitada	Constituição	27-02-1926	L.º 6209, fls. 2-3.
Matos, Peres & Companhia Limitada	Cessão	20-03-1926	L.º 6209, fls. 5-6v.º.
The Madeira Wine Association Limitada	Cessão	22-03-1926	L.º 6209, fls. 7-7v.º.
Ferreira & Duarte Limitada	Constituição	27-03-1926	L.º 6209, fls. 8-8v.º.
Fábrica do Porto Novo Limitada	Dissolução	21-04-1926	L.º 6209, fls. 16-16v.º.
Freitas, França & Companhia Limitada	Cessão	11-05-1926	L.º 6209, fls. 16v.º-17v.º.
Companhia Vinícola da Madeira Limitada	Cessão	17-05-1926	L.º 6209, fls. 19-20v.º.
Companhia Vinícola da Madeira Limitada	Cessão	17-05-1926	L.º 6209, fls. 21-22.
Companhia Vinícola da Madeira Limitada	Cessão	25-05-1926	L.º 6209, fls. 22-23.
José Gois Ferreira & Companhia	Constituição	02-06-1926	L.º 6209, fls. 28v.º-29v.º.
J. B. Oliveira & Companhia	Dissolução	08-06-1926	L.º 6209, fls. 32-33.
Loge Sugar & Companhia Limitada	Cessão	10-06-1926	L.º 6209, fls. 33v.º-34v.º.
Martins, Rodrigues & Companhia Limitada	Venda	10-06-1926	L.º 6247, fls. 12-15.
J. H. Gonçalves & Companhia	Constituição	14-06-1926	L.º 6209, fls. 34v.º-35v.º.
Sousa Machado & Companhia Limitada	Cessão	15-07-1926	L.º 6209, fls. 43-44.
Sociedade de Vinhos da Madeira Limitada	Arrendamento	14-08-1926	L.º 6248, fls. 11-12v.º.
Sociedade de Vinhos da Madeira Limitada	Constituição	14-08-1926	L.º 6209, fls. 53v.º-54v.º.
Fernandes & Companhia	Constituição	14-08-1926	L.º 6705, fls. 95-97.
Sociedade de Vinhos da Madeira Limitada	Rectificação	20-08-1926	L.º 6209, fls. 55-55v.º.
J. M. Brito & Companhia	Cessão	11-10-1926	L.º 6209, fls. 61v.º-63.
Henriques, Amaro & Companhia	Concordata	28-10-1926	L.º 6248, fls. 68-71v.º.
Pena, Santos & Companhia Limitada	Cessão	30-10-1926	L.º 6209, fls. 71-71v.º.
João Inácio, Ribeiro, Rocha & Companhia	Cessão	13-11-1926	L.º 6209, fls. 72v.º-73v.º.
Caldeira & Câmara Limitada	Constituição	11-12-1926	L.º 6209, fls. 87v.º-89.
The Madeira Wine Association Limitada	Cessão	12-01-1927	L.º 6208, fls. 78v.º-79.
Luís Gomes da Conceição Filhos	Cessão	03-02-1927	L.º 6210, fls. 5v.º-7.
J. Fernandes & Companhia	Cessão	05-02-1927	L.º 6210, fls. 7-8.
Leão de Faria & Companhia	Constituição	09-02-1927	L.º 6210, fls. 8v.º-10.
Baptista, Fernandes & Companhia	Constituição	14-02-1927	L.º 6210, fls. 16-17v.º.
Madeira Trading Company Limitada	Liquidação e partilha	15-03-1927	L.º 6210, fls. 25-29.
Leacock & Company (Wine) Limitada	Aditamento	31-03-1927	L.º 6210, fls. 37-38.
The Madeira Wine Association (1925) Limitada	Aditamento	31-03-1927	L.º 6210, fls. 35v.º-37.
Blandy's Madeiras Limitada	Aditamento	31-03-1927	L.º 6210, fls. 34v.º-35v.º.
Amaro, Cabral & Companhia	Dissolução	14-04-1927	L.º 6210, fls. 46-47v.º.
Engenho Sítio do Redondo e Passinho, Ponta do Sol	Fiança	23-04-1927	L.º 6250, fls. 85v.º-87v.º.
J. M. Brito & Companhia	Fiança	25-04-1927	L.º 6250, fls. 89v.º-91v.º.
Engenhos dos Anjos e S. Tiago, Canhas	Fiança	25-04-1927	L.º 6250, fls. 87v.º-89v.º.
Freitas, França & Companhia Limitada	Fiança	26-04-1927	L.º 6250, fls. 94-95v.º.
Engenho no Sítio da Volta, Faial	Fiança	28-04-1927	L.º 6250, fls. 98v.º-100.
Engenho na Cruz do Carvalho, Funchal	Fiança	30-04-1927	L.º 6251, fls. 4-5v.º.
Engenho em S. Roque do Faial	Fiança	06-05-1927	L.º 6251, fls. 13-14v.º.
Leacock & Companhia Limitada	Arrendamento	10-05-1927	L.º 6251, fls. 21v.º-24.
Engenho no Sítio da Serra de Água, Santana	Fiança	10-05-1927	L.º 6251, fls. 20-21v.º.
Engenhos do Porto Novo e do Passo	Fiança	20-05-1927	L.º 6251, fls. 46v.º-48.
F. F. Ferraz & Companhia Limitada	Aumento de capital	04-06-1927	L.º 6210, fls. 74-76.
Cabral & Câmara Limitada	Constituição	05-06-1927	L.º 4985, fls. 15v.º-19.
Miranda & Companhia Limitada	Constituição	06-07-1927	L.º 6493, fls. 11v.º-13v.º.
Rodrigues & Azevedos Limitada	Aumento de capital	07-07-1927	L.º 6210, fls. 92v.º-94.
Rodrigues & Azevedos Limitada	Liquidação e partilha	11-07-1927	L.º 6210, fls. 94-97.
Melim & Côrte Limitada	Constituição	01-09-1927	L.º 6211, fls. 17-18.
F. A. Rebelo & Companhia	Constituição	03-09-1927	L.º 6211, fls. 18-19v.º.

Identificação	Assunto	Data	Localização
Tavares & Companhia	Aditamento	12-09-1927	L.º 6211, fls. 19v.º-20v.º.
Laboredêre Cunha, Limitada	Dissolução	13-09-1927	L.º 6211, fls. 20v.º-21v.º.
Nóbrega & Companhia Limitada	Constituição	20-10-1927	L.º 6712A, fls. 17-19.
Gesche & Schnitzer Limitada	Liquidação e partilha	25-10-1927	L.º 6211, fls. 32v.º-33.
Viuva de Manuel Gomes de Oliveira & Filho	Constituição	15-12-1927	L.º 6211, fls. 50-51.
Empresa Comercial e Agrícola Limitada	Constituição	22-12-1927	L.º 6211, fls. 56-59v.º.
Empresa Comercial e Agrícola Limitada	Cessão	22-12-1927	L.º 6211, fls. 55-56.
The Madeira Wine Association Limitada	Penhor	02-01-1928	L.º 6254, fls. 22-25.
Aguiar & Marcos	Aumento de capital	07-01-1928	L.º 6211, fls. 61-62.
Sociedade Agrícola da Madeira Limitada	Constituição	26-01-1928	L.º 6211, fls. 69-70v.º.
Gama & Machado Limitada	Constituição	30-01-1928	L.º 6493, fls. 17v.º-19v.º.
Carmo Wine Limitada	Constituição	18-02-1928	L.º 6211, fls. 79-80v.º.
Vin & Spricentralen	Arrendamento	01-03-1928	L.º 6255, fls. 21-22v.º.
Vin & Spricentralen	Pacto	01-03-1928	L.º 6255, fls. 13v.º-20.
Aguiar & Companhia Limitada	Constituição	02-05-1928	L.º 6211, fls. 95-96.
F. A. Rebelo & Companhia	Promessa de venda	22-05-1928	L.º 6256, fls. 52v.º-53v.º.
Freitas & Luís Limitada	Cessão	01-06-1928	L.º 6212, fls. 5-6.
Freitas & Luís Limitada	Dissolução	04-06-1928	L.º 6212, fls. 7-8.
Cabral & Câmara Limitada	Dissolução	06-06-1928	L.º 6493, fls. 29v.º-30.
Madeira Industrial & Companhia Limitada	Cessão	10-08-1928	L.º 6212, fls. 21v.º-22v.º.
J. Quirino de Castro & Companhia	Rectificação	11-08-1928	L.º 6212, fls. 23-23v.º.
J. Quirino de Castro & Companhia	Cessão	11-08-1928	L.º 6212, fls. 24-25.
F. A. Rebelo & Companhia	Venda	17-08-1928	L.º 6257, fls. 60v.º-61.
Companhia da Aguardente da Madeira	Constituição	16-11-1928	Diário da Madeira, n.º 5203, 24 de Novembro de 1928.
Silva & França Limitada	Constituição	09-01-1929	L.º 6212, fls. 51v.º-53.
Madeira Industrial & Companhia Limitada	Cessão	17-01-1929	L.º 6212, fls. 58-58v.º.
Drumond, Silva & Companhia	Constituição	12-02-1929	L.º 6493, fls. 48v.º-51.
António Fernandes da Silva & Companhia	Constituição	25-02-1929	L.º 6493, fls. 64-65.
Pita, Leite & Companhia Limitada	Constituição	25-02-1929	L.º 6493, fls. 55v.º-56v.º.
Companhia da Aguardente da Madeira	Caução	22-03-1929	L.º 6261, fls. 3v.º-6.
Companhia da Aguardente da Madeira	Caução	22-03-1929	L.º 6261, fls. 6v.º-9.
Gouveia & Ornelas	Liquidação e partilha	11-04-1929	L.º 6212, fls. 76v.º-78.
Engenho no Sítio da Quinta, S. Vicente	Cessão	18-04-1929	L.º 6212, fls. 85v.º-87.
Rodrigues & Azevedos Limitada	Alteração do pacto social	04-05-1929	L.º 6212, fls. 91-92.
Engenho no Sítio da Quinta, S. Vicente	Cessão	07-05-1929	L.º 6212, fls. 95v.º-97.
Nóbrega & Companhia Limitada	Cessão	11-05-1929	L.º 6719, fls. 70v.º-71.
Rodrigues & Azevedos Limitada	Aditamento	17-05-1929	L.º 6213, fls. 2-3v.º.
Companhia da Aguardente da Madeira	Fiança	21-06-1929	L.º 6262, fls. 36-36v.º.
Companhia da Aguardente da Madeira	Caução	21-06-1929	L.º 6262, fls. 32-35v.º.
Engenho no Sítio do Passo, S. Vicente	Venda	05-07-1929	L.º 6262, fls. 52v.º-53v.º.
H. P. Miles & Companhia	Liquidação e partilha	05-08-1929	L.º 6213, fls. 15-19.
Engenho no Sítio da Quinta, S. Vicente	Rectificação	23-10-1929	L.º 6213, fls. 36-37.
Aguiar, Freitas & Companhia	Cessão	31-10-1929	L.º 6213, fls. 37-38v.º.
Nóbrega & Companhia Limitada	Cessão	04-11-1929	L.º 6213, fls. 39-40.
Blandy's Madeiras Limitada	Liquidação e partilha	14-11-1929	L.º 6213, fls. 47-49.
Leacock & Company (Wine) Limitada	Liquidação e partilha	14-11-1929	L.º 6213, fls. 51v.º-54.
The Madeira Wine Association (1925) Limitada	Constituição	14-11-1929	L.º 6264, fls. 20v.º-24.
The Madeira Wine Association (1925) Limitada	Liquidação e partilha	14-11-1929	L.º 6213, fls. 49-51v.º.
Aguiar, Freitas & Companhia	Cessão	21-11-1929	L.º 6213, fls. 57v.º-58v.º.
Aguiar, Freitas & Companhia	Constituição	21-11-1929	L.º 6213, fls. 58v.º-62.
Frederic de Koenig & Companhia Limitada	Constituição	27-11-1929	L.º 6213, fls. 63-64v.º.
Pereira & Câmara Limitada	Constituição	28-11-1929	L.º 6213, fls. 64v.º-66.
Carvão Gomes & Companhia Limitada	Constituição	30-11-1929	L.º 6213, fls. 66-67.
João Teodoro Figueira Sucessor	Trespasse	02-12-1929	L.º 6264, fls. 42-43.
A Exportadora Funchalense Limitada	Constituição	10-12-1929	L.º 6213, fls. 70v.º-71v.º.
F. F. Ferraz & Companhia Limitada	Cessão	20-12-1929	L.º 6213, fls. 81-83.
F. F. Ferraz & Companhia Limitada	Constituição	21-12-1929	L.º 6213, fls. 83-86.
Sociedade Agrícola da Madeira Limitada	Cessão	23-12-1929	L.º 6213, fls. 86v.º-87v.º.
Veiga França & Companhia	Constituição	02-01-1930	L.º 6213, fls. 96-96v.º.
F. A. Rebelo & Companhia	Saída de sócio	08-01-1930	L.º 6213, fls. 97-98.
Companhia da Aguardente da Madeira	Caução	10-01-1930	L.º 6264, fls. 91v.º-94v.º.
F. F. Ferraz & Companhia Limitada	Contrato de prestação de serviços	13-01-1930	L.º 6264, fls. 95v.º-97.
Gama & Machado Limitada	Dissolução	10-05-1930	L.º 6493, fls. 90-91.
The Madeira Wine Association Limitada	Cessão	30-09-1930	L.º 6214, fls. 91v.º-93v.º.